



**DOSSIÊ: ABORDAGENS
PLURAIS EM PESQUISA
CIENTÍFICA**

EDIÇÃO 27, Nº 2, 2025

REVISTA DO CENTRO DE
EDUCAÇÃO, LETRAS E
SAÚDE.

V. 27, Nº 2, 2025

ISSN: 1518-6911
E-ISSN: 1982-3010





Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde.
v. 27, n. 2, 2025. ISSN: 1518-6911; e-ISSN: 1982-3010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - Unioeste

REITOR

Alexandre Almeida Webber

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Sanimar Bussi

DIRETOR DO CAMPUS DE FOZ DO IGUAÇU

Sérgio Moacir Fabriz

DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE

Adriana Zilly

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Zilly – Unioeste

Alessandra Rosa Carrijo – Unioeste

Arminda Rachel Botelho Mourão – UFAM

Carla Macedo Martins – Fiocruz

Consuelo Uribe Mallarino – Universidad

Javeriana, Colômbia

Dermeval da Hora – UFPA

Dermeval Saviani – UNICAMP

Djalma Thurler – UFBA

Euclides Marchi – UFPR

Fabiany Tavares Silva – UEMS

Felipe Botelho Corrêa – King's College

London

Fernando José Martins – Unioeste

Ivani Catarina Fazenda – PUC-SP

Jacob Blanc – University of Edinburgh

João Wanderley Geraldi – UNICAMP

Jorgelina Tallei – Unila

Juan Carlos Villa Soto – UNAM, México

Julia Malachen – Unioeste

Luciana Vedovato – Unioeste

Marcel Bursztyn – UnB

Maria Paula Meneses – Universidade de Coimbra

Marilena Chauí – USP

Marymárcia Guedes – UNESP

Michael Lowy – Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales

Robert Frodeman – University of North Texas

Roberto Follari – Universidad Nacional de Cuyo

Rosane Andrade Berlinck – UNESP

Sérgio Lessa – UFAL

Sonia Maria Lazzarini Cyrino – UNICAMP

Uskali Mäki – University of Helsinki

Viviane Gontijo – Harvard University

Yolanda Rodríguez González – PUC-Peru

Zaida Azeredo – Instituto Piaget, Portugal

PARECERISTAS

Ailson Barbosa De Oliveira – Universidade Federal da Grande Dourados
Alex Sandro de Medeiros – UEM
Aline Fernanda Machado Campos – UNIOESTE
Ana Paula Contiero – UNIOESTE
Arlane Markely – URCA
Barbara Simone Saatkamp – UNIOESTE
Caroline Gomes Leme – URCA
Carolinne Mendes da Silva – FFLCH/USP
Cicília Araújo Nunes – Universidade Federal de Uberlândia
Deiviane Pereira Da Silva – UNIMONTES
Elen Karla Sousa da Silva – UFAM
Fabiana Cristina Giehl Birão – UNIOESTE
Fabiana Nunes do Amarante Griggio – UNIOESTE
Fábio Luiz Nunes – CEFET-MG
Fernanda Santiago Santos Mendonça – Universidade Estadual de Maringá – UEM
Jeison Karnal Da Silva – UFRGS
Marcia Fernandes Nishiyama – Universidade Federal da Fronteira Sul
Marcos Augusto Moraes Arcoverde – UNIOESTE
Marcos Lübeck – UNIOSTE
Mauro Nicola Póvoas – FURG
Robério Gomes dos Santos – UNIVS
Rodrigo Reis – Universidade Federal de São Paulo
Ruth Irmgard Bartschi Gabatz – Universidade Federal de Pelotas
Silviane Galvan Pereira – UNICENTRO
Simone Meurer Brand – UNIOESTE
Thais Esteves – Fiocruz
Willidiane Tessari – UNICENTRO

© 2025

CAPA

Lady Daiana Silva dos Santos
Júlia de Souza Nunes

PROJETO GRÁFICO

Central de informações/Unioeste Campus Foz do Iguaçu

DIAGRAMAÇÃO

Lady Daiana Silva dos Santos

IDEAÇÃO / Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Foz do Iguaçu. Centro de Educação, Letras e Saúde.

– Foz do Iguaçu, PR,

Edunioeste, n. 1, (1998).

Publicação Semestral

ISSN: 1518-6911

e-ISSN: 1982-3010

1. Estudos linguísticos e literários – Periódicos.
 2. Educação – Periódicos.
 3. Ciências humanas – Periódicos.
- I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Foz do Iguaçu. Centro de Educação e Letras.

CDU 80/82(05)
37(050)

INDEXADA EM / INDEXED IN:

Crossref

Diadorim – Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

DOAJ – Directory of Open Access Journals

ERIH PLUS – European Reference Index for the Humanities and Social Sciences

EuroPub – Directory of Academic and Scientific Journals

EZB – Elektronische Zeitschriftenbibliothek – University Library of Regensburg – Universität München

Google Acadêmico

LATINDEX – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

LatinREV – Red Latinoamericana de Revistas Académicas en Ciencias Sociales y Humanidades

LivRe – Revistas de Livre Acesso

MIAR – Matriz de Información para el Análisis de Revistas – Universitat de Barcelona

PKP-Index – Public Knowledge Project – Universidade de British Columbia – Canadá

Portal de Periódicos Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior

REDIB – Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico

ResearchBib – Academy Resource Index

ROAD - Directory of Open Access scholarly Resources

Sumários de Revistas Brasileiras - Fundação de Pesquisas Científicas de Ribeirão

WorldCat – Online Computer Library Center (OCLC)

Dialnet



DOSSIÊ ABORDAGENS PLURAIS EM PESQUISA CIENTÍFICA

É com satisfação que apresentamos à comunidade acadêmica mais uma edição de nossa revista, marcada pela pluralidade temática, pelo rigor metodológico e pelo compromisso com a reflexão crítica do cenário brasileiro. Os artigos aqui reunidos demonstram a relevância de pesquisas que, ainda que situadas em campos distintos, convergem no propósito de compreender a complexidade da nossa realidade e contribuir para sua transformação.

Abrindo esta edição, **José Almir Santos Basílio Filho** analisa a trajetória do engajamento político dos cineastas associados ao cinema brasileiro moderno. O autor revisita a conjuntura das esquerdas brasileiras e evidencia como, a partir do movimento do Cinema Novo, os cineastas mobilizaram-se em torno de pautas políticas, estéticas e estruturais — dentre elas a defesa da indústria cinematográfica nacional.

Na sequência, **Lucas da Cunha Zamberlan e Nátaly Brescovit** Figueira apresentam uma revisão narrativa dedicada à poética de Felippe D'Oliveira, destacando a relevância de sua voz literária na transição para o Modernismo brasileiro. A pesquisa evidencia como a obra do autor dialoga com as tensões e transformações socioculturais de seu tempo, reafirmando sua importância para os estudos literários.

O artigo de **Benedito Monteiro** amplia o escopo desta edição ao refletir sobre os limites dos modelos científicos tradicionais e sua relação com a formulação de políticas públicas. O autor argumenta que a crescente complexidade dos problemas sociais demanda abordagens interdisciplinares, capazes de integrar dimensões científicas e sociopolíticas.

Em outro eixo temático, **Ana Mariana Borges Rodrigues Felix, Rafaële Oliveira Bonfim, Nathalia Halax Orfão, Ricardo Alexandre Arcêncio e Cristiano Lucas de Menezes Alves** analisam os fatores que influenciaram o enfrentamento da Covid-19 por populações vulneráveis em Porto Velho–RO. A partir de um estudo descritivo, os autores revelam

barreiras relacionadas ao acesso à saúde, fragilidades no apoio social e padrões de comportamento durante a pandemia, fornecendo subsídios importantes para políticas públicas voltadas à equidade em saúde.

Ainda no campo das discussões sociais e educacionais, **Ana Marcia da Conceição Abreu, Giovanna Alves Pereira Santos, Juliana de Oliveira Almeida, Delka de Oliveira Azevedo e Rafael Rodrigo Ferreira de Lima** abordam a gestão dos resíduos orgânicos gerados pela alimentação escolar no IF Baiano – Campus Serrinha. O estudo aponta o papel estratégico da escola na promoção da educação ambiental e na construção de atitudes sustentáveis.

Os desafios e potencialidades do ensino a distância são discutidos **por Josiane Cristina de Avila, Maria do Carmo Fernandez Lourenço Haddad, Fernanda Santiago Santos Mendonça, Cibele Cristina Tramontini Fugant e Samira Faye Kfouri da Silva**. Ao analisar as vivências de tutores on-line, as autoras identificam facilidades, dificuldades e sugestões de aprimoramento, destacando a necessidade de políticas institucionais que valorizem esses profissionais e fortaleçam práticas pedagógicas inovadoras no Ensino a Distância.

Em uma perspectiva de gênero e saúde do trabalhador, **Amanda Craveiro Dias Souza, Amanda Cristina Collares de Oliveira, Beatriz Fernandes dos Santos, Esther Honorato de Souza, Sandra Palmeira Melo Gomes e Ludmila Mourão Xavier Gomes de Andrade** investigam a conciliação entre maternidade e trabalho entre mulheres da Atenção Primária à Saúde de Foz do Iguaçu. A partir de pesquisa-ação, o estudo resultou na produção de materiais educativos que potencializam o conhecimento legal das trabalhadoras, contribuindo para ambientes laborais mais humanizados no Sistema Único de Saúde.

O perfil social e de saúde de crianças e adolescentes institucionalizados é examinado por **Ruth Irmgard Bärtschi Gabatz, Ana Lúcia Specht, Viviane Marten Milbrath, Vitória de Almeida Ferreira e Jennifer Zanini Moraes**. Em análise documental retrospectiva, as autoras apontam a predominância de acolhidos menores de um ano, bem como múltiplos problemas de saúde física e mental. O estudo destaca o papel essencial da enfermagem no acompanhamento integral dessa população.

Na área da prevenção em saúde, **João Vitor Andrade e Juliana Cristina Martins de Souza** descrevem a construção da dinâmica educativa “Cartas do Cuidado”, voltada à prevenção do câncer de mama na Atenção Primária à Saúde. A pesquisa evidencia o sucesso de metodologias ativas e lúdicas no estímulo ao protagonismo feminino, na desconstrução de mitos e no fortalecimento do vínculo com a equipe de saúde.

O artigo de **Simone Meurer Brand e Carla Vergina Conrad de Lima**, aborda um tema de crescente importância na saúde pública: o impacto das fraturas, especialmente de fêmur, na saúde mental e na qualidade de vida de idosos. Por meio de uma revisão da literatura, as autoras evidenciam como eventos traumáticos decorrentes de quedas repercutem não apenas na funcionalidade física, mas também no estado emocional, social e psicológico dessa população.

No artigo elaborado por **Francielle Brum dos Santos de Siqueira, Camila Nunes Barreto, Cintia Beatriz Goi, Milena Laufer, Aline Cammarano Ribeiro e Eliane Tatsch Neves**, as autoras apresentam uma análise sobre as demandas de saúde mental de adolescentes a partir da perspectiva tanto dos jovens quanto dos profissionais da atenção primária. O estudo evidencia o papel estratégico da atenção básica como porta de entrada e espaço privilegiado para o estabelecimento de vínculos, acolhimento sensível e intervenções que promovam bem-estar e autonomia.

Encerrando essa edição, **Andréa Inês Goldschmidt, Gabriel Oliveira dos Santos de Lima Pereira, Gabriely Niederauer Fortes e Tiago Felipe Pereira** apresentam uma intervenção lúdico-científica sobre pediculose humana com estudantes do Ensino Fundamental. A atividade integrou princípios de biologia, parasitologia e educação em saúde, promovendo aprendizado significativo e combate a estigmas relacionados à condição.

Além da diversidade temática, essa edição reafirma a importância da ciência no Brasil como instrumento de construção coletiva do conhecimento, de produção de evidências e de fortalecimento das políticas públicas. Esperamos que a leitura desses artigos inspire novas investigações, fomente debates e fortaleça o diálogo interdisciplinar, tão necessário ao avanço da produção científica e ao enfrentamento dos desafios contemporâneos.

Boa leitura!

Ana Jessily Camargo Barbosa¹
Adriana Zilly²

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociedades, Cultura e Fronteiras. Enfermeira na Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, PR. anajessily@hotmail.com

² Bióloga. Farmacêutica. Doutora em Ciências Biológicas. Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE. adriana.zilly@unioeste.br

O ENGAJAMENTO DE ESQUERDA NA EMERGÊNCIA DO CINEMA BRASILEIRO MODERNO (1954-1964)

DOI: 10.48075/ri.v27i2.34001

José Almir Santos Basílio Filho¹

RESUMO: O presente artigo problematiza a trajetória do engajamento de esquerda dos cineastas associados à emergência do cinema brasileiro moderno, contemplando um recorte temporal que vai de 1954 (ano da realização de Rio, 40 Graus) até o Golpe de 1964. Em um movimento analítico que vai do geral ao específico, partimos da conjuntura mais geral das esquerdas brasileiras no período estudado para analisar o que há de comum e singular na atividade política dos cineastas de esquerda - que, a partir da virada da década de 1950 para a seguinte, associam-se em torno do movimento do Cinema Novo. A pesquisa demonstra como os cineastas se mobilizaram em torno de questões de caráter mais geral no âmbito da política nacional, questões relativas à arte engajada como um todo e também questões exclusivas ao cinema, como a necessidade de desenvolver a indústria cinematográfica nacional para dar continuidade à produção, distribuição e exibição dos filmes brasileiros. Tomando como fonte escritos de críticos e cineastas, interpretados à luz das orientações metodológicas de Tânia Regina de Luca e do materialismo de Raymond Williams, buscamos aplicar as formulações gerais de Ridenti e Napolitano sobre a arte engajada e militância de esquerda para detalhar as especificidades do cinema engajado - de modo a levar adiante e ampliar as análises desses autores.

Palavras-chave: Cinema brasileiro; arte engajada; Revista Civilização Brasileira; Cinema Novo.

LEFT-WING ENGAGEMENT IN THE EMERGENCE OF MODERN BRAZILIAN CINEMA (1954-1964)

ABSTRACT: The aim of this paper is to problematize the path of left-wing engagement by filmmakers related to the emergence of modern Brazilian cinema, covering a time frame that goes from 1954 (year in which Rio, 40 Graus was produced) to the 1964 Coup. In an analytical procedure that progresses from the general to the particular, we start with the general scenario of Brazilian left-wing activism in such time frame to analyze the common aspects and the particularities of the left-wing filmmakers' political activism - which, from the turn of the 1950s to the next decade, is associated around the film movement of Cinema Novo. This research shows how the filmmakers mobilized around general issues

¹ Licenciado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e atualmente mestrandando em História pela mesma instituição. E-mail: jose.almir@estudante.ufcg.edu.br

concerning national politics, issues concerning the committed art in general and also issues exclusively related to cinema, such as the need to develop the national cinematographic industry to continue Brazilian film's production, distribution and exhibition. Using writings made by critics and directors as source of research, which were regarded according to Tânia Regina de Luca's methodological guidelines and to Raymond Williams' materialism, we aimed to apply the general formulations by Ridenti and Napolitano concerning committed art and left-wing activism to detail the particularities of committed cinema - in a way that takes further these authors' analyses.

Keywords: Brazilian cinema; committed art; Revista Civilização Brasileira; Cinema Novo.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é problematizar a trajetória do engajamento de esquerda dos cineastas associados à emergência do cinema brasileiro moderno, analisando um período que abrange os anos que antecedem a consolidação do Cinema Novo até o Golpe de 1964. Através de um diálogo interdisciplinar entre obras de historiadores, sociólogos e teóricos cinematográficos, levamos a cabo uma pesquisa documental com escritos dos próprios cineastas para detalhar como a mobilização artística no cinema configurou-se como uma das dimensões mais expressivas do engajamento de esquerda no período em questão.²

A relação próxima entre o cinema brasileiro e a militância de esquerda inicia-se antes mesmo da emergência do Cinema Novo enquanto movimento artístico: desde 1954, com a realização de *Rio, 40 Graus* por Nelson Pereira dos Santos, o cinema moderno começa no Brasil com a proposta de trazer para as telas reflexões sobre os problemas sociais por meio de uma estética também inovadora e, por diversas vezes, revolucionária. Assim, os filmes engajados traziam questões tidas como mais urgentes do momento em que foram produzidos e remetem, cada um à sua maneira de acordo com o posicionamento e filiação política do cineasta, aos debates que se encontravam na “ordem do dia” entre as esquerdas. Sejam questões de caráter mais geral no âmbito da política nacional, como a defesa de reformas dentro da democracia burguesa como estratégia imediata para superar o subdesenvolvimento e o imperialismo (característica do projeto nacional-reformista, setor dominante neste recorte); questões relativas à arte engajada como um todo, como as estratégias para se comunicar com as classes subalternas através de uma estética popular e brasileira; ou questões exclusivas ao cinema, como a necessidade de desenvolver a indústria

² Os resultados apresentados neste artigo são baseados em parte da pesquisa realizada para o trabalho de conclusão de curso do autor, defendido em 2024.

cinematográfica nacional para dar continuidade à produção, distribuição e exibição dos filmes brasileiros.

A partir desse procedimento que vai do geral ao específico, detalhamos o que há de comum e singular na atividade política de alguns cineastas que viriam a compor o Cinema Novo. Avaliamos que uma pesquisa desenvolvida nesses termos é também um meio de aplicar de forma mais voltada para o cinema o instrumental conceitual formulado por outros pesquisadores, sobretudo Marcelo Ridenti e Marcos Napolitano. Os trabalhos destes, nossas principais referências, enfatizam tanto a militância de esquerda a nível geral quanto sua dimensão artística no recorte temporal selecionado, mas não se propõem a analisar detalhadamente as especificidades do cinema e suas características singulares (a nível estético e político) em comparação com outras artes que estudaram.

Seguindo tais caminhos abertos por Ridenti e Napolitano, ampliamos suas análises a partir dos resultados da pesquisa documental feita com escritos de cineastas e críticos contemporâneos ao período estudado: livros (como as obras de Jean-Claude Bernardet e Alex Viany) e periódicos da época, entre os quais destacamos artigos de Glauber Rocha organizados em seu livro *Revolução do Cinema Novo* e textos de outros cineastas publicados na *Revista Civilização Brasileira* - sendo esta última nossa principal fonte, uma vez que traz o balanço crítico de diversos diretores sobre a atividade do Cinema Novo até então. Analisamos este periódico segundo as orientações de Tânia Regina de Luca, que enfatiza a necessidade de compreender aspectos “externos” ao texto (o lugar social dos colaboradores e do público alvo, suas condições de produção e reprodução, etc) para entender os possíveis impactos daquela publicação (Luca, 2008, p. 142). Assim, a *Revista Civilização Brasileira* se configurou como um centro de debates das esquerdas entre 1965 e 1968 e um espaço de articulação da resistência contra a Ditadura. Ela agregou textos sobre diferentes temas relevantes para a militância da época, como política e artes, sempre vistos por diversas perspectivas alinhadas à esquerda (Czajka, 2010, p. 96) e foi bem aceita entre o público acadêmico (Czajka, 2010, p. 107). Sob essa ótica, podemos entender que as seções de cinema da *Revista* nas quais encontramos as fontes aqui analisadas ilustram alguns debates que, para as esquerdas de então, e mais especificamente suas camadas intelectualizadas, eram centrais.

Não nos propomos aqui a desenvolver análise filmica das obras audiovisuais realizadas pelos diretores estudados, por entender que as fontes escritas já apresentam uma riqueza de dados suficiente para os objetivos desta pesquisa. Ainda assim, selecionamos alguns filmes

para serem utilizados como exemplos neste trabalho - não a fim de explicar os filmes em si, mas sim visando delinear melhor os contornos do cinema brasileiro moderno. Esse procedimento metodológico foi denominado por Vanoye e Goliot-Leté como *utilização* de filmes na pesquisa acadêmica: tiramos “informações parciais, isoladas do filme para relacioná-las com informações extratextuais” a fim de construir uma descrição (Goliot-Leté; Vanoye, 1994, p. 53). Desse modo, em momentos que tocam em questões estéticas mais diretamente, nos embasamos nas análises elaboradas por Ismail Xavier, as quais revisamos à luz das coordenadas teóricas estabelecidas por Ridenti e Napolitano - novamente, como um meio de ampliar a análise destes últimos sobre a dimensão artística da militância de esquerda.

Teoricamente, esta pesquisa se baseia na perspectiva materialista de Raymond Williams (2005) aplicada aos estudos culturais, que permite compreender a relação entre as práticas culturais e a materialidade sob a qual elas se desenvolvem sem inferir que tais práticas são um mero reflexo necessário de sua base econômica. Consequentemente, entendemos que a relação entre estruturas sociais e produção artística é dinâmica: ela expressa o caráter classista da sociedade (marcada pela hegemonia de certos sistemas de valores) (Williams, 2005, p. 217) ao mesmo tempo em que engloba contradições, variações de força e transformações - possibilitando, assim, a agência dos indivíduos para além de determinismos. No caso do período em que estudamos, “a hegemonia política, econômica e cultural nunca deixou de ser burguesa na sociedade brasileira” (Ridenti, 2023, p. 4), mas, seguindo tal perspectiva teórica, podemos investigar como, mesmo sob tal condição, o engajamento de esquerda dos cineastas e sua tentativa de construir uma “hegemonia alternativa” foi possível.

OS PRECEDENTES DO CINEMA NOVO E AS FORMULAÇÕES POLÍTICAS INICIAIS DO CINEMA BRASILEIRO MODERNO

Antes mesmo da emergência do Cinema Novo enquanto movimento artístico no começo dos anos 1960, a relação entre cinema brasileiro e engajamento de esquerda já começou a assumir contornos inéditos no país: antes que fosse possível uma produção numerosa de curtas e longas-metragens realizados sob uma perspectiva crítica em relação aos problemas sociais do país (e com uma estética desvinculada das convenções e padrões estabelecidos pelo cinema estrangeiro importado), cineastas e críticos já se mobilizavam em

congressos, cineclubes, jornais e outros espaços de associação para discutir como levar a cabo uma arte nacional e popular segundo seus próprios termos.

O primeiro grupo de cineastas que trouxe essa nova perspectiva para as telas na década de 1950 contou com nomes do cinema independente³ como Nelson Pereira dos Santos (Autran, 2008, p. 85), que lançou os longas-metragens *Rio, 40 Graus* em 1955 e *Rio Zona Norte* em 1957. Nesse contexto de efervescência cultural e política associada ao cinema, no fim da década de 1950 e início dos anos 60, mais cineastas iniciaram suas atividades sob uma perspectiva engajada e consolidou-se o Cinema Novo enquanto movimento, com um grupo maior de artistas que, segundo Glauber Rocha, “(...) foi sendo formado nos clubes de cinema, no GEC [Grupo de Estudos Cinematográficos da União Metropolitana de Estudantes], no suplemento do Jornal do Brasil, no Metropolitano (...)” (Santos et. al, 1965, p. 186). Helena Solberg, apesar de não se ver como parte do movimento, teve grande proximidade com o Cinema Novo, e, assim como os demais cineastas, participava dos meios intelectuais e de militância política da época: antes de estrear em 1966, ela foi repórter para o jornal O Metropolitano, da UNE (União Nacional dos Estudantes) (Veiga, 2013, p. 297). Essa geração (alguns mais cedo, outros depois), começou a se reunir “depois de 1958, ou, mais precisamente, em 1959 e 1960” (Santos et. al, 1965, p. 187) - ou seja, artistas envolvidos nos meios intelectuais e, portanto, próximos da militância e dos debates políticos da época. Tal proximidade apresenta particularidades a depender do cineasta, mas quase todos aqueles diretamente ligados ao Cinema Novo defendiam posições de esquerda (Ridenti, 2014, p. 70-71).

Sobre o envolvimento dos cineastas com esse meio e como este os motivou a adotarem uma postura engajada, Glauber Rocha, que antes de estrear como diretor foi crítico cinematográfico em jornais, relata o seguinte:

Muitos são os fatos, instituições, tendências e pessoas que contribuíram para nossa tomada de consciência: a própria revolução da imprensa carioca, com a reforma do diário carioca, as inovações de Última Hora, a nova fase do Jornal do Brasil, ajudou a arejar muita coisa e foi influenciar diretamente o pessoal do cinema. E o Cinema

³ Ao utilizarmos a nomenclatura “cinema independente” dos anos 1950 nos referimos, de maneira geral, à produção que emerge na esteira dos Congresso de Cinema e reverbera os debates neles propostos. Como o propósito do artigo não é analisar o conjunto do cinema independente (e as fontes utilizadas não seriam suficientes para tal proposta) mas sim o processo de emergência do cinema moderno que culmina com a ascensão do Cinema Novo, restringimos a argumentação sobre a produção teórica e filmica da primeira metade da década de 1950 a dois nomes que julgamos centrais para nossos objetivos: Nelson Pereira dos Santos e Alex Viany. Tal limitação justifica-se, por um lado, pela relevância que esses dois cineastas vieram a ter na consolidação do Cinema Novo e, por outro, por sua presença nas fontes primárias encontradas para esta pesquisa.

Novo surgiu como consequência disso tudo: O Cinema Novo veio, assim, no momento exato: está ligado não só às próprias tendências do cinema como também a todo esse paralelismo da cultura, os movimentos da cultura popular, tudo isso.” (Santos et. al, 1965, p. 193-4)

Essa geração de cineastas, entre os quais alguns viriam a compor o Cinema Novo e, anos antes, tivera papel decisivo no início do cinema moderno no Brasil, marcou a primeira vez em que houve uma produção contínua no país de obras de viés progressista, engajado e de esquerda. Tal afirmação, por si só, já indica o quanto singular era a situação do cinema brasileiro quando comparado a outras artes: neste mesmo período, a literatura, por exemplo, se encontrava em sua terceira geração modernista e contava com um amplo leque de autores engajados como Jorge Amado e Graciliano Ramos, cujas obras já possuíam um lastro de décadas. O cinema, por sua vez, até então nunca havia alcançado qualquer tipo de continuidade comparável à literatura, e a produção nacional (como um todo, não apenas aquela de viés engajado) por décadas se restringiu a ciclos isolados.⁴

Sem entrar em detalhes deste amplo retrospecto (uma vez que não é este o objetivo deste trabalho), para fins de contextualização cabe indicar que a situação começa a mudar na década de 1950, ainda que não tenha saído de cena o tradicional domínio do cinema comercial estrangeiro, tido há tempos como um obstáculo para a indústria nacional e que começa a ser combatido através de medidas práticas a partir deste período. Evidentemente, este é um obstáculo que afeta a produção filmica nacional como um todo (e já havia sido constatado por gerações anteriores de cineastas, que tentaram, sem o mesmo sucesso do Cinema Novo, propor soluções), mas ele se torna especialmente relevante para os artistas engajados a partir da década de 1950 porque eles entendem tal domínio estrangeiro no mercado cinematográfico nacional como um reflexo do imperialismo e, de modo mais geral, dos domínios econômico e cultural exercidos pelas potências estrangeiras sobre um país subdesenvolvido como o Brasil - noção esta que era compartilhada por diversos setores das esquerdas no período, como vamos expor adiante.

Os cineastas engajados, a partir dos anos 1950, tomaram tal perspectiva como base para seus projetos de como, enfim, desenvolver efetivamente a indústria cinematográfica nacional sem depender dos moldes hollywoodianos de produção. Em síntese, a geração que inicia o cinema moderno no Brasil passa a direcionar sua formação política de esquerda e sua

⁴ Cf. GOMES, Paulo Emílio Sales. Panorama do cinema brasileiro: 1896/1966. In: _____. Cinema: trajetória no subdesenvolvimento. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

correspondente compreensão sobre as causas dos problemas nacionais para explicar os problemas do cinema brasileiro e buscar soluções.

Um marco importante desses debates e das medidas práticas que foram propostas a partir deles foram os congressos de cinema realizados no início da década. Em sua obra pioneira *Introdução ao Cinema Brasileiro*, Alex Viany, crítico cinematográfico, cineasta e militante do PCB que foi um nome muito atuante nesse contexto, afirma a respeito dos congressos em questão (dos quais ele próprio participou):

Na primeira fase de suas campanhas reivindicativas, os homens de cinema do Brasil haviam lançado as bases de uma legislação protecionista. [...]

Ao término do II Congresso Nacional do Cinema Brasileiro, efetuado em São Paulo em 1953, não havia nos estúdios e laboratórios, bem como no seio da crítica, quem desconhecesse os principais problemas da nossa cinematografia - e os remédios mais viáveis para solucioná-los. (Viany, 2009, p. 111-112)

Os tais “principais problemas de nossa cinematografia” tem uma origem clara segundo o autor, como ele aponta enfaticamente nas páginas seguintes: “a raiz de todos os males (...) é encontrada na crescente penetração dos monopólios estrangeiros, direta ou indiretamente, na estrutura do movimento cinematográfico no Brasil” (Viany, 2009, p. 115). Essa fala de Viany, enquanto um dos principais “homens de cinema” ligados à militância de esquerda de sua época, é extremamente representativa para entender as coordenadas políticas do cinema engajado que foi feito nos anos 1950.

Mesmo que, em termos de produção fílmica de fato, essa década tenha sido pouco prolífica para o cinema engajado (com poucos longas-metragens e com curtas-metragens que só começaram a ser realizados após 1957) em comparação à seguinte, esse momento inicial não pode ser menosprezado. Como afirma Nelson Pereira dos Santos a respeito, “em nosso tempo de congressos, tínhamos uma posição crítica muito semelhante à do Cinema Novo, mas não tínhamos uma produção nesse sentido.” (Santos et. al, 1965, p. 190). Ainda sobre tal continuidade, Nelson Pereira dos Santos reitera a posição de Glauber Rocha de que “Cinema Novo é um prolongamento, uma manifestação mais completa, de todo um desejo, de toda uma aspiração de vários momentos de cineastas no Brasil.” (Santos et. al, 1965, p. 189-90). Maurício Cardoso destaca dois aspectos das resoluções do II Congresso Nacional do Cinema Brasileiro, que também podem ser percebidos através da citação de Viany e mostram que a posição deste não lhe era exclusiva, mas sim compartilhada por diversos outros profissionais ligados ao cinema:

Primeiro, as resoluções do congresso identificaram no filme estrangeiro o principal inimigo da cinematografia nacional; segundo, as resoluções dialogam com o Estado, propondo medidas que dependeriam de uma política cinematográfica mais ampla, na qual o poder público deveria garantir o desenvolvimento do cinema brasileiro. (Cardoso, 2017, p. 50)

O imperialismo como principal obstáculo do desenvolvimento nacional e a intervenção do Estado como meio de superá-lo: esses pontos abrangem um projeto amplo para lidar com os problemas nacionais que não se restringiam à militância de esquerda dentro do cinema brasileiro. Trata-se de proposições de um projeto político que começa a ser divulgado na década de 50 e foi dominante entre as esquerdas no período da chamada democracia populista⁵: o projeto nacional-popular (ou nacional-reformista) (Gomes, 2001, p. 22-23; Czajka, 2010, p. 98).

Entre correntes diferentes como “o chamado populismo de esquerda” e o PCB, havia “(...) muitos pontos de contato, ambos reivindicando a libertação do povo para a construção de uma nação brasileira, independente do imperialismo e livre do atraso feudal remanescente no campo” (Ridenti, 2010, p. 28). Isso nos leva a concluir que o projeto nacional-popular constituía uma tendência dominante na esquerda em torno da qual diferentes organizações e correntes, que constam entre as mais influentes do período, concordavam. Isso ocorria de maneira mais difusa nos anos 50 e com uma formulação mais clara a partir do início dos anos 60, época em que o Cinema Novo se consolidou.

Apesar das citadas continuidades entre o cinema independente dos anos 50 e o Cinema Novo, devemos, para fins de rigor historiográfico, esclarecer algumas rupturas que fazem com que este momento inicial não seja considerado pela historiografia como parte do citado movimento. Napolitano (2001, p. 112), por exemplo, enfatiza o distanciamento claro entre os dois momentos; Ismail Xavier (2001, p. 16) define o primeiro momento como proto-Cinema Novo, o que ilustra uma continuidade sem descartar certa diferença, como percebemos nas citações de Nelson Pereira dos Santos anteriormente indicadas.

Nessa transição do chamado proto-Cinema Novo para o movimento em si, Napolitano afirma que as rupturas promovidas pelos cineastas (o que não inclui aqui diferenças conjunturais) são sobretudo estéticas e em sua relação com o público. Para o historiador, os

⁵ Neste trabalho, utilizamos a definição de “democracia populista” de acordo com o trabalho de Dreifuss (1981), mas entendemos que o uso do termo para se referir aos governos que antecedem o Golpe de 1964 é objeto de controvérsias na historiografia. Cf. DEMIER, Felipe Abrantes. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

primeiros filmes de Nelson Pereira dos Santos não negam os princípios do cinema comercial vigente, e se apropriam deles para aproximar-se dos “gostos” do público como estratégia de comunicação. O Cinema Novo, por sua vez, nega o cinema comercial em função de uma abordagem mais vanguardista, dialogando com tendências europeias e elaborando uma estética que assimila o subdesenvolvimento do país como pressuposto criativo ao invés de evitá-lo, embora, até 1964, o movimento mantenha em comum com a fase anterior o ideal nacional-popular com algumas variações (Napolitano, 2001, p. 113-4).

Após buscar mais indícios nas pesquisas de outros autores e buscar dados das reflexões posteriores elaboradas pelos próprios cineastas, podemos concluir que a ruptura estética promovida pelo Cinema Novo entre o fim dos anos 1950 e 1964 estava atrelada a uma radicalização do projeto nacional-popular, sem que tenha havido um rompimento claro com este (que só viria a ocorrer com o Golpe de 1964). A partir deste episódio, o Cinema Novo passa a problematizar o Brasil de forma mais radical que seus precedentes. Como em vanguardas estrangeiras, o experimentalismo estético foi visto como um meio de levar a cabo a radicalização política, mas levando em conta as particularidades do Brasil que tornava necessária a criação de uma nova estética vanguardista e não simplesmente a importação do que era feito na Europa.

REDEFINIÇÃO DO ENGAJAMENTO ARTÍSTICO DE ESQUERDA NOS ANOS 1960 E SUAS ESPECIFICIDADES NO CINEMA

Como demonstrado pela discussão da seção anterior, o cinema moderno emerge no Brasil com profundo envolvimento com a militância de esquerda - de modo que entender como os ideais das esquerdas foram compreendidos e incorporados pelos artistas engajados desde essa época “inicial” é um fator fundamental para entender tanto suas práticas quanto as críticas que lhe foram feitas posteriormente e levaram a “correções de rota”. Nesta seção, abordamos tal envolvimento (marcado pela repercussão do chamado projeto nacional-popular ou nacional-reformista) como um aspecto da redefinição do engajamento de esquerda que ocorre durante o período em questão, como formulado por Napolitano.

Com a consagração da expressão “nacional-popular” em meados dos anos 1950, um novo projeto parecia se afirmar na política e na cultura, fazendo com que comunistas e trabalhistas convergissem em vários pontos, esboçando um projeto global de mudanças para o Brasil. Esse projeto ganhou corpo no final dos anos 1950 e fez com que, paulatinamente, os temas da reforma e da revolução - debate caro às esquerdas

marxistas - ficassem embaralhados. (Napolitano, 2014b, p. 40-41)

Como o autor enfatiza, não podemos falar de uma esquerda homogênea que compartilhava dos mesmos ideais de forma absoluta, mas é possível destacar tendências e pontos de acordo entre diversos setores que, de forma mais incipiente em meados dos anos 50 e de forma mais amplamente teorizada a partir do final dessa década, aglutinam-se em torno do ideal nacional-popular. Ainda que, nessa convergência de correntes distintas, alguns termos, conceitos e propostas ficassem “embaralhados” ou fossem definidos com certa imprecisão, interessa-nos saber que nesse momento havia uma linha de maior influência (apesar de não ser a única) que repercutiu de forma mais decisiva sobre a cultura - linha esta que aqui é caracterizada de forma propositalmente ampla para englobar posições mais e menos radicais dentro da esquerda. Como reforçado por Ridenti, esse ideário nacionalista e trabalhista da época, bem como o projeto político do PCB e de correntes marxistas que concordavam quanto à necessidade de combater o imperialismo e promover o desenvolvimento nacional, influenciou os movimentos culturais anteriores a 1964 (Ridenti, 2014, p. 58-9). No caso do cinema, podemos associar tal influência às novas agências de artistas militantes de esquerda, concebidas desde os anteriormente citados congressos dos anos 1950 através de nomes como Nelson Pereira dos Santos e Alex Viany.⁶

Alguns fatores convergem para que a influência do ideário nacional-popular no cinema tenha se tornado significativa desde meados dos anos 50 e, em especial, nos anos 60, momento em que ocorre a redefinição do engajamento artístico. Esse recorte temporal foi marcado por um contexto de intensa efervescência cultural e política no mundo. Outras sociedades nas quais emergiram movimentos similares na década de 60 compartilhavam com o Brasil certas condições materiais ligadas, por exemplo, a um processo de acelerada e crescente urbanização. Se, por um lado, essa “transformação tão acelerada viria a gerar problemas sociais, políticos, econômicos e culturais”, ela também “abria portas para uma onda significativa de criatividade em todos os campos” (Ridenti, 2007, p. 187). A partir dessa base, os artistas engajados tematizaram em suas obras, de forma heterogênea, as contradições que percebiam na sociedade e apontavam mecanismos para superá-las - e o

⁶ Para uma perspectiva mais aprofundada sobre a relação entre PCB e artistas ligados ao Cinema Novo, cabe a leitura do artigo de Arthur Autran (2012), *Cineastas comunistas no Brasil*, o qual corrobora com a abordagem aqui apresentada de que, para o cinema, o período entre os anos 1950 a 1963 foi marcado sobretudo pela articulação com o viés nacional-popular.

fizeram com tal preponderância que a militância artística passou a ser vista com atenção inédita dentro da esquerda:

(...) o conceito de engajamento artístico de esquerda, a partir do final dos anos 50, deve ser pensado a partir dessas mudanças estruturais no campo artístico-cultural como um todo, processo que diluiu a “república das letras” em outras áreas artísticas, vocacionadas para o “efeito”, para a performance, para o “lazer” (Napolitano, 2001, p. 104)

Essa diluição provoca um fenômeno em que a “voz” de artistas engajados assume um papel de destaque entre as diversas dimensões da militância de esquerda, sobretudo no que se refere a uma nova “estrutura de recepção” e formação de um novo público que seria atingido pelas obras.

Com tal renovação, a arte torna-se um espaço aglutinador onde se intercalam expressão política e artística, em uma “ligação íntima entre expressão política, artística e científica voltadas para a revolução brasileira”, o que atraía em especial as classes intelectualizadas interessadas em pensar meios de superar os problemas nacionais (Ridenti, 2014, p. 72). Concomitante à citada preocupação entre os cineastas ligados ao Cinema Novo a respeito do desenvolvimento da estrutura de produção das obras, a estrutura de recepção, ligada às maneiras de atingir o público e divulgar posições críticas sobre a realidade social, também se torna um objeto central de reflexões. Nesse momento, tanto quanto criar as condições materiais para que os artistas do cinema conseguissem trabalhar, interessava também que o resultado deste trabalho tivesse um impacto político sobre a sociedade. Podemos confirmar essas motivações através de relatos da época: o crítico Jean-Claude Bernardet, em seu ensaio *Brasil em tempo de cinema* publicado em 1967 (ou seja, contemporâneo do Cinema Novo), afirma o seguinte ao referir-se à justificativa política dos filmes: “Discutia-se se o autor devia abdicar totalmente de suas inquietações pessoais, renunciar a fazer uma obra que o expressasse como artista, para dedicar-se a filmes sobre a realidade exterior - sacrificar o artista ao líder social” (Bernardet, 2007, p. 44). Importante frisarmos que Bernardet não insinua, neste trecho, que o debate estético era ignorado nos primeiros anos da década de 60, mas sim que ele era pensado sem perder de vista sua essencial função política - função esta que, por sua vez, era planejada tendo em vista um projeto coletivo que ia além de interesses individuais.

Trata-se de um momento em que os cineastas passam a entender de forma indissociável a expressão política e artística, como apontou Napolitano: a forma de filmar, a

elaboração dos roteiros, as inovadoras técnicas de realização dos filmes, a relação com o público... tudo isso articulava-se com perspectivas mais amplas a respeito da política nacional, de modo que, em diversos filmes do início da década em questão, “falou a voz do intelectual militante, sobreposta à do profissional de cinema” (Xavier, 2001, p. 62). Nesse momento de redefinição do engajamento de esquerda, os cinemanovistas se mobilizam para a construção de um cinema que encare de frente a realidade de um país subdesenvolvido ao invés de ocultá-la. Glauber Rocha reitera esse ponto em diversos momentos, destacando que não basta fazer qualquer tipo de cinema, é preciso ir em direção a um cinema engajado, que, enquanto veículo de ideias necessárias, seja uma dimensão da militância de esquerda lutando por meios de superar as mazelas sociais (Rocha, 2004, p. 48-9). Avançando em suas ideias previamente colocadas, Glauber reforça e elabora mais profundamente sua posição em defesa de um tipo específico de cinema em um texto de 1962 intitulado *Cinema Novo*, o qual reforça nossas colocações:

Nosso cinema é novo porque o homem brasileiro é novo e a problemática do Brasil em si é nova e nossa luz é nova e por isto nossos filmes nascem diferente dos cinema da Europa.

Nossa geração tem consciência: sabe o que deseja. Queremos fazer filmes antiindustriais; queremos fazer filmes de autor, quando o cineasta passa a ser um artista comprometido com os grandes problemas do seu tempo; queremos filmes de combate na hora do combate e filmes para construir no Brasil um patrimônio cultural. (Rocha, 2004., p. 52)

Essa enumeração de objetivos não é por acaso e, quando vistos em conjunto, notamos que existe aí um projeto de cinema político em que articulam-se novas maneiras de filmar (filmes anti-industriais e de autor⁷) com o engajamento político (um artista comprometido com os problemas de seu tempo, que filma na hora do combate); um projeto no qual o

⁷ Importante destacar que o termo “cinema de autor” utilizado pelos cineastas tem um sentido preciso. Ele remete a uma proposta inaugurada pela Nouvelle Vague francesa que enfatizava o papel do diretor na realização dos filmes e atacava imposições que limitassem seu trabalho, na tentativa de “dignificar” esse ofício. (Cf. TRUFFAUT, F. Uma certa tendência do cinema francês. In: O Prazer dos Olhos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 257-276). Entretanto, o termo é reformulado por diretores do Cinema Novo como Glauber Rocha e Nelson Pereira dos Santos, que enfatizam que a chamada “política dos autores” dos franceses não poderia simplesmente ser importada para um país subdesenvolvido cuja realidade era outra. Ainda assim, a noção de “cinema de autor”, quando adaptada e reformulada para a realidade brasileira, é tida como central para a construção de um cinema independente como defendido pelo Cinema Novo. A esse respeito, Nelson Pereira dos Santos afirma: “Essa política, como se sabe, foi lançada na França. Mas não há qualquer semelhança ou mesmo possibilidade de comparação entre a situação do cinema na França com a situação do cinema brasileiro. Na França, a aplicação da política dos autores foi justíssima (...) O importante é o sujeito saber o que quer. (...) Aqui, a aplicação da política dos autores, onde não havia obstáculo da estagnação da indústria, nem o das imposições corporativas, foi muito justa, muito bem lançada, do ponto de vista da manifestação individual. Isso serviu para colocar o diretor de cinema (...) numa posição igual à do escritor, do pintor, do músico.” (Santos et al., 1965, p. 194-5).

cineasta traz para as telas os problemas nacionais visando intervir sobre eles de alguma maneira neste momento em que “o filme brasileiro se incorporou à política e tende, neste processo, a influenciar o processo dialético da História.” (Rocha, 2004, p. 60).

Voltando à reformulação conceitual referente à redefinição do engajamento de esquerda proposta por Napolitano, o marco temporal a partir do qual o autor a faz, coincide com um período que Ismail Xavier caracteriza pela aproximação entre ciências sociais e cinema. Essa caracterização corrobora a tese do historiador e permite estabelecer uma síntese que embasa as próximas discussões deste trabalho sobre o tema. Segundo Ismail Xavier, há notável repercussão do debate teórico das ciências sociais na produção fílmica do Cinema Novo, ligados à identidade e formação nacional (Xavier, 2001, p. 19), o que pode ser notado através da mudança nos temas e abordagens dos filmes.

Entre 1954 (ano de realização de *Rio, 40 Graus*) e 1964 (ano de lançamento de *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, filme que Glauber Rocha realizou pouco antes do Golpe de 64) há uma evolução temática que coincide com os debates centrais da militância contemporâneos a cada filme. *Rio, 40 Graus* expõe, através de uma narrativa urbana inspirada na cultura popular, uma perspectiva reformista e relaciona-se ao que seria definido como o projeto nacional-popular; já *Deus e o Diabo* coloca em pauta a questão camponesa e defende um projeto político mais radical e revolucionário que coloca em dúvida o alcance das reformas realizadas dentro dos limites da democracia burguesa. Ismail Xavier sintetiza tal radicalismo político de Glauber Rocha, que se distancia do reformismo de filmes anteriores do Cinema Novo, ao tratar de seus filmes realizados desde 1964, incluindo *Deus e o Diabo*. O autor afirma que, para o citado diretor,

o cinema político do Terceiro Mundo deve ser uma recusa radical do cinema industrial dominante; é preciso negar a universalidade de uma técnica para afirmar um estilo em conflito com as convenções vigentes; é preciso assumir a precariedade de recursos e inventar uma linguagem que, no plano da cultura, seja uma negação revolucionária tão legítima quanto a violência do oprimido na práxis histórica (Xavier, 2001, p. 131)

Neste artigo sempre nos referimos a perspectivas ou projetos no plural justamente por algo que é possível perceber pela comparação entre os dois filmes citados anteriormente: a heterogeneidade do cinema engajado e as metamorfoses pelas quais os projetos políticos e estéticos associados ao Cinema Novo passaram no decorrer dos anos. Embora as metamorfoses mais drásticas tenham ocorrido em virtude do Golpe de 1964 (que colocou “em xeque” o projeto nacional-popular que fora dominante entre as esquerdas até então), nos

interessa nos limites desta pesquisa apontar quais mudanças e revisões já vinham sendo feitas mesmo antes de abril de 1964.

AS METAMORFOSES DO CINEMA NOVO ATÉ O GOLPE DE 1964: ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Em alguns sentidos, certas noções e práticas que viriam a sofrer fortes críticas após o Golpe já vinham sendo reavaliadas por alguns cineastas antes desse evento, de modo que este teve um efeito ambíguo: ao mesmo tempo em que ele motivou revisões mais duras, a Ditadura instaurada também restringiu, através de medidas repressivas e autoritárias, o campo de ação dos cineastas para colocar em prática de forma efetiva tais revisões. Nesta seção abordamos as primeiras revisões elaboradas antes de abril de 1964, a partir de um breve balanço traçado entre a consolidação do Cinema Novo e o Golpe.

Como já destacamos, os pontos em comum que agregaram os cineastas em torno de um mesmo movimento artístico não anulam a existência de discordâncias internas. A esse respeito, é esclarecedora uma fala do diretor Carlos Diegues ocorrida após um evento focado no cinema latino-americano realizado em Gênova, 1965, e publicada no Brasil pela *Revista Civilização Brasileira*: em um diálogo em que Diegues (que realizou, em 1962, um dos segmentos de *Cinco vezes favela* e, em 1964, o longa-metragem *Ganga Zumba*) e Saraceni (que viria a realizar *O Desafio* em 1965) discutem a ausência de “um” teórico no Cinema Novo. O primeiro afirma que “(...) cada diretor novo que estreia (...) é mais um dado desconcertante, é mais um *repensar* de tudo que a gente vem fazendo. Por isso, eu dizia em Gênova que achava muito lógico não haver um teórico” (Dahl et. al, 1965, p. 240-1). Sobre o tema, Gustavo Dahl complementa na mesma conversa: “Cada diretor é ao mesmo tempo um teórico. Houve um grande trabalho teórico em comum: o grande teórico do Cinema Novo é uma comunidade” (Dahl et. al, 1965, p. 245).

Ou seja, naquele momento, interessou mais aos cineastas dedicarem-se à construção de um projeto coletivo - não para estabelecer um modelo ideal de filme engajado, mas sim para desenvolver o cinema brasileiro em seu conjunto e utilizar-se disso para representar a um público mais amplo os problemas sociais tidos como mais urgentes. Como Malafaia sintetiza, a estruturação do movimento foi forjada em suas propostas políticas gerais e não na homogeneização estética (Malafaia, 2012, p. 41). Portanto, a heterogeneidade dos cineastas

se manifesta através de diferentes propostas estéticas e diferentes perspectivas políticas que, por estarem alinhadas dentro de uma proposta política geral associada à esquerda, não chegam a constituir pontos de ruptura. Consequentemente, é possível pautar o debate em termos de tendências dominantes (em relação a ambos os aspectos, políticos e estéticos, que agregaram os cineastas do movimento) sem impor aos cineastas uma suposta posição uniforme que teria permanecido constante durante todo o período - afinal, não foi isso que ocorreu.

Historicizando tal heterogeneidade, concluímos que a “dominância” ou maior recorrência nas produções dos cineastas desta ou daquela tendência também não permanece constante no decorrer dos anos, o que articula-se com o contexto em que as produções estão inseridas: entre 1960 e 1964, especialmente, o Brasil passa por agitações tão intensas a cada ano (ascensão das ligas camponesas, mobilização pelas reformas de base no governo João Goulart e a reação dos opositores, etc), que as questões tidas como urgentes pela militância bem como a inserção do cinema nesse meio mudaram de forma acentuada, sobretudo em relação a três aspectos que são mais relevantes para esta pesquisa. São eles: os meios de intervir sobre os problemas sociais do país; a relação do cinema engajado com o público e as estratégias para atingi-lo; a interpretação sobre o lugar social dos cineastas. Como já tratamos, ao descrever a redefinição de engajamento a partir de 1960 segundo Napolitano, esses três aspectos citados se confundem nesse momento singular da arte brasileira em que militância de esquerda e produção artística se articulam profundamente.

A justificativa política da arte engajada é um exemplo dessa articulação. Ela traz como implicação a necessidade de mobilizar o público em torno daquelas questões sociais que uma obra discute - o que constitui um desafio para os mais variados artistas:

Para o teatro, o cinema e a canção engajada, no início dos anos 60, o problema do público se colocava em dois níveis: num primeiro nível, colocava-se o desafio de consolidar um público próximo e imediato, que partilhasse com o artista espaços sociais comuns (movimento estudantil, campi universitários) e valores ideológicos e políticos. (...) Num segundo nível, o desafio era ampliar o circuito de público, abrir os espaços pelos quais a arte engajada circulava. (Napolitano, 2001, p. 106)

Além do “meio social imediato ao artista, futura liderança do processo político (grosso modo, meio estudantil)”, oriundos dos meios intelectualizados, era em função das “massas”, “meio social mais amplo”, que os filmes eram pensados, afinal eles seriam o “alvo da ‘pedagogia política’ que, de uma forma mais ou menos explícita, se enunciava na obra” (Napolitano, 2001, p. 106). Até 1964, entretanto, não houve preocupação em traçar uma

distinção entre os dois grupos: todos eram vistos dentro de uma mesma definição ampla e imprecisa de “povo”. Essa generalização tinha como efeito apagar qualquer contradição entre classe média intelectualizada (que constitui o lugar social dos cineastas), classes subalternas e burguesia industrial nacionalista, interpretadas naquele momento quase como um mesmo grupo através de uma “aliança de classes” contra o imperialismo que seria, teoricamente, pautada na experiência popular (Cardoso, 2017, p. 53).

Como Bernardet problematiza em 1967, a definição de povo que fundamentou a prática política dos cineastas no começo da década agregou todos os grupos sociais que poderiam opor-se ao imperialismo, desde trabalhadores rurais e grupos marginalizados até “a parte da alta, média e pequena burguesia que é desvinculada do imperialismo e que se outorga a função de líder” (Bernardet, 2007, p. 48). Nessa definição expressa nos filmes, há um diálogo explícito com a posição do PCB segundo a qual o “povo” seria composto por todas aquelas “forças opositoras da aliança entre o imperialismo e o latifúndio, empenhadas em romper o atraso nacional” (Ridenti, 2014, p. 47) - posição esta que passou a ser explicitamente defendida pelo partido como parte de sua política cultural em seu V Congresso.

Considerando que “quase todo o pessoal do Cinema Novo (...) era próximo de organizações de esquerda, em especial o Partido Comunista, no qual alguns militavam” (Ridenti, 2007, p. 193), que “a presença cultural do PCB era relevante nas principais capitais brasileiras, especialmente no início dos anos 1960” (Ridenti, 2014, p. 55) e que o ideal nacional-reformista influenciou até setores sociais que não militavam no Partido (Ridenti, 2010, p. 27), fica evidente que a interpretação dos cineastas engajados sobre quem é esse “povo”, que constitui o público alvo de suas obras, repercute o já citado ideal nacional-popular, dominante entre as esquerdas até 1964.

É preciso destacar que utilizamos termos como repercussão e diálogo porque o impacto do PCB e de seu projeto político sobre o cinema não se deu em termos de uma aplicação rígida de ideais partidários, mas sim de influências e reformulações propostas pelos próprios cineastas: nos anos 1960 já não existia, ao menos no caso do PCB, um projeto rígido e definido para a cultura. Isso dava mais liberdade criativa aos artistas, que, mesmo influenciados pelos ideais do partido e pelo projeto nacional-popular, não elaboravam suas obras segundo qualquer diretriz “externa” (Ridenti, 2014, p. 53-56). Como exposto por Autran (2012, p. 313-314), mesmo que diversos nomes envolvidos com o cinema (além dos mais citados, Nelson Pereira dos Santos e Alex Viany) tivessem algum grau de filiação com o PCB, a

consolidação do Cinema Novo se deu priorizando a noção de autoria - ainda que, como apontamos até então, a influência do ideário nacional-popular tenha persistido, com variações e ambiguidades, no recorte temporal aqui analisado.

Exemplo da natureza dessa proximidade entre partido e cinema engajado é a trajetória de Nelson Pereira dos Santos: o diretor, que em 1963 lançaria *Vidas Secas*, militou no partido nos anos 1950. Na década seguinte, porém, já estava afastado do partido para dedicar-se a ser um “militante da ‘política de cinema’, dos ‘movimentos de defesa do cinema brasileiro, com uma visão nacionalista’” (Ridenti, 2014, p. 51). Ou seja, o diretor priorizou questões próprias do cinema nacional sem deixar de lado sua formação teórica enquanto quadro do partido, tanto que após sua saída ele mantém a perspectiva nacionalista como estratégia de engajamento e aquela já descrita definição de povo se manifesta em suas obras anteriores a 1964. Sob essa condição em que os cineastas “formulam na prática” o projeto cultural do Partido ou daqueles próximos ao partido, o cinema e outras artes se tornam “linguagens privilegiadas da esquerda comunista”, e “mais que meros veículos de ideias políticas, (...) serão espaços de criação e de pesquisa estética” (Napolitano, 2014b, p. 43).

Nesses termos, aquilo que o Cinema Novo aponta como os meios de intervir sobre os problemas sociais segue linha similar: com o pressuposto de mobilizar o público politicamente, entram em cena termos como pedagogia política e conscientização - não necessariamente utilizados por cineastas, mas utilizados por pesquisadores para explicar seus objetivos e práticas. E a quem seria dirigida essa pedagogia ou, mais especificamente, quem seriam conscientizados?

Falar do povo, pelo povo, dar a palavra ao próprio povo: as variantes e os debates eram muitos, mas o centro continuava sendo a busca das raízes do autêntico homem do povo (...). Essa busca do nacional e popular marcou os filmes dos anos 1960, particularmente os do Cinema Novo, cujos cineastas foram mudando ao longo do tempo (por exemplo, deixando de lado o projeto da revolução), mas sempre conservando algum aspecto de sua marca original: a vinculação, de algum modo, ao povo. (Ridenti, 2014, p. 83)

Os cineastas, influenciados pela perspectiva nacional-popular, até 1964 pouco problematizam a possibilidade de haver algum distanciamento entre seu lugar social enquanto intelectual de classe média e classes subalternas - tanto que apenas *Deus e o Diabo*, entre as obras do Cinema Novo realizadas antes do Golpe, problematiza, de forma incipiente,

o lugar da classe média nas lutas sociais através do personagem Antônio das Mortes.⁸ Após o Golpe, essa problematização incipiente se transforma em uma discussão direta e explícita, com diversos filmes que tem como protagonistas personagens da classe média intelectualizada.

Consequentemente, sob a homogeneização do conceito amplo de “povo”, os cinemanovistas não tematizaram até então as possíveis contradições que poderiam dificultar a comunicação da mensagem política dos filmes, bem como sua aceitação por parte do público. Como estratégia de comunicação com o “autêntico homem do povo”, foi uma constante o apelo à representação da “cultura popular” conforme compreendida pelos cineastas, intelectuais de esquerda. A religião aparece em filmes como *Barravento* (1961), de Glauber Rocha, *Os Fuzis* (1964), de Ruy Guerra, *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964); as festas e música populares aparecem em *Rio, 40 Graus*, *Rio, Zona Norte*, *Cinco Vezes Favela* (1962) (antologia com curtas de Carlos Diegues, Joaquim Pedro de Andrade, Leon Hirszman, Marcos Farias e Miguel Borges), *Ganga Zumba* (1964), de Carlos Diegues. Mas, tais representações eram ambíguas: aquilo que era considerado “cultura do povo”, o que inclui a religião e as festas e música populares, não raramente foi mostrado como uma forma de alienação (Xavier, 2001, p. 21-22) ou mesmo como um obstáculo à mobilização política, o que se torna objeto de debates e críticas posteriormente em relação ao viés “popular” das obras.

Ainda sob a chave da conscientização, é preciso esclarecer: conscientizar em relação a quê? Como já exposto, os primeiros anos da década de 60 foram marcados por uma convergência de comunistas e trabalhistas em torno do ideal nacional-reformista, que a partir de 1961 tomou forma na militância pelas reformas de base propostas pelo governo de João Goulart. Em síntese, a intervenção estatal foi tida por tais grupos como a solução imediata para os problemas sociais. Intervenção esta caracterizada por reformas restritas aos limites da democracia burguesa, as quais o PCB na época concebia como uma primeira etapa da revolução (focada no desenvolvimento do Brasil e superação do imperialismo através da associação com uma burguesia nacionalista) para, em uma etapa seguinte, levar a cabo a superação do capitalismo (Ridenti, 2010, p. 27). Vinculado a esse projeto político, surge o CPC,

⁸ Essa interpretação sobre o personagem Antônio das Mortes é elaborada por Bernardet em seu clássico ensaio (2007), mas a utilizamos aqui segundo outros termos. Para este trabalho, tal obra é essencialmente uma fonte primária, mas fazemos menção a ela como parte da argumentação por entender que a introdução incipiente de um personagem que representa a classe média ilustra, quando historicizada e inserida em um momento de esgotamento do pacto populista conforme apontado pela bibliografia selecionada, um exemplo da radicalização crescente nos momentos imediatamente anteriores ao Golpe de 1964.

Centro Popular de Cultura da UNE em 1962, que se dispunha “a desenvolver a consciência popular, considerada a base da libertação nacional.” (Napolitano, 2014a, p. 38). Na medida em que caracterizavam o subdesenvolvimento como problema mais urgente do país e não raro apelavam aos dirigentes do país por uma solução, os filmes do Cinema Novo desse período repercutiram esse projeto político.

Talvez o exemplo mais representativo desse momento do cinema engajado, intermediário entre o “proto-Cinema Novo” de *Rio, 40 Graus* e o radicalismo de *Deus o Diabo*, seja um filme que foi realizado no meio do CPC: *Cinco Vezes Favela*, de 1962, uma antologia de cinco curta-metragens que não colocam em pauta a possibilidade de um processo revolucionário ou da luta armada, e sim apontam de forma mais ou menos explícita que a solução das mazelas sociais pode se dar através da intervenção dos governantes. Entre 1962 e 1964, há uma transformação no sentido de que as tensões do país já influenciavam uma revisão entre os cineastas, tanto a respeito da tal conscientização do público quanto do lugar social que aqueles ocupavam na militância. Após esse filme, por exemplo, alguns cineastas afastaram-se do CPC por discordarem da instrumentalização política da arte. Ainda assim, estes seguiram na perspectiva nacional-popular, passando a enfatizar a “autonomia estética da obra de arte” (Ridenti, 2014, p. 71). Em síntese, o reformismo delineado em *Cinco Vezes Favela* e sua estratégia de conscientização já são colocados em questão mesmo antes do Golpe de 1964.

A trajetória de Glauber exemplifica bem essa transformação anterior ao Golpe: se em *Barravento*, seu primeiro longa-metragem, realizado em 1961, as noções de conscientização e reformismo se davam em termos similares ao que é representado por *Cinco Vezes Favela*, em *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964) há uma radicalização evidente - que, entretanto, mantém aspectos do nacional-popular. Em *Deus e o Diabo*, Glauber não chega a “romper” definitivamente com a tendência nacional-popular, pois o subdesenvolvimento permanece como um obstáculo central e a burguesia industrial continua ausente (tendo em vista a noção dominante entre as esquerdas até então de que uma burguesia nacionalista e antiimperialista poderia ser aliada da revolução em um primeiro momento), mas aparece com clareza uma apologia da violência popular revolucionária (Xavier, 2001, p. 129). A título de comparação, a ausência de uma postura tão radical nos filmes de anos anteriores ilustra as transformações pelas quais o cinema engajado brasileiro passou no decorrer dos anos até ter seu maior ponto

de ruptura com o Golpe de 1964, que coloca em “xequê” muitas das perspectivas até então dominantes entre as esquerdas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para nossos objetivos, é justamente nesse ponto, em 1 de abril de 1964, que encerramos o recorte temporal desta pesquisa. Se até 1964 tratamos da dominância do chamado projeto nacional-popular, cujas ideias gerais orientaram muito do que foi produzido e teorizado em termos de cinema engajado, o mesmo não pode ser dito a respeito dos anos seguintes. O período posterior ao Golpe foi marcado, pelo contrário, por críticas ao projeto nacional-popular e suas implicações, como a concepção globalizante de povo e a ênfase por reformas no interior da democracia burguesa. Essa nova conjuntura, marcada pela repressão das classes populares e consolidação da hegemonia burguesa, influencia diretamente nos posteriores rumos do Cinema Novo, em que os cineastas elaboraram uma autocrítica em relação às suas práticas anteriores.

REFERÊNCIAS

- AUTRAN, Arthur. As concepções de público no pensamento industrial cinematográfico. *Revista Famecos*, Porto Alegre, n. 36, p. 84-90, ago. 2008
- _____. Cineastas comunistas no Brasil. In: ROXO, Marco; SACRAMENTO, Igor (Orgs.). Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil. Rio de Janeiro: E-Papers, 2012.
- CARDOSO, Maurício. *Uma história dramática do cinema brasileiro*. São Paulo: LiberArs, 2017.
- CZAJKA, Rodrigo. A Revista Civilização Brasileira: projeto editorial e resistência cultural (1965-1968). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v.18, n.35, p. 95-117, fev. 2010.
- DEMIER, Felipe Abranches. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014
- DREIFUSS, René Armand. A crise do populismo. In: _____. *1964: a conquista do Estado*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LUCA, Tânia Regina de. História nos, dos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MALAFIA, Wolney Vianna. Brasil, tempos modernos: construção e desconstrução do ideário cinemanovista (1955-1973). In: _____. *Imagens do Brasil: Cinema Novo e as metamorfoses da identidade nacional*. Tese de Doutorado em História, Política e Bens Culturais. CPDOC, Rio de Janeiro, 2012. p. 32-78.

NAPOLITANO, Marcos. A arte engajada e seus públicos (1955/1968). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 103-124, 2001.

_____. *Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2014a.

_____. Esquerdas, política e cultura no Brasil (1950-1970): um balanço historiográfico. *Rev. Inst. Estud. Bras.*, São Paulo, n. 58, p. 35-50, jun. 2014b.

RIDENTI, Marcelo. Intelectuais e artistas brasileiros nos anos 1960/70: "entre a pena e o fuzil". *Artcultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 185-195, 2007.

_____. *O fantasma da revolução brasileira*. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010

_____. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

_____. Na trilha de Raymond Williams: para pensar política cultura e política no Brasil.. *Sociologia & Antropologia*, v. 13, n. 1, p. e220050, 2023.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. *Ensaio sobre a análise filmica*. 2 ed. Trad. Marina Appenzeller. Campinas: Papyrus, 1994.

VEIGA, Ana Maria. No Brasil: cinema, feminismos e ditadura. In: VEIGA, Ana Maria. *Cineastas brasileiras em tempos de ditadura: cruzamentos, fugas, especificidades*. Tese e Doutorado em História Cultural. UFSC, Florianópolis, 2013. p. 227-324

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. *Revista USP*, São Paulo, n.65, p. 210-224, março/maio. 2005.

XAVIER, Ismail. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. Prefácio. In: ROCHA, Glauber. *Revolução do Cinema Novo*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

FONTES

BERNARDET, Jean-Claude. *Brasil em tempo de cinema*: ensaio sobre o cinema brasileiro de 1958 a 1966. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DAHL, Gustavo. [et al]. "Vitória do Cinema Novo". In: *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. I, n. 3, jul. 1965.

SANTOS, Nelson Pereira dos; ROCHA, Glauber; VIANY, Alex. Cinema novo: origens, ambições e perspectivas. In: *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 01, 1965, pp. 185-196.

ROCHA, Glauber. *Revolução do Cinema Novo*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

VIANY, A. *Introdução ao cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2009

Recebido em 18 de agosto de 2024.

Aprovado em 21 de maio de 2025.



FELIPPE D'OLIVEIRA: UMA REVISÃO NARRATIVA

DOI: 10.48075/ri.v27i1.33536

Lucas da Cunha Zamberlan¹
Nátyaly Brescovit Figueira²

RESUMO: Este artigo objetiva apresentar uma revisão narrativa acerca da poética de Felippe D'Oliveira, destacando diacronicamente as reflexões críticas a respeito de sua obra, situada entre as expressões finisseculares e o Modernismo brasileiro. Para lograrmos êxito na pesquisa, recorremos às bases de dados SciELO, Periódicos Capes, Google Scholar, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, além de livros que abordam, mesmo que de forma suscinta, a literatura do autor. Como resultado, fica evidente a relevância da voz poética de Felippe D'Oliveira que, a partir do intercâmbio entre a sua literatura e a sociedade da época, compõe um episódio importante de um tempo permeado tanto de criatividade artística quanto de contradições e descobertas culturais.

Palavras-chave: Literatura Brasileira; Poesia; Felippe D'Oliveira.

FELIPPE D'OLIVEIRA: A NARRATIVE REVIEW

ABSTRACT: This article aims to present a narrative review of Felippe D'Oliveira's poetics, highlighting diachronically the critical reflections on his work, situated between finite-century expressions and Brazilian Modernism. To achieve success in the research, we used the databases SciELO, Periódicos Capes, Google Scholar, the Digital Library of Theses and Dissertations, as well as books that cover, even briefly, the author's literature. As a result, the relevance of Felippe D'Oliveira's poetic voice becomes evident, which, based on the exchange between his literature and the society of the time, makes up an important episode of a time permeated by both artistic creativity and cultural contradictions and discoveries.

Keywords: Brazilian Literature; Poetry; Felippe D'Oliveira.

INTRODUÇÃO

¹ Doutor em Letras - Estudos Literários - e mestre pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: lucasdacunhazamberlan@gmail.com.

² Graduanda do curso de Letras - Português/Literaturas Bacharelado da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: natalybres@gmail.com.

A poética de Felippe D'Oliveira representa uma das vozes expressivas da literatura brasileira do início do século passado. Nascido em Santa Maria, em 1890, o artista viveu em Porto Alegre, Rio de Janeiro e Paris, cidade onde foi exilado por questões políticas. Foi na capital federal brasileira da época que desempenhou o papel de empresário da indústria farmacêutica; de incentivador dos esportes emergentes em um país em transformação; de conspirador político nas Revoluções de 1930 e 1932 e, principalmente, de poeta, havendo publicado *Vida Extinta*, em 1911, e *Lanterna Verde*, de 1926.

Como parte integrante das comemorações do centenário da sua obra-prima, a ser celebrado em 2026, esta revisão narrativa insere-se em uma ação articulada de atividades que visam, à guisa de justificativa, amplificar a vida e obra de Felippe D'Oliveira, sublinhando aspectos relevantes da sua relação com as artes, as letras e a sociedade da *belle époque* fluminense. Os resultados obtidos nesta pesquisa, em harmonia com as discussões a respeito do tema, auxiliarão em uma leitura mais efetiva do lançamento de uma nova edição das suas *Obras Completas* (2024); da sua uma biografia, chamada *Felippe D'Oliveira: o poeta da Lanterna Verde* (2024), ambos pela Editora da UFSM e, por fim, do documentário *Por Onde Passa a Memória da Cidade 2023 - Cartas de Felippe*, produzido pela Empreendedora Cultural TV OVO.

Com isso, o presente trabalho objetiva promover uma revisão narrativa sobre a obra de Felippe D'Oliveira com a finalidade de se compreender – diacronicamente – quais foram os estudos realizados a respeito de sua poesia e, consequentemente, de que maneira ela foi sendo recebida pela crítica especializada mormente no ambiente acadêmico. Como método será recolhido e analisado trabalhos circunscritos às bases de dados SciELO, Periódicos Capes, Google Scholar, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e de livros de críticos que analisaram a literatura do autor. Dessa maneira, espera-se (re)dimensionar uma visão mais acurada da literatura de Felippe D'Oliveira e como ela se articula com seus papéis sociais e de seus contemporâneos de escrita.

FELIPPE SIMBOLISTA

Felippe D'Oliveira partiu para o Rio de Janeiro no início de 1910 e tudo leva a crer que já havia delimitado um projeto estético a ser desempenhado na capital federal. Juntamente com Álvaro Moreyra, seu melhor amigo, e outros intelectuais vindos do Rio Grande do Sul, o

poeta logo tratou de conhecer os multifacetados grupos de artistas que promoviam festas e encontros literários; assistiam a peças teatrais e frequentavam salas de cinemas e que acompanhavam as principais revistas da moda, como *O Malho*, *Para Todos*, e, principalmente, *Fon-Fon*, criada, em 1907, por Alexandre Gasparoni, Giovanni Flogiani, Gonzaga Duque, Mario Pederneiras e Lima Campos. Sobre a chegada a esse centro literário, Álvaro diz que

Felippe D’Oliveira e eu chegamos ao Rio, nos começos de 1910. Felippe trazia um fraque. Eu trazia uma carta para Mário Pederneiras. Os nossos sonhos eram iguais. Com os sonhos, a carta e o fraque, fomos, uma noite, visitar Mário Pederneiras, lá no Largo do Humaitá, e ficamos logo da família. Conhecemos então Rodrigo Octavio Filho. Olegário Marianno também veio do mesmo tempo. E não me lembro do nome do outro companheiro que arranjamos, grande admirador de Gomez Carillo e do Clube Mozart. (MOREYRA, 1989, p. 47).

Era o tempo da *Belle Époque*, ou, pelo menos, de sua extensão tropical. Com perto de um milhão de habitantes, a cidade havia enfrentado recentemente, no governo Pereira Passos, o movimento “bota-abixo”, que se constituiu, em linhas gerais, em um conjunto de obras públicas que reconfiguraram a estrutura urbana do Rio de Janeiro dos primeiros anos do século passado.

Nesse período, foram destruídas mais de 1300 edificações, afetando, diretamente, a vida de cerca de 14 mil pessoas que moravam, na maioria em cortiços, no centro da cidade. A ideia era modernizá-la, modelando suas feições ao gosto europeu, mormente parisiense. Assim, o lema da moda, repetido a plenos pulmões pelos mais entusiasmados com a transformação, era “O Rio civiliza-se”. Entre eles, estava Olavo Bilac (1996, p. 267), que, na inauguração da Avenida Central – síntese das ambições urbanas cariocas com seus 33 metros de largura – chegou a declarar: “Tirem-me o quanto antes, já, desta Avenida, que é a glória da minha cidade, esta ornamentação de festa da roça! O enfeite da Avenida é a própria Avenida – é o que ela representa de trabalho dignificador e de iniciativa ousada, de combate dado à rotina e de benefício feito ao povo!”.

Apesar de ter trazido consigo benefícios à cidade, com destaque no âmbito do saneamento básico e construção de prédios públicos, como a Biblioteca Nacional e o Teatro Municipal, a iniciativa não atendeu, como se imaginava, as reais necessidades da população. Como afirma André Nunes de Azevedo

Os limites do projeto de civilização por meio do apelo visual da urbe reformada se encontravam na assimilação de apenas um dos liames da rica e diversificada tradição da cidade do Rio de Janeiro. Passos e os reformadores federais nunca entenderam que essa cidade “eram várias”, que há muito conviviam no mesmo espaço. A sua

proposta de vinculação entre essas cidades pelo seu projeto de integração conservadora revelou-se menos uma ponte entre esses diversos mundos urbanos do Rio de Janeiro, e mais uma limitada admoestação para que amplas camadas da sociedade se compreendessem em uma tradição que não respondia à sua historicidade. (AZEVEDO, 2016, p. 173).

Envolvido nesse contexto de mudanças, Felippe trouxera de Porto Alegre um livro de poemas a ser editado. O título, talvez escolhido como uma espécie de despedida ao tempo de estudante, foi chamado de *Vida extinta* (1911). Os textos são fortemente influenciados pelos contornos estéticos do Simbolismo e concentram-se, em imagens bem definidas e um ritmo próprio, em abordar aventuras oníricas, paixões por musas pré-rafaelitas e bailarinas de dança contemporânea e experiências sensoriais, entre outros temas crepusculares. Bem ao sabor do que se produzia na época.

Vida extinta teve uma repercussão positiva. A revista *Fon-Fon* publicou uma matéria – Momento Literário – de página inteira, destacando as qualidades da obra: “*Vida extinta* traz em si a nota original de ser um livro sadio e forte, cantando coisas da vida e lendas de amor como hinos claros e vibrantes e não como diluimentos sentimentais de uma tristeza incompreendida”. Ao lado do texto, aparece uma fotografia de corpo inteiro do poeta de terno, gravata e chapéu, sorrindo.

O volume, de outubro de 1911, comunica, também, o fato de Felippe já estar contribuindo com a revista. A sessão, chamada *Croquis às Pressas*, era assinada com o pseudônimo de Gavarni – homenagem ao ilustrador Paul Gavarni – e trazia críticas de arte, poemas contemporâneos e pensamentos esparsos. Um deles, por exemplo, é um dos trechos mais conhecidos do autor e mostra, em síntese, uma visão melancólica sobre a felicidade. O texto, pela sua natureza breve e triste poderia muito bem se passar por uma composição de Mário Quintana: “A felicidade é como a luz das estrelas: só nos atinge depois que passou...” (OLIVEIRA, 1915, p. 37).

As obras críticas que se estenderam pelo século XX reforçam a imagem de Felippe D’Oliveira como poeta filiado a um modelo de simbolismo que estabeleceu raízes nas letras nacionais. Andrade Muricy (1952), em seu *Panorama do movimento simbolista*, insere-o ao derradeiro grupo do movimento, herdeiro de um patrimônio artístico legado por nomes ligados a *Fon-Fon*. Broca (2005) cita diversas vezes o nome de Felippe, mas sempre acompanhado pela Geração de 1907, formado por companheiros do poeta enquanto vivia em Porto Alegre, como Eduardo Guimaraes, Homero Prates, além do próprio Álvaro Moreyra. Enquanto isso, Rodrigo Otávio Filho, colaborador do extenso projeto *A Literatura no Brasil*, de Afrânio Coutinho, traça um painel interessante sobre a poesia do autor. Embora diga que

“*Vida extinta* é obra-prima do Simbolismo, *Lanterna Verde* é obra-prima do Modernismo”, ele tende a privilegiar o primeiro livro, haja vista ter incluído Felippe na seção “Sincretismo e Transição: o Penumbrismo”.

Em contrapartida, os resultados encontrados nas bases de dados pesquisadas, embora escassos, apontam para uma revisão crítica desta visão unilateral da obra do autor. Pedro Brum Santos escreve sobre a necessidade de se

lançar um outro olhar – para dizer como Walter Benjamin – sobre poetas como Ronald de Carvalho, Guilherme de Almeida, Álvaro Moreyra e Felippe D’Oliveira, rotulados, via de regra, como conservadores, a partir de suas produções das décadas de 1900 e de 1910. (BRUM, 1992, P. 53).

Com efeito, apesar de alguns desses nomes terem iniciado suas trajetórias literárias sob a influência simbolista, muitos deles – como é o caso de Felippe D’Oliveira – trataram de descolar-se dessa classificação. E realizaram uma travessia ao Modernismo de forma consistente, como provam certas obras seminais da cultura brasileira da década de 1920, tais como *Toda América*, *Circo*, além, é claro, de *Lanterna Verde*.

No mesmo texto, Brum Santos sublinha a importância desses autores citados como perpetuadores de um simbolismo carioca ritmado pela cadênciâa harmoniosa da revista *Fon-Fon*. Na época da chegada de Felippe à capital, o grupo, segundo o autor, já havia fragmentado. A entrada, portanto, do grupo de jovens, renovou os propósitos editoriais do periódico e estabeleceram rumos mais apropriados aos interesses da nova geração. Após a saída de Gonzaga Duque e de Lima Campos, Mário Pederneiras, necessitando de apoio, propõe o ingresso de Álvaro Moreyra, Felippe D’Oliveira, Olegário Mariano, Homero Prates, Rodrigo Otávio Filho, Hermes Fontes, Ronald de Carvalho, Rui Pinheiro Guimarães, Paulo Godoi e Ribeiro Couto.

Além disso, houve uma análise minuciosa publicada em periódico pela Alice Therezinha Campos Moreira da simbologia expressa em *Vida extinta*, a qual ela destaca:

Os aspectos mais característicos da segunda fase já se podem entrever no poeta adolescente da primeira: plasticidade do símbolo, tratamento harmonioso do ritmo, sobriedade de recursos estilísticos e liberdade formal. É o que revela sua poesia, voltada à apropriação do mundo cósmico através do exame exaustivo das sensações, expressas em linguagem precisa, formando imagens de lirismo puro e original. (MOREIRA, 1975, p. 48).

Felippe D’Oliveira já se encontrava como um poeta dinâmico e sensorial em sua primeira obra, demonstrava sua habilidade com expressões linguísticas precisas do tempo e espaço em forma de imagens, como a estudiosa explica, além de ser original em suas rimas e versos curtos, ele faz o texto se encaminhar em uma fluência rítmica que o aproxima da sua fase modernista.

Moreira (1975, p. 50) comenta em sua análise que “ao vocabulário tipicamente simbolista, acrescenta, ainda, uma particularidade – termos eruditos, científicos e técnicos, com os quais consegue ironia, humor, mistério e principalmente, ambiguidade despertando interesse pelo sentido prometido, logo negado”. Apesar de dominar com destreza essa técnica de iniciados e uma linguagem ornada na sua criação poética, Felippe D’Oliveira, como a autora expõe, não se tornou ou foi considerado um parnasiano justamente porque esses elementos estão interligados com um contexto simbolista, no qual valoriza a subjetividade em detrimento da objetividade. Ele descreve sensações com acuidade de composição metafórica; por outro lado, não se expressa de modo pessoal, quase que confessional.

Para a crítica, a sintaxe de Felippe é simples; utiliza-se de metáforas e estrutura seus poemas com uma grande variação de substantivos e adjetivos formais para, assim, intensificar a significação. De maneira evidente, Felippe, a partir dessa análise elaborada, caracteriza-se simbolista ínsito na sua forma de criar e pensar sobre o fenômeno poético em seu livro de estreia:

O símbolo se mantém puro e a capacidade de usá-lo com a máxima expressividade, sem recorrer a artifícios, levou a crítica a classificar a poesia de Felippe D’Oliveira como apolínea, certamente em harmonia com a sua figura clássica do grego, ‘Há nele um tormento, um desespero pelo plasma verbal único... revestindo a imagem, com uma única forma: a forma única. Sua poética é sucessão de imagens. (MOREIRA, 1976, p. 52).

Esse estudo é um dos poucos feitos de uma maneira completamente voltada para *Vida Extinta*. De maneira geral, a autora reúne referências teóricas e realiza uma análise minuciosa acerca da presença simbolista que emerge do trabalho de Felippe D’Oliveira. Ela ressalta sua jovialidade e a harmoniosa integração que este faz com o mundo concreto através dos sentidos, das formas e cores, que revelam sua organização e precisão, viabilizando sua pesquisa ao relacionar os traços simbólicos do livro com a percepção sensorial que se avulta como uma singularidade do autor. Moreira (1975, p. 53) comenta: “O mundo é assim, falado de um só ponto de vista, a percepção sensorial, resultando em obra de mais alto valor, pois ‘a qualidade de uma obra é a pureza de uma visão dura’”.

Para finalizar sua síntese sobre Felippe D’Oliveira, a autora completa seu estudo com (1975, p. 57) “O autor de *Vida extinta*, o jovem poeta de vinte anos, com esta obra de inegável valor, confirmado e ampliado pela publicação de *Lanterna verde*, merece a estima de que goza no cenário literário brasileiro (...).” As palavras utilizadas por Moreira, “confirmação” e “ampliação” revelam uma conexão profunda entre os dois livros. Isto é: por mais diferenças que exista entre eles, a verve poética de Felippe se impõe como uma marca indelével, consagrando um processo estilístico que transborda os limites da classificação periodológica. Bosi (2012, p. 302) considera o segundo livro mais original, mas, aloca o poeta na seção “difusão do simbolismo”; já Zilberman (1992, p. 36) alega que mesmo que tenha contribuído ao Modernismo, “Felippe D’Oliveira permanece sobretudo um poeta simbolista”, acrescentando dois importantes exemplos dessa ambivalência poética.

Talvez a aderência de Felippe ao Simbolismo, segundo seus críticos, esteja relacionada a importância desse movimento no sul do país, seja no Paraná (veiculado pela Revista Pallium, por exemplo), em Santa Catarina (exemplificado na poética de Cruz e Sousa) ou até mesmo no Rio Grande do Sul, cuja capital esteve no centro das discussões literárias finisseculares pela convergência poética da Sociedade Parthenon Literário (1868). O Parthenon foi uma associação de caráter artístico responsável por coordenar ações culturais e ser o primeiro sistema literário regional: organizou conferências e se ocupou na publicação de livros e revistas que abalizaram a produção intelectual do período. Dentre seus ideais, estavam a abolição da escravatura, a emancipação da mulher, a redefinição dos conceitos regionais e o aprimoramento do sistema educativo. Associar Felippe D’Oliveira ao Simbolismo, mais do que atestar os princípios da escola na sua poesia é encontrar uma maneira um tanto mais simples de classificá-lo em conformidade com os recursos da historiografia literária tradicional.

Circunscrito a essa querela, outro fato emerge como fundamental: quando da publicação de *Vida extinta*, Felippe era (re)conhecido na sociedade fluminense quase que exclusivamente como poeta. Em 1926, data de *Lanterna Verde*, por seu turno, ele já desempenhava outros papéis sociais, seja como empresário, seja como esportista ou até mesmo como aristocrata moderno. O lançamento do livro, portanto, não foi significativo o suficiente para esmaecer a imagem de poeta decadentista e admirador dos Pré-rafaelitas.

Ademais, o Modernismo paulista, encarnado por figuras como Mário de Andrade e Oswald de Andrade eclipsou muitas das vertentes que vicejaram com força na capital federal. Isto parece ser outro elemento a ser acrescentado como hipótese. Felippe, assim, ficou

restringido aos parâmetros rígidos do Simbolismo; lugar que nunca conseguiu definitivamente se libertar.

FELIPPE MODERNISTA

Se *Lanterna verde* difere de *Vida extinta* em muitos aspectos, sobremodo estéticos, muito disso resulta de uma mudança tanto do âmbito literário brasileiro, já um tanto distante da influência decadentista finissecular quanto da esfera dos hábitos, dos costumes, do comportamento. A geografia do Rio de Janeiro estabeleceu novos padrões de convivência e Felippe parece ter se adaptado muito bem a eles. Os poemas do livro evocam os grandes personagens da modernidade, como as máquinas e os sinais de trânsito e descrevem as sutilezas de uma nova ordem social. Um exemplo disso é o poema “Cenário de louça e de cristal” que capta as nuances da convivência na praia, espaço de confraternização e beleza.

Nessa fase de sua trajetória pessoal, também Felippe D’Oliveira desempenhava funções sociais um tanto diferentes se comparadas as do início da década de 1910, data do livro de estreia. Se lá, evidenciava-se a premência do convívio entre os pares e a necessidade de gravar seu nome entre a intelectualidade da época, na segunda metade da década de 1926, se sobressai uma participação artística mais reservada e pontual, circunscrita, por certo, às responsabilidades empresariais e industriais que desempenhava no *Laboratório Daudt & Oliveira*. *Lanterna verde* reflete muito bem esse amadurecimento. O livro possui unidade temática e equilíbrio compositivo que indicam um processo de produção cuidadoso, fruto de anos de trabalho silencioso, de (re)leituras e de sazonamento.

O pequeno volume, na apreciação de Moisés, M. (2019, p. 143), sofreu profunda influência de Ronald de Carvalho que, junto a Graça Aranha e o próprio Felippe D’Oliveira, formaram o grupo dinamista, um dos tantos da década de 1920. O crítico afirma que “seus versos ganham liberdade, sem perder o gosto da palavra precisa” embora seu apego formal tenha desagradado alguns contemporâneos. É fato que o modernismo do poeta pertence a uma ordem diferente de outros escritores da época, como Oswald de Andrade, dos primeiros livros de Murilo Mendes e mesmo de Manuel Bandeira, cuja núcleo poético recai na simplicidade de formas e de temas. Mesmo assim, os ingredientes do novo paradigma literário estão lá, embora atrelados, por vezes, a uma linguagem menos referencial, permeada de imagens pouco convencionais.

A ironia – elemento-chave recursivo dos modernistas, se revela presente em determinadas passagens do *Lanterna verde*. O poema de abertura do livro, seguramente o mais popular do conjunto, “Entrecruzamento de linhas” é finalizado com um chiste especulatório que faz refletir sobre o uso das máquinas e da sua potência condicionada ao trabalho humano e, portanto, sujeito a falhas:

Núcleo de convergência no bojo da noite oval.
 Lanterna verde
 (amêndoa fosforescente
 dentro da casca carbonizada.)
 Longitudinal, centrífugo,
 o trem racha em duas metades
 a espessura do escuro
 e, cuspindo pela boca da chaminé
 as estrelas inúteis à propulsão,
 atira-se desenfreado
 nos trilhos livres.

Mas se o maquinista fosse daltônico
 a locomotiva teria parado (OLIVEIRA, 2024, p. 44).

O ritmo do texto comporta-se como uma síntese da mais bem acabada poesia do autor. A combinação de versos curtos e longos convergem em um compasso acelerado para o final que subverte a lógica inicial da composição. Se no início, há uma soberania da matéria mecânica, presente nos trilhos, no trem e sobremaneira no semáforo – essa “amêndoa fosforescente dentro da casca carbonizada”, ou seja, objeto natural estilizado, como artigo de decoração *Art Nouveau* – no encerramento, sobressai o fator humano.

Uma vez que o livro inicia sintonizado com um traço relevante do Modernismo, ele é finalizado do mesmo modo. “Magnificat” une-se a uma abertura da tematização identitária que poderia remeter a *Macunaíma*, a *História do Brasil*, *Pau-Brasil*, *Cobra Norato* e tantos outros. Na verdade, o longo texto filia-se de maneira mais completa a *Toda América*, de Ronald de Carvalho, a partir de um projeto panamericanista que incluía um gesto de integração profunda do Brasil com os países vizinhos e os Estados Unidos. O último verso do poema, grafado em letras maiúsculas, diz “I AM! YO SOY! EU SOU！”, que traduz essa tentativa de se não uma unificação, pelo menos um partilhamento de semelhanças continentais entre os países da América em oposição ao Velho Mundo.

A influência de Ronald de Carvalho a Felipe D’Oliveira proposta por Moisés (2019, p. 143) existe evidentemente. Ela ocorre, entretanto, em via duplicada. *Toda América*, livro-síntese do panamericanismo dinamista, foi publicado no mesmo ano de *Lanterna Verde*. Os livros parecem ter sofrido mutuamente profunda interferência de estilo, propósitos e

perspectivas sociais. Aliás, para além da literatura, muito do Felipe se repetiu no Ronald e vice-versa. Ambos cumpriram papel de relevo na nova configuração estética da poesia brasileira e atuaram decisivamente na transição da república velha para o governo Vargas pré-Estado Novo.

Ao passo que Felipe D’Oliveira integrou a Tríade Indissolúvel, grupo conspiratório formado por ele, o irmão João Daudt de Oliveira e João Neves da Fontoura, que articulou a chegada de Getúlio Vargas ao poder na Revolução de 1930, Ronald de Carvalho foi secretário direto do presidente e cumpriu missões diplomáticas expressivas em Paris e Haia. No entanto, na mesma medida que participaram dos principais momentos literários e políticos de suas épocas, acabaram sofrendo o mesmo desenlace fatal: Felipe primeiramente foi exilado por ter se voltado contra Vargas na Revolta Constitucionalista de 1932 e foi vítima de um acidente automobilístico no ano seguinte nos arredores de Paris. Já Ronald morreu dois anos depois pelo mesmo motivo. Como Graça Aranha havia falecido em 1931, estava oficialmente terminada as aspirações estéticas do grupo dinamista.

Nessa linha de vinculação da poesia de Felipe D’Oliveira a um contexto que leva em consideração as forças atuantes de muitos modernismos que conviveram e disputaram espaço ao longo da década de 1920 e início dos anos 1930, Brum (2022), em estudo recente, analisa com acuidade o lugar que esse Modernismo ocupou no cenário nacional. E mais importante: de que ordem foram os motivos que fizeram com que ocupasse apenas um espaço lateral nas discussões acerca do centenário da Semana de Arte Moderna de 1922 e suas repercuções.

O que ocorreu com o grupo, na sua visão, é resultado de um conjunto de fatores sociais, políticos, culturais, estéticos, históricos, geográficos que encontraram no Modernismo de São Paulo os elementos necessários para a propagação de um espírito de época. Oswald de Andrade e seus companheiros captaram muito bem a necessidade de trazer à baila debates prementes dos entreguerras e fizeram da tematização de classes sociais, do recrutamento das lendas e mitos tradicionais, da autoironia, da revisão crítica do passado uma forma de leitura de um período permeado de transformações e acontecimentos vertiginosos.

Nesse cotejamento entre linhas nem sempre convergentes, fica evidente que

A autenticação de São Paulo, que soa fácil aos olhos da história, permanece, porém, longe de desautorizar o reconhecimento dos primeiros modernistas, habitantes naturais de espaços conflagrados pela transformação de hábitos e cenários. Se lhes faltou a intuição medida de ouvir e incorporar mais atentamente a manifestação popular, coube-lhes, por outro lado, a afirmação de valores espirituais e orgânicos

revestidos pelo desejo de intervir e transformar, atributos incontornáveis ao modernismo no seu conjunto (BRUM, 2022, p. 36).

Brum menciona, e isso parece de extrema importância, que faltou a Felippe D’Oliveira e muitos de seus coetâneos que habitavam a então capital federal do Brasil a intuição de assimilar organicamente a expressão popular ao seu norte estético. O poeta experenciou essa incorporação, mas a manteve relativamente distante do seu verso, sublinhando com traço forte um idealismo de forma e fundo que criou dois mundos improváveis de síntese. Em *Lanterna verde* não há nada sobre os esportes que praticava; sobre o engajamento político que o desterrou; sobre as curiosidades da vida de empresário e farmacêutico. E talvez o que se esperava, naquele momento – e hoje parece ter se acentuado – é essa problematização não só do indivíduo, mas do sujeito em tensão constante com o mundo que o circunda, por mais paradoxais que elas parecessem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tarefa de promover, em si, uma revisão narrativa da obra de Felippe D’Oliveira não se apresenta desafiadora pela abrangência de estudos realizados sobre o tema. Nem sobre uma possível contrariedade dos resultados obtidos, embora elas existam. O que permanece sempre, subordinado aos poetas das décadas 1910 e 1920, principalmente, localizados no Rio de Janeiro, é precariedade de respostas frente ao enfraquecimento popular dessas literaturas em comparação aos Modernistas de 1922 e alguns nomes que insistem em fugir à regra, como Manuel Bandeira que conseguiu se alongar pelo século XX como um poeta contemporâneo por excelência.

Felippe D’Oliveira concebeu a modernidade como partícipe dela. E isso, de certo modo, moldou seus traçados poéticos: seu gosto pela plasticidade; suas recorrências aos coetâneos belgas e franceses; e, finalmente, sua adesão ao delineamento geométrico, planejado, artifício final a um mundo quase que definitivamente urbanizado. Entretanto, por ter evoluído no seio dessa modernidade dialética e em constante movimento, em algum lugar, ele ficou parcialmente esquecido, juntamente com outros, de percursos semelhantes. Ler sua poesia, hoje, é sinônimo de problematização, de compreensão de um cenário que se apresenta por demais esquemático, resolvido.

Fica, então, a imagem do poeta vindo do Sul em tenra idade. De alguém que se envolveu em uma sociedade em ebulação e que a experenciou com toda a sua efervescência.

Mais importante que classificá-lo, seja como simbolista ou modernista, o que se mostra primordial é resgatá-lo, apenas, das referências protocolares e acadêmicas para devolvê-lo às pessoas. Elas que poderão redimensioná-lo ao sabor dos dias atuais. E saberão como atualizar seus poemas às questões complexas que se impõem, mesmo que muitas vezes elas pareçam sem solução.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, A.N.de. A grande reforma urbana do Rio de Janeiro e o apelo visual da urbe reformada como retórica e enlevo civilizador. *Revista Maracanã*, vol. 12, n.14, p. 161-174, jan/jun 2016.
- BILAC, O. *Vossa insolência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 2012.
- BROCA, B. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2005.
- BRUM, P. Amêndoas fosforescentes dentro da casca carbonizada: o modernismo e seus outros. *Revista Cerrados*, vol. 31, n. 59, p. 27-38, 2022.
- FILHO, R.O. Sincretismo e transição: o penumbrio. In: COUTINHO, Afrânio; COUTINHO, Eduardo de Faria (orgs.). *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: UFF-Universidade Federal Fluminense, 1996.
- MOISÉS, M. *História da literatura brasileira, volume III: desvairismo e tendências contemporâneas*. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.
- MOREIRA, A.T.C. Felippe D'Oliveira: o simbolista de Vida Extinta. *Letras de Hoje*, v. 10, n. 2, p. 48-61, 1975.
- MOREYRA, Á. *As amargas, não....* Porto Alegre: IEL, 1989.
- MURICY, A. *Panorama do movimento simbolista brasileiro, vol. 1*. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1952.
- OLIVEIRA, F. D'. *Revista Fon-Fon*. Rio de Janeiro, RJ, v. 43, p. 37, out. 1915. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=259063&pagfis=22843>. Acesso em: 02 jan. 2023.
- SANTOS, P.B. *Poesia brasileira e modernidade*. Letras, n. 3, p. 53-60, 1992.
- ZILBERMAN, R. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

Recebido em 05 de junho de 2024.

Aprovado em 16 de janeiro de 2025.



A COMPLEXA RELAÇÃO ENTRE CIÊNCIA E SOCIEDADE: CONSTRUTIVISMO E PLANEJAMENTO

DOI: 10.48075/ri.v27i2.34951

Benedito Monteiro¹

RESUMO: Desde a modernidade, a ciência adotou uma abordagem objetiva e formal, distanciando-se do político e do subjetivo. No entanto, os desafios do século XX mostram que uma abordagem mais complexa e interdisciplinar é necessária para responder à crescente complexidade dos problemas sociais e científicos. Este texto, com base nas ideias de Carlos Matus e Óscar Varsavsky, argumenta que a política enfrenta dificuldades para lidar com problemas sociais multifacetados devido aos modelos de percepção fornecidos, principalmente, os da ciência. Varsavsky destaca uma abordagem construtivista para políticos e planejadores que, apesar de estarem a par dos avanços científicos, carecem de grandes ideias. Matus sugere que o planejamento deve servir como um método de governança, mobilizando diversas perspectivas. A integração entre a esfera social e científica pode levar ao desenvolvimento conjunto de ambas. O objetivo é criticar os modelos tradicionais e suas bases epistemológicas, apresentando um modelo mais amplo e integrado, promovendo uma abordagem interdisciplinar que inclua aspectos científicos e sociais para enfrentar de forma eficaz os desafios contemporâneos.

Palavras-chave: Construtivismo; Planejamento; Ciência; Política; Conhecimento.

THE COMPLEX RELATIONSHIP BETWEEN SCIENCE AND SOCIETY: CONSTRUCTIVISM AND PLANNING

ABSTRACT: Since modernity, science has adopted an objective and formal approach, distancing itself from the political and subjective. However, the challenges of the 20th century show that a more complex and interdisciplinary approach is necessary to address the increasing complexity of social and scientific problems. This text, based on the ideas of Carlos Matus and scar Varsavsky, argues that politics faces difficulties in dealing with multifaceted social problems due to the perception models provided, mainly those of science. Varsavsky highlights a constructivist approach for politicians and planners who, despite being aware of scientific advances, lack grand ideas. Matus suggests that planning should serve as a method of governance, mobilizing diverse perspectives. The integration between the social and scientific spheres can lead to the joint development of both. The aim is to critique traditional models and their epistemological foundations, presenting a broader and more integrated model that promotes an interdisciplinary approach, including scientific and social aspects,

¹ Doutorando em filosofia no programa de Pós-Graduação em Lógica e Metafísica (PPGLM) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Email: beneditomonteironeto@ufrj.edu

to effectively address contemporary challenges.

Keywords: Constructivism; lanning;cience; olitnowledge.

INTRODUÇÃO

Segundo Sena et al. (2019), a promoção da sustentabilidade e o manejo adequado dos resíduos sólidos têm se destacado como questões essenciais para a construção de um ambiente escolar mais responsável e consciente.

The debate on the nature of knowledge has been a central and recurring theme in philosophy since ancient times, evolving and gaining new interpretations and corroborations during modernity, particularly with a focus on scientific knowledge, which was then in its nascent stages. In the 1990s, the debate waged by the metosciences, in an attempt to understand the structures that shape what can be conceived as science, intensified during the so-called Science Wars. This period was marked by strong controversy between proponents of different conceptions of science, yet despite this extensive discussion, little progress was made toward formulating a widely accepted or consensual definition of what scientific knowledge truly is. On one side, there are scholars and theorists who advocate for a relativist approach to scientific knowledge, arguing that it is largely a socially constructed effort conditioned by the practices and values of scientific communities. On the other side, philosophers, mostly from the analytic tradition—strongly reject these relativist claims, proposing instead a focus on individual cognition and emphasizing the central role of formal logic and rigorously collected and analyzed empirical data.

These metascientific theories, although oppositional, play a crucial role not only in shaping our understanding of what constitutes scientific knowledge but also deeply influence how this knowledge is applied in practice. The lack of a clear and integrated understanding of these concepts can lead to various problems at both the theoretical level and the socio-political level, significantly impacting how science is practiced and the role it plays in contemporary society. Throughout the history of scientific studies, numerous thinkers have dedicated themselves to the challenge of overcoming this dichotomy, and among them, the contributions of Carlos Matus and Oscar Varsavsky stand out, offering fresh perspectives on this discussion.

If one adopts a conception of science as something separate from the values and demands of society, detached from any responsibility for solving social problems, the application of scientific knowledge products would fall outside the domain of scientists. The responsibility for their use would lie solely with those who have access to these products. In this scenario, moral and ethical dilemmas would not be part of the daily life of scientific laboratories, which would see themselves as purely technical and neutral spaces. However, the history of science clearly and provocatively demonstrates that its knowledge and technologies have impacted society in profoundly varied ways, both positive and negative, revealing that scientific activities are often guided by specific objectives and shaped by the ends they serve. In this context, the following guiding question arises: Is it possible to find a virtuous path that reconciles the individual with the collective, rigorous and objective science with a science that is attentive and committed to social needs and values?

Zoya (2011) argues that it is essential to reveal and explore the multiple intersections between science and politics to avoid what Oscar Varsavsky called the "context of mystification." According to Varsavsky, it is necessary to develop a new science that is politically aware and humanly relevant—an endeavor only possible with the emergence of a new generation of scientists deeply committed to ethical-political values. While it may be impossible to speak of a purely rational or empirical justification for these values, Zoya points out that such values and interests always inexorably influence scientific practice. Thus, a science considered morally good, in Zoya's view, is one that actively and directly contributes to social practices that promote an ethical organization of human life and a supportive, sustainable relationship with the biosphere.

For Varsavsky (1982), the need to build a new society occurs concurrently with the construction of a new science. It is an inescapable imperative. In this process, scientific values and practice are defined in a relationship of interdependence and constant feedback. Science, far from being a purely objective and neutral activity, reflects its more human sources and is deeply imbued with ideological choices that determine which problems will be investigated, which methods will be adopted, and which results will be considered relevant. Recognizing these ideological aspects, however, should not imply total discrediting of science; on the contrary, it remains the best tool we have for describing and intervening in reality. The crucial change Varsavsky proposes begins "when we consider science as an instrument of decision to achieve certain objectives

In a manner not far removed from what Varsavsky addresses, Carlos Matus proposes, through his Strategic Situational Planning (SSP), that actions aimed at political and social improvement should seek solid support grounded in scientific contributions. For Matus, science must be actively engaged in the process of social transformation, providing the tools and methodologies necessary for analyzing and solving complex and interdependent problems.

Given this complex scenario, in depth the theoretical and practical contributions of Carlos Matus and Oscar Varsavsky, viewed as attempts to overcome the dichotomy between the individual and the collective, between supposedly neutral science and a science committed to ethical values and social interests. Through a detailed analysis of the Strategic Situational Planning proposed by Matus, investigate how this approach can provide a solid foundation for constructing scientific knowledge that, without sacrificing methodological rigor, is deeply aligned with the ethical, political, and social demands of contemporary times. Ultimately, this article seeks to discuss how science can simultaneously be an effective tool for practical intervention and an essential instrument for building a more just, equitable, and supportive society.

To achieve thi, text into three main sections: first, the arguments of constructivism as discussed by Varsavsky, aiming to highlight its theoretical foundations, inherent challenges, and criticisms of scientism and the traditional analytical paradigm. Next, in the second section, address the foundations of Strategic Situational Planning proposed by Carlos Matus, emphasizing how this methodology can empower planners to effectively respond to social demands by utilizing the best results provided by science. In doing so, a critical dialogue between the theoretical proposals, seeking an integration between scientific knowledge and social practices, essential for developing a more equitable and conscious society

CONSTRUCTION

Understanding how scientific development occurs and its function leads us to a series of fundamental questions that involve defining its ethos. Among the main proposals are Thomas Kuhn's revolutionary interpretation, in contrast to Karl Popper's conjectural view, as well as critical and corroborative proposals. Each of these approaches offers a specific perspective on scientific activity and its justification, revolving around the description of phenomena or the resolution of problems. Although the methods used in different scientific

specialties may vary significantly, their results often provide important contributions to the intervention and prediction of phenomena in reality.

The temptation to apply the model of scientific problem-solving to society and attempt to resolve all existing social issues is evident and has been proposed by various positivist thinkers. However, the ease with which such an approach is concluded does not necessarily translate into effective practical application. The discrepancy between the focus of scientific research and broader social issues raises significant challenges regarding the applicability of scientific knowledge in resolving concrete social problems. The contingency of social phenomena and the excessive specialization of scientific methods point to an epistemic and practical limit: how can science address complex social problems when its values and methods differ from the values and needs of society?

Answering such a question requires an approach that recognizes the complexity of the interaction between social values and their demands with scientific practice. Rather than being external and alien elements in the scientific process, these values are, in fact, constituents of that practice. The way reality is perceived, at the individual level, must consider genetic aspects, while, at the collective level, it must take into account the contextual role of society, which provides the necessary tools for meaning and knowledge acquisition, as highlighted by Piaget (19

For a long time, metascientific studies remained distant from sociological explanations, along with the limited recognition of interpretations that pointed to the influence of society on science and vice versa. Sociologists such as Robert Merton (1968) and Karl Mannheim (1979) evidenced the social organization and structuring of science, although they did not delve deeply into its cognitive core. Merton, on one hand, explored how social norms and values influence scientific practice, while Mannheim examined how the social context shapes scientific ideas. Although they did not engage with what could be considered the cognitive content of science, they served as a foundation for later critical studies.

The diversity of available readings and interpretations makes adopting a single perspective a challenging task. Social studies of science, inspired by methods from the exact natural sciences, often face methodological and epistemological limitations. The concept of truth complicates this further. The complexity of the scientific phenomenon cannot be fully captured by approaches that attempt to apply rigid and universal models.

It is through the historical and sociological studies of science, particularly explored by prominent figures such as David Bloor, Barry Barnes, Thomas Kuhn, Michel Foucault, Boris

Hessen, and others, that a richer and more comprehensive perspective is revealed. These authors, while operating in different historical periods and social contexts, argue that science is not an exclusively individual and cognitive activity. Instead, it is a collective effort of social cognition, where economic and political values play formative and guiding roles. According to Zoya (2011), knowledge (not only scientific) is not only a political force and a constitutive element of reality but also a constructive process that develops historically at both the individual and socio-cultural levels representing the political and creative force of reality. This process faces the complex epistemological challenge of understanding how the relationship between subject, object, socioeconomic system, and social system occurs in an interdependent and mutually definable manner. The pursuit of a constructivist approach is supported both by the epistemological aspect, which involves the construction of reality through knowledge (both scientific and non-scientific), and by the construction of society, taking into account the presented demands and prevailing ideological currents. This is based on the idea that knowledge and reality are shaped by social and political interactions. As highlighted by Varsavsky (197514, authors emphasis), the constructivist approach consists of guiding these political actions, and the studies they require, from the construction of a society with certain **desirable** characteristics, in the opinion of the political movement that is acting. Therefore, this approach emphasizes that both the construction of knowledge and social organization are influenced by specific interests and objectives, reflecting the desired characteristics of the relevant political actors.) emphasizes that the relationship between science and society, when aimed at advancing both, requires a large project that is feasible for constructing a more advanced society. This project must take into account viability, strategy, the history of society, and current conditions, always considering the desired future. In this context, constructivist science assumes the role of supporting improvements in traditional methods of decision-making and problem-solving, addressing social demands. Varsavsky classifies this approach as "support science."

He criticizes the utilitarian interpretation of science, arguing that, in the constructivist approach, all investigation is embedded within a grand National Project. Thus, science reflects the predominant social values and interests and is useful by definition. The problem lies in the fact that science [is] very little connected to the national reality54). To overcome this limitation, history and social sciences have the responsibility to highlight the achievements, (r)evolutions, and successes that have led society to its current state, thereby improving the capacity to manage the available data and knowledge. Furthermore, it is necessary to articulate quantitative and qualitative techniques among the social, exact, and natural sciences. At this point, Varsavskys key notions, such as Construction and National

Project, emerge as effective alternatives. These notions propose to unite multiple social actors and enterprises, such as scientific and technological endeavors, on a large social scale. This approach not only aims to enhance the constructive method but also seeks to promote a more significant and effective integration between various areas of knowledge and the social contexts in which they are embedded:

The constructive method, and its "people-centered" approach through the human needs that society commits to satisfy in some way, degree, and timeframes, requires a very unorthodox interpretation of the great current economic problems and suggests measures that do not correspond to usual economic rationality based on capitalism. (Varsavsky, 1982, p.32)

Zoya (2018) explains that, according to Óscar Varsavsky's approach, a research program is understood as a set of systematic and prolonged scientific practices, with variable spatial reach and focused on resolving specific problems. This process seeks to simultaneously construct knowledge and develop strategies to transform concrete problems into more desirable situations. Within this context, science interacts with technology and, in response to social demands, addresses the needs of a specific time and national scale.

This interpretation is reinforced when it is concluded that science is a politicized endeavor, in which the results of scientific knowledge, contrary to what scientists believe, serve as facilitators for ideological ends with temporal and economic markers (Zoya, 2020). The complexity of this interaction was also explored by Rolando García (2006) in his Theory of Complex Systems. García emphasizes, in line with Varsavsky's constructivism (1982), that political and economic progress and development are intertwined with the power provided by science and technology, along with subjective and national issues. The subjective aspect refers to the participating agents in this network, as well as their values and morals, while the national aspect suggests that the universalism of science can only be sustained when the interests of different nations are similar.

Although the idea of rationality and science on a global scale should not be entirely dismissed, it is crucial to approach it from a critical, rather than passive, perspective. History demonstrates how the use of science and technological artifacts has an ideological character, as exemplified by the case of the nuclear bomb, as highlighted by Varsavsky himself (1972).

Varsavsky (1972, p. 59-74) also presents an analysis of the main challenges faced by the scientific method from a constructivist perspective. Among these challenges, he points out: a) scientific instrumentality, where the focus of scientific activity is on the physical tendency of production; b) information utilization, related to the low utilization of the vast amount of available scientific data and results; c) teamwork, evidenced by the scarcity of

collaboration and production of interdisciplinary works; d) cultural colonization of the social sciences, characterized by the fiscal influence that shapes the ethos and serves as a model for the social sciences; e) the biased interpretation of the hypothetico-deductive method, resulting from the inadequate analytical approach to the study of complex social systems, treating them as 'black boxes' and neglecting the integral integration of all variables and hypotheses, which limits the understanding of social transformations; f) prediction, rather than explanation, is the true test of a theory, with the ability to predict experimental or observational results being its criterion of validity, although the human sciences face difficulties due to their inability to make broad predictions and the problem of self-stimulation; g) control and opportunity: **A traditional epistemological criticism often arrives late or has little diffusion in other spheres**, causing the social sciences to be seen as less objective and ideologically neutral than believed; h) scientific trust requires more time and effort, and questions about "truth" and "demonstration" must be addressed in an already established society, while the philosophy of science must focus on the compatibility between social and scientific styles.

The search for truth can be an end in itself, but one must still decide which truths. From our perspective, each social style assigns importance to its decision-making problems—based on their relevance to the style's objectives—and the interesting truths are those that help us visualize the alternatives for each decision and choose among them. (Varsavsky, 1982, p.307)

The mission of a constructivist project, therefore, is to utilize science to promote change in the social system, both in the struggle for power and in the concrete implementation and definition of what will replace it (Varsavsky, 2018, p. 12). To actualize this project, Varsavsky adopts a complex and socially committed stance, embracing the participation of various groups, society, actors, and national interests, while avoiding the rigid imposition of natural sciences over social sciences. The change and rapprochement between the social and the scientific require, above all, detailed planning. The constructivist approach reveals that science and society are deeply interconnected and that the construction of knowledge is inseparable from social and political dynamics. By considering science as a tool to address social problems and promote meaningful change, it is essential to recognize that science does not operate in a vacuum, but rather within a context of values and interests. This perspective not only challenges the traditional view of science as an objective pursuit of truth

but also emphasizes the need for a critical and integrated approach that takes into account social realities and political demands.

PLANNING

Given the complexity involved in adopting a constructive reading of social and scientific knowledge, the idea of a social construction, based on the interaction between science and society, becomes even more restrictive and multifaceted. Matus (2007) observes that the difficulty in presenting an interpretation capable of adequately dealing with this complex network—marked by a plurality of perspectives, problems, and diverse actors—raises a fundamental question: "How to observe the point of view of the different actors involved in a complex problem?" (Zoya, 2019).

Zoya (2019) highlights that, to understand complex phenomena, it is essential to incorporate the different perspectives from the various systems and observers involved. In the context of the relationship between science and society, Matus (2007) argues that a satisfactory alternative must consider the theory of Strategic Situational Planning. According to Matus, a problematic situation should be seen as an interactive social game involving multiple participants with varied interests. This game is characterized by a high degree of creativity, uncertainty, and an undetermined future, which allows the conception of a complex problem to be linked to a dynamic and interactive situational scenario involving various actors.

Furthermore, Matus (1987) reinforces from an individual point of view that the subject who problematizes the situation is also an integral part of this dynamic. Therefore, it is crucial to include other subjects with different points of view for a more comprehensive and effective analysis. In this way, the integration of these multiple perspectives becomes fundamental for a deeper and more accurate understanding of the complexity of the problems in question, allowing a richer and more nuanced approach to social and scientific reality.

The insurmountable division established by traditional and analytical epistemology between subject-object, the Context of Discovery-Context of Justification, as well as science-politics, results in comprehension and practical issues that prove to be even more irresolvable. The scientific and political communities themselves, following epistemological idealism, tended to position science and its respective products as independent and uninfluenced by other human and social instances. Matus (1987) insightfully perceived that the isolated advancement of the natural sciences and technology did not correspond to the same level of

interest and progress in the social sciences, especially concerning the diagnosis and resolution of existing social problems. Scientists, often distant from governmental actors, were unable to effectively integrate their research and findings into social policies and practices.

Just like Varsavsky, Matus also argues that the theory of Strategic Situational Planning (SSP) considers both the interests and national objects from a complex perspective that transcends the dichotomous boundaries of the modern paradigm of hyper-specialization. The SSP offers an approach that recognizes the interdependence of different spheres of knowledge and action, promoting an integrated vision that facilitates the understanding and resolution of complex problems, enabling a more comprehensive and multifaceted analysis, essential for addressing the challenges that arise from the interaction between science, politics, and society, overcoming the fragmentation typical of traditional paradigms:

The project-oriented planning method does not perform a governability analysis and loses the power of the dual plan concept, that is, it does not distinguish between causes that are under the actor's control and those beyond it. Therefore, the project-oriented planning method does not value the political importance of differentiating the actor's action plan, which addresses causes under their control, from the plan of demands and complaints, which seeks the cooperation of other actors to tackle the causes that depend on them. This is also an easily correctable flaw without adding complexity to the method. (Matus, 2021, p .5)

The possibility of following an alternative path is, as Matus (2020, 2021) points out, inseparable from the integration between theory and practice. Social managerial processes, planning, and leadership become a cohesive unit within an even more comprehensive paradigm of Health Education. From a persistent political concern, the epistemological basis of the discussion is of a social nature. Not limited to the purely rational path of justification, this approach mobilizes causal and institutional issues, assigning to the social sciences and universities the function of integrating multiple aspects of reality with the socioeconomic objectives and interests of the society in which they are embedded. Two critical sources of the political and technoscientific challenge are identified in the critique of the SSP that serve as guiding points: the first is ideological, and the second refers to the poverty of governmental methods. More emphatically, the analysis seeks to demonstrate how the current modus operandi leads us to the crisis of reason and "[...]so far it has not been able to properly combine values with science. Instead of merging both into a technopolitical reason, they alternate between two religious extremes: ideology without science and science without ideology." (Matus, 2020, p. 2)

The crisis presented by Matus reveals how the separation between politics and science causes each domain to develop in isolation, without considering relevant aspects of the other. When the central issue is to seek a path for governance grounded in sciences and a scientific practice that is aware of the values that guide science and the effects, whether positive or negative, that may result from it. The Ecology of Action proposed by Morin (1982, p. 118), it emerges as an important support for understanding the complexity of the "blindness" resulting from the rift between science and society: [...] "This means that every human action, as it is carried out, escapes from the hands of its initiator and enters into the game of the multiple interactions inherent in society, which divert it from its objective and sometimes give it a direction contrary to what was intended." (Morin, 1982, p. 118). In the same vein, Matus provides a clarifying analysis (2020: 156-162), he presents ten theses that explore these impasses as follows:

1. The government's low competence in processing and identifying technopolitically the problems of our countries;
2. The ability to win an election does not necessarily reflect the ability to govern effectively;
3. Political inefficiency and irresponsibility are inherited from primitive and unsystematic politicians, who limited themselves to internal ideological issues distant from national needs;
4. Government deficiencies coexist with a severe ideological crisis and a profound deterioration of social ethics;
5. Even with excellent university professionals, government teams lack a technoscientific team to think of the country in a more organized and structured way;
6. Strategic planning could be the best modern political tool, capable of providing, based on calculations and data, a visualization of the effects of proposed actions;
7. The reform and elevation of politics and government require the creation of highly responsible organizational systems;
8. A system of high responsibility requires: i) renewal of the mental structure of leaders, focusing on a new ideological reflection and training aimed at high leadership; ii) changing the problem-processing practice, opting for larger and more competent teams to handle society's technopolitical demands; iii) remodeling, decentralizing, democratizing, and creating rigorous petition and accountability systems, to revalue the word of the politician and administrator; iv) modifying traditional and irresponsible methods used in electoral

campaigns, emphasizing the creation of governmental awareness in the population, organizing community needs into demands, formulating problem-solving plans from the neighborhood level, strengthening direct contact with the population, and economizing on electoral advertising, balancing the gains and losses of investment in assistive technology and militant work versus money-intensive technologies and dubious commitment;

9. Universities, the media, and international organizations are not adequately contributing to raise the government's institutional capacity;

10. It is much more effective, when aiming for real change, to respond positively to demanding criticism—even if unjust—than to conform to the negative situation in which one finds themselves;

The profession of planner, as argued by Matus (1987), is deeply intertwined with a conception of science—both natural and social sciences—that is directed toward concrete practice. In this sense, it becomes essential to understand that traditional divisions between action and theory, science and politics, social and natural sciences, among others, do not hold rigidly. As Matus (1987) states, "The world of action is not detached from the world of sciences," highlighting the interdependence between the fields. Furthermore, contemporary human beings continue to be influenced by the concept of diagnosis originally developed by the natural sciences over a century ago. The desire to imitate these scientific practices led, albeit belatedly, to the adaptation of this category of analysis to the field of social sciences, evidencing the continuous transfer of methodologies between different areas of knowledge.

Matus (1987) believes that, even in the face of the compartmentalization of sciences, humans are driven by an "imperative of action" and are led to develop a broader view of the reality in which they are immersed. The need for a general (or national, as discussed here) understanding arises because, being immersed in their own reality, individuals cannot limit themselves to a fragmented or isolated understanding of the phenomena around them. Considering "From there and from within, flooded and sometimes blinded by the reality in which they exist, man struggles to modify or preserve the reality itself, which for him is his reality because he occupies a place in it. That is his situation." (1987, p. 126-7).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

In light of what has been presented, the analysis of the development of science and its social function gains a new perspective when considering the contributions of Óscar

Varsavsky, whose constructivist approach offers a critical and integrated view of the relationship between science and society. His challenge to think beyond traditional interpretations of science provides us with an equally intriguing outcome: the idea of science conceived as a purely objective and autonomous activity is nothing more than a myth. The values that drive science must be understood as a central part of a broader national project aimed at transforming and improving society. This implies that scientific practice should be embedded within a national project that considers the predominant social needs and values, taking into account both current conditions and future objectives.

According to Varsavsky, science should not be seen merely as an uninterested quest for truth but as a tool for promoting social change and addressing contemporary challenges, which he succinctly summarizes in Technological Style. Varsavsky also highlights the challenges faced by the scientific method in practice, such as the physicalist tendency that fails to integrate science with social issues, the insufficient utilization of available scientific data and results, and the lack of interdisciplinary collaboration. He notes that these limitations reflect the difficulty of science in adapting to and engaging with latent social and political demands. A disjunctive method is inadequate for understanding reality; without a dynamic and contextual view, science becomes a sterile activity with little capacity for dialogue with the population and other social organizations.

The author emphasizes that science should be a constructive and planned process that develops historically at both the individual and sociocultural levels, requiring a new conception of scientific knowledge that goes beyond the classical motto that restricts itself exclusively to justification. Varsavsky's constructivist approach, therefore, seeks to provide an effective alternative to the traditional view of science. He proposes an approach that unites multiple social actors and scientific and technological enterprises on a large scale, aiming not only to improve decision-making methods but also to foster a more meaningful integration between various fields of knowledge and social contexts. This "people-centered" method suggests a non-orthodox interpretation of current economic and social problems, challenging conventional economic rationality and promoting solutions that are more tailored to the specific realities of society.

Seen as a product of interactions between the social, the epistemic, and the political, science assumes that, in addition to describing reality, it should (or at least ought to) serve as a means to achieve certain objectives, interests, and demands of society. Significant social changes, as proposed by Matus and Varsavsky, become unproductive and ineffective when

viewed reductively and disconnected from national reality. To overcome this disconnection, it is necessary to highlight the historical achievements and successes that have helped shape contemporary society and to enhance the capacity to manage available data and knowledge. The integration of quantitative and qualitative methods among the social, natural, and exact sciences is viewed as crucial for this process.

According to Matus (2020), sciences devoid of an ideological foundation can be reduced to "pure barbarism," with the potential to cause serious harm to humanity. On the other hand, ideologies without the backing of science tend to transform into dogmas, religions, or poetry that, in practice, are often challenged and dismantled. Matus emphasizes that for ideologies to remain relevant and effective, they must be continually renewed with advancements in science. Similarly, sciences must feed on new questions and challenges posed by ideological creation. The author notes a significant lag in governance sciences and techniques compared to natural sciences, indicating that the mismatch between sciences and ideologies is even more pronounced. For Matus, sciences serve as tools, while ideology defines their use and purpose. This is where his Situational Strategic Planning stands out as a crucial tool for addressing this complexity, recognizing the multiple aspects that comprise physical and social reality, different spheres of knowledge, and the need to incorporate multiple perspectives.

REFERÊNCIAS

GARCÍA, R. *Sistemas complejos: conceptos, método y fundamentación epistemológica de la investigación interdisciplinaria*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2006.

MANNHEIM, K. *Ideology and utopia: an introduction to the sociology of knowledge*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1979.

MATUS, C. *Política, planificación y gobierno*. Washington D.C.: Fundación ALTADIR, 1987.

MATUS, C. *Adiós, señor presidente*. 2. ed. Remedios de Escalada: Universidad Nacional de Lanús, 2020.

MATUS, C. *Método Altadir de planificación popular*. 1. ed. revisada. Remedios de Escalada: Universidad Nacional de Lanús, 2021.

MORIN, E. *Science avec conscience*. Paris: Editions du Seuil, 1990.

MERTON, R. *Social theory and social structure*. New York: The Free Press, 1968.

PIAGET, J.; GARCÍA, R. *Psicogénesis e historia de la ciencia*. 11. ed. México D.F.: Siglo XXI, 1982.

RODRÍGUEZ ZOYA, L. G. *Por una epistemología compleja políticamente orientada: contribuciones y tensiones entre la filosofía de la ciencia y la sociología del conocimiento científico*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2011. (Documento de Jóvenes Investigadores, Nº28). ISBN 978-950-29-1278-3. Disponível em: <http://webiigg.sociales.uba.ar/iigg/textos/documentos/ji28.pdf>. Acesso em: 3 out. 2024.

RODRÍGUEZ ZOYA, L. G. *Contribución a la crítica de la teoría de los sistemas complejos: bases para un programa de investigación*. *Estudios sociológicos*, México, v. 36, n. 106, p. 73-98, 2018.

RODRÍGUEZ ZOYA, L. G.; RODRÍGUEZ ZOYA, P. *Problematización y problemas complejos*. *Gazeta de Antropología*, Granada, v. 35, n. 2, p. 1-17, 2019. Disponível em: <http://www.gazeta-antropologia.es/?p=5145>. Acesso em: 3 out. 2024.

RODRÍGUEZ ZOYA, L. G. *Ciencia, política y problemas complejos*. Revista Ciencias de la Complejidad, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 37–49, 2020.

VARSAVSKY, Ó. *Hacia una política científica nacional*. Buenos Aires: Periferia, 1972.

VARSAVSKY, Ó. *Marco histórico constructivo para estilos sociales, proyectos nacionales y sus estrategias*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1975.

VARSAVSKY, Ó. *Obras escogidas*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1982.

VARSAVSKY, Ó. *Ciencia, política y científicismo*. Buenos Aires: Utopia Pirata, 2018.

Recebido em 22 de outubro de 2024.

Aprovado em 29 de abril de 2025.



TERMÔMETRO SOCIAL DA COVID-19 EM PORTO VELHO-RO: ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA PELA POPULAÇÃO VULNERÁVEL

DOI: 10.48075/ri.v27i2.34503

Ana Mariana Borges Rodrigues Felix¹

Rafaele Oliveira Bonfim²

Nathalia Halax Orfão³

Ricardo Alexandre Arcêncio⁴

Cristiano Lucas de Menezes Alves⁵

RESUMO: A pandemia Covid-19 agudizou as disparidades e os desafios emergentes em saúde nas populações vulneráveis. Este estudo teve como objetivo analisar os fatores que influenciaram o enfrentamento da pandemia Covid-19 na população vulnerável em Porto Velho-RO. Estudo descritivo de abordagem quantitativa realizado a partir de amostragem por conveniência de migrantes, refugiados, apátridas, indivíduos vivendo em situação de rua, e residentes de favelas e/ou assentamentos rurais no município, com idade igual ou superior a 18 anos, a partir de entrevistas, utilizando a plataforma do software REDCap, e analisados por meio de estatística descritiva, após atender aos preceitos éticos. Foram realizadas 102 entrevistas, das quais a maioria não realizou o teste para o diagnóstico de Covid-19 antes da vacinação, nem adoeceram pela doença, com a compreensão de que mesmo após a infecção é necessária vacina. Dentre os efeitos colaterais da vacina contra a Covid-19, destaca-se a dor no local da aplicação, muscular, além de calafrios e febre. Sentiam a pressão social para se vacinar contra a Covid-19, mesmo que não considerassem que deveria ser obrigatória e confiavam na eficácia. A fonte de informação mais comum era o telejornal e a Internet. Confiavam nas três esferas, mas não vacinaram os seu(s) filho(s) e/ ou dependentes, faziam o uso de máscaras protetora em determinadas situações e fizeram uso regular de ivermectina e hidroxicloroquina por causa da Covid-19. Diferentes barreiras relacionadas ao usuário, acesso à saúde e às medidas de proteção, e fragilidades de apoio social efetivo influenciaram o enfrentamento da pandemia pela população vulnerável neste estudo.

Palavras-chave: Covid-19; Populações Vulneráveis; Políticas Públicas; Saúde Pública.

COVID-19 SOCIAL THERMOMETER IN PORTO VELHO-RO: THE VULNERABLE POPULATION COPING WITH THE PANDEMIC

¹Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho - Rondônia. E-mail: brfmariana@gmail.com

²Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – São Paulo. E-mail: rafaelebonfim@hotmail.com

³Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho - Rondônia. E-mail: nathaliahalax@hotmail.com

⁴Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – São Paulo. E-mail: ricardo@eerp.usp.br

⁵Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho - Rondônia. E-mail: cristiano.alves@gmail.com

ABSTRACT: The Covid-19 pandemic has exacerbated health disparities and emerging challenges in vulnerable populations. The aim of this study was to analyse the factors that have influenced how vulnerable populations in Porto Velho-RO have coped with the Covid-19 pandemic. A descriptive study with a quantitative approach was carried out using convenience sampling of migrants, refugees, stateless people, individuals living on the streets, and residents of slums and/or rural settlements in the municipality, aged 18 or over, based on interviews, using the REDCap software platform, and analysed using descriptive statistics, after complying with ethical precepts. A total of 102 interviews were carried out, the majority of whom had not been tested for Covid-19 before vaccination, nor had they fallen ill with the disease, with the understanding that even after infection the vaccine is necessary. Among the side effects of the COVID-19 vaccine, pain at the vaccination site, muscle pain, chills and fever stand out. They felt social pressure to get vaccinated against Covid-19, even though they didn't think it should be compulsory and trusted in its efficacy. The most common source of information was the television news and the Internet. They trusted all three spheres, but did not vaccinate their child(ren) and/or dependents, used protective masks in certain situations and regularly took ivermectin and hydroxychloroquine because of Covid-19. Different barriers related to the user, access to health and protection measures, and weaknesses in effective social support influenced the vulnerable population's coping with the pandemic in this study.

Keywords: Covid-19; Vulnerable Populations; Public Policy; Public Health.

INTRODUÇÃO

A Covid-19, causada pelo agente etiológico SARS-CoV-2, resultou em 774.954.393 casos e 7.040.264 óbitos globalmente, entre 05 de janeiro de 2020 até 17 de março de 2024. No Brasil, estes números representam 4,84% do total de casos (37.519.960) e 9,97% (702.116) dos óbitos, respectivamente (WHO, 2024), com as maiores taxas de incidência na Região Norte (Siqueira et al., 2022). Porto Velho foi a terceira capital da região com maior quantitativo de mortes (2.777 óbitos) durante a pandemia Covid-19, atrás apenas de Manaus-AM (9.963) e Belém-PA (5.596) (Brasil, 2024).

Neste cenário epidemiológico, a crise sanitária acentuou disparidades já existentes, impactando os Determinantes Sociais da Saúde (DSS), principalmente entre as pessoas em situação de vulnerabilidade social diante da insuficiência de recursos básicos para manter as recomendações de higiene preconizadas, por exemplo. Os DDS são compreendidos como o impacto que as condições de vida e trabalho de indivíduos ou grupos sociais, incluindo as pessoas que vivenciam fragilidades socioeconômicas, em situação de rua, imigrantes e que vivem em locais de extrema pobreza, geram no estado de saúde das pessoas (Caron; Rooks; Kandeel, 2024).

As condições de vida são determinadas pelas desigualdades sociais, discriminatórias e refletem as iniquidades do acesso à saúde, podendo resultar em elevada morbimortalidade e menor expectativa de vida (Border; Hernández-Álvarez; Porto, 2015; Alves; Seidi, 2024). A infraestrutura precária, ausência de saneamento básico e acesso limitado aos serviços de saúde contribuem significativamente no processo saúde-doença quando aliadas à aglomeração de pessoas em habitações insalubres (Cruz et al., 2023).

Outros desafios emergiram da Covid-19, como o aumento do desemprego, acentuando problemas econômicos e insegurança alimentar (Ventura et al., 2024). Tais aspectos tornam ainda mais complexo o cuidado à saúde e o enfrentamento da pandemia, exigindo uma abordagem centrada na pessoa, visando atender ao princípio da equidade, e articulada com ações e cuidados intersetoriais, a partir da demanda e necessidade que se caracterizam como subjetivas e inerentes ao indivíduo (Cruz et al., 2023), sendo dever do Estado mitigar os desafios existentes.

A vulnerabilidade decorre de condições externas que podem ser aprimoradas e deve ser compreendida como a exposição a diferentes tipos de riscos. Dessa forma, ainda que a Covid-19 não se configure como pandemia desde maio de 2023, é importante investigar e discutir como ocorreu este enfrentamento, garantindo que especificidades regionais auxiliem no desenvolvimento de estratégias eficazes para futuras crises de saúde pública.

Neste sentido, este estudo teve como objetivo analisar os fatores que influenciaram o enfrentamento da pandemia Covid-19 na população vulnerável em Porto Velho-RO.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo epidemiológico, observacional, descritivo, realizado de forma transversal e com abordagem quantitativa em Porto Velho, Rondônia, Brasil.

O atendimento em saúde para os casos suspeitos e confirmados de Covid-19 no município foi descentralizada para um primeiro atendimento via *Call Center Covid*, um serviço de teleatendimento gratuito 24 horas, para sanar dúvidas e orientar a população, evitando assim exposição desnecessária nas unidades de saúde. Em casos leves, eram orientadas ações como medidas de suporte e conforto, o isolamento domiciliar, investigação dos contatos e monitoramento até a alta do tratamento (SEMUSA, 2020).

Em casos de sintomas moderados, o usuário era encaminhado para o serviço especializado, para elucidação diagnóstica e manejo do caso; e para aqueles em que eram

graves, além da estabilização clínica, era necessário o encaminhamento para o hospital de referência. Em Porto Velho, foram disponibilizadas ainda como apoio e retaguarda às quatro unidades de Pronto Atendimento (SEMUSA, 2020).

Em relação às análises laboratoriais, o material coletado era encaminhado para o Laboratório Central de Saúde Pública de Rondônia (LACEN-RO), responsável pelo diagnóstico dos testes moleculares que visavam a detecção do RNA do SARS-CoV-2. Enquanto isso, os casos eram registrados e notificados nas Fichas de Notificação Compulsória (FNC), com monitoramento pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA) e Secretaria Estadual de Saúde (SESAU) de Rondônia, para divulgação dos relatórios diários nos sites oficiais (SEMUSA, 2020).

A população do estudo foi composta por pessoas em território de vulnerabilidade em Porto Velho-RO. Considerou-se como critério de inclusão, migrantes, refugiados, apátridas, indivíduos vivendo em situação de rua, e residentes de favelas e/ou assentamentos rurais. E como exclusão, com idade inferior a 18 anos e que não compreendessem o idioma português brasileiro.

A coleta de dados primários ocorreu entre dezembro de 2022 e fevereiro de 2023, a partir de entrevistas realizadas utilizando o aplicativo *Research Electronic Data Capture* (REDCap), que se caracteriza como uma plataforma web para coleta de dados de pesquisa, disponibilizada pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP) da Universidade de São Paulo (USP) (Harris et al., 2009; 2019). Após o treinamento, os entrevistadores realizaram um teste piloto e testaram o instrumento por meio do aplicativo. Posteriormente, foram distribuídos em pontos que atendiam aos critérios de inclusão em Porto Velho-RO, incluindo a área de assentamento Vila Princesa.

O instrumento utilizado foi elaborado a partir do Inquérito Nacional de Saúde de Portugal (INE, 2016) e da Ferramenta de Avaliação Quantitativa Rápida Covid-19 da OMS (WHO, 2020), adaptado e validado no Brasil pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e pela EERP/USP (Moura, 2022). Possui 97 questões de múltipla escolha, *check list* e escala Likert, abrangendo variáveis sociodemográficas; percepção de risco; condição de saúde e comorbidades pré-existentes; fontes de informação; política e confiança; adesão às medidas de proteção e prevenção individuais e coletivas; redes de proteção social e segurança; vulnerabilidade; vacinação; e violência.

Os dados foram armazenados no Programa Microsoft Excel e analisados por meio de estatística descritiva no software Statistica, da TIBCO, versão, 13.5.0.17.

Este estudo integra o projeto matriz intitulado “Termômetro Social Covid-19 no Brasil”, o qual teve aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da EERP/USP, conforme parecer consubstanciado número 5.409.514, de 16 de maio de 2022, atendendo às diretrizes éticas e regulamentares, que foram estritamente seguidas em consonância à Resolução n. 466/2012/CNS (Brasil, 2012).

RESULTADOS

Foram realizadas 102 entrevistas, sendo que a maioria dos participantes era desempregado (57,84%), brasileiro (89,22%), residia na zona urbana (82,39%), em situação de rua (64,71%). Além disso, possuía ensino fundamental incompleto (53,92%), sem rendimento (41,18%) ou menos de um salário mínimo (40,20%) adquirido por um membro (38,24%), com dois a cinco membros morando juntos (41,18%), não recebia auxílios governamentais (78,43%), não possuía convênio ou plano de saúde (99,02%), faziam uso do SUS (72,55%), não recebia a visita do ACS (79,41%) e não sabia informar se há unidade de saúde na comunidade ou bairro (50,98%). Não possuíam doenças crônicas (79,41%) ou moravam com pessoas que tinham (71,57%), bem como residiam com pessoas com idade igual ou superior a 60 anos (70,59%) (Tabela 1).

Tabela 1. Distribuição do perfil sociodemográfico da população vulnerável em Porto Velho-RO, no período de dezembro de 2021 a fevereiro de 2022.

	Variáveis	N (%)
Ocupação		
Desempregado		59 (57,84)
Informal		15 (14,71)
Autônomo		14 (13,73)
Aposentado		5 (4,90)
Empregado privado		3 (2,94)
Microempreendedor		2 (1,96)
Servidor público		2 (1,96)
Agricultor/a familiar		1 (0,98)
Outras – reciclagem		1 (0,98)
Nacionalidade		
Brasileira		91 (89,22)
Outra*		11 (10,78)
Área em que reside		

Urbana	82 (82,39)
Rural	20 (19,61)
Território em que reside	
Em situação de rua	66 (64,71)
Favela/comunidade	18 (17,65)
Acampamento	15 (14,71)
Área de ocupação	3 (2,94)
Escolaridade	
Sem escolaridade	16 (15,69)
Fundamental incompleto	55 (53,92)
Fundamental completo	19 (18,63)
Secundário incompleto	8 (7,84)
Secundário completo	2 (1,96)
Superior incompleto	1 (0,98)
Superior completo	1 (0,98)
Renda mensal	
Sem rendimento	42 (41,18)
Menos de um salário mínimo**	41 (40,20)
De 1 a 2 salários mínimos	7 (6,86)
Prefere não informar	10 (9,80)
Não sei	2 (1,96)
Número de pessoas que mora no seu domicílio	
1	9 (8,82)
2-5	35 (34,31)
Mais do que 5	13 (12,74)
Em branco	45 (44,12)
Quantas pessoas contribuem para renda	
1	39 (38,24)
2	12 (11,76)
3	3 (2,94)
Em branco	48 (47,06)
Auxílios Governamentais	
Não recebo auxílio governamental	80 (78,43)
Auxílio emergencial da pandemia	14 (13,73)
Bolsa família	7 (6,86)
Benefício de Prestação Continuada	1 (0,98)
Convênio ou Plano de saúde	
Não	101 (99,02)
Sim	1 (0,98)
Uso do SUS	
Sim	74 (72,55)
Não	28 (27,45)
Recebe a visita do ACS	
Não	81 (79,41)
Sim	21 (20,59)
Existe unidade de saúde na comunidade ou bairro	
Não sei	52 (50,98)
Sim	41 (40,20)

Não	9 (8,82)
Presença de doenças crônicas***	
Não	81 (79,41)
Sim****	21 (20,59)
Reside com pessoas com idade igual ou superior a 60 anos	
Não	72 (70,59)
Sim	30 (29,41)
Reside com pessoas que tenham doenças crônicas	
Não	73 (71,57)
Sim	29 (28,43)

Fonte: Banco de dados termômetro social Covid-19 – Porto Velho-RO (2024)

Legenda: ACS - Agente Comunitário de Saúde, UBS - Unidade Básica de Saúde

*Identificou-se como outras nacionalidades - Venezuela (10) e Haiti (1)

**Considerou-se o valor do salário mínimo de R\$1.212,00

***Nenhum participante relatou ser imunocomprometido

****Dentre as doenças crônicas, identificou-se diabetes mellitus (14), hipertensão arterial (9) e outras, como reumatismo (1), colesterol (1), insuficiência cardíaca (1) e asma (1), sendo que alguns casos apresentavam a associação de duas ou mais comorbidades.

Verificou-se, ainda que não realizaram o teste para o diagnóstico de Covid-19 antes da vacinação (62,75%), nem adoeceram pela doença (83,33%), com a compreensão de que mesmo após a infecção é necessária vacina (12,75%), ainda que não tenham (38,24%). Dentre os efeitos colaterais da vacina contra a Covid-19, destaca-se a dor no local da aplicação (24,00%), muscular (24,00%), além de calafrios e febre (19,00%). Não adoeceram após a vacinação (59,68%), mas sentiam a pressão social para se vacinar contra a Covid-19 (35,29%), mesmo que não consideravam ser obrigatória (72,55%) e confiavam na eficácia (69,61%). A fonte de informação mais comum era o telejornal (25,52%) e Internet (20,00%). Confiavam nas três esferas (44,55%), mas não vacinaram os seu(s) filho(s) e/ ou dependentes, seja com idade entre 5 a 11 anos (37,31%) ou de 12 a 18 anos (40,30%) (Tabela 2).

Tabela 2. Distribuição a respeito da vacinação contra a Covid-19 da população em situação de vulnerabilidade, no período de dezembro de 2021 a fevereiro de 2022.

Variáveis	N (%)
Realização de teste para diagnóstico de Covid-19 antes da vacinação	
Não	64 (62,75)
Sim	36 (35,29)
Em branco	2 (1,96)
Diagnóstico de Covid-19 confirmado*	
Não	85 (83,33)
Sim	14 (13,73)
Em branco	3 (2,94)

É necessário vacinar após ter sido infectado pela Covid-19	
Sim	13 (12,75)
Em branco	89 (87,25)
Foi vacinado contra a Covid-19	
Sim**	61 (59,80)
Não	39 (38,24)
Em branco	2 (1,96)
Teve efeitos colaterais da vacina contra a Covid-19***	
Dor no local da aplicação	24 (24,00)
Dor muscular	24 (24,00)
Febre e Calafrios	19 (19,00)
Dor de cabeça	7 (7,00)
Falta de ar	1 (1,00)
Diarreia	1 (1,00)
Vômito	1 (1,00)
Tosse	1 (1,00)
Outros – Caimbrã	1 (1,00)
Não teve	21 (21,00)
Teve diagnóstico confirmado após tomar a vacina contra a Covid-19	
Não	37 (59,68)
Não fez o teste para Covid-19	23 (37,10)
Sim	2 (3,23)
Sente pressão social para se vacinar contra a Covid-19	
Não	66 (64,71)
Sim	36 (35,29)
Vacinas contra a Covid-19 deveriam ser obrigatórias	
Não	74 (72,55)
Sim	27 (26,47)
Em branco	1 (0,98)
Confia na eficácia das vacinas contra a Covid-19	
Sim	71 (69,61)
Não	30 (29,41)
Em branco	1 (0,98)
Fonte de informação mais comum que você recorre para obter informações sobre as vacinas contra a Covid-19****	
Telejornais	37 (25,52)
Internet (Twitter, Facebook, Instagram, WhatsApp, Google, Youtube, Podcasts, etc.)	29 (20,00)
Amigos e/ou familiares	14 (9,66)
Rádio	9 (6,21)
Profissionais de Saúde	7 (4,83)
Jornais e revistas impressos	5 (3,45)
Instituições governamentais (Ministério da Saúde, Secretarias de Saúde, Prefeitura, etc.)	2 (1,38)
Redes de apoio social (ONGs, consultórios na rua, lideranças comunitárias, etc.)	2 (1,38)
Organizações internacionais (Organização Mundial de Saúde, Organização das Nações Unidas, etc.)	1 (0,69)

Instituições religiosas / líderes religiosos (igrejas, templos, centros espirituais, pastores, etc.)	1 (0,69)
Universidades (cientistas ou pesquisadores / projetos desenvolvidos pela comunidade universitária)	1 (0,69)
Não busco me informar	37 (25,52)
Nível de confiança nos Governos Federal, Estadual e Municipal contra a vacina Covid-19	
Muito confiante nas três esferas	4 (3,96)
Muito confiante na federal e confiante nas demais	3 (2,97)
Confiante nas três esferas	45 (44,55)
Confiante na estadual e pouco confiante nas demais	1 (0,99)
Confiante nas duas esferas e muito confiante na municipal	1 (0,99)
Confiante nas duas esferas e pouco confiante na municipal	2 (1,98)
Pouco confiante nas três esferas	40 (39,60)
Pouco confiante federal e confiante nas demais	2 (1,98)
Nada confiante nas três esferas	3 (2,97)
Aspectos sobre a vacinação de filho(s) e/ou dependente(s) *****	
Não, com idade entre 12 a 18 anos	81 (40,30)
Não, com idade entre 5 a 11 anos	75 (37,31)
Sim, com idade entre 5 a 11 anos	18 (8,96)
Sim, com idade entre 12 a 18 anos	12 (5,97)
Preferem não responder, com idade entre 12 a 18 anos	8 (3,98)
Preferem não responder, com idade entre 5 a 11 anos	7 (3,48)

Fonte: Banco de dados termômetro social Covid-19 – Porto Velho-RO (2024)

*Dentre aqueles em que os participantes recorreram foram Instituições (Associações de Bairro, Unidades Básicas de Saúde, etc.) (6), familiares (4), não tinham a quem recorrer (4), não precisou de ajuda (1), Amigos (1) ou voluntários (1). Não recorreram aos vizinhos, igreja e comunidades religiosas ou internet. Dentre os casos que foram infectados, três precisaram de internação.

**Foram vacinados com Pfizer (21), AstraZeneca (18), CoronaVac (14), Johnson & Johnson (12), Covaxin (1), Moderna (1) e Sputnik V (1). Seja com a primeira dose (14), duas doses (26), três doses (17) ou quatro doses (5), sendo que três estavam com o preenchimento em branco.

***Alguns participantes referiram mais de um evento colaterais da vacina contra a Covid-19, e não precisaram ser hospitalizados. Dentre aqueles que não vacinaram, seis não possuem pretensão, 19 disseram que não sabem e 14 possuem.

****Mais de uma opção por ter sido dita pelo mesmo participante.

*****Alguns participantes mencionaram filhos com mais do que uma faixa etária.

A maioria dos participantes referiu duas medidas adotadas para não adoecer pela Covid-19 (33,33%), faziam o uso de máscaras protetora em determinadas situações (52,94%), não concordavam quanto à obrigatoriedade da apresentação do passaporte vacinal nos estabelecimentos públicos e privados (42,16%), ou demissão do trabalhador que se recusasse a ser vacinado (66,67%). Relataram ainda que possuíam baixo risco de desenvolver doença grave ou complicações, caso fossem infectados pela Covid-19 (37,25%). As medidas implementadas pelos governos no combate à pandemia provocada pela Covid-19 eram adequadas (57,84%), confiavam na capacidade dos governos (55,98%) e das unidades de saúde para atendimentos dos casos de Covid-19 (59,80%) (Tabela 3).

Tabela 3. Distribuição do risco e nível de confiança da população em situação de vulnerabilidade, no período de dezembro de 2021 a fevereiro de 2022.

Variáveis	N (%)
Medidas adotadas para não adoecer pela Covid-19*	
Nenhuma	26 (25,49)
Uma	30 (29,41)
Duas	34 (33,33)
Três	3 (2,94)
Quatro	3 (2,94)
Cinco	2 (1,96)
Seis	1 (0,98)
Prefere não responder	3 (2,94)
Uso de máscara protetora	
Sim, mas só em determinadas situações	54 (52,94)
Sim, sempre que estou fora de casa/abrigos temporários	11 (10,78)
Não uso porque acho desconfortável	22 (21,57)
Não uso, porque não tenho dinheiro para comprar	9 (8,82)
Não uso, porque acho que não protege	6 (5,88)
Concordância quanto a obrigatoriedade da apresentação do passaporte vacinal nos estabelecimentos públicos e privados	
Não	43 (42,16)
Não tenho opinião formada	32 (31,37)
Sim	26 (25,49)
Prefere não responder	1 (0,98)
Concordância com a demissão do trabalhador que se recusa a ser vacinado	
Não	68 (66,67)
Não tenho opinião formada	27 (26,47)
Sim	5 (4,90)
Prefere não responder	2 (1,96)
Autoavaliação quanto ao risco de desenvolver doença grave ou complicações, caso fique infectado pela Covid-19	
Sem risco	5 (4,90)
Risco baixo	38 (37,25)
Risco moderado	30 (29,41)
Risco elevado	14 (13,73)
Não sei	15 (14,71)
Classificação das medidas implementadas pelos governos no combate à pandemia provocada pela Covid-19	
Muito adequadas	3 (2,94)
Adequadas	59 (57,84)
Pouco adequadas	29 (28,43)
Nada adequadas	3 (2,94)
Não tenho conhecimento	8 (7,84)
Nível de confiança na capacidade dos Governos Federal, Estadual e Municipal	
Muito confiante nas três esferas	2 (1,96)
Confiante nas três esferas	57 (55,88)

Confiante na federal, mas pouco na estadual e municipal	1 (0,98)
Confiante na federal e municipal, e muito confiante na estadual	2 (1,96)
Confiante na federal e estadual, porém pouco na municipal	2 (1,96)
Pouco confiante nas três esferas	31 (30,39)
Pouco na federal, mas confiante na estadual e municipal	1 (0,98)
Nada confiante nas três esferas	6 (5,88)

Nível de confiança nas unidades de saúde para atendimentos dos casos de Covid-19, de acordo com o nível de atenção.

Muito confiante	2 (1,96)
Muito confiante no hospital, e confiante nos serviços de emergência e APS	1 (0,98)
Muito confiante no hospital e confiante nos demais	1 (0,98)
Confiante	61 (59,80)
Confiante na APS e pouco nos demais	1 (0,98)
Confiante nos serviços de emergência e pouco nos demais	1 (0,98)
Confiante no hospital de campanha e muito nos demais	1 (0,98)
Confiante nos hospitais e pouco confiante nas unidades de emergência e APS	1 (0,98)
Confiante no hospital, porém pouco nos demais	1 (0,98)
Pouco confiante	21 (20,59)
Pouco confiante nos serviços de emergência e confiante nos demais	1 (0,98)
Pouco confiante nos hospitais e APS, e nada nas unidades de emergência	1 (0,98)
Pouco confiante no hospital e unidades de emergência, confiante no hospital de campanha e APS	1 (0,98)
Nada confiante	8 (7,84)

Fonte: Banco de dados termômetro social Covid-19 – Porto Velho-RO (2024).

*Cobrir a boca e o nariz quando espirra ou tosse com um lenço de papel ou com o antebraço, Evitar contato próximo com qualquer pessoa com febre, tosse e/ou dificuldade respiratória, Evitar espaços fechados com concentração de pessoas (por exemplo, transportes públicos, igrejas, restaurantes comunitários, abrigos, lojas, centros comerciais ...), Evitar tocar objetos ou superfícies em que outras pessoas tocaram (botão do elevador, chão, postes, bancos de praça etc.), Lavar as mãos regularmente com água e sabão ou álcool à 70%, Usar máscara que cubra a boca e o nariz sempre que sai de casa, Evitar tocar no rosto com as mãos.

Em relação a vulnerabilidade, perderam parcialmente (28,43%) ou totalmente (11,76%) o rendimento devido à pandemia Covid-19, sentiam-se na maior parte do tempo agitados, ansiosos ou tensos (20,51%), mantinham contato com família e amigos, mesmo à distância (20,31%), fizeram o uso regular de ivermectina (3,17%) e hidroxicloroquina (1,59%) por causa da Covid-19, mas não de calmantes ou antidepressivos (78,43%) (Tabela 4).

Tabela 4. Distribuição da vulnerabilidade da população vulnerável em Porto Velho-RO, no período de dezembro de 2021 a fevereiro de 2022.

Variáveis	N (%)
Perda temporária do rendimento devido à pandemia Covid-19	
Perdeu totalmente	12 (11,76)
Perdeu parcialmente	29 (28,43)

Não tinha nenhum rendimento	37 (36,27)
Não perdeu	18 (17,65)
Prefere não responder	6 (5,88)
Sentimento na maior parte do tempo quando comparado com o período anterior à Covid-19*	
Não sente nada do que foi mencionado	52 (44,44)
Está mais agitado, ansioso ou tenso	24 (20,51)
Tem mais dificuldade para dormir	13 (11,11)
Está mais sobrecarregado	9 (7,69)
Está mais triste, desanimado ou choro mais facilmente	7 (5,98)
Está mais solitário	7 (5,98)
Está mais irritado	4 (3,42)
Não consigo fazer tudo o que tenho de fazer	1 (0,85)
Rotina para lidar com a atual situação da pandemia Covid-19**	
Nenhuma das alternativas	48 (37,50)
Mantem contato com família e amigos, mesmo que à distância	26 (20,31)
Fuma mais	24 (18,75)
Consume mais bebida alcoólica	18 (14,06)
Procura estabelecer rotinas para os seus dias	4 (3,13)
Aproveita o tempo em casa para fazer coisas que gosta	4 (3,13)
Limita a quantidade de informações que vê sobre COVID-19	2 (1,56)
Pratica atividade física ou técnicas de relaxamento	1 (0,78)
Come mais doces, gorduras ou comidas mais calóricas (ex. pizza, batatas fritas, hambúrguer, sorvete, chocolate, etc)	1 (0,78)
Tomou de forma regular algum dos seguintes medicamentos por causa da Covid-19***	
Dipirona	19 (15,08)
Ibuprofeno	13 (10,32)
Antibiótico (Azitromicina)	5 (3,97)
Antiparasitário (Ivermectina)	4 (3,17)
Paracetamol	4 (3,17)
Polivitamínicos	2 (1,59)
Corticóides/corticosteroides	2 (1,59)
Outros medicamentos (Losartana)	1 (1,59)
Em branco	1 (1,59)
Hidroxicloroquina ou Difosfato de cloroquina	1 (1,59)
Nenhum dos anteriores	74 (58,73)
Começou ou aumentou o uso de calmantes ou antidepressivos por causa da pandemia da Covid-19	
Não tomo calmantes ou antidepressivos	80 (78,43)
Comecei a tomar calmantes ou antidepressivos	3 (2,94)
Aumentei a dosagem que tomava de calmantes ou antidepressivos	1 (0,98)
Não se aplica	13 (13,00)
Prefere não responder	5 (5,00)

Fonte: Banco de dados termômetro social Covid-19 – Porto Velho-RO (2024).

*Um participante pode ter referido mais do que um sentimento na maior parte do tempo quando comparado com o período anterior à Covid-19. E nenhum participante referiu pensar sempre na COVID-19.

**O participante pode ter mencionado mais do que uma rotina para lidar com a atual situação da pandemia Covid-19.

***Pode ter sido mencionado mais do que uma resposta.

No que tange aos gêneros alimentícios servidos, pode-se citar o iogurte, as frutas, as bolachas tipo sequilhos e o bolo, Tabela 1, com quantidades *per capita* previamente estipuladas.

DISCUSSÃO

O estudo revelou uma complexa intersecção de fatores que foram exacerbados durante a crise econômica e sanitária na pandemia Covid-19, que potencializaram a vulnerabilidade, intensificando os riscos relacionados ao processo saúde-doença, tornando ainda mais complexa e desafiadora a superação dos desafios já existentes, ao mesmo tempo em que reforça a importância das políticas de saúde.

O aumento do desemprego e a perda parcial ou total de rendimentos durante a pandemia Covid-19 agravaram problemas como a insegurança alimentar, o acesso aos serviços essenciais e as condições de moradia, entre outros fatores. Nesse cenário, evidenciou-se na zona urbana, um aumento das pessoas vivendo em situação de rua, as quais no contexto da Covid-19, enfrentaram dificuldades ainda maiores, principalmente quando as recomendações eram ‘fiquem em casa, usem de máscara de proteção e façam a higienização constante das mãos’. As fragilidades no suporte e apoio com políticas que promovessem a efetivação da equidade em si, não consideraram a falta de condições mínimas de moradia, acesso à água potável e aquisição de recursos financeiros para compra de insumos, como a máscara de proteção (Bógu; Magalhães, 2022).

A pandemia não apenas agravou as condições de vulnerabilidade de muitos brasileiros, mas também trouxe à tona desafios específicos enfrentados pelos imigrantes. Para ambos os grupos, o acesso limitado a recursos, a precarização das condições de trabalho e a dificuldade em acessar os serviços de saúde amplificaram os impactos negativos da crise sanitária. Estudos apontam que, enquanto os brasileiros em situação de vulnerabilidade sofrem com a desigualdade estrutural histórica do país, os imigrantes enfrentam barreiras adicionais, como discriminação, falta de documentação e redes de apoio frágeis (Bógu; Magalhães, 2022; Peres, 2020).

A baixa escolaridade verificada neste estudo é um fator crítico no enfrentamento da Covid-19, na medida em que setores de trabalho informais foram os mais atingidos pelas medidas de contenção. Além disso, a qualificação restrita não só restringe o acesso a informações, mas também influencia nas ações de prevenção e cuidados em saúde, bem como no uso de tecnologias, como as plataformas digitais, que se tornaram fundamentais durante o isolamento social.

Nesse período, ainda que tenham sido disponibilizados auxílios sociais, denominados como emergenciais, observou-se que essa não era uma realidade para os participantes deste estudo, o que remete à reflexão sobre a abrangência das políticas sociais diante do número elevado de pessoas e reduzido quadro de recursos financeiros para suporte e atendimento (IPEA, 2022), reforçando a necessidade de políticas públicas intersetoriais (Santos *et al.*, 2021), principalmente diante de situações no local de moradia, vizinhança ou comunidade, como famílias passando fome ou falta de alimentos, pessoas em situação de rua e sem moradia.

Ao mesmo tempo, tais achados encontrados neste estudo reforçam a importância do acesso universal à saúde enquanto direito social, garantido na Constituição Federal. Ou seja, mesmo diante das fragilidades de gestão na efetivação das ações nos territórios, a existência do Sistema Único de Saúde (SUS) foi a garantia de que o acesso estaria disponível a todos, do contrário o cenário da morbimortalidade pela Covid-19, concomitantemente com a tríade epidemiológica, poderia ser ainda pior. Entretanto, é primordial, ainda, refletir sobre as dificuldades de planejamento e a autonomia do processo de tomada de decisão pelos gestores com recomendações sem o suporte de evidências científicas, bem como a reorganização do modelo de atenção interferiram na disponibilização de recursos humanos e insumos, no atendimento e, consequentemente, nos resultados encontrados.

A contextualização, muitas vezes, vivenciada pelas populações vulneráveis encontra-se pautada sem o (re)conhecimento quanto à existência de uma unidade da Atenção Primária à Saúde (APS) e a presença das visitas pelo Agente Comunitário de Saúde (ACS). Nesse sentido, questiona-se sobre a efetivação dos princípios doutrinários do SUS que deveriam garantir não apenas a universalidade, mas também a integralidade e equidade à saúde.

Não se pode deixar de refletir que a prioridade estabelecida dentro do modelo de atenção na prática não reconhece, inúmeras vezes, na APS como coordenadora do cuidado e

ordenadora da Rede de Atenção à Saúde (RAS), seja pelos gestores ou pela população, mas sim a super valorização da especialização, principalmente no âmbito hospitalar como resolutivo e foco do direcionamento dos recursos existentes. Assim, é possível inferir que as ações de promoção à saúde, prevenção de doenças e sensibilização da população quanto às recomendações necessárias, inclusive em tempo de crise sanitária, tal como ocorreu com a Covid-19, poderiam ser desenvolvidas por meio do ACS que possui um papel extremamente relevante no elo entre comunidade-profissionais-unidade de saúde.

O desconhecimento sobre a presença de unidades de saúde próximas evidencia, ainda, o distanciamento entre os serviços de saúde da realidade dos territórios, acentuando a exclusão social e limitando ainda mais a resposta à crise sanitária. Esses fatores não só intensificam a iniquidade em saúde, como também revelam falhas estruturais na organização e na comunicação dos serviços da APS, reforçando a urgência de políticas públicas mais inclusivas e eficazes em áreas vulneráveis (Bosi; Alves, 2023).

A falta de diagnóstico pode impactar na saúde individual e coletiva nessas comunidades, resultando em um aumento na transmissão do vírus nessas áreas, onde há limitações de serviços de saúde pública (Souza et al., 2021; Silveira; Zonta, 2020), bem como um desconhecimento sobre o adoecimento, principalmente quando a procura por atendimento só ocorre nos casos mais graves. Destaca-se também que a não realização do exame diagnóstico pode gerar subnotificação dos casos de Covid-19, assim, devido às limitações, seja de insumo ou dificuldade no acesso aos serviços, especialmente em áreas vulneráveis, a falta de testagem adequada pode ter sido comum, sobretudo nestes grupos populacionais (Cola et al., 2023; Dintrans et al., 2023).

Os efeitos colaterais associados à vacinação contra a Covid-19, como dor no local da aplicação, dores musculares, febre e calafrios, são amplamente reconhecidos pela literatura científica como reações esperadas e transitórias comumente identificadas no processo de imunização. Esses sintomas refletem a resposta imune do organismo à vacina, sendo sinais comuns de resposta do corpo, os quais embora incômodos, não comprometem a eficácia ou segurança das vacinas, nem requerem hospitalização do indivíduo (Pinto et al., 2024).

Os achados indicam que, embora a maioria dos participantes não tenha adoecido após a vacinação e confiasse na eficácia das vacinas, muitos ainda sentiram pressão social para se vacinarem, mesmo sem considerar a imunização obrigatória. A influência das mídias, como telejornais e internet, desempenhou um papel crucial na formação dessas percepções,

refletindo a importância destes recursos como veículo de comunicação rápido e que poderia ser mais efetivo, transparente, além de um importante aliado na contenção das *fake news*.

No entanto, a hesitação vacinal se manifestou em relação aos filhos ou dependentes, especialmente nas faixas etárias entre 5 e 18 anos, a qual sugere uma discrepância entre a confiança na vacina para adultos e crianças. Isso revela a complexidade das decisões familiares, possivelmente influenciadas por fatores sociais, informações incompletas ou temores específicos em relação aos seus filhos ou dependentes.

É preciso considerar, ainda, a confiança nas três esferas de governo como reflexo de um contexto complexo e com múltiplas fontes de informação sobre a vacinação, além de questões políticas no direcionamento das ações, principalmente ao considerar a descentralização do processo de tomada de decisão estabelecido pelo princípio organizativo do SUS. Tal aspecto pode ter refletido, inclusive no uso de máscara protetora em situações específicas, conforme encontrado neste estudo.

Rodriguez-Bazilio et al. (2023) ressaltam que o uso de máscaras, mesmo que de forma intermitente, contribuiu significativamente para reduzir a transmissão do vírus, especialmente em locais públicos ou com aglomerações. No entanto, a adesão parcial ao uso de máscaras pode ter sido influenciada por orientações inconsistentes das autoridades de saúde e pelo cansaço pandêmico, que diminuiu a eficácia das medidas preventivas.

Em relação à obrigatoriedade do passaporte vacinal e à demissão de trabalhadores não vacinados, muitos participantes discordaram dessas medidas, o que reflete o debate global sobre a liberdade individual *versus* a proteção coletiva. A literatura destaca que, embora políticas de passaporte vacinal tenham sido implementadas para controlar a disseminação do vírus, elas geraram resistências, especialmente em grupos que defendem a autonomia pessoal e os movimentos anti-vacina. Essa resistência pode estar ligada à desinformação, dúvidas sobre a eficácia da vacina, ou questões éticas em torno do direito ao trabalho, temas amplamente discutidos em estudos sobre comportamento vacinal durante a pandemia (Silva et al., 2021; Salvador et al., 2023).

Os dados indicam que uma parcela significativa dos participantes acreditava ter baixo risco de desenvolver doença grave ou complicações se fossem infectados pela Covid-19. A percepção individual quanto ao nível de suscetibilidade em relação a determinada doença influencia na adoção de recomendações de saúde propostas, as quais são moldadas por fatores individuais de compreensão e níveis educacionais (Lima et al., 2020).

Essa percepção de risco reduzido pode estar relacionada à desinformação sobre a gravidade da doença, além de sugerir que a subestimação do risco pode levar a comportamentos de não adesão a medidas preventivas, como a vacinação e o uso de máscaras, contribuindo para a disseminação do vírus. É importante considerar ainda que a priori o grupo de risco para o adoecimento e óbito pela Covid-19 era de idosos e entre aqueles que possuíam alguma comorbidade, entretanto, esse cenário se alterou, e pessoas mais jovens e sem comorbidades também passaram a configurar esse cenário pandêmico de adoecimento e óbito pela doença (OPAS, 2022).

Os achados sobre a falta de rede de apoio social e dificuldades econômicas durante a pandemia refletem a vulnerabilidade enfrentada por muitos indivíduos, aliados ainda com a ausência de apoio para comprar alimentos e medicamentos, além da perda parcial ou total da renda, as quais exacerbaram a insegurança alimentar e precariedade financeira. A pandemia acentuou as desigualdades socioeconômicas, afetando principalmente aqueles que já viviam em situação de vulnerabilidade, agravando o acesso a recursos essenciais (Xavier *et al.*, 2024).

A dificuldade financeira relatada pela maioria dos participantes destaca a precariedade estrutural que afeta as populações vulneráveis, particularmente em crises, como a Covid-19. O contato reduzido com familiares e amigos, junto com os sentimentos de ansiedade e tensão, reflete o impacto psicológico dessa vulnerabilidade, corroborado por pesquisas que apontam a saúde mental como um fator crucial agravado pela incerteza (Xavier *et al.*, 2024; Oliveira *et al.*, 2022).

Além disso, o uso predominante de telejornais, como principal fonte de informação, pode ter influenciado a saúde mental diante dos números da morbimortalidade que continuavam a crescer de forma exorbitante. Informações inconsistentes ou incompletas podem ter contribuído com comportamentos inadequados, como hesitação vacinal ou falta de adesão a medidas preventivas. Nesse contexto, a imprensa desempenha um papel fundamental ao fornecer informações precisas, claras e baseadas em evidências, como ferramenta de combate a desinformação e promoção à proteção coletiva.

O uso de medicamentos como ivermectina e hidroxicloroquina, ainda que por uma pequena parcela dos participantes, reflete a desinformação e a influência de discursos sem respaldo científico durante a pandemia. Destaca-se que o uso dessas medicações,

amplamente desaconselhado por autoridades sanitárias, pode ter prejudicado a saúde pública ao gerar uma falsa sensação de segurança (Barbosa *et al.*, 2023).

A baixa utilização de calmantes ou antidepressivos no contexto da pandemia, mesmo diante de sentimentos de ansiedade e tensão relatados por parte dos participantes, pode sugerir a dificuldade de acesso para atendimento, a subvalorização da saúde mental ou falta de acesso adequado a cuidados psicossociais diante da realidade da Covid-19. A pandemia exacerbou os problemas de saúde mental globalmente, especialmente entre populações vulneráveis, com o agravamento do sofrimento psicológico (Silva *et al.*, 2024). É preciso considerar, ainda, que o não conhecimento e as incertezas de quando a vida voltaria à normalidade, pode ter contribuído com ansiedade prolongada.

A reorganização da RAS durante a pandemia foi crucial para mitigar os efeitos, embora barreiras de acesso, como a escassez de profissionais e infraestrutura insuficiente, tenham persistido. A adaptação do sistema de saúde, incluindo a telemedicina, foi uma medida importante para garantir o atendimento em diferentes níveis, ainda que o acesso à internet não seja homogêneo (Catapan *et al.*, 2024).

Tais achados reforçam os desafios existentes quanto às iniquidades de saúde. As populações em situação de vulnerabilidade enfrentam barreiras geográficas, econômicas e sociais para conseguir atendimento, sendo que estas foram potencializadas pela pandemia. A Covid-19 evidenciou, ainda, a necessidade de fortalecer a APS como coordenadora do cuidado, particularmente ao considerar a diversidade e vulnerabilidade no território (Jatobá; Carvalho, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos achados apresentados, verificou-se que entre os fatores que influenciaram o enfrentamento da pandemia pela população vulnerável neste estudo, destacam-se as diferentes barreiras, as quais incluem aspectos relacionados ao usuário, no acesso à saúde e às medidas de proteção, bem como as fragilidades quanto ao apoio social efetivo para essa população. A limitação no acesso aos serviços de saúde foi um dos fatores mais críticos diante do desconhecimento sobre a presença de unidades próximas e a ausência de visitas regulares do ACS, podem ter contribuído com a disseminação de informações cruciais sobre medidas preventivas, diagnóstico precoce e encaminhamentos adequados. Tais aspectos associados à baixa escolaridade, renda insuficiente, insegurança

alimentar e moradia precária, intensificaram a vulnerabilidade durante a pandemia, acentuando a exclusão social e limitando ainda mais a resposta à crise sanitária.

A influência das mídias e a confiança nas instituições também desempenharam um papel crucial no enfrentamento da crise, gerando implicações na adesão à vacinação pela desinformação e hesitação em relação às medidas preventivas, como o uso de máscaras e o distanciamento social, tais elementos exacerbaram a vulnerabilidade frente ao adoecimento.

Portanto, é essencial a inclusão de políticas públicas que abordem as causas raízes da vulnerabilidade, promovendo um acesso aos serviços de saúde e informações durante as crises que atendam ao princípio da equidade e integralidade do cuidado, a partir da implementação de ações intersetoriais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, P. D; SEIDL, E. M. F. Vulnerabilidade social no contexto da pandemia de Covid-19: uma discussão bioética. *Cad Ibero-amer Dir San.*, v. 13, n. 1, p. 83-101, 2024.
- BARBOSA, A. N.; CHEBABO, A.; STARLING, C.; PÉREZ, C.; CUNHA, C. A.; LUNA, D. et al. Pan-American Guidelines for the treatment of SARS-CoV-2/COVID-19: a joint evidence-based guideline of the Brazilian Society of Infectious Diseases (SBI) and the Pan-American Association of Infectious Diseases (API). *Ann Clin Microbiol Antimicrob.*, v. 22, n. 7, p. 67, 2023.
- RODRIGUEZ-BAZILIO, T.; VIEIRA-PEREIRA-ÁVILA, F. M.; BEZERRA-GÓES, F. G.; PEREIRA-CALDEIRA, N. M. V.; E-LEMOS-GOULART, M. C.; SANTOS-SANTANA-DA-SILVA, A. C.; PINHEIRO-BOTELHO, E. Motivos para o uso das máscaras no Brasil durante a pandemia da Covid-19. *Ciencia y Enfermeria*, v. 29, p. 27, 2023.
- BÓGUS, L. M. M.; MAGALHÃES, L. F. A. Desigualdades sociais e espacialidades da Covid-19 em regiões metropolitanas. *Caderno CRH*, v. 35, p. e022033, 2022.
- BOSI, M. L. M.; ALVES, E. D. Distanciamento social em contextos urbanos na pandemia de Covid-19: desafios para o campo da saúde mental. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 33, p. e33007, 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *COVID-19: Informações e orientações*. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 26/08/24.
- CATAPAN, S. C.; MELO, E. A.; SILVA, A. B.; ALBUQUERQUE, M. V.; CALVO, M. C. M. Teleassistência no Sistema Único de Saúde brasileiro: onde estamos e para onde vamos?. *Cien Saude Colet.*, v. 29, n. 7, p. e03302024, 2024.

COLA, J. P.; PRADO, T. N.; GALAVOTE, H. S.; BANHOS, C. C. D.; MICAELA, A. C. G.; SANTOS, R. M.; MACIEL, E. L. N. Factors associated with carrying out molecular tests for the diagnosis of COVID-19 in the State of Espírito Santo, Brazil. *J Hum Growth Dev.*, v. 33, n. 1, p. 113-123, 2023.

DINTRANS, P. V.; VALENZUELA, P.; CASTILLO, C.; GRANIZO, Y.; MADDALENO, M. Bottom-up innovative responses to COVID-19 in Latin America and the Caribbean: addressing deprioritized populations. *Rev Panam Salud Publica*, v. 47, p. e92, 2023.

HARRIS, P. A. TAYLOR, R.; MINOR, B. L.; ELLIOTT, V.; FERNÁNDEZ, M.; O'NEAL, L.; MCLEOD, L.; DELACQUA, G.; KIRBY, J.; DUDA, S. N. The REDCap consortium: Building an international community of software platform partners. *J Biomed Inform.*, v. 95, p. 103208, 2019.

HARRIS, P. A.; TAYLOR, R.; THIELKE, R.; PAYNE, J.; GONZALEZ, N.; CONDE, J. G. Research electronic data capture (REDCap)--a metadata-driven methodology and workflow process for providing translational research informatics support. *J Biomed Inform.*, v. 42, n. 2, p. 377-381, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022*. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/porto-velho/panorama>. Acesso em: 01/02/2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *O efeito da Covid-19 sobre os indicadores de pobreza brasileiros e as políticas de mitigação: uma discussão inicial*. Brasília, junho de 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11228/1/n_07_O_Efeito_da_Covid_19.pdf . Acesso em: 11/10/2024.

JATOBÁ, A.; CARVALHO, P. V. R. A resiliência do Sistema Único de Saúde não está (somente) nas respostas aos desastres. *Rev Saude Publica*, v. 58, p. 22, 2024.

LIMA, D. L. F.; DIAS, A. A.; RABELO, R. S.; CRUZ, I. D.; COSTA, S. C.; NIGRI, F. M. N.; NERI, J. R. COVID-19 no estado do Ceará, Brasil: comportamentos e crenças na chegada da pandemia. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 5, p. 1575-1586, 2020.

MOURA, H. S. D. *Percepção de risco de transmissibilidade e infecção pela COVID-19, as vulnerabilidades e os fatores associados no Brasil*. 2022. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2022. Acesso em: 12/06/2024. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22133/tde-10112022-161901/publico/HeriedersonSavioDiasMoura.pdf>.

OLIVEIRA, P. F.; JESUS, A. S.; OLIVEIRA, A. B. S.; SANTOS, S. V. R.; SILVA, A. G. L.; OLIVEIRA, G. S.; RAPOSO, O. F. F.; GUEDES-GRANZOTI, R. B. The impact of COVID-19 isolation on general and emotional health self-perception of Brazilians. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 1, p. e26711124818, 2022.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD (OPAS). Síntesis de evidencia y recomendaciones: directrices para la profilaxis y el manejo de pacientes con COVID-19 leve y moderada en América Latina y el Caribe. *Rev Panam Salud Publica*, v. 46, p. e134, 2022.

PERES, A. C. Favelas contra o vírus: como as periferias vêm lidando com a pandemia de covid-19, em meio aos problemas cotidianos e diante da ausência de ações governamentais. *RADIS: Comunicação e Saúde*, v. 212, p. 20-25, 2020.

PINTO, A. C. M. D.; SILVA, M. F. S.; OLIVEIRA, F. C. E.; GARCIA, M. M. L.; MELO, V. B.; DAMASCENO, G. A. et al. Comparison of Adverse Events and Antibody Responses Among Different COVID-19 Vaccination Schedules. *Viral Immunol.*, v. 37, n. 7, p. 337-345, 2024.

SALVADOR, P. T. C. O.; ALVES, K. Y. A.; CARVALHO, K. R. S.; NEHAB, M. F.; CAMACHO, K. G.; REIS, A. T. et al. Inquérito online sobre os motivos para hesitação vacinal contra a COVID-19 em crianças e adolescentes do Brasil. *Cad. Saúde Pública*, v. 39, n. 10, p. e00159122, 2023.

SANTOS, L. P.; SCHÄFER, A. A.; MELLER, F. O.; HARTER, J.; NUNES, B. P.; SILVA, I. C. M.; PELLEGRINI, D. C. P. Tendências e desigualdades na insegurança alimentar durante a pandemia de COVID-19: resultados de quatro inquéritos epidemiológicos seriados. *Cad. Saúde Pública*, v. 37, n. 5, p. e00268520, 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO VELHO (SEMUSA). Prefeitura de Porto Velho. *Plano Municipal de Contingência para Resposta às Emergências em Saúde Pública CORONAVÍRUS*. Porto Velho. Quinta versão. 23 de agosto. SEMUSA, 2020. Disponível em: <https://www.portovelho.ro.gov.br/uploads/arquivos/2020/08/34898/1598548232plano-municipal-de-contingencia.pdf>. Acesso em: 17/08/2020.

SILVA, A. S. C. P.; FURTADO, L. A. C.; TOFANI, L. F. N.; BIGAL, A. L.; BRAGAGNOLO, L. M.; SANTOS, A. C. et al. Arranjos e inovações para o cuidado em saúde mental no enfrentamento da COVID-19: revisão integrativa. *Cien Saude Colet.*, v. 29, p. e06532023, 2024.

SILVA, K. D. O.; PAIVA, S. F.; CAMPOS, L. A. M.; REPEKE, C. E. P. Hesitação à vacina no período de isolamento na pandemia Covid-19. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar*, v. 2, n. 7, p. e27505, 2021.

SILVEIRA, J. P. M.; ZONTA, R. Experiência de reorganização da APS para o enfrentamento da Covid-19 em Florianópolis. *APS em Revista*, v. 2, n. 2, p. 91-96, 2020.

SIQUEIRA, C. A. S.; FREITAS, Y. N. L.; CANCELA, M. C.; CARVALHO, M.; SILVA, L. P.; DANTAS, N. C. D.; SOUZA, D. L. B. COVID-19 no Brasil: tendências, desafios e perspectivas após 18 meses de pandemia. *Rev Panam Salud Publica*, v. 46, p. e74, 2022.

SOUZA, K. O. C.; FRANCOLLI, L. A.; RIBEIRO, C. J. N.; MENEZES, A. F.; SILVA, G. M.; SANTOS, A. D. Qualidade da atenção básica à saúde e vulnerabilidade social: uma análise espacial. *Rev Esc Enferm USP*, v. 55, p. e20200407, 2021.

VENTURA, M. W. S.; LIMA, F. E. T.; BRITO, P. S., PASCOAL, L. M., ALBUQUERQUE, N. L. S., ALMEIDA, P. C. Social determinants and access to health services in patients with COVID-19: a cross-sectional study. *Rev Esc Enferm USP*, v. 58, p. e20230324, 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *WHO Coronavírus (COVID-19)*. Geneva: WHO; 2021. Disponível em: <https://covid19.who.int/?mapFilter=cases>. Acesso em: 24/11/23.

XAVIER, B. L. Q.; OLIVEIRA, V. R.; TEIXEIRA, B. S.; SOARES, A.; AMARAL, J. F.; MENEZES H. F.; SILVA, R. A. R. (Sobre) viver nas ruas em tempos de pandemia por Covid-19. *Rev. enferm. UFPI*, v. 13, p. e4081, 2024.

Recebido em 27 de novembro de 2024.

Aprovado em 06 de maio de 2025.



CARACTERIZAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DO IFBAIANO CAMPUS SERRINHA: DESTINAÇÃO E APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

DOI: 10.48075/ri.v27i2.34951

Ana Marcia da Conceição Abreu¹
Giovanna Alves Pereira Santos²
Juliana de Oliveira Almeida³
Delka de Oliveira Azevedo⁴
Rafael Rodrigo Ferreira de Lima⁵

RESUMO: Os resíduos sólidos têm se mostrado pauta relevante na discussão sobre sustentabilidade. No Brasil, a merenda é determinada por lei e deve ser oferecida aos alunos de maneira regular, o que, inevitavelmente, gera resíduos de natureza orgânica. O uso dos resíduos orgânicos pode ter diversas destinações interessantes para a diminuição de impactos ambientais e desperdício. Ainda, a escola exerce papel importante na construção de uma criticidade neste âmbito. O presente trabalho trata-se de um estudo de caso juntamente com revisão bibliográfica, cujo objetivo foi descrever o lanche escolar do IF Baiano Campus Serrinha, bem como tratar da destinação dos resíduos orgânicos e sugestões de uso destes como parte do desenvolvimento de atividades com foco na educação ambiental e sustentabilidade. Concluiu-se que a escola desempenha papel relevante e apropriado para a discussão sobre o uso dos resíduos orgânicos de forma a apoiar atitudes de cunho sustentável.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Merenda Escolar; Resíduos Orgânicos.

CHARACTERIZATION OF SCHOOL MEALS AT IFBAIANO CAMPUS SERRINHA: DESTINATION AND USE OF SOLID WASTE

ABSTRACT: Solid waste has been a relevant topic in the discussion on sustainability. In Brazil, school meals are determined by law and must be offered to students on a regular basis, which inevitably generates organic waste. The use of organic waste can have several interesting uses to reduce environmental impacts and waste. Furthermore, the school plays an important role in the construction of criticality in this area. The present work is a case study together with a bibliographical review, the

¹Instituto Federal Baiano, Serrinha - Bahia. E-mail: anamarcia.abreu@gmail.com

²Instituto Federal Baiano, Serrinha - Bahia. E-mail: nutrigiosantos@gmail.com

³Instituto Federal Baiano, Serrinha - Bahia. E-mail: juliveira@gmail.com

⁴Instituto Federal Baiano, Serrinha - Bahia. E-mail: delka.azevedo@ifbaiano.edu.br

⁵Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis - Santa Catarina. E-mail: rafaelarielrodrigo@gmail.com

objective of which was to describe the school snack at the IF Baiano Campus Serrinha, as well as dealing with the destination of organic waste and suggestions for using it as part of the development of activities focused on environmental education and sustainability. It was concluded that the school plays a relevant and appropriate role in the discussion about the use of organic waste in order to support sustainable attitudes.

Keywords: Environmental Education; School Lunch; Organic Waste.

INTRODUÇÃO

Segundo Sena et al. (2019), a promoção da sustentabilidade e o manejo adequado dos resíduos sólidos têm se destacado como questões essenciais para a construção de um ambiente escolar mais responsável e consciente.

No contexto da alimentação escolar (Brasil, 2009), a merenda desempenha função primordial na nutrição dos alunos e ela pode contribuir na formação humana quando é associada a implementação de práticas mais sustentáveis desenvolvidas pela comunidade da escola. Segundo Ferreira et al. (2019), além de promover a agricultura familiar e o desenvolvimento econômico regional, a Lei nº 11.947/2009 (Brasil, 2009), que institui o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é um instrumento essencial na garantia da oferta de refeições saudáveis e de qualidade nas instituições públicas de ensino. Sob o viés educacional, o PNAE pode colaborar para a formação de hábitos alimentares saudáveis, para a conscientização sobre a origem dos alimentos e a destinação adequada dos resíduos.

Em consonância com a NBR 10004:2004 (ABNT, 2004), que classifica os resíduos sólidos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para que possam ser gerenciados adequadamente, tem-se que: os restos de alimentos são descritos como resíduo de restaurante e classificados como resíduo sólido não perigoso.

O gerenciamento de resíduos sólidos encontra respaldo na Lei nº 12.305/2010 (Brasil, 2010), que dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Este arcabouço legal objetiva regular a destinação ambientalmente adequada dos resíduos e incentivar a adoção de práticas sustentáveis. Para tanto, deve ser atendida a seguinte ordem de prioridade: a redução na geração, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (Brasil, 2010).

Para Conceição et al. (2021), os resíduos orgânicos são materiais biodegradáveis originários de fontes naturais, como é o caso dos restos de alimentos, das cascas de frutas, das folhas, dentre outros itens de origem vegetal ou animal. Estes materiais possuem capacidade de decomposição natural, podendo ser transformados em compostos orgânicos e retornarem ao meio ambiente de forma sustentável.

De acordo com Oliveira (2022), o entendimento da dinâmica de geração e destinação dos resíduos sólidos orgânicos originários da merenda escolar mostra-se relevante por sua contribuição para a eficiência operacional da escola e, especialmente, para a difusão de práticas sustentáveis norteadoras na construção de uma consciência ambiental entre os estudantes e a comunidade escolar como um todo.

Sendo assim, este estudo propõe a caracterização da merenda escolar no IF Baiano Campus Serrinha, explorando as características gerais e as normativas do PNAE, bem como, os desafios e oportunidades relacionados ao destino e ao aproveitamento dos resíduos sólidos orgânicos gerados nesse processo.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como aplicada, composta pelo estudo de caso do IFBaiano *Campus Serrinha* e pela revisão bibliográfica narrativa da literatura. A pesquisa bibliográfica foi realizada na base de dados SciELO e em buscador do tipo acadêmico utilizando os descritores: “resíduos orgânicos”, “compostagem”, “vermicompostagem”, “minhocas”, “PNAE”, “ABNT NBR 10004”, “PNRS”, e “análise sensorial”. Quanto aos critérios de pesquisa, foram utilizados artigos científicos e legislação publicados entre os anos de 2004 e 2022, assim como os Projetos Pedagógicos dos cursos técnicos em Alimentos, em Agropecuária, em Agroecologia e em Instrumentos Musicais dos anos de 2021, 2016, 2019 e 2022, respectivamente. Não houve restrições de idiomas.

O local de pesquisa para o desenvolvimento deste trabalho foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *Campus Serrinha*, com sede na Estrada Vicinal de Aparecida, s/n, Aparecida, Serrinha - BA, CEP 48.700-000, zona urbana do município.

Esse estabelecimento de ensino conta com aproximadamente 850 estudantes nos três turnos de funcionamento, sendo que o ensino abrange os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio em Alimentos, em Agroecologia e em Agroindústria, os cursos técnicos subsequentes em Agropecuária e em Instrumento Musical, o ensino à distância nos cursos de

Vendas, de Multimeios Didáticos e de Secretaria Escolar, o ensino superior em Tecnologia em Gestão de Cooperativas e em Licenciatura em Ciências Biológicas e a Pós-Graduação *Stricto Sensu* de nível de mestrado em Ciências Ambientais e os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Alfabetização e Letramento, em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, em Inovação Social e em Educação do Campo.

RESULTADOS

Os alimentos são servidos aos cursos integrados ao Ensino Médio e aos cursos da modalidade subsequentes em Agroecologia, em Agropecuária e em Instrumento Musical. Nesse sentido, cerca de 200 alunos são contemplados com o serviço de alimentação, que é servido àqueles que não ficam para almoçar, sendo este último também servido no referido *Campus* (IFBaiano, 2021). Os alimentos são servidos de segunda-feira à sexta-feira e, no que diz respeito ao quantitativo, este flutua dependendo do somatório de estudantes no dia. Com relação aos alimentos servidos no lanche, observa-se que estes são comprados de terceiros, não sendo, portanto, produtos produzidos dentro do *campus* (IFBaiano, 2021).

No que tange aos gêneros alimentícios servidos, pode-se citar o iogurte, as frutas, as bolachas tipo sequilhos e o bolo, Tabela 1, com quantidades *per capita* previamente estipuladas.

Tabela 1. Gêneros alimentícios e *per capita*

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Quantitativo de estudantes	72	122	186	89	175
Item 1	Sequilhos (50g)	Bolo de ovos (80g)	Bolo de ovos (80g)	Sequilhos (50g)	Bolo de cenoura (80g)
Item 2	Tangerina (100g)	Banana (90g)	Goiaba (100g)	Tangerina (100g)	Banana (90g)

Fonte: IF Baiano *Campus Serrinha*, 2023.

Sobre a destinação das sobras, sabe-se que as cascas das frutas podem ser utilizadas para a atividade de compostagem que, segundo Morais *et al.* (2022), a realização do processo de compostagem é feita por uma diversidade de micro-organismos como: os fungos, as

bactérias e as actinobactérias sendo estes responsáveis pela alteração das diferentes fases da degradação da matéria. No *campus* há tanto um minhocário quanto uma compostagem em funcionamento, demonstrados abaixo nas Figuras 1 e 2. A vermicompostagem, por intermédio das minhocas, é uma forma de usar os resíduos orgânicos como fertilizantes, pois o húmus das minhocas proporciona uma maior vantagem do que os adubos convencionais, como também regenera as características do solo (Winck *et al.*, 2022).

Figura 1. Compostagem no IFBaiano, *Campus Serrinha*



Fonte: Autores, 2023.

Figura 2. Minhocário no IFBaiano, *Campus Serrinha*



Fonte: Autores, 2023.

Segundo Hoehne *et al.*, (2019), as minhocas são indicadores da qualidade do solo, visto que a espécie *Eisenia Andrei* é usada como bioindicador por ter a capacidade de sobreviver a variações de temperatura, como também tem alto índice de reprodução e um ganho de biomassa maior. Bem assim, a espécie de minhoca citada é bastante usada na vermicompostagem mediante a capacidade de transmudar o resíduo orgânico em produtos, sendo estes o húmus e o chorume.

Portanto, ambos os métodos citados anteriormente, são utilizados para gerar adubo para a horta instalada no terreno escolar, também servindo como demonstrativo prático para os alunos em aula. Ademais, para o preparo da compostagem e do húmus, são utilizadas folhagens do terreno do *campus* e estercos bovino, ovino e caprino. Segundo Morais *et al.* (2022), a compostagem é vista como um mecanismo para a destinação correta dos resíduos orgânicos, além de ser uma decomposição biológica de forma controlada nas condições termofílicas e aeróbias; ou seja, pode-se dizer que o processo da compostagem é a digestão da matéria orgânica através dos microorganismos com a presença de H₂O e de ar, gerando húmus e apresentando substâncias minerais que podem ser adicionadas ao solo, sendo relevante para melhorar as características da produtividade.

DISCUSSÃO

Os resíduos orgânicos são denominados todos os resíduos de origem animal e vegetal que apresentam um processo de decomposição natural na natureza em um curto período de tempo, como restos de alimentos, sementes, excedentes de carnes, ossos, folhagens, entre outros derivados (Conceição *et al.*, 2021). Segundo Marchi *et al.* (2020), os resíduos orgânicos podem ser usados no processo de compostagem, sendo esta uma prática que vem sendo usada a muito tempo, e que, atualmente apresenta destaque diante da sua sustentabilidade, possibilitando a fertilidade orgânica. Ademais, pode-se dizer que a compostagem é um processo biológico de putrefação de matéria orgânica tendo a presença de alguns fatores como os oxigênios, umidade e temperatura, levando ao processo do adubo orgânico.

A NBR 10.004 (ABNT, 2004) é uma norma técnica brasileira importante, que estabelece procedimentos específicos na classificação dos resíduos sólidos (RS). Segundo esta norma, a classificação da matéria orgânica tem categorias específicas na ABNT NBR, em que estão classificados na classe II os resíduos não perigosos, não inerte e tem como propriedades: biodegradabilidade, solubilidade a H₂O e combustibilidade.

Os resíduos sólidos apresentam muita potencialidade diante do processo de reciclagem mediante técnicas de compostagem, que acaba produzindo compostos orgânicos (Marchi *et al.*, 2020). Além do mais, o desenvolvimento do processo de compostagem pode ser encontrado na Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, no capítulo II, art. 3º, parágrafo VII, que dispõe:

VII - destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos (Brasil, 2010, p. 01).

Ainda, diante da Lei referida anteriormente, de maneira explícita, se direciona aos resíduos orgânicos em seu art. 36, inciso V, determinando que os responsáveis pelos serviços de limpeza urbana e de manejo dos resíduos são obrigados a ter um sistema de compostagem implementado e articulado com os agentes econômicos e sociais e forma de uso dos compostos produzidos (Brasil, 2010).

A legislação brasileira responsável pela alimentação escolar nas instituições de ensino público, é a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que institui diretrizes importantes no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Este, por sua vez, objetiva a garantia de uma refeição saudável e apta aos educandos inseridos na educação básica (Brasil, 2009). Segundo Ferreira *et al.* (2019) e Marques *et al.* (2022), o PNAE é um instrumento muito importante, pois vem a garantir uma segurança alimentar e nutricional aos alunos, ao mesmo tempo que defende o desenvolvimento sustentável pois incentiva as compras de mercadorias originadas da agricultura familiar.

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, traz que:

Art. 4º O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (Brasil, 2009, p. 01).

É importante abordar que, o PNAE não está direcionado de forma direta à gestão de resíduos orgânicos, porém o processo de gestão desses resíduos pode estar interligado às

práticas de sustentabilidade dentro do âmbito escolar (Guevara, 2021). De acordo com Brinck (2020), já existem algumas unidades escolares e universidades que adotaram iniciativas ambientais se responsabilizando pelos resíduos orgânicos, ou seja, tendo um sistema de gestão dos ROs, como a prática de compostagem.

Segundo Sena *et al.* (2019), o sistema de compostagem é um mecanismo de decomposição de forma controlada da matéria orgânica que tem como resultado um composto usado como adubo. Desse modo acaba reduzindo a imensa quantidade de resíduos que são destinados aos aterros sanitários, e contribuindo na educação ambiental dos alunos. Por outro lado, as práticas de gestão dos resíduos orgânicos, normalmente, estão na incumbência das secretarias de meio ambiente e do setor de limpeza urbana ou, ainda, em âmbitos específicos da gestão dos resíduos a nível municipal (Zago *et al.*, 2019).

A escassez de informações direcionada ao desígnio correto dos resíduos (R) gerados pelas ações da humanidade, vem contribuindo de maneira negativa na conservação e equilíbrio dos ecossistemas, pois a destinação inadequada dos RS, torna-se um problema para meio ambiente, sendo importante levar em consideração que o descarte dos R de forma inadequada no meio ambiente é um fator que prejudica os ecossistemas e também acaba interferindo na vida dos seres humanos; ademais, os resíduos orgânicos (RO) podem ser reaproveitados, sendo um método de otimização para os serviços de saneamento, visto que a legalização adequada dos aterros sanitários para destinação final dos R acontece após o esgotamento dos procedimentos técnicos para os tratamentos e reciclagem (Fontes *et al.*, 2021).

Segundo Oliveira (2022), a Educação Ambiental (EA) é muito relevante para a sociedade, onde vem assumindo um papel importante diante da deterioração ambiental, pois vem sendo um pilar para o desenvolvimento sustentável e, consequentemente, contribuindo na interação ética do homem com o meio ambiente, destacando o respeito com o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida.

A EA, dentro de um processo pedagógico, pode contribuir significativamente nas ações coletivas da gestão dos RS. Porém, referida contribuição tem que ser um trabalho bem estruturado para, quem receber as informações, sinta interesse em transformar o meio ambiente para uma condição melhor. Desse modo, é fundamental que a EA seja trabalhada, com frequência, no ambiente educacional, não sendo direcionada a sensibilizar apenas as

crianças, mas também os adultos, vez que são responsáveis pela ação degradante do meio em que vivem (Cembranel *et al.*, 2019).

No que se refere ao IFBaiano *Campus Serrinha*, é possível utilizar os resíduos orgânicos, especialmente as cascas de frutas como material de estudo para os alunos de Agroecologia e Agropecuária, como parte das atividades de campo, especialmente, nos tópicos que abarcam a adubação, sendo estes “Fundamentos de agricultura e Pecuária” para o curso de Agropecuária e “Fundamentos de Agricultura” para o curso de Agroecologia. Ainda, é possível utilizar os resíduos das frutas, por exemplo, as cascas, como material de estudo para os alunos do Curso Integrado de Alimentos, como parte das atividades de dois componentes curriculares, sendo estes “Tecnologia de Panificação” e “Análise Sensorial” (IFBaiano, 2021).

O componente “Tecnologias de Panificação”, segundo o Projeto Pedagógico do curso (IFBaiano, 2021), capacita o aluno nos métodos de elaboração de preparações de bolos, biscoitos, bolachas e massas. Já a “Análise Sensorial”, o capacita na análise do grau de satisfação do consumidor em relação a preparações alimentícias (IFBaiano, 2021).

Nessa perspectiva, para o primeiro, os alunos podem aproveitar as cascas de frutas para preparação de bolos, como exercício de aproveitamento integral dos alimentos. Esta atividade é uma oportunidade interessante para discutir os benefícios do aproveitamento integral dos alimentos visando a diminuição dos resíduos orgânicos, bem como demonstrar as vantagens nutricionais do uso de cascas de frutas, ricas em fibras, componente indispensável para a saúde intestinal, como demonstrado por Linhares *et. al.* (2019).

Em contrapartida, sobre a análise sensorial, sabe-se que o uso de casca de banana, um dos alimentos servidos no lanche, muito utilizada como ingrediente para preparo de biscoitos e bolos, tem boa aceitação sensorial, como visto no trabalho de Bressiani *et al.*, (2017), onde, através de um teste sensorial com voluntários não treinados, 46% destes responderam que “compraria (o bolo de casca de banana) sempre que tivesse oportunidade” e, também, no estudo de Soares *et. al.* (2020), onde foi constatada uma boa aceitabilidade de cookies preparados com casca de banana, onde 59% dos voluntários não treinados avaliaram que “gostaram” do sabor.

Enfim, este exercício tem potencial para ser implementado no IFBaiano *Campus Serrinha* com os alunos e os professores, como parte do componente curricular supracitado, podendo a mesma prática ser realizada com cascas de outras frutas, a exemplo da goiaba e da tangerina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei nº 11.947/2009 (Brasil, 2009) representa uma importante ferramenta de garantia do direito à alimentação no âmbito escolar e, quando associada à Lei 12.305/2010 (Brasil, 2010), pode contribuir significativamente para a formação multi e interdisciplinar dos discentes e, por extensão, de toda a comunidade acadêmica do estabelecimento de ensino em que se aplica com eficiência. Essa contribuição conjunta desses instrumentos legais recai, como se observou, no aproveitamento integral dos resíduos orgânicos (RO), configurando-se como estratégia relevante para a gestão de resíduos de uma instituição educacional e para a formação cidadã e acadêmica dos discentes. Contribui, ainda, para a diminuição dos resíduos orgânicos gerados no serviço de alimentação oferecido aos discentes e se configura como ferramenta de educação ambiental, cujo resultado pode ser observado e analisado *in loco*.

A correta destinação dos resíduos orgânicos oriundos da merenda escolar reduz o impacto ambiental já que evita a contaminação do solo e da água, e possibilita a implementação de práticas sustentáveis, como a compostagem. Ao incorporar a gestão dos resíduos sólidos à educação ambiental, o IF Baiano campus Serrinha pode fortalecer a consciência da comunidade escolar, ao estimular mudanças de hábitos com vistas à sustentabilidade.

Observou-se a importância da inclusão dos alunos nesta temática, onde a construção de uma criticidade acerca da destinação e formas de aproveitamento de resíduos orgânicos se configura como importante componente para o repertório relacionado à educação ambiental.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. ABNT. *NBR 10.004: resíduos sólidos: classificação*. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. *Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE*, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 15 dez. 2023.

BRASIL. *Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010*. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm. Acesso em: 18 dez. 2023.

BRESSIANI, J.; SCHWARZ, K.; GATTI, R. R.; DEMÁRIO, R. L.; FREIRE, P. L. I. Desperdício Alimentar X Aproveitamento Integral de Alimentos: Elaboração de Bolo de Casca de Banana. *UNICIÊNCIAS*, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 39–44, 2017.

BRINCK, R. R. L. Compostagem: Ferramenta Sustentável de Educação Ambiental e Redução de Resíduos. *Cadernos de Agroecologia*, v. 15, n. 4, 2020.

CEMBRANEL, A. S.; FRANCISCHETT, M. N.; RODRIGUES, C. R. Educação Ambiental com estudantes e famílias na gestão dos resíduos sólidos urbanos. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, v. 14, n. 1, p. 171-185, 2019.

CONCEIÇÃO, J. T. P. et al. Desafios da gestão de resíduos sólidos orgânicos urbanos e a sua contribuição para arborização urbana. *Revista Geociências-UNG-Ser*, v. 20, n. 2, p. 67-81, 2021.

FERREIRA, H. G. R.; ALVES, R. G.; MELLO, S. C. R. P. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): alimentação e aprendizagem. *Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro*, v. 22, n. 44, p. 90-113, 2019.

FONTES, K. D. de S. A. et al. A compostagem como instrumento de educação ambiental em escolas do Município de João Monlevade-MG. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 10, p. e410101018863-e410101018863, 2021.

GUEVARA, M. D. F. et al. Panorama do Projeto Adote uma Escola: estudo de caso nas escolas do município de Pelotas-RS. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 13, p. e20210003, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO *campus Serrinha. Projeto de Criação: Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio*. Eixo Tecnológico: Produção Alimentícia. Modalidade: Presencial. Serrinha, 2021. 121 p.

LINHARES, P. S. D.; SANTOS, S. O.; NUNES, G. L.; TRINDADE, D. de B.; PAIVA, C. C. S. de. Aproveitamento integral de alimentos: da sustentabilidade à promoção da saúde. *Revista Referência Saúde - FESGO*, v. 2, n. 3, p. 65-68, 2019.

MARCHI, C. M. D. F.; GONÇALVES, I. de O. Compostagem: a importância da reutilização dos resíduos orgânicos para a sustentabilidade de uma instituição de ensino superior. *Revista Monografias Ambientais*, v. 19, p. e1, 2020.

MARQUES, A. B. G. M.; TRICHES, R. M. Sustentabilidade na alimentação escolar: o papel dos atores sociais. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, v. 17, n. 3, p. 193-200, 2022.

MORAIS, C. A. S.; FIORE, F. A.; ESPOSITO, E. Influência do uso de inóculo aclimatado em processo de compostagem. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, v. 27, p. 499-510, 2022.

OLIVEIRA, L. R. A. de. Educação ambiental: sustentabilidade, conscientização e melhorias no gerenciamento de resíduos sólidos. *Brazilian Journal of Development*, v. 8, n. 3, p. 21961-21974, 2022.

SENA, L. M. et al. Compostagem e vermicompostagem como alternativa para tratamento e destinação de resíduos orgânicos. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, v. 14, n. 2, p. 266-272, 2019.

SOARES, H. R. S.; BASTOS, K. D. O.; PEIXOTO, M. C. R.; NASCIMENTO, R. C. B. Análise sensorial de cookies de banana e casca de banana. In: LOPES, G. da S; DIAS, G. S.; MONDEGO, J. M. *Estudos Aplicados à Análise Sensorial de Alimentos*. Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2020.

WINCK, M. F. et al. Vermicompostagem para o gerenciamento de resíduos sólidos orgânicos domiciliares. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, v. 15, n. 3, p. 1-15, 2022.

ZAGO, V. C. P.; BARROS, R. T. de V. Gestão dos resíduos sólidos orgânicos urbanos no Brasil: do ordenamento jurídico à realidade. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, v. 24, p. 219-228, 2019.

Recebido em 19 de fevereiro de 2025.

Aprovado em 28 de abril de 2025.



VIVÊNCIAS DE TUTORES *ON-LINE* NA MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR

DOI: 10.48075/ri.v27i2.34866

Josiane Cristina de Avila¹
Maria do Carmo Fernandez Lourenço Haddad²
Fernanda Santiago Santos Mendonça³
Cibele Cristina Tramontini Fugant⁴
Samira Faye Kfouri da Silva⁵

RESUMO: O estudo analisou as vivências de tutores *on-line* no ensino a distância (EaD) em cursos superiores. Para tanto, foi realizada uma pesquisa descritiva exploratória de abordagem quantitativa e qualitativa. Foram analisadas 230 respostas coletadas por um instrumento semiestruturado, elaborado no Google Docs e aplicado de abril a junho de 2023 por meio de redes sociais e abordagens pessoais. Os dados foram tabulados no Microsoft Excel® e processados no software IBM SPSS versão 27. Entre as facilidades apontadas, destacam-se a flexibilidade de horário, economia em despesas diversas, autonomia na interação com alunos e a possibilidade de atuar na área acadêmica. Como dificuldades, mencionaram a falta de comunicação com docentes, excesso de alunos por tutor, dificuldade em separar trabalho e vida doméstica, e problemas com sistemas operacionais lentos. Os participantes sugeriram melhorias como maior interação com os professores, tutoria totalmente remota, capacitações específicas para uso das plataformas, redução do número de alunos por tutor e ajuda de custo para internet. Ressalta-se a importância de abordagens pedagógicas inovadoras, programas de capacitação periódicos e políticas institucionais que valorizem os tutores *on-line*, fortalecendo o ensino a distância.

Palavras-chave: Tutores *on-line*; Ensino Superior; Educação a Distância.

FACILITIES AND DIFFICULTIES EXPERIENCED BY ONLINE TUTORS IN THE DISTANCE LEARNING MODE IN HIGHER LEVEL COURSES

ABSTRACT: The study analyzed the experiences of online tutors in distance learning (DE) in higher education courses. To this end, quantitative and qualitative descriptive exploratory study was carried out. We analyzed 230 responses collected through a semi-structured instrument, prepared in Google Docs and applied from April to June 2023 through social networks and personal approaches. The data

¹ Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná E-mail: josy_avila@hotmail.com.

² Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná E-mail: carmohaddad@gmail.com.

³ Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná. E-mail: fer.saude1@gmail.com.

⁴ Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná. E-mail: cibeletec@uel.br.

⁵ Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera, Londrina, Paraná. E-mail: samira.kfouri@cogna.com.br.

was tabulated in Microsoft Excel® and processed in IBM SPSS software version 27. Among the facilities mentioned were flexible working hours, savings on various expenses, autonomy in interacting with students and the possibility of working in the academic field. As difficulties, they mentioned the lack of communication with teachers, too many students per tutor, difficulty in separating work and home life, and problems with slow operating systems. The participants suggested improvements such as greater interaction with teachers, totally remote tutoring, specific training for using the platforms, reducing the number of students per tutor and internet allowance. The importance of innovative pedagogical approaches, periodic training programs and institutional policies that value online tutors, strengthening distance learning, is highlighted.

Keywords: Online tutors; Higher education; Distance Education.

INTRODUÇÃO

A modalidade do ensino a distância (EaD), é quando o professor e o aluno estão sintonizados em localidades diferentes através de uma plataforma virtual. O estudo a distância pode ser de forma síncrona, quando as aulas são realizadas ao mesmo tempo, ou assíncronas, quando as aulas são gravadas e inseridas em uma plataforma virtual onde os alunos poderão assistir posteriormente (Saraiva *et al.*, 2021). Um dos principais atores desse processo de ensino aprendizagem é o tutor *on-line*.

Para os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância, versão preliminar (Brasil, 2007), a tutoria a distância atua a partir da instituição, mediando o processo pedagógico. Sendo a principal atribuição do tutor o esclarecimento de dúvidas através de fóruns de discussão, por telefone, participação em videoconferências, entre outros, de acordo com o projeto pedagógico da instituição de ensino. O tutor *on-line* tem também a responsabilidade de promover espaços de construção coletiva de conhecimento, selecionar material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos e, realizar processos avaliativos de ensino-aprendizagem, juntamente com os docentes da disciplina (Saraiva *et al.*, 2021).

No Brasil, de acordo com Mattar *et al.* (2020), para o desenvolvimento da educação a distância é necessário, além dos professores que atuam no ambiente virtual de aprendizagem (AVA), a presença de tutores nos polos educacionais, bem como o de tutores a distância que atuam nos AVA. Esses dois tipos de tutores atuam com as tecnologias educacionais ao mesmo tempo, pois necessitam de sincronia em suas ações, bem como de habilidades pedagógica e tecnológica.

O tutor *on-line*, como será denominado neste estudo, deve apresentar flexibilidade no atendimento, sempre se colocando à disposição do aluno, auxiliando-o nas dúvidas e

sempre ir além de um fornecimento de conteúdo. Destaca-se que esse profissional deve estimular a participação do aluno em fóruns, *chats* e demais ferramentas que o AVA adota, bem como fornecer um ambiente semelhante a sala de aula presencial, onde os alunos se sintam próximos aos professores e tutores (Alves; Terçariol; Ikeshoji, 2020).

Almeida (2003) descreve o tutor como um docente formador, que tem ao mesmo tempo os papéis de mediador, moderador, observador e articulador, cuja principal função é orientar o aprendizado do aluno. Na mesma direção, a autora destaca que a melhor nomenclatura deve ser “professor tutor”, devido à função de docente que exerce esse indivíduo no ambiente virtual, uma vez que o que se espera é que ele acompanhe o processo de aprendizagem e oriente os alunos.

A modalidade EaD é, atualmente, muito adotada nas instituições de ensino, acompanhando e desenvolvendo cursos em diversas áreas de ensino. A partir do EaD, um professor ministra o conteúdo, por meio de aulas ao vivo ou videoaulas gravadas de acordo com a disciplina. Dependendo do curso, devem ocorrer provas, atividades, aulas em laboratórios sendo presenciais na instituição. Mas, há em alguns cursos e instituições que as avaliações poderão ser a distância, com flexibilidade de horários, sendo realizados em uma plataforma *on-line* (Abreu; Novaes; Zarro, 2020).

A realização deste estudo é justificada pela escassez de literatura sobre as experiências dos tutores *on-line* no ensino a distância em nível superior, conforme identificado em uma revisão integrativa realizada em maio de 2023, que encontrou apenas dois estudos relevantes, um brasileiro e outro africano. Ressalta-se, ainda, a relevância do tutor *on-line* no processo formativo dos alunos, evidenciando a necessidade de compreender seu perfil, formação e as competências essenciais para o desempenho dessa função. Nesse contexto, o objetivo do estudo é analisar as vivências de tutores *on-line* em cursos de ensino a distância no nível superior.

METODOLOGIA

Estudo descritivo exploratório fundamentado na abordagem quantitativa-qualitativa, realizado entre os meses de abril a junho de 2023, com tutores *online* de cursos superiores. Para buscar os participantes foi enviado um convite via mídias sociais, em *websites* de referência da área, aplicativos de mensagens de grupos de pesquisa, redes sociais de

tutores na modalidade de ensino a distância e da rede de apoio do Núcleo de estudo e pesquisa em gerenciamento de serviços de enfermagem (NEPGESE).

Para a população de estudo, considerou-se amostra infinita, a fórmula utilizada foi: Em que, “n” é o tamanho da amostra, “z²” = Abscissa da curva normal (nível de confiança); “σ²” = variância da população; “E²” erro amostral (margem de erro). Foi adotado o nível de confiança de 95%. Dessa forma, a amostra foi de 333 tutores *on-line*. Devido a dificuldade em atingir a amostra desejada (333), foi necessário convidar pessoalmente os tutores *on-line* de uma instituição privada situada na cidade onde o estudo foi realizado.

Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário semiestruturado disponibilizado por meio de um link no Google Formulários. Inicialmente, foi apresentada uma explicação sobre o objetivo do estudo, seguida dos critérios de inclusão: ser tutor *on-line* na modalidade de ensino a distância há pelo menos seis meses, estar em exercício profissional ativo em um curso de nível superior e participar voluntariamente. Após essa introdução, o participante era direcionado ao convite para participação na pesquisa, que continha novamente o objetivo do estudo, uma explicação resumida da metodologia e o acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, disponível para download.

Primeiramente, foi realizado um teste piloto do instrumento de coleta de dados (Araújo; Gouveia, 2018), para uma amostra de dez participantes, atuantes na educação a distância. O teste piloto foi realizado para avaliar o instrumento de coleta dos dados elaborado pela autora, para verificar se as informações inseridas representavam a vivência dos tutores *on-line*. Houve sugestões de reformulações no instrumento, como: acrescentar na última alternativa de resposta “não se aplica” nas perguntas, quantos filhos moram em sua residência? Qual carga horária de trabalho semanal? E houve a sugestão de acrescentar mais uma pergunta aberta: Como tutor *on-line* no ensino a distância, o que poderia melhorar no seu trabalho? Após a finalização desta etapa, o instrumento passou por uma nova apreciação, obtendo-se a Versão Final.

Os dados foram inicialmente tabulados em uma planilha do Microsoft Excel® para uma triagem e categorização preliminares. A análise dos dados foi realizada utilizando o software IBM SPSS versão 27. Foram empregadas técnicas de análise de conteúdo para identificar temas recorrentes, padrões e discrepâncias nas respostas dos tutores *on-line*. O processo de análise foi interativo, permitindo que os resultados emergentes orientassem as fases subsequentes da investigação.

As variáveis populacionais investigadas foram: idade, sexo, religião, cor da pele, situação conjugal, ter filho(s), número de filho(s), idade do(s) filho(s) e morar com o(s) filho(s), escolaridade, renda familiar mensal e quantas pessoas são dependentes desta renda. Foram investigadas as seguintes variáveis ocupacionais: categoria profissional, ocupação, tipo de rede de ensino onde trabalhava, carga horária semanal, tipo de regime, curso(s) de graduação que atuava, turno do trabalho, quanto tempo nesta ocupação de tutor na modalidade de ensino a distância, se possuíam outro vínculo empregatício, quantos e há quanto tempo encontrava-se com mais de um vínculo empregatício e qual a carga horária semanal, se estava estudando e qual o turno do estudo, finalizando com três perguntas abertas sobre as facilidades e dificuldades vivenciadas como tutor *on-line* no ensino a distância e como tutor *on-line* no ensino a distância, o que poderia melhorar no seu trabalho?

O Projeto de pesquisa foi submetido para apreciação do Comitê de Ética, nº parecer CAAE 64646522.1.0000.5231, obedecendo as orientações da Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde/MS e sob as orientações do Ofício Circular nº 2 de 2021 no qual refere-se sobre o processo em pesquisa no ambiente virtual.

RESULTADOS

Dos 333 participantes da pesquisa, 230 foram considerados válidos para a pesquisa, assim a média ($DP \pm 8,6$) de idade dos participantes foi de 39,4 anos, apresentando o mínimo de 22 anos e idade máxima de 67 anos, com uma amplitude etária de 45 anos. Aplicou-se a regra de *Sturges* aos dados e chegou-se ao número de nove faixas etárias, como a amplitude foi de 45, as faixas etárias foram de cinco anos.

A predominância do sexo na coleta de dados foi feminino (153 respostas, 65,5%). A maioria dos tutores *on-line* era do Estado do Paraná (61,7%) e São Paulo com 17,8%. Os demais estados apresentam uma representação menor: Minas Gerais (3,5% e 0,9% para diferentes grafias), Rio de Janeiro (4,8%), Santa Catarina (3,0%), Ceará (1,7%), Pernambuco e Rio Grande do Sul (ambos com 1,3%). Alagoas, Amazonas, Bahia, Espírito Santo e Rondônia com uma representatividade menor, cada um com menos de 1% dos participantes. Há ainda dois participantes (0,9%) que indicaram atuar em todo o Brasil (Tabela 1).

Tabela 1- Distribuição de frequências de variáveis sociodemográficas de tutores *on-line* na modalidade de Ensino a Distância. Londrina/PR, Brasil, 2023.

Variáveis	n (%)
-----------	-------

Sexo	
Feminino	153 (66,5)
Masculino	77 (33,5)
UF do participante	
Paraná	143 (62,2)
São Paulo	42 (18,3)
Rio de Janeiro	11 (4,8)
Minas Gerais	9 (3,9)
Ceará	4 (1,7)
Santa Catarina	7 (3,0)
Pernambuco	3 (1,3)
Rio Grande do Sul	3 (1,3)
Alagoas	2 (0,9)
Bahia	2 (0,9)
Amazonas	1 (0,4)
Espírito Santo	1 (0,4)
Rondônia	1 (0,4)
Outros países	1 (0,4)

n: frequência absoluta; %: frequência percentual

Fonte: Os autores (2023).

Em relação à religião, a maioria dos participantes (82,2%) afirmaram possuir alguma religião, sendo que 46,5% católicos e 26,1% evangélicos. Uma menor proporção pertencia a religiões espíritas (6,1%) e de matriz africana (1,7%), enquanto 17,8% dos participantes afirmaram não possuir religião. Quanto à etnicidade, a maioria dos participantes se identificou como branca (73,0%), seguida por parda (17,8%) e preta (7,0%). Uma pequena porcentagem se denominou como amarela (2,2%).

Quanto ao estado civil foi observado que a maioria (61,7%) se declarou casada ou em união estável, ficando os solteiros em segundo lugar com 25,2%, 11,7% eram separados ou divorciados e apenas 1,3% viúvos. Dentre os respondentes 52,2% referiram não ter filhos e 47,8% tinham filhos, dentre os que tinham filhos foi observado que a maioria (23,5%) tinha um filho, seguido daqueles que tinham dois filhos (15,2%) e três filhos (4,3%).

Entre os que têm filhos, a maioria possui um filho (21,7%) ou dois filhos (18,7%), e uma menor proporção possui três filhos (7,4%). Quando questionados sobre quantos filhos residem com eles, a maior parte dos participantes (57,0%) indicou que a questão não se aplica, possivelmente porque não têm filhos. Entre os que têm filhos vivendo com eles, a maioria possui um filho (23,5%) ou dois filhos (15,2%), e uma pequena porcentagem possui três filhos (4,3%).

O conjunto de dados também forneceram informações sobre a área de formação, o nível de escolaridade e as condições financeiras dos tutores *on-line*. A Tabela 2 apresenta as distribuições de frequências das variáveis relacionadas a formação e renda. Com relação a área de formação foi observado que a maioria dos respondentes eram da área da saúde (44,3%), atuavam como tutores de ensino a distância (64,8%), tinham pós-graduação *Lato sensu* completa (61,7%), percebiam renda maior que cinco salários-mínimos atuais (referência 2023 - R\$ 1.300,00) (44,3%) e duas pessoas dependia desta renda (34,8%).

Tabela 2 - Formação, atuação e renda dos Tutores *on-line*. Londrina/PR, Brasil, 2023.

Variáveis	n (%)
Área de formação	
Área tecnológica	11 (4,8)
Ciência humanas	85 (37,0)
Ciências biológicas	3 (1,3)
Ciências da saúde	102 (44,3)
Ciências exatas e da terra	17 (7,4)
Engenharias	12 (5,2)
Maior nível de escolaridade atual	
Doutorado completo	8 (3,5)
Doutorado incompleto	22 (9,6)
Mestrado completo	44 (19,1)
Mestrado incompleto	12 (5,2)
<i>Lato sensu</i> completa	142 (61,7)
<i>Lato sensu</i> incompleta	1 (0,4)
Graduação	1 (0,4)
Renda mensal	
> que 5 salários-mínimos	102 (44,3)
3 a 4 salários-mínimos	100 (43,5)
1 a 2 salários-mínimos	28 (12,2)
Pessoas dependentes da renda	
1	67 (29,1)
2	80 (34,8)
3	41 (17,8)
4	29 (12,6)
5	11 (4,8)
6	1 (0,4)
8	1 (0,4)

n: frequência absoluta; **%:** frequência percentual

Fonte: Os autores (2023).

Em termos de renda mensal, os participantes relataram receber mais de cinco salários-mínimos (44,3%) e entre três e quatro salários-mínimos (43,5%). Uma menor

porcentagem de participantes recebia entre um e dois salários-mínimos (12,2%). Por fim, em relação ao número de pessoas dependentes da renda do participante, a maior parte tem dois dependentes (34,8%), seguida por aqueles com apenas um dependente (29,1%). Menor proporção de participantes tem três (17,8%) ou quatro dependentes (12,6%), e um número muito pequeno de participantes tem cinco (4,8%) ou mais dependentes.

Em relação ao tipo de instituição, a grande maioria trabalhava em instituições privadas, representando 83,5% da amostra, enquanto 16,5% estavam empregados em instituições públicas. Quanto ao tipo de contrato de trabalho, a maioria dos participantes tinha um contrato regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), compreendendo 84,3% da amostra. Outros tipos de contrato incluíam credenciamento ou trabalho autônomo (11,3%), bolsistas (3,0%), estatutários ou concursados (0,9%) e sócio proprietário (0,4%).

Em relação ao turno de trabalho, a maior parte trabalhava à tarde e à noite (27,8%), seguida por aqueles que trabalhavam de manhã e tarde (22,6%) e apenas pela manhã (22,2%). Uma menor proporção trabalhava apenas à noite (11,3%), em turno integral (7,8%) ou apenas à tarde (3,9%). Além disso, alguns têm horários de trabalho flexíveis (2,6%) ou trabalhavam tanto pela manhã quanto à noite (1,7%). A carga horária semanal dos participantes foi em média de 41 h/semanais ($DP \pm 8,5$). O mínimo foi de 12 horas e o máximo de 70 h/semanais, havendo uma amplitude de 58 h/semanais.

O tempo de trabalho (em meses) foi em média ($DP \pm 42,3$), de 50,5 meses, o mínimo de dois meses e o máximo de 216 meses, com uma amplitude de 214 meses. Avaliou-se que os participantes possuíam outros vínculos de trabalho, sendo observado que 50,4% possuíam mais de um vínculo de trabalho. A maioria que possuíam outros vínculos tinha um vínculo adicional (35,2%), seguido daqueles que possuíam dois vínculos adicionais (11,7%), 3,5% possuíam três ou mais vínculos empregatícios e 49,6% possuíam apenas um vínculo de trabalho.

Foi avaliado o tempo em que o participante possuía mais de um vínculo empregatícios, sendo observado que tinha um segundo vínculo em média ($DP \pm 73,6$) a 40,7 meses, com mediana de zero meses, amplitude de 528 meses, com mínimo de zero e máximo de 528 meses. Os participantes foram interrogados em relação ao fato de estarem estudando na atualidade. Verificou-se que 57,8% estudavam atualmente, sendo que a maioria estudava no turno noturno (16,5%).

No que se refere ao horário dos estudos, 47,0% dos participantes marcaram a opção “Não se aplica”, provavelmente por não estarem estudando atualmente. Entre aqueles que

estavam estudando, o horário noturno foi o mais comum, com 16,5% dos entrevistados, seguido por ensino a distância com 16,1%. Os horários matutino e vespertino foram menos comuns, com 7,8% e 5,7%, respectivamente. Uma pequena proporção de participantes estudava nos finais de semana ou em horário integral, cada um com cerca de 3,4% e 3,5%, respectivamente.

Diante das perguntas abertas, foram questionados aos tutores *on-line* quais as facilidades encontradas nas atividades realizadas como tutor *on-line* no ensino a distância, encontrando-se várias respostas como em outras despesas, carga horária de trabalho, autonomia na interação com os alunos, e exercer sua profissão na área acadêmica.

[...] A flexibilidade de trabalho, principalmente por atingir um número elevado de alunos e por permitir trabalhar de qualquer lugar [...] (T.5)

[...] quando realizado em *home office*, a maior facilidade é a flexibilidade e liberdade de poder trabalhar em casa, sem deslocamento ou gastos com traslado [...] (T.7)

[...]Flexibilidade de horário, economia de tempo e dinheiro, acesso a conteúdo diversificado, autonomia e independência, adaptação em novas tecnologias, mesma qualidade de um curso presencial para quem se aplica[...] (T.9)

[...]Flexibilidade, atuar na área de formação, poder participar dos processos acadêmicos dos alunos, horário de trabalho que permite realizar outras coisas durante o dia[...] (T11).

As dificuldades encontradas nas atividades realizadas como tutor *on-line* no ensino a distância, foram relatadas pelos participantes, a falta de comunicação entre a tutoria e os docentes das disciplinas, números elevados de alunos em suas plataformas para correções de atividades e responder dúvidas, divisão entre trabalho e afazeres domésticos, o sistema operacional é lento e a falta de empatia dos alunos aos tutores *on-line*.

[...] Falta de comunicação entre tutoria – docentes [...] (T.3)

[...] Quantidade elevada de aluno, indisponibilidade de sistema [...] ocasionais lentidões no sistema. (T.3)

Acúmulo de tarefas. Nem sempre familiares entendem que o trabalho em *home office* exige concentração e silêncio[...] (T.6)

[...] A falta de educação e falta de empatia por parte de alguns alunos[...] (T.1)

Sobre o que poderiam melhorar em seu trabalho, os tutores *on-line* relataram que a função de tutoria poderia ser 100% *home-office*, pois algumas instituições ainda trabalham na modalidade presencial, mas capacitações específicas da plataforma virtual, reduzir a demanda de alunos por tutor, pois assim melhora o atendimento ao aluno, ajuda de custo no pagamento da *internet* residencial, mais interação do tutor *on-line* com o professor conteudista.

[...]Voltar a ser 100% *home office* [...] (T.1).

[...]mais capacitações específicas, as que fornecem são muito superficiais (T.2).

[...] se a demanda for mais baixa, é possível melhorar o atendimento e qualidade do ensino ao aluno, assim como permitir uma comunicação efetiva e assertiva com os alunos (T.3).

[...] A empresa poderia investir na qualidade da internet da residência dos tutores [...] Interação entre tutor *online* e professor conteudista [...] (T.4).

DISCUSSÃO

O estudo se propôs a investigar as facilidades e as dificuldades de tutores *on-line* em cursos superiores, com foco em variáveis sociodemográficas, formação, atuação e renda, entre outras. A análise dos resultados fornece *insights* importantes que merecem uma discussão detalhada.

A educação a distância permite o ensino em cenários diferentes, atendendo a necessidade de busca por formações educacionais. Portanto, para que este o modelo de EaD possa ser considerado eficiente, torna-se fundamental os conteúdos expostos serem de qualidade e o estabelecimento de um ambiente de ensino ativo que permita a interação entre os participantes (Tavares *et al.*, 2018).

A pesquisa revelou uma predominância de tutores do sexo feminino, de acordo com Lemos, Barbosa e Monzato (2021), observa-se que as mulheres são sobrecarregadas em trabalhos *home office*, por cuidar da casa, dos filhos e se preocuparem com o trabalho, na maioria das vezes mostram-se incapazes de atender todas as demandas de uma só vez.

Apesar da sobrecarga de trabalho, apontaram como um aspecto positivo o trabalho *on-line*, por permitir mais proximidade com os filhos, maridos e por terem mais tempo para suas atividades físicas e de lazer.

Powell (2020), destaca que no trabalho *home office*, a divisão de trabalho entre mulher e o homem, faz com que as mulheres sejam as maiores responsáveis dos afazeres domésticos, aumentando o conflito entre a família e o trabalho.

Os filhos exigem mais atenção dos pais enquanto estão trabalhando *home office*, mas certamente o trabalho da mulher é o que será interrompido ou adiado para dar o suporte aos filhos.

A formação na área da saúde foi a mais frequente entre os participantes deste estudo, abrangendo 44,3% dos participantes. Este dado ressalta a importância dos cursos na modalidade remota na formação em saúde, de acordo com a autora Pessôa (2023), para ter uma boa formação a distância em cursos na área da saúde, a instituição deverá possuir

recursos de tecnologias, professores preparados, estrutura física de laboratórios para realização de aulas práticas, laboratório de anatomia, fisiologia, entre outras, as instituições de ensino podem possuir os laboratórios, bem como ter parcerias com hospitais que tenham laboratórios.

No que tange à renda, 44,3% dos tutores recebem mais de cinco salários-mínimos, e a maior parte tem duas pessoas dependentes de sua renda (34,8%). Diante deste assunto, os autores Dias, Santos Neta e Martins (2017), corroboram que muitos tutores exercem esta ocupação por complementação de renda, entretanto observa-se que o tutor é um profissional primordial na formação dos alunos, intermediando e se comunicando com os alunos e com os docentes das disciplinas, portanto trata-se de uma atividade que demanda muito tempo para ser considerada ocupação de completação salarial, devendo ser considerada uma profissão mesmo.

As práticas pedagógicas, desempenhadas pelos tutores *on line* no seu processo seu trabalho está subdividida em Gestão do tempo, Gestão do ensino e da aprendizagem e Gestão burocrática das atividades pedagógicas. Na subcategoria Gestão do tempo, destaca-se a preocupação do tutor com o tempo, desafios dos tutores no desenvolvimento da sua prática pedagógica, como o excesso de tarefas, na correção dos trabalhos acadêmicos e, ao mesmo tempo, atender com qualidade a elevada demanda de dúvidas dos alunos.

Na subcategoria de Gestão do ensino e da aprendizagem, inclui-se as características dos projetos pedagógicos das instituições, com destaque para as estratégicas para o ensinar e o aprender, assim como as interações entre alunos e tutores, momentos nos quais identifica-se a exigência de trabalhos mais qualificados, acrescidos das normas acadêmicas e científicas. Na subcategoria de Gestão burocrática das atividades pedagógicas, destaca-se os trabalhos burocráticos, como tarefas solitárias e implícitas em relação aos discentes, como, por exemplo, escrita de relatório de avaliação dos alunos, relatório de bolsista, leituras de textos, leituras dos documentos de estágios e pesquisas para sugestão de leituras, entre outras (Kenski, 2013).

Uma comunicação efetiva não depende somente dos recursos tecnológicos que estão sendo utilizados, mas também, do conteúdo da mensagem, um assunto coerente e um canal que garanta com que o aluno irá visualizar e interagir com o tutor *on-line* (BASTOS; Guimarães, 2003).

O uso das ferramentas de comunicação oferecidas pelas plataformas virtuais de aprendizagem, abrem caminhos para a empatia, o respeito pela pessoa do aluno, o

conhecimento do conteúdo, a cordialidade, a capacidade para gerenciar os conflitos, no qual as mensagens devem ser objetivas e claras, aproximando-se do aluno (MILL et al., 2009).

Para Ribas (2010) a interatividade é considerada uma ponte entre o diálogo, considerado de grande importância no ensino a distância e na aprendizagem. O grau destas interações varia muito dependendo da função no ensino a distância. A distância deverá ter diálogo e uma linguagem apropriada. Para esta superação, a reflexão sobre a pedagogia de Paulo Freire torna-se essencial, analisando se sua prática vem ao encontro do conceito de educação dialógica proposto pelo educador, refletindo sobre a educação dialógica à distância (Freire, 2014).

Há estudantes pouco autônomos e com deficiências na formação básica que apresentam dificuldades no manuseio de determinadas ferramentas tecnológicas, o que torna o ambiente digital às vezes confuso e desagradável (Moran, 2015), corroborando com os resultados deste estudo, onde os entrevistados relataram, a falta de empatia e excesso de mensagens com dúvidas em relação ao portal.

Entre os motivos de evasão houve muita concordância de que causas financeiras e de pouca disponibilidade de tempo são motivos que levam o estudante a abandonar os cursos. Contudo, uma parcela considerável dos que participaram da pesquisa opinaram que a evasão não é um problema para os alunos de cursos regulamentados totalmente à distância, pois eles sempre podem retornar (Associação brasileira de educação a distância, 2017).

As instituições devem fornecer meios de minimizar as dificuldades dos tutores *on-line* em *home office*, oferecendo serviços de apoio psicológicos e físicos aos que precisam. É de grande relevância compreender, que além de suas capacidades profissionais há um indivíduo que precisa de cuidados com relação à sua saúde ergonômicas e psicossociais que os atingem nesta ocupação (Araripe et al., 2020).

Um dos desafios apontados na literatura sobre os tutores *on-line* é a qualificação coletiva destes tutores, pois eles relataram dificuldades em sinergia, solidariedade, imagem operativa coletiva e aprendizagem. Pelo fato de estarem dispersos temporal e espacialmente, ocorre menor interação entre eles, diminuindo as trocas de saberes e dificuldades entre os educadores. Os tutores deverão ter consciência que necessitam de troca de experiências, necessitam de estratégias para se comunicar com seus colegas virtuais (Mill et al., 2009).

Independente de incertezas e dificuldades que possam surgir relacionadas ao uso das novas tecnologias, principalmente do Ensino a Distância, cabe as instituições de ensino superior às atribuições específicas de cada cargo ou ocupação do tutor *on-line*. Lévy (2000)

sugere que, antes de tudo, se compreenda e acompanhe os movimentos dessa tendência, devendo ser feito com dedicação e responsabilidade.

A limitação encontrada neste estudo foi atingir a quantidade de tutores *on-line* atuando em cursos de graduação ministrado remotamente, limitando à população do estudo, reduzindo a quantidade dos participantes de acordo com o cálculo amostral. Outra limitação está relacionada com a falta de pesquisas com o mesmo objetivo deste estudo e com a mesma população alvo, influenciando no aprofundamento da discussão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revelou a necessidade de desenvolver programas de capacitação específicos, focados no aprimoramento das competências pedagógicas e tecnológicas desses profissionais. Além disso, a melhoria na comunicação entre tutor-aluno, especialmente no suporte a estudantes em fases iniciais, garante uma experiência de ensino mais efetiva e personalizada.

Além disso, valorizar a ocupação dos tutores *on-line* é fundamental para atrair e reter profissionais qualificados, promovendo maior dedicação e contribuindo significativamente para a formação dos estudantes. Também é necessário fomentar pesquisas sobre o ensino a distância, a fim de desconstruir estereótipos e evidenciar que, com o comprometimento dos atores envolvidos, é possível alcançar uma formação de qualidade mesmo em ambientes remotos. Dessa forma, o ensino a distância pode ser reconhecido como uma modalidade de aprendizado acessível, inclusiva e transformadora.

REFERÊNCIAS

ABREU, E. T.; NOVAES, M. A.; ZARRO, M. I. M.; FREITAS, V.G.G. Desafios na formação de professores para atuação na EAD. *Revista Científica de Educação a Distância*, v. 12, n. 21, 2020. p. 27-49.

ALMEIDA, M. E. B.. Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, 3003. p. 327-340.

ALVES, J. M.; TERÇARIOL, A. A. L.; IKESHOJI, E. A. B. A tutoria na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (EJUD2): percepções de um tutor. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 15, n. 4, 2020. p. 1769-1785.

ARARIPE, F. A. A. L.; NASCIMENTO, R. V.; PANTOJA, L. D. M.; PAIXÃO, G. C. Aspectos ergonômicos e distanciamento social enfrentados por docentes de graduações a distância

durante a pandemia . *Revista Docência do Ensino Superior*. Belo Horizonte, v. 10, p. 1–19, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (ABED). Censo EAD.BR 2016: Relatório analítico da aprendizagem à distância no Brasil. Curitiba: InterSaberes, 2017.

ARAÚJO, A.; GOUVEIA, L. B.. Pressupostos sobre a pesquisa científica e os testes piloto. TRS: Tecnologia Redes e Sociedade, Relatório Interno n. 02/2018, Portugal, 2018.

BASTOS, M. A.R.; GUIMARÃES, E. M. P.. Educação a distância na área da enfermagem: relato de uma experiência. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 11, 2003. p. 685-691.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Referenciais de qualidade em EaD. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

DIAS, B. O.S.V.; SANTOS NETA, M.C.; MARTINS, P. L. Tutor: um profissional em formação. In: Coloquio Internacional de Gestão Universitária, 17., 2017. *Anais [...]*. Mar del Plata (AR), 2017.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. São Paulo: Paz e terra, 2014.

KENSKI, V. M.. Avaliação e acompanhamento da aprendizagem em ambientes virtuais a distância. In: MILL, D.; PIMENTEL, N.. *Educação a distância: desafios contemporâneos*. São Carlos: EdUFSCar, 2013. p. 59-68.

LEMOS, A. H. C.; BARBOSA, A. O.; MONZATO, P. P.. Mulheres em home office durante a pandemia da covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 60, 2021. p. 388-399.

LÉVY, P.. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. In: MARTINS, F.. M.; SILVA, J. M. *Para navegar no século XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura*. Porto Alegre: Edipucrs/Sulina, 2000.

MATTAR, J., RODRIGUES, L. M. M., CZESZAK, W., & GRACIANI, J. Competências e funções dos tutores online em educação a distância. *Educação Em Revista*, 36, e217439, . 2020.

MILL, D.; LIMA, D.A; LIMA, V.S. TANCREDI, R.M.S.P. O desafio de uma interação de qualidade na educação a distância: o tutor e sua importância nesse processo. *Cadernos da Pedagogia*, São Carlos, v. 2, n. 4, 2009.

MORAN, J. M. *A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá*. Campinas: Papirus, 2007.

PESSÔA, J. M. S. Cursos de saúde em modalidade à distância: uma preocupação constante. *RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar*, Jundiaí, v. 4, n. 3, p. e432890-e432890, 2023.

POWELL, G. N. Work-family lockdown: implications for a post-pandemic research agenda. *Gender in Management*, v. 35, n. 7/8, p. 639 646, 2020.

RIBAS, I. C. Em geral, Educação Continuada. Paulo Freire e a EaD: uma relação próxima e possível. In: CIAED-Congresso Internacional ABED de EAD, 16, 2010, Foz do Iguaçu. Anais [...]. ABED: Foz do Iguaçu (PR), 2010.

SARAIVA, A. K. DE M., MACEDO, C. M., LEONELLO, V. M., & OLIVEIRA, M. A. DE C. A expansão dos cursos de graduação em Enfermagem: cenário, interesses e desafios do ensino a distância. *Revista Da Escola De Enfermagem Da USP*, 55, e03784, 2021.

TAVARES, A. P.C. Análise das publicações nacionais sobre educação a distância em enfermagem: revisão integrativa. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 71, n. 1, p. 214-222, 2018.

Recebido em 02 de fevereiro de 2025.

Aprovado em 5 de setembro de 2025.



EMPODERAMENTO LEGAL DAS TRABALHADORAS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA: UMA PESQUISA-AÇÃO

DOI: 10.48075/ri.v27i2.35568

Amanda Craveiro Dias Souza¹
Amanda Cristina Collares de Oliveira²
Beatriz Fernandes dos Santos³
Esther Honorato de Souza⁴
Sandra Palmeira Melo Gomes⁵
Ludmila Mourão Xavier Gomes de Andrade⁶

RESUMO: A participação das mulheres no mercado de trabalho aumentou nas últimas décadas, porém ainda enfrenta desigualdades, principalmente na conciliação entre maternidade e trabalho. Na Atenção Primária à Saúde (APS), esses desafios são particularmente acentuados, sendo as trabalhadoras sobrecarregadas pelo trabalho e cuidado da família. A falta de clareza sobre seus direitos trabalhistas fortalece desigualdades de gênero e limita o pleno desenvolvimento dos papéis como trabalhadora, mulher e mãe. Este estudo objetivou investigar as percepções e vivências de mulheres trabalhadoras da APS de Foz do Iguaçu quanto aos desafios da conciliação entre maternidade e trabalho, com ênfase no conhecimento e exercício de seus direitos trabalhistas, buscando, a partir desse processo, elaborar materiais educativos que contribuam para o empoderamento legal dessas profissionais, fortalecendo sua autonomia e valorização no âmbito do SUS, em consonância com os princípios da equidade e da dignidade no trabalho em saúde. Com abordagem qualitativa do tipo pesquisa-ação, o estudo envolveu observação participante e diálogo junto às trabalhadoras da APS. A partir das necessidades identificadas, foram elaborados um *folder* educativo e um vídeo informativo, distribuídos nas Unidades de Saúde da Família, esclarecendo direitos como a licença-maternidade, estabilidade no emprego, direito à amamentação, ausência para acompanhar familiares doentes e outras garantias trabalhistas. A avaliação da intervenção revela que o conhecimento dos direitos possibilitou o protagonismo das trabalhadoras, aumentando sua consciência sobre os caminhos para exigir seu cumprimento. A metodologia evidencia o potencial transformador da educação permanente em saúde para a construção de ambientes de trabalho mais justos, igualitários e humanizados.

Palavras-chave: Maternidade; Direitos trabalhistas; Pessoal de saúde; Atenção primária à saúde;

¹Instituto Latino-American de Ciências da Vida e da Natureza – ILACVN – UNILA. E-mail: acd.souza.2022@unila.edu.br

²Instituto Latino-American de Economia, Sociedade e Política - ILAESP - UNILA. E-mail: acc.oliveira.2021@aluno.unila.edu.br

³Beatriz Fernandes dos Santos. Medicina - Instituto Latino-American de Ciências da Vida e da Natureza - ILACVN - UNILA. E-mail: bf.santos.2023@unila.edu.br

⁴Instituto Latino-American de Ciências da Vida e da Natureza – ILACVN – UNILA. E-mail: eh.souza.2023@aluno.unila.edu.br

⁵ Secretaria Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu, PR. E-mail: spmgomes@gmail.com

⁶Instituto Latino-American de Ciências da Vida e da Natureza- ILACVN – UNILA. E-Mail: ludmila.gomes@unila.edu.br

Empoderamento.

EMPOWERMENT OF FEMALE WORKERS IN PRIMARY CARE: AN ACTION RESEARCH

ABSTRACT: The participation of women in the labor market has increased in recent decades; however, it still faces inequalities, particularly in reconciling maternity and employment. In Primary Health Care (PHC), these challenges are particularly pronounced, as women workers are overburdened by both their professional responsibilities and family care. The lack of clarity about their labor rights strengthens gender inequalities and limits the full development of their roles as workers, women, and mothers. This study aimed to investigate the perceptions and experiences of women workers in Primary Health Care in Foz do Iguaçu regarding the challenges of reconciling maternity and employment, with emphasis on their knowledge and exercise of labor rights. Based on this process, educational materials were developed to contribute to the legal empowerment of these professionals, strengthening their autonomy and valorization within the Unified Health System (SUS), in conformity with the principles of equity and dignity in health care work. Using a qualitative approach of action research, the study involved participant observation and dialogue with Primary Health Care workers. Based on the identified needs, an educational folder and an informational video were prepared and distributed in Family Health Units, clarifying rights such as maternity leave, employment stability, breastfeeding breaks, and absence to care for sick relatives. The evaluation of the intervention reveals that knowledge of their rights enables workers' agency, increasing their awareness of the paths to claim their fulfillment. The methodology highlights the transformative potential of permanent health education in building more fair, equal, and humanized workplaces.

Keywords: Maternity; Labor Rights; Health Personnel; Primary Health Care; Empowerment.

INTRODUÇÃO

A participação feminina no mercado de trabalho tem crescido de forma expressiva, transformando não apenas a economia, mas também as dinâmicas sociais e familiares. Mulheres têm ocupado espaços historicamente destinados aos homens, o que reflete uma mudança cultural importante. No entanto, essa inserção ainda enfrenta desafios, como a desigualdade salarial, a dupla jornada e a falta de conhecimento sobre direitos trabalhistas, especialmente no contexto da maternidade (Beltrame; Schneider, 2018; Simões, 2012).

A maternidade é uma fase que exige suporte legal e social, pois envolve não apenas o bem-estar da mulher trabalhadora, mas também da criança e da família como um todo. Para as mulheres que exercem atividades fora de casa, conciliar a maternidade com a jornada de trabalho torna-se uma tarefa exaustiva, devido ao acúmulo de funções no ambiente

doméstico, profissional e nos cuidados com os filhos. A desigualdade de gênero no mercado de trabalho agrava esse cenário, visto que muitas mulheres têm suas trajetórias profissionais impactadas negativamente após a maternidade (Emidio, 2021).

Nesse contexto ressalta-se a necessidade de políticas públicas que apoiem as mulheres, principalmente no que se refere à oferta de serviços de cuidado e à promoção da equidade de gênero. Nos serviços de saúde, as trabalhadoras do Sistema Único de Saúde (SUS) se destacam com uma população que vivencia diariamente estes dilemas. A Atenção Primária à Saúde (APS) tem a função de ser coordenadora e ordenadora do cuidado da rede de atenção à saúde no Brasil e desempenha papel relevante incorporando os princípios da Reforma Sanitária sendo reorientadora do modelo assistencial (Mendes, 2015).

Muitas ações das políticas públicas no país e, nesse ínterim, vem crescendo a preocupação com os trabalhadores da saúde (Bezerra et al., 2021). Em um estudo realizado com usuárias com profissionais da APS no Nordeste do Brasil (Rebouças et al., 2024) destacaram que as relações de poder desequilibradas e os desafios no cuidado materno afetam diretamente tanto as mulheres atendidas quanto as profissionais da saúde, muitas das quais também são mães. A sobrecarga e os conflitos enfrentados por essas trabalhadoras evidenciam a necessidade urgente de ações e políticas de apoio que levem em consideração suas múltiplas jornadas e suas necessidades específicas.

O conhecimento das leis e regulamentos que estruturam o SUS no contexto do trabalho em saúde pelas trabalhadoras se torna essencial. A compreensão da legislação, como a Constituição Federal de 1988 (Brasil 1990a; 1990b) e a Política Nacional de Humanização (Brasil 2004) — fortalece as trabalhadoras da APS, ao possibilitar que compreendam seus direitos, deveres, limites e possibilidades de atuação. Além disso, estar informadas sobre políticas públicas de proteção à maternidade, como licenças, jornadas especiais, direito à amamentação e acesso a serviços de saúde para os filhos, propicia com que essas profissionais reivindiquem melhores condições de trabalho e promovam a efetivação de seus direitos no cotidiano do trabalho.

Nesse cenário, evidencia-se a necessidade de estratégias que promovam o acesso à informação e o fortalecimento da autonomia das trabalhadoras da saúde, especialmente daquelas que acumulam as funções profissionais com a maternidade. A sobrecarga laboral, associada à limitada visibilidade dos seus direitos no cotidiano da APS, contribui para um

cenário de vulnerabilidade que demanda ações educativas que sejam capazes de apoiar essas profissionais na efetivação de seus direitos sociais e trabalhistas.

A realização de ações com as trabalhadoras de saúde a partir das suas necessidades, com a elaboração e disseminação de materiais educativos, como *folders* informativos, pode ser uma estratégia pedagógica relevante no processo de empoderamento legal dessas mulheres, ao contribuir para a ampliação do conhecimento sobre os direitos que lhes são assegurados. Ademais, além de favorecer o acesso à informação qualificada, tais ações colaboram para a promoção da cidadania e o fortalecimento da APS enquanto espaço de valorização do trabalho feminino e de promoção da equidade de gênero. Nessa perspectiva, o presente estudo tem como objetivo investigar as percepções e vivências de mulheres trabalhadoras da APS de Foz do Iguaçu quanto aos desafios da conciliação entre maternidade e trabalho, com ênfase no conhecimento e exercício de seus direitos trabalhistas, buscando, a partir desse processo, elaborar materiais educativos que contribuam para o empoderamento legal dessas profissionais, fortalecendo sua autonomia, em consonância com os princípios da equidade e da dignidade no trabalho em saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caráter exploratório, de natureza qualitativa e, como método, adotou-se o referencial da pesquisa-ação. Segundo Thiolent (2009) a pesquisa ação envolve a participação ativa dos pesquisadores a fim de que sejam promovidas mudanças na realidade.

O presente estudo foi desenvolvido entre junho de 2024 e maio de 2025, no âmbito do projeto PET-Saúde/Equidade da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), que conta com a participação de oito estudantes: quatro do curso de Medicina, um de Saúde Coletiva, um de Arquitetura, um de Ciências Sociais e um de Serviço Social, sob a supervisão de docentes e preceptores, com atuação direta nas Unidades de Saúde da Família (USF) do município de Foz do Iguaçu – PR. O projeto tem como eixo norteador a promoção da equidade nos serviços de saúde, por meio da identificação e enfrentamento de desigualdades vividas por usuárias e trabalhadoras do SUS.

O local da pesquisa foram sete USF dos Distritos Sanitários Leste e Oeste do município de Foz do Iguaçu (PR), sendo a distribuição dos estudantes entre as USF definida pelos preceptores do PET-Saúde. O município é situado na região Oeste do estado do Paraná e faz fronteira com o Paraguai e Argentina. Participaram do estudo trabalhadoras da APS que são mães e que estavam presentes nos dias de visitas de campo da equipe do PET-Saúde para a coleta de dados e intervenção.

Esta pesquisa ocorreu tendo como referencial as etapas da pesquisa-ação segundo Lodi, Thiollent e Sauerbronn (2018) que são: exploratória, analítica, ativa e avaliativa.

A primeira etapa foi a exploratória, composta por revisão bibliográfica e coleta de dados no campo da APS. A princípio foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os desafios enfrentados por mulheres-mães no contexto do trabalho em saúde, com foco na APS. Essa etapa também incluiu a definição dos temas, problemas e objetivos da investigação, centrando-se na conciliação entre maternidade e exercício profissional. Além disso, ocorreu a escolha da técnica de coleta de dados da observação participante.

A observação participante foi adotada por ser considerada uma estratégia valiosa nas pesquisas qualitativas, por permitir ao pesquisador captar não apenas o que é dito formalmente, mas também o não verbal, os silêncios, as relações interpessoais e os sentidos atribuídos às ações. Nessa técnica, o pesquisador tem a oportunidade de observar e participar do cotidiano de trabalho das mulheres mães e, assim, propiciar uma relação de troca, com diálogo e escuta (Minayo, 2014).

Na sequência, realizou-se visitas às USF dos Distritos Sanitários Leste e Sul, vinculadas ao projeto PET-Saúde/Equidade da UNILA, com a realização de observação participante da rotina das trabalhadoras da saúde que são mães. As visitas de campo propiciaram diálogo com as mulheres trabalhadoras. Os registros foram feitos pela equipe de pesquisa durante as próprias visitas em diários de campo.

A segunda etapa, que é analítica, foi conduzida com base nas observações participantes e interações com as mães trabalhadoras da APS. Essa análise permitiu identificar como os desafios da maternidade impactavam o cotidiano de trabalho, e evidenciou desconhecimento por parte das trabalhadoras dos direitos trabalhistas e dos instrumentos legais que permeavam o seu contexto de trabalhadora e de mãe. Nesta etapa iniciou-se a análise qualitativa dos dados coletados.

Na terceira etapa, denominada ativa, estruturou-se uma proposta de intervenção educativa: a produção de materiais informativos com linguagem acessível para empoderar legalmente as mulheres-mães trabalhadoras da APS. Foram elaborados um *folder* com os principais direitos trabalhistas aplicáveis a esse público e um vídeo com o intuito de complementação do conteúdo. O planejamento e a execução das ações envolveramativamente as participantes do projeto e buscaram responder diretamente aos problemas levantados na fase anterior. A fundamentação teórica da intervenção incluiu um mapeamento das principais legislações trabalhistas relacionadas à maternidade e ao serviço público em saúde.

A quarta etapa envolveu a avaliação da efetividade da ação no contexto social pesquisado, consistiu na entrega dos materiais às profissionais de saúde nas USF. Além da distribuição dos materiais educativos (*folder* impresso e vídeo educativo com *QR Code* e), houve também ação dialógica com orientação individual a cada uma das mulheres trabalhadoras participantes. Essas ações ocorreram em sala reservada nos próprios espaços da USF durante o horário de trabalho. O diálogo consistiu em uma comunicação voltada para as necessidades e dúvidas de cada trabalhadora sobre o arcabouço legal que permeia o seu trabalho e a maternidade. A principal ação dessa pesquisa consiste no diálogo e entrega dos *folders* às trabalhadoras, sendo o vídeo, uma ação complementar. Avaliou-se o alcance da intervenção, bem como sua capacidade de gerar reflexões e mudanças práticas no cotidiano das trabalhadoras.

Para a análise dos dados deste estudo foram considerados os registros do diário de campo. A análise foi conduzida mediante os pressupostos da pesquisa qualitativa (Minayo, 2014), dada a sua relevância ao trazer elementos para aprofundar a compreensão de um grupo social que neste estudo, são as trabalhadoras da APS que são mães.

Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Oeste do Paraná - UNIOESTE, sob o Parecer de número CAAE 86227324.4.0000.0107. A pesquisa foi desenvolvida considerando aspectos éticos considerados na Resolução n. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamenta a pesquisa com seres humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na fase exploratória o levantamento bibliográfico realizado apontou publicações que abordaram os desafios que permeiam o contexto da vida das mães trabalhadoras, pois, a inserção da mulher no trabalho formal, embora contribua para a autonomia feminina, ainda é permeada por contradições e desafios significativos. Muitas trabalhadoras enfrentam uma precarização crescente das condições ocupacionais, marcada pela instabilidade do emprego, informalidade e subcontratos. Essa vulnerabilidade é acentuada pela expectativa social de que as mães sejam as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos em idade pré-escolar, especialmente em contextos de baixa renda, onde o acesso a creches públicas e gratuitas é limitado (Bruschini, 2007; Emidio e Castro, 2021).

A análise dos registros de observação participante revelou um desconhecimento das trabalhadoras da APS em relação aos direitos trabalhistas destinados às mães. Um exemplo disso foi o relato de uma trabalhadora que desconhecia seu direito de solicitar atestado para acompanhar o filho em atendimento hospitalar, com isso, ela utilizou sua licença por assiduidade, benefício concedido a servidores públicos a cada cinco anos de serviço contínuo. Essa situação revela a dificuldade de acesso à informação, a falta de conhecimento sobre os dispositivos legais que regem os direitos dos servidores e estatutos legais e o uso inadequado de direitos garantidos por lei.

Para a fundamentação sobre a temática dos direitos trabalhistas, houve busca do arcabouço com as principais leis trabalhistas aplicáveis a esse público, complementada por encontros de discussão focados nos direitos de maior impacto e maior desconhecimento entre essas mulheres. Além disso, foram realizadas discussões grupais entre os membros do grupo do PET-Saúde sobre o tema, com o objetivo de esclarecer os direitos já garantidos pelas trabalhadoras, suas particularidades e os fundamentos legais que os sustentam.

Apesar de a legislação brasileira, como a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e o Estatuto dos Servidores Públicos, prever direitos à maternidade, incluindo licença e estabilidade, o desconhecimento ou a não aplicação efetiva dessas garantias impacta negativamente na saúde e no bem-estar das trabalhadoras (Moreira, 2016).

A ausência de conhecimento sobre os próprios direitos trabalhistas, principalmente entre as mães trabalhadoras do SUS, configura-se não apenas como um obstáculo no cotidiano profissional, mas também, como uma barreira para a plena cidadania, compreendida como a capacidade de reconhecer, reivindicar e exercer os direitos (Dagnino, 2004). Assim, quando as trabalhadoras não conhecem e não usufruem de garantias legais que

Ihes são asseguradas, passam a ocupar um lugar de vulnerabilidade institucional que compromete sua autonomia e sua condição de cidadãs.

Na fase ativa desta investigação foi elaborado um *folder* educativo com base no levantamento de referenciais teóricos, incluindo documentos legais e normativos, visando esclarecer os direitos das mães trabalhadoras do SUS. Neste primeiro momento, foram analisadas legislações trabalhistas nas esferas federal, estadual e municipal, além de outras normas que asseguram a proteção da mulher no ambiente de trabalho. O estudo teve como foco aspectos como licença-maternidade, estabilidade no emprego, direito à amamentação, proteção contra condições insalubres e apoio psicossocial.

O *folder* elaborado é composto pelos seguintes direitos focados nas principais necessidades das trabalhadoras da APS: Licença maternidade de 120 dias, pelo artigo 7º da Constituição Brasileira; Salário-Maternidade que aborda a remuneração durante a Licença segundo o artigo 71 da Lei nº 8.213/1991; Estabilidade no emprego de acordo com o artigo 10º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT); Direito à amamentação de acordo com o artigo 151 da Lei Complementar nº 17 de 1993 de Foz do Iguaçu; Ausência para cuidar de parentes de acordo com a Lei nº 13.257/2016; Direitos específicos como a Redução da Jornada de Trabalho de Servidores Públicos conforme a Lei nº 4.773/2019 de Foz do Iguaçu, PR.

Nas discussões em grupo realizadas pelos integrantes do PET-Saúde, tanto nas atividades de campo quanto nas reuniões, foram abordadas as legislações vigentes, sendo a licença-maternidade destacada como o direito de maior impacto. Instituída no início do século XX como uma medida de proteção às gestantes e seus filhos, a licença-maternidade não apenas atende às necessidades fisiológicas e sociais da maternidade (Teixeira, 2017), como também contribui para a superação da visão histórico-cultural que limitava a atuação da mulher no mercado de trabalho, ao promover a conciliação entre a maternidade e a vida profissional (Calil, 2007).

Já o direito menos conhecido identificado nas visitas de campo junto às trabalhadoras, foi o Decreto 27.575/2019, que regulamenta a concessão de licença para acompanhamento de familiar doente. Notou-se que algumas mulheres utilizaram a licença-prêmio para tal finalidade, mesmo sendo um direito específico que garante afastamento remunerado sem prejuízo de outros benefícios.

Baseado nessas questões, o *folder* elaborado (Figura 1) aborda temas essenciais, como a licença-maternidade, regulamentada pela Constituição Federal de 1988, que garante o afastamento por pelo menos 120 dias, podendo ser estendida para 180 dias por meio da Lei nº 11.770/2008. O salário-maternidade, previsto no artigo 71 da Lei nº 8.213/1991, também é destacado como benefício pago pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) durante esse período. Este benefício tem um impacto relevante, pois assegura a estabilidade financeira das trabalhadoras durante um momento crucial de suas vidas. Além disso, o *folder* enfatiza a estabilidade no emprego assegurada pelo artigo 10, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o que reforça a proteção às trabalhadoras gestantes contra demissões injustas, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

Outros direitos apresentados incluem o direito à amamentação, garantido pelo artigo 151 da Lei Complementar Nº 17 de 30 de agosto de 1993, que prevê duas pausas de 30 minutos por dia até que o bebê complete seis meses. Esse direito é crucial para a promoção da saúde infantil e para o fortalecimento do vínculo mãe-filho, atendendo tanto às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) quanto aos princípios de proteção à infância.

Também foi abordada a licença para acompanhamento de familiar doente, regulamentada pela Lei nº 13.257/2016, que garante aos trabalhadores o direito de se ausentar para cuidar de parentes diretos em situações que demandem suporte ou assistência médica.

Por fim, o *folder* também trata do Decreto nº 27.575/2019, que regulamenta a licença para redução da carga horária ou afastamento em casos de perdas gestacionais ou para cuidados de filhos com deficiência. Apesar de ser um direito pouco difundido, ele assegura condições mais humanizadas e solidárias às mães em momentos de maior vulnerabilidade.

A criação do *folder* foi cuidadosamente planejada para garantir acessibilidade e entendimento para o público das trabalhadoras. Sua linguagem clara e estrutura visual didática são pontos fortes que favorecem a rápida assimilação das informações. A iniciativa reflete os princípios do SUS de universalidade e equidade, buscando reduzir vulnerabilidades socioeconômicas relacionadas à falta de conhecimento sobre direitos trabalhistas. Esse tipo de ação reforça a cidadania e contribui para a proteção social das mães trabalhadoras.

Figura 1. *Folder* elaborado intitulado Direitos das mães trabalhadoras do SUS



Fonte: Elaborado pelos autores.

Instrumentos educativos, como *folders*, surgem como ferramentas acessíveis e eficazes para disseminar informações de forma ampla, principalmente no âmbito da APS. Esses materiais permitem que informações relevantes tenham maior alcance do público-alvo, promovendo não apenas o empoderamento feminino, mas também a proteção contra possíveis perdas salariais ou assédios morais no ambiente laboral (Álvares et al., 2017).

No material impresso do *folder*, encontra-se um *QR code* que direciona os usuários a um vídeo educativo complementar. A integração entre o folder e o vídeo, viabilizada por esse recurso, constitui uma estratégia relevante para ampliar o alcance e o impacto da informação sobre os direitos trabalhistas das mães. Ao escanear o *QR code* disponível nos *folders* distribuídos nas USF, o público tem acesso direto a um conteúdo audiovisual mais dinâmico, acessível e detalhado do que o material impresso. Essa abordagem multimodal facilita o entendimento das leis mencionadas, promove maior engajamento e contribui para a disseminação do conhecimento, fortalecendo a autonomia e a conscientização das mães trabalhadoras.

O material audiovisual apresenta um conteúdo ricamente fundamentado na legislação brasileira, com o objetivo de garantir que as mães trabalhadoras conheçam e façam valer seus direitos. A linguagem clara e acessível, somada a elementos visuais, permite que o público-alvo comprehenda não apenas quais são seus direitos, mas também em qual base legal eles se sustentam. O recurso audiovisual contribui para o processo de aprendizagem ao posicionar aquele que aprende não apenas como aprendiz, mas também como espectador ativo. Isso possibilita uma experiência mais rica, mediada por aspectos sociais, culturais e afetivos. O vídeo estimula diferentes modos de leitura e engajamento (Rezende Filho et al., 2015).

Entre os principais dispositivos legais abordados no vídeo, destaca-se a licença-maternidade de 120 dias, garantida pela Constituição Federal de 1988 (art. 7º, XVIII), que pode ser prorrogada em casos específicos, como o de parto prematuro. Durante esse período, a trabalhadora tem direito à manutenção integral de sua remuneração, assegurada pelo salário-maternidade, regulamentado pela Lei Complementar nº 178/2011.

Outro direito relevante ressaltado no vídeo é a estabilidade no emprego, que começa a valer desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. Essa proteção está garantida no artigo 10, inciso II, alínea “b” do ADCT, e impede que a mulher seja demitida sem justa causa durante esse período.

O vídeo também aborda situações mais delicadas, como a perda gestacional, para a qual a legislação (art. 395 da CLT) garante o direito a uma licença de duas semanas, permitindo à mãe um tempo mínimo de recuperação física e emocional. No caso de gravidezes com complicações médicas, é garantido à gestante o direito de ser afastada do trabalho com remuneração, por meio do auxílio-doença previsto na Lei nº 8.213/1991. Ainda dentro dessa perspectiva ampliada de cuidado, o vídeo informa sobre a legislação que ampara situações especiais, como adoções ou partos múltiplos, regulamentadas pela Lei nº 12.873/2013, que estende os direitos já mencionados às mães adotivas e em outras condições atípicas.

Outro ponto relevante é a licença para acompanhamento de familiar doente, um direito ainda pouco conhecido entre os trabalhadores, previsto na Lei nº 13.257/2016, que garante à mãe (ou ao pai) a possibilidade de se ausentar legalmente do trabalho para cuidar de filhos ou outros dependentes em situações de doença grave.

Por fim, o vídeo também destaca que os pais têm direitos assegurados. A licença-paternidade, conforme a Lei Complementar nº 17/1993, garante cinco dias de afastamento remunerado para o pai, reforçando o papel compartilhado na criação e cuidado com os filhos.

Ao detalhar esses dispositivos legais, o vídeo não apenas informa, mas promove empoderamento, mostrando às mães que há um arcabouço jurídico que protege sua saúde, seu vínculo familiar e sua permanência no mercado de trabalho. Essa iniciativa, ao ser veiculada por meio de *QR code* em um *folder* impresso, amplia o alcance da informação e facilita o acesso mesmo em contextos de baixa conectividade ou escolaridade, consolidando uma estratégia de educação em saúde e cidadania profundamente alinhada com os princípios do SUS.

Quanto à distribuição dos *folders*, destaca-se que foram entregues 28 *folders* ao longo de cinco visitas realizadas na USF. O material foi distribuído a todas as trabalhadoras que aceitaram participar da pesquisa e que demonstraram interesse no conteúdo educativo. A entrega dos *folders* foi acompanhada de uma ação educativa individualizada, realizada com cada uma das 28 mulheres abordadas. Essa ação consistiu em um diálogo breve e orientador, no qual foi abordada a temática dos direitos trabalhistas das mães e que, ao escanear o *QR code* presente no material, as trabalhadoras teriam acesso ao vídeo educativo sobre o mesmo tema. Durante as intervenções, buscou-se criar um ambiente acolhedor pautado na escuta qualificada, respeitando o tempo e a disponibilidade de cada profissional. As abordagens

foram bem recebidas: todas as mulheres aceitaram o material e demonstraram interesse no conteúdo abordado.

A experiência vivenciada nesse processo evidencia a relevância da educação permanente da trabalhadora do SUS sobre os seus direitos. Esta tem grande importância por promover um acompanhamento mais próximo e adaptado às necessidades específicas de cada pessoa. Ao interagir diretamente com o indivíduo, o agente educativo não apenas transmite conteúdos, mas também estabelece um vínculo de escuta, orientação e estímulo, criando um ambiente propício para o desenvolvimento de habilidades e a construção de saberes. Esse tipo de abordagem favorece a autonomia, o protagonismo e a adaptação do conhecimento à realidade do sujeito, tornando o processo educativo relevante e eficaz. A individualização permite ainda identificar dificuldades, valorizar potencialidades e ajustar estratégias, contribuindo para uma aprendizagem mais humanizada e centrada na pessoa (Silva et al., 2020).

Na avaliação desta intervenção pelas percepções da equipe de pesquisa nos diários de campo verificou-se que a ação foi capaz de despertar o interesse das participantes pelos temas abordados, além de favorecer o esclarecimento de dúvidas e o fortalecimento do protagonismo das mulheres em relação à defesa de seus direitos. O principal material recebido, e que favoreceu o diálogo entre as trabalhadoras, foi o *folder* educativo. Além disso, muitas delas assistiram ao vídeo exibido pela própria equipe de pesquisa em dispositivo eletrônico. O material recebido contribuiu para ampliar seu entendimento sobre a legislação vigente, e apresenta ainda potencial de efeito multiplicador da intervenção.

Além das visitas já realizadas, estão previstas novas abordagens presenciais para ampliar a distribuição do material. O conteúdo também será divulgado em grupos de WhatsApp das equipes das USF, com o intuito de atingir um maior número de trabalhadoras de forma prática e contínua. Adicionalmente, uma versão ampliada do *folder* será afixada nos quadros de aviso das USF, reforçando a visibilidade das informações e incentivando o acesso autônomo ao vídeo e à temática pelos demais profissionais que circulam nesses espaços.

Por fim, os achados deste estudo evidenciam que a adoção da metodologia de pesquisa-ação, no contexto do projeto PET-Saúde/Equidade da UNILA, contribuiu para uma abordagem mais participativa, e emancipatória voltada às mulheres trabalhadoras da APS. Ao articular a investigação com a intervenção educativa, foi possível promover um espaço de

escuta ativa, diálogo e construção coletiva de saberes, fortalecendo a autonomia das profissionais e sua capacidade de reconhecer e reivindicar seus direitos trabalhistas.

A metodologia adotada demonstrou não apenas sua potência na produção de conhecimento aplicado, mas também como uma ferramenta formativa para os estudantes envolvidos no projeto do PET-Saúde, que puderam experienciar um processo de aprendizagem, ético e transformador. A construção de materiais educativos a partir das vivências e demandas concretas das trabalhadoras da APS refletiu o compromisso com os princípios do SUS, especialmente no que tange à equidade, ao respeito às diversidades e à valorização dos sujeitos envolvidos no processo de cuidado.

Ainda que o estudo tenha promovido um importante processo de capacitação dos direitos trabalhistas junto às trabalhadoras da APS, ele apresenta algumas limitações. Uma delas relaciona-se ao número restrito de participantes, limitado às USF envolvidas no PET-Saúde, o que pode dificultar a generalização dos resultados para outras comunidades e contextos. Ademais, este estudo dialoga com diretrizes nacionais e políticas públicas de saúde que ressaltam a importância da valorização do trabalho em saúde e da proteção social das mulheres, especialmente aquelas em condição de dupla ou tripla jornada. A articulação entre ensino, serviço e comunidade, proporcionada pela pesquisa-ação, permitiu que a universidade se fizesse presente como agente facilitador de transformação social, contribuindo para o fortalecimento da cidadania, da justiça social e da dignidade no mundo do trabalho.

CONCLUSÃO

Este estudo evidenciou que as percepções e vivências das trabalhadoras da APS do SUS revelam lacunas de informação e, em muitos casos, desconhecimento sobre os dispositivos legais que amparam seus direitos no serviço público. Essa ausência de conhecimento contribui para a baixa reivindicação desses direitos e para a permanência de situações de vulnerabilidade no contexto de trabalho. Essa realidade foi frequentemente observada no decorrer das visitas realizadas às USF, o que foi determinante para a escolha do material educativo sobre direito das trabalhadoras. É importante destacar que para exercer a cidadania, é preciso ter informação e conhecimentos suficientes que possibilitem a reivindicação de direitos e, para isso, é fator determinante que todo cidadão os conheça,

sendo imprescindível o acesso à informação correta. O *folder* e o vídeo contendo os direitos de mães trabalhadoras foi pensado como uma forma de intervir nesta realidade, como uma ferramenta de acesso à informação, possibilitando que essas mães tenham conhecimento sobre seus direitos.

Ademais, a pesquisa-ação pautada na construção de materiais educativos na forma de *folders* e um vídeo complementar permitiu um maior alcance da população alvo. Ressaltamos ainda, que a construção coletiva do instrumento foi uma oportunidade significativa de aprendizado para todos envolvidos e uma possibilidade de maior integração ensino-serviço corroborando com a proposta do PET-Saúde. Espera-se que futuramente esse *folder* e o vídeo sejam disponibilizados em todas as USF da APS e que possam dar “voz” para todas as mães trabalhadoras do SUS.

Por fim, conclui-se que a ação educativa com as mulheres trabalhadoras da APS representou não apenas uma estratégia informativa, mas também uma potente ferramenta de valorização e escuta ativa. Ao considerar as especificidades de cada participante, foi possível criar um espaço de diálogo acolhedor e transformador, que fortaleceu o protagonismo feminino na defesa de seus direitos. Essa experiência reafirma que a educação em saúde, quando realizada de forma personalizada e sensível ao contexto vivido pelas mulheres, tem o potencial de promover empoderamento, autonomia e consciência cidadã, contribuindo efetivamente para a construção de ambientes laborais mais justos e humanizados no SUS.

AGRADECIMENTOS: Os autores agradecem ao Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde): Equidade pelo suporte financeiro e institucional, que permitiu a realização deste estudo e das atividades de integração ensino-serviço.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, J. et al. National Survey on Access, Use and Promotion of Rational Use of Medicines: methods. *Revista de Saúde Pública*. v. 51, suppl. 2, 2017.

BRASIL. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei Complementar nº 17, de 30 de agosto de 1993. Institui normas gerais de direito financeiro. Diário Oficial da União, 13 fev. 1973.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 set. 1990a.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 1990b.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. Diário Oficial da União, 25 jul. 1991.

BRASIL. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008. Diário Oficial da União, 10 set. 2008.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Diário Oficial da União, 9 mar. 2016.

BRUSCHINI. Trabalho e Gênero no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*. v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007.

CALIL, L. E. S. *Direito do trabalho da mulher: a questão da igualdade jurídica frente a desigualdade fática*. Tese de Doutorado em Direito. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

DAGNINO, E. Sociedad civil, participación e ciudadanía: de que estamos falando. In: *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

EMIDIO, T. S.; CASTRO, M. F. Entre Voltas e (Re)voltas: um Estudo sobre Mães que abandonam a Carreira Profissional, Psicologia: *Ciência e Profissão*, v. 41, 2021.

FOZ DO IGUAÇU. Decreto nº 27.575, de 19 de novembro de 2019. Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu, 2019.

FOZ DO IGUAÇU. Lei nº 4.773, de 10 de setembro de 2019. Dispõe sobre a dispensa de parte da jornada de trabalho de servidores públicos para acompanhamento de filhos com deficiência. Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu, 2019.

LODI, M. D. F.; THIOLLENT, M. J. M.; SAUERBRONN, J. F. M. Uma discussão acerca do uso da Pesquisa-Ação em administração e ciências contábeis. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*. v. 13, n. 1, 2018.

MENDES, E.M. *A construção social da atenção primária à saúde*. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS, 2015.

MINAYO, M. C. de S. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOREIRA, J. R.; PERRINI, P.; RIBEIRO, J. B. P. Mães trabalhadoras do Sol Nascente: impressões sobre a relação entre maternidade, trabalho e políticas públicas. *Projeção, Direito e Sociedade*, v. 7, n. 2, p. 26-52, 2016.

PEDUZZI, M.; AGRELI, H. F. Teamwork and collaborative practice in Primary Health Care. *Interface*, v. 22, suppl. 2, p. 1525-1534, 2018.

REBOUÇAS, L.; LIMA, J. A.; MOURA, G. C. et al. Assistência à saúde materna na perspectiva de usuárias e profissionais da Atenção Primária: cotidiano e violência. *Ciência & Saúde Coletiva*. v. 29, p. 1-14, 2024.

REZENDE FILHO, L. A. C. et al. Contribuição de estudos de recepção audiovisual para a educação em ciências e saúde. *Alexandria*. v. 8, n. 2, p. 143-161, 2015.

SCHIRMER, J. Trabalho e maternidade: qual o custo para as mulheres?. In: BRETAS, A. C.P. (Org.). *Trabalho, Saúde e Gênero: na era da globalização*. Goiânia: s.n., 1997. p. 101-113.

SILVA, R. R. D. et al. A importância da educação permanente em saúde no âmbito da atenção primária: revisão integrativa. *Saúde Coletiva*, v. 10, n. 59, p. 4398–4407, 2020.

SIMÕES, F. I.W.; HASHIMOTO, F. Mulher, mercado de trabalho e as configurações familiares do século XX. *Vozes dos Vales*. v. 1, n. 2, p. 1-25, 2012.

TEIXEIRA, F. C. R. *Licença maternidade: um paradoxo normativo*. Instituto Brasileiro de Direito a Família, 2017.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez, 2009.

Recebido em 20 de junho de 2025.

Aprovado em 03 de novembro de 2025.



PERFIL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ASSISTIDOS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO INFANTOJUVENIL

DOI: 10.48075/ri.v27i2.34194

Ruth Irmgard Bärtschi Gabatz ¹

Ana Lúcia Specht ²

Viviane Marten Milbrath ³

Vitória de Almeida Ferreira ⁴

Jennifer Zanini Moraes ⁵

RESUMO: objetivou-se neste estudo investigar o perfil social e de saúde de crianças e adolescentes institucionalizados em uma casa de acolhimento infantojuvenil. O acolhimento institucional é uma medida adotada para proteção de crianças e adolescentes, que vivem em situações de risco, devendo ser excepcional e provisório. Trata-se de um estudo documental retrospectivo de abordagem quantitativa, que utilizou dados dos prontuários de crianças e adolescentes institucionalizados de 01/01/2018 a 01/01/2021. A pesquisa foi realizada entre os meses de setembro e outubro de 2021 em um Instituição de acolhimento Infantojuvenil de um município do Sul do Brasil. Foi utilizada a estatística descritiva para análise. Os resultados apontam que a maioria das crianças e adolescentes acolhidos era do sexo feminino e tinha menos de 1 ano de idade. Ademais, 15,38% dos acolhidos tinham doenças prévias, sendo as medicações mais utilizadas as antipsicóticas. O principal motivo do acolhimento foi a negligência, sendo o principal motivo da saída da instituição o encaminhamento para família acolhedora. O estudo mostrou que os acolhidos possuem diversos problemas de saúde física e mental, sendo necessário atender as demandas apresentadas, tanto aquelas presentes antes do acolhimento quanto as impostas pela separação familiar, na institucionalização. Nesse contexto, é fundamental a inserção do enfermeiro, contribuindo para a saúde dessa população, no acompanhamento da vacinação, do uso das medicações, dos encaminhamentos médicos, bem como na reinserção familiar após a institucionalização.

Palavras-chave: Criança; Adolescente; Institucionalização; Perfil de saúde; Enfermagem.

¹ Enfermeira, Doutora em Ciências. Professora Associada da Faculdade de Enfermagem e do Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), RS. E-mail: ruth.gabatz@ufpel.edu.com.br

² Enfermeira, Especialista em Urgência, Emergência e Unidade de Terapia Intensiva. Enfermeira da Santa Casa de São Lourenço do Sul, RS. E-mail: analuspechtt@gmail.com

³ Enfermeira, Doutora em Enfermagem. Professora Associada da Faculdade de Enfermagem e do Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), RS. E-mail: vivianemarten@hotmail.com

⁴ Enfermeira, Especialista em Pediatria e Intensivismo Neonatal. Enfermeira da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal do Hospital Jaraguá, SC. E-mail: vitória.af13@gmail.com

⁵ Enfermeira, Residente no Programa de Residência Multiprofissional em Atenção à Saúde da Criança no Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), RS. E-mail: jenniferzanini@outlook.com

PROFILE OF CHILDREN AND ADOLESCENT ASSISTED IN A CHILD AND ADOLESCENT CARE INSTITUTION

ABSTRACT: the aim of this study was to investigate the social and health profile of children and adolescents institutionalized in a children's shelter. Institutional care is a measure adopted to protect children and adolescents, who live in risk situations, and must be exceptional and provisional. This is a retrospective documentary study with a quantitative approach, which used data from the medical records of institutionalized children and adolescents from 01/01/2018 to 01/01/2021. The research was carried out between the months of September and October 2021 in a Child and Youth Care Institution in a municipality in the South of Brazil. Descriptive statistics were used for analysis. The results indicate that the majority of children and adolescents cared for were female and less than 1 year old. Furthermore, 15.38% of those welcomed had previous illnesses, with the most commonly used medications being antipsychotics. The main reason for their reception was negligence, with the main reason for leaving the institution being referral to a host family. The study showed that those in Foster care have various physical and mental health problems, making it necessary to meet the demands presented, both those present before Foster care and those imposed by family separation during institutionalization. In this context, the inclusion of nurses is essential, contributing to the health of this population, monitoring vaccinations, medication use, medical referrals, as well as family reintegration after institutionalization.

Keywords: Child; Adolescent; Institutionalization; Health Profile; Nursing.

INTRODUÇÃO

Conforme o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 a família, a sociedade e o Estado, têm o dever de promover a crianças, adolescentes e jovens, o direito à vida, alimentação, saúde, educação, lazer, cultura, dignidade, convivência familiar e comunitária, tirando-os de situações que promovam discriminação, negligência, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2016).

Apesar de ter valor social inegável a família pode ou não ser um ambiente adequado para o crescimento e desenvolvimento, devendo ser assegurado a toda criança e todo adolescente seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 2021a). A família, por vezes, pode se transformar em um cenário de risco para o crescimento e o desenvolvimento desses indivíduos por não garantir um ambiente seguro e saudável. Essa situação é considerada uma violação dos direitos de crianças e adolescentes, gerando, algumas vezes, o encaminhamento para instituições de acolhimento, como medida de proteção (FONSECA, 2017).

O acolhimento institucional deve ser considerado uma medida de caráter provisório e excepcional. As crianças e os adolescentes que tiveram seus direitos violados são acolhidos com o objetivo de que tenham garantidos o direito ao crescimento e ao desenvolvimento social, cognitivo e afetivo até que possam retornar a sua família de origem ou serem encaminhados a famílias substitutas (BRASIL, 2021a).

Para fins de delimitação da idade utilizou-se o proposto pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), sendo definido como crianças pessoas com idades de zero a 12 anos incompletos e como adolescentes aquelas de 12 a 18 anos (BRASIL, 2021a). Visando a completa abordagem dos assistidos, este trabalho abordará o perfil social e de saúde de crianças e adolescentes assistidos em uma instituição de acolhimento infantojuvenil em município ao sul do estado do Rio Grande do Sul.

Muitas vezes, a vivência anterior ao acolhimento de crianças e adolescentes institucionalizados vem repleta de mazelas, estas relacionadas à vulnerabilidade experienciada por situações de violência, negligência e uso de drogas pelos responsáveis. Nesse contexto, é imprescindível que as demandas de saúde dessa população sejam atendidas, demonstrando a importância da inserção do profissional de enfermagem nesse ambiente (SCHENKEL et al., 2023), podendo este contribuir tanto nas questões de prevenção, promoção e recuperação da saúde, quanto na manutenção e no estabelecimento de vínculos saudáveis.

Entende-se também que o acolhimento pode trazer às crianças e aos adolescentes sentimentos de ansiedade, devido à mudança que vivenciam da rotina, do ambiente e das pessoas com as quais estão acostumados a conviver. Durante a estadia na instituição, a equipe precisa estar atenta às necessidades dessa população para que consiga arcar com suas demandas físicas e emocionais (GABATZ; SCHWARTZ; MILBRATH, 2019). Além disso, a institucionalização pode ser um elemento agravante do sofrimento psíquico, em especial, quando o tempo de permanência é maior, gerando danos relacionados ao desenvolvimento social, devido à diminuição de interação com o meio externo (FERMINO; LIMA, 2023).

Diante dessa realidade, torna-se necessário ampliar o conhecimento acerca do perfil de crianças e adolescentes institucionalizados, visando elaborar estratégias para atender as famílias desde o pré-natal, fortalecendo os vínculos familiares, objetivando minimizar as situações de institucionalização, bem como favorecer ações de prevenção e promoção da saúde. Portanto, teve-se como objetivo neste estudo investigar o perfil social e de saúde de crianças e adolescentes institucionalizados em uma casa de acolhimento infantojuvenil; e

como questão de pesquisa: Qual o perfil social e de saúde de crianças e adolescentes institucionalizados em uma casa de acolhimento infantojuvenil?

MÉTODO

Trata-se de um estudo documental retrospectivo de abordagem quantitativa. Esse foi realizado em uma Instituição de acolhimento Infantojuvenil de um município do Sul do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O referido município possui uma população estimada em mais de 343 mil habitantes, sendo considerado um dos mais populosos do Estado (IBGE, 2020). Até o ano de 2018 a instituição pesquisada abrigava crianças de ambos os sexos com idade de zero a oito anos, desde então passou a receber também adolescentes de 12 a 18 anos. Ressalta-se que foram observados, neste estudo, os critérios estabelecidos pelo guia CONSORT (Consolidated Standards of Reporting Trials) para pesquisas quantitativas.

A amostra do estudo foi composta por todos os prontuários de crianças e adolescentes que foram institucionalizados entre 01 de janeiro de 2018 a 01 de janeiro de 2021, totalizando três anos completos. Seguindo os critérios de inclusão foram analisados todos os prontuários de crianças e adolescentes de zero a 18 anos, acolhidos na referida instituição entre janeiro de 2018 a janeiro de 2021, sendo excluídos os registros que não corresponderam ao período temporal definido, compondo assim, uma amostra de 169 prontuários.

A coleta de dados foi realizada por uma graduanda em enfermagem (capacitada previamente para tanto), entre os meses de setembro e outubro do ano de 2021, presencialmente na instituição de acolhimento. Para tanto, coletou-se as variáveis compostas por todos os dados pessoais, de saúde e da institucionalização, contidas nos prontuários. Os dados pessoais coletados foram: data de nascimento, idade, sexo, etnia, escolaridade, renda e situação familiar. Acerca da institucionalização foram registradas a data de chegada, o tempo total, o motivo de saída, o órgão responsável, a presença de irmãos e/ou filhos na instituição e a existência de institucionalização prévia.

Sobre a saúde das crianças e dos adolescentes, foram destacados o histórico de vacinas, as doenças prévias, o uso de medicações para agravos agudos ou crônicos, o acompanhamento de crescimento e desenvolvimento em serviço de puericultura e as internações hospitalares ou atendimentos em serviço de saúde durante a institucionalização.

Para a análise dos dados coletados foi utilizada a estatística descritiva, sendo que

primeiramente os dados foram digitados no programa Excel, com dupla digitação independente e verificação de erros e inconsistências a fim de garantir a sua exatidão. Os resultados foram apresentados por meio de tabelas e gráficos, fazendo-se uma discussão da relação entre as variáveis e de dados encontrados na literatura acerca da temática em estudo.

O projeto de pesquisa foi encaminhado à Plataforma Brasil para apreciação por um Comitê de Ética em Pesquisa, sendo aprovado pelo CAAE número 49998921.9.0000.5316 e parecer número 4.915.776, estando de acordo como todos os preceitos éticos contidos na Resolução 466/2012 (BRASIL, 2012).

RESULTADOS

Foram analisados 169 prontuários de crianças e adolescentes que estiveram institucionalizados durante o período de 01 de janeiro de 2018 até 01 de janeiro de 2021, totalizando 62 prontuários no ano de 2018, 66 no ano de 2019 e 41 no ano de 2020.

O perfil sociodemográfico identificado nos prontuários das crianças e dos adolescentes institucionalizados mostra uma maioria do sexo feminino e de menores de 1 anos de idade, conforme pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1. Fatores sociodemográficos.

Idade	
< de 1 ano	33 (19,52%)
1 ano	7 (4,14%)
2 anos	12 (7,10%)
3 anos	14 (8,28%)
4 anos	10 (5,91%)
5 anos	16 (9,46%)
6 anos	13 (7,69%)
7 anos	11 (6,50%)
8 anos	11 (6,50%)
9 anos	12 (7,10%)
10 anos	3 (1,77%)
11 anos	5 (2,95%)
12 anos	7 (4,14%)
13 anos	1 (0,59%)
14 anos	2 (1,18%)
15 anos	0
16 anos	1 (0,59%)
17 anos	2 (1,18%)

Sexo	
------	--

Feminino	96 (56,8%)
Masculino	73 (43,2%)
Etnia	
Branca	46 (27%)
Parda	27 (16%)
Negra	30 (18%)
Não disponível	66 (39%)
Escolaridade	
Não inserido na escola	66 (39,05%)
Maternal I	2 (1,18%)
Maternal II	2 (1,18%)
Pré I	8 (4,73%)
Pré II	9 (5,32%)
1º ano EF	11 (6,50%)
2º ano EF	11 (6,50%)
3º ano EF	17 (10,05%)
4º ano EF	4 (2,36%)
5º ano EF	2 (1,18%)
6º ano EF	1 (0,59%)
6º ano EJA	1 (0,59%)
7º ano EF	1 (0,59%)
Não informado	34 (20,11%)
Renda familiar	
Não informado	88 (52%)
Bolsa família	35 (21%)
Benefício de Prestação Continuada	12 (7%)
Emprego informal	34 (20%)
Situação familiar	
Uso de substâncias psicoativas pelos responsáveis	71 (42%)
Adoecimento/hospitalização/falecimento materno	44 (26%)
Pais presos	17 (10%)
Pais moradores de rua	10 (6%)
Mãe com HIV e/ou sífilis	8 (5%)
Pai falecido	7 (4%)
Residir com avós	5 (3%)
Mãe gestante	3 (2%)
Pai participante de facção	2 (1%)
Mãe acolhida junto	2 (1%)

Os dados referentes ao perfil de saúde, identificados nos prontuários, apontam para uma porcentagem de 15,38% de crianças e adolescentes com doenças prévias, bem como o uso de diversas medicações e atendimentos de saúde durante a institucionalização.

Tabela 2. Perfil de saúde de crianças e adolescentes assistidos em uma instituição de acolhimento infantojuvenil.

Doenças prévias

Sim	26 (15,38%)
Sífilis Congênita	7 (4,14%)
Profilaxia para o HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana)	5 (2,96%)
Epilepsia	3 (1,78%)
Retardo mental	2 (1,18%)
Cardiopatia congênita	2 (1,18%)
Comprometimento cognitivo	2 (1,18%)
Autismo/ Suspeita de autismo	2 (1,18%)
Distúrbio desafiador e de oposição	1 (0,59%)
TDAH (Transtorno de déficit de atenção com hiperatividade)	1 (0,59%)
Hiperatividade	1 (0,59%)
Depressão	1 (0,59%)
Ansiedade	1 (0,59%)
Nefropatia obstrutiva	1 (0,59%)
Presbiopia	1 (0,59%)
Síndrome de Down	1 (0,59%)
Deficiência Auditiva	1 (0,59%)
HPV (Papilomavírus Humano)	1 (0,59%)
Hemiplegia	1 (0,59%)
Não	143 (84,62%)
Uso de medicações	
Antipsicóticos	6 medicações (37,5%)
Antiepilépticos	3 medicações (18,75%)
Antidepressivos	2 medicações (12,5%)
Antiarrítmicos	1 medicação (6,25%)
Antiansiolíticos	1 medicação (6,25%)
Inibidor não-nucleosídeo	1 medicação (6,25%)
Antirretroviral	1 medicação (6,25%)
Anti-hipertensivo	1 medicação (6,25%)
Internações ou atendimentos de saúde durante institucionalização	
UBS (Unidade Básica de Saúde)	34 atendimentos
CAPS/CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial/infantojuvenil)	21 atendimentos
Atendimentos multiprofissionais	12 atendimentos
Atendimentos hospitalares e pronto atendimento	8 atendimentos

As medicações de uso contínuo e controlado das crianças e dos adolescentes na instituição eram: antipsicóticos (risperidona, clorpromazina, olanzapina, clozapina, aripiprazol e haloperidol), antiepiléticos (fenobarbital, carbamazepina e topiramato), antidepressivos (fluoxetina e amitriptilina), antiarrítmico (fenitoína), antiansiolítico (diazepam), inibidor não-nucleosídeo (neviparina), antirretroviral (zidovudina) e anti-hipertensivo (atenrina). Assim, a classe mais prevalente foi a dos antipsicóticos, totalizando seis medicamentos, 37,5% do total.

Além dos dados apresentados na tabela 2, avaliou-se também o quadro vacinal das crianças e dos adolescentes, não sendo possível identificar registros em todos os prontuários.

No entanto, em cinco prontuários foi identificado que as crianças tinham a vacina BCG (bacilo de Calmette-Guérin) e em seis prontuários havia o registro da primeira dose de hepatite B. Além disso, em oito prontuários constava que as crianças e os adolescentes estavam com as vacinas em dia e, na chegada à instituição havia dois casos de criança/adolescente com vacinas atrasadas.

Quanto aos dados associados ao acolhimento institucional, como motivos da institucionalização, tempo de permanência e motivo da saída, identificou-se uma maioria de crianças e adolescentes que sofreram negligência e saíram para o programa família acolhedora. Além disso, o tempo médio de institucionalização, se analisados os 3 anos, foi de 66,66 dias e a maioria dos institucionalizados tinham irmãos também institucionalizados, 64,49%.

Tabela 3. Dados associados à institucionalização de crianças e adolescentes assistidos em uma instituição de acolhimento infantojuvenil.

Principais motivos associados à institucionalização (mais um motivo por prontuário)

Negligência	125 (73,96%)
Maus tratos	29 (17,16%)
Abuso sexual	27 (15,98%)
Dependência química dos pais e/ou protetores	26 (15,38%)
Vulnerabilidade extrema	15 (8,88%)

Tempo de institucionalização médio de acordo com o ano

2018	79 dias
2019	66 dias
2020	55 dias

Motivo da saída da instituição

Programa família acolhedora	81 (47,93%)
Adoção	31 (18,34%)
Família de origem	23 (13,61%)
Transferência para outro abrigo	14 (8,28%)
Família extensa	11 (6,51%)
Evasão	3 (1,78%)
Acolhido	1 (0,59%)
Não houve saída da instituição	5 (2,96%)

Presença de familiares na instituição

Irmãos	109 (64,49%)
Mãe e filho	1 (0,59%)

Institucionalização prévia

Sim	59 (34,91%)
Não	110 (65,09%)

De acordo com as informações contidas nos prontuários, identificou-se que 59

(34,91%) crianças possuíam histórico de institucionalização prévia, até mesmo durante o período da coleta dos dados. Os motivos encontrados foram adoção mal sucedida, não cumprimento com as determinações propostas em juízo, evasão e entrega protegida, sendo neste caso, quando as crianças e/ou os adolescentes estavam sob tutela da família extensa que não obteve recursos suficientes para fornecer o cuidado ao menor, devolvendo-o à instituição.

DISCUSSÃO

Com base no perfil sociodemográfico observa-se que o acolhimento de crianças e adolescentes do sexo feminino foi maior do que do sexo masculino, no recorte apresentado. No período entre 2018 e 2019, de acordo com o departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DataSUS), nasceram no município do estudo 4256 meninos e 3959 meninas, isso mostra que o número de nascimentos não condiz com a prevalência de acolhimentos. Além disso, um levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (BRASIL, 2020) até o ano de 2020 evidenciou predomínio nas instituições de acolhimento do sexo masculino com 50,8% entre as crianças e os adolescentes acolhidos. Em contrapartida, no estudo de Brugiolo et al. (2023) 75,2% dos acolhidos também eram do sexo feminino. Portanto, os dados encontrados no presente estudo convergem em parte com os encontrados em outros estudos e nas estatísticas, ressalva-se que isso pode ter relação com o fato de que existem outras instituições de acolhimento no município, sendo que uma delas acolhe exclusivamente meninos. Então, os meninos são encaminhados preferencialmente para essa outra instituição.

Quanto à idade, identificou-se que a maior parte das crianças institucionalizadas tinha até 2 anos, representando 30,76% do total de institucionalizados. Estudo de Cavalcante, Magalhães e Reis (2014) identificou que crianças de 13 a 24 meses predominaram entre as institucionalizações durante o ano de 2009. Complementarmente, no estudo de Brugiolo et al. (2023) 41,9% das crianças institucionalizadas tinham menos de 2 anos, representando também a maioria entre os institucionalizados. Portanto, os dados do presente estudo convergem com os encontrados na literatura. Destaca-se ainda, que até o ano de 2018 a instituição em que ocorreu a pesquisa acolhia apenas crianças de zero a 8 anos, repercutindo, dentro do período de coleta, no maior número de acolhimentos de crianças menores, sendo as mais velhas encaminhadas para as outras instituições de acolhimento do município.

Ao analisar a cor dos institucionalizados identificou-se a cor branca como prevalente, dentre os prontuários em que esse dado estava disponível, representando 27% dos casos. Esse dado converge com outro estudo, que aponta que a região sul do Brasil apresenta a maior porcentagem de crianças e adolescentes brancos institucionalizados, com um total de 58%, seguido de 29% pardos, 11% negros e 1% indígenas (BRASIL, 2020).

Identificou-se também que 66 crianças (39,05%) apresentaram o dado como não inserido na escola, tendo elas idade inferior a 4 anos completos. Esse dado converge ao encontrado por Brugiolo et al. (2023) em que 51,4% dos institucionalizados não frequentavam a escola, sendo que 55,2% das crianças acolhidas tinham até 4 anos, idade pré-escolar. Isso sugere que as instituições mantém o compromisso com a inserção da criança e do adolescente dentro do contexto escolar a partir da idade adequada e proposta por lei.

O vínculo empregatício e a fonte de renda dos familiares não puderam ser identificados em 52% dos casos. No entanto, observou-se que em 21% dos casos a renda familiar era proveniente do PBF (Programa Bolsa Família). Ademais, outros 7% tinham sua renda mensal garantida através do BPC (Benefício de Prestação Continuada), que se caracteriza por ser um benefício fornecido através da Política de Assistência Social a idosos (65 anos ou mais) e pessoas com deficiência de qualquer idade, tendo o direito de recebimento de um salário mínimo mensal, desde que tenha uma renda de no máximo $\frac{1}{4}$ de um salário mínimo (BRASIL, 2018).

Considerando que em 15% dos casos as famílias possuíam emprego informal (autônomo, reciclagem, pedreiro, cuidador de carro, vendedor de balas e engraxate), 4% eram pensionistas e 1% estavam desempregadas, foi possível identificar que a renda média por família era de R\$845,03, no ano de 2021, representando ser 23,18% inferior ao salário mínimo vigente naquele ano, que era de R\$1100,00. Esses resultados revelam que a vulnerabilidade econômica está presente na maioria das famílias das crianças e dos adolescentes em acolhimento institucional.

Estudo de Fávero (2018) identificou que a situação de pobreza das famílias que tiveram seus filhos institucionalizados, acompanha-as desde sua família de origem, ou seja, foi vivenciada também por seus pais, avós das crianças. Dessa forma, fica evidente que essas famílias sofrem com a pobreza, situação que expõe à falta de condições para atender as necessidades básicas de crianças e adolescentes, fragilizando seus direitos e, muitas vezes, ocasionando o acolhimento institucional. Logo, para viverem com dignidade, as pessoas

necessitam que políticas públicas e serviços de apoio sejam efetivos, garantindo assim direitos sociais que estão previstos constitucionalmente.

De acordo com Paiva, Moreira e Lima (2019) famílias que possuem uma renda equivalente a ¼ de um salário mínimo, sofrem com a baixa escolaridade e o abandono escolar, atingindo crianças e adolescentes. Contudo, é necessário destacar que situações de violência intrafamiliar não estão presentes somente nas famílias de baixa renda, mas em todos os grupos sociais, passando muitas vezes despercebidas, evidenciando-se mais as famílias em condições precárias que não possuem acesso necessário aos seus direitos.

Ademais, analisar a situação das famílias que tiveram crianças e adolescentes acolhidos é importante visto que caracteriza o meio em que estavam inseridos. Dessa forma, identificou-se que em 42% dos casos, dentro das famílias, há registro de uso de substâncias psicoativas, como o álcool e outras drogas ilícitas. Esse dado converge com o encontrado no estudo de Brugiolo et al. (2023), que identificou o uso de álcool e drogas pelos genitores como motivo mais frequente de institucionalização.

O uso de substâncias psicoativas pode causar muitos prejuízos na vida psíquica, física, emocional e social, depredada a partir da dependência química. Além disso, as drogas podem provocar uma falsa sensação de alívio de estresse e ansiedade, intensificando ainda mais a necessidade de uso, podendo este ser repassado ainda de geração para geração (SILVA; GOMES, 2019). No estudo de Faermann e Silva (2020) em 60% das famílias analisadas o vínculo e as relações interpessoais estão fragilizados, pois a violência intrafamiliar decorre do uso abusivo de drogas, gerando conflitos familiares e até mesmo, a institucionalização de crianças e adolescentes.

Os dados sobre o histórico de saúde mostram que 15,38% das crianças e adolescentes apresentavam doenças prévias, alguns mais de uma. Esse dado converge com o encontrado no estudo de Brugiolo et al. (2023) em que 14,3% das crianças e adolescentes tinham condições crônicas prévias, entre elas HIV, deficiência intelectual, cardiopatia, síndrome nefrótica, déficit auditivo e síndrome de Down, também encontradas na presente pesquisa.

Na presente pesquisa a maior prevalência de doenças foi a sífilis congênita, ocasionada por uma bactéria chamada *Treponema Pallidum*, conhecida por ser uma IST (Infecção Sexualmente Transmissível). Além da transmissão via sexual, a doença pode ser passada através do contato com lesões contaminadas e, por via vertical, ou seja, de mãe para filho, ocasionando a sífilis congênita (COUTINHO et al., 2021).

A segunda doença mais prevalente foi o HIV, com cinco casos. Referente a essa doença

nos últimos 14 anos foram notificados mais de 381 mil casos de HIV no Brasil. Já nos últimos 21 anos, foram contabilizados 141.025 casos de HIV em gestantes no país, sendo destas 29,5% residentes do Sul do Brasil (BRASIL, 2021b). Ademais, houve no país uma expansão na taxa de detecção dos casos de HIV em gestantes durante o período dos últimos 10 anos, algo que pode estar ligado ao aumento do diagnóstico por meio do pré-natal (BRASIL, 2021b).

O Brasil está entre as principais nações que ainda não conseguiram erradicar a transmissão vertical do HIV, havendo diferenças significativas no acesso à assistência de saúde no pré-natal nas diferentes regiões do país. Portanto, manter profissionais capacitados para a sensibilização dessa população, aprimorar a testagem, fortalecer medidas de tratamento para a profilaxia e incentivar o tratamento adequado estão entre as medidas que devem ser fortificadas (FENDLER et al., 2021).

Ambas doenças citadas, sífilis e HIV, são infecções sexualmente transmissíveis e apresentam medidas de prevenção semelhantes, demonstrando fragilidades do sistema de saúde e desigualdades no acesso à saúde. Portanto, é necessário que haja a universalização do cuidado destinado à população jovem e sexualmente ativa, intensificando medidas que contemplam a necessidade de informação a respeito da prática sexual segura (BRASIL, 2019).

Também foram identificados, entre as doenças, distúrbio desafiador e de oposição e transtorno de déficit de atenção. Conforme Fernández et al. (2021) enfermidades como transtorno opositivo desafiante, déficit de atenção e condutas auto lesivas são diagnósticos encontrados em crianças e adolescentes que apresentam sinais como raiva, irritabilidade, dificuldade em manter limites e condutas de violência. No convívio em instituições de acolhimento, quando crianças e adolescentes apresentam sinais como estes, podem ser caracterizadas como episódios de exibicionismo, no entanto, podem estar sofrendo com sintomas de depressão ou alguma outra enfermidade mental (OLIVEIRA; RESENDE, 2016).

Estudo de Vacaru, Sternburg e Schuengel (2019) identificou que 62,5% das crianças institucionalizadas apresentam distúrbios em saúde mental devido a fatores emocionais e sociais aos quais foram submetidos. Esses distúrbios devem ser tratados especialmente em grupos de crianças institucionalizadas, para que elas possam ter a oportunidade de identificar suas necessidades emocionais, fomentando seu autoconhecimento.

Ademais, crianças e adolescentes que são institucionalizados podem sofrer durante sua vida com casos de envolvimento com o crime, abuso de álcool e drogas e paternidade precoce, além de serem mais propensos a desenvolverem depressão (MANIERO et al., 2018).

Nesse sentido, o investimento em políticas sociais é ponto importante a ser debatido para essa população, que passa por tantos períodos de vulnerabilidade, sendo propensa a apresentar comportamentos agressivos, hiperativos, impulsivos, coercitivos e opositivos (OLIVEIRA; RESENDE, 2016).

Diante dos problemas de saúde apresentados pelas crianças e pelos adolescentes institucionalizados é necessário o uso de medicações, sendo que a inserção de medicações na rotina desses é algo difícil e exige atenção, visto que etapas como absorção, metabolização e excreção são diferentes do que em adultos. Mesmo assim, sabe-se que elas são necessárias para a manutenção da saúde, se usadas de forma correta (MANIERO et al., 2018).

Nesse contexto, a enfermagem tem papel fundamental, cabendo a ela saber identificar os riscos e prestar assistência adequada àqueles que estão fazendo uso de terapia medicamentosa. Dessa forma, deve possuir conhecimento científico vasto a respeito dos medicamentos que são administrados e priorizar medidas que garantam a administração segura (SILVA; MENDONÇA; ALMEIDA, 2021), corroborando com a importância da inserção do enfermeiro dentro das instituições de acolhimento.

Segundo Vasconcelos, Troncoso e Backes (2021) o enfermeiro possui habilidade de interação e associação, tanto com os acolhidos quanto com os demais profissionais que atuam nas instituições de acolhimento, podendo desenvolver ações mais efetivas e resolutivas no cuidado. Dessa forma, consegue transcender o enfoque linear e pontual da doença, abrangendo a complexidade da saúde.

Além da equipe multiprofissional que atua dentro da instituição, existem serviços que foram procurados para a assistência às crianças e aos adolescentes. Através da coleta dos dados foi possível identificar que ocorreram 34 atendimentos/acompanhamentos de crianças e adolescentes institucionalizados em UBS, 21 atendimentos em CAPS/CAPSi, 14 atendimentos ambulatoriais, 12 atendimentos multiprofissionais (consultas com psicólogos, psiquiatras, neurologistas e fisioterapeutas) e oito atendimentos hospitalares e de pronto atendimento. Esses dados mostram que a UBS é a principal rede de atenção à saúde dessas crianças e adolescentes. As UBS são as principais portas de entrada para o atendimento no SUS, sendo responsáveis por oferecer atenção integral à população, por meio da promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como pelo manejo de situações de vulnerabilidade e demandas de saúde (BRASIL, 2017).

Os motivos que levaram crianças e adolescentes ao acolhimento foram inúmeros, sendo que no momento da coleta de dados diversos prontuários apresentavam mais de um

motivo. Identificou-se que o principal fator que levou crianças e adolescentes à institucionalização foi a negligência com 125 casos (73,93%), somando-se os casos em que apareceram como o motivo negligência, negligência com saúde, educação, pré-natal e higiene. Após esses motivos, os casos que mais apareceram foram os de maus tratos, abuso sexual, dependência química dos pais e/ou protetores e vulnerabilidade extrema, respectivamente.

Em consonância com esses dados o estudo de Bernardi (2020), que realizou um levantamento nacional no ano de 2020, identificou a negligência dos pais e/ou responsáveis como motivo que mais levou crianças e adolescentes à institucionalização, totalizando 30,7% dos casos, seguida pelo abandono e pela violência física. Na pesquisa de Brugiolo et al. (2023) a maior parte dos acolhimentos também foi devido ao uso de álcool/drogas pelos pais e à negligência.

O maior tempo de permanência na casa de acolhimento foi de um ano e três meses, de um adolescente que ainda permanecia institucionalizado durante o período da coleta de dados. Depois desse caso, os maiores tempos de institucionalização identificados foram de 11 meses e 3 dias, 10 meses e 10 dias, 9 meses e 8 dias e 8 meses. O menor tempo de institucionalização, foi de 1 dia, em que a criança apenas foi acolhida de forma emergencial. Então, o tempo médio de acolhimento na instituição foi 79 dias no ano de 2018; 66 dias em 2019; e 55 dias em 2020. Para Brugiolo et al. (2023) a maior parte dos acolhidos (37,2%) permaneceu na instituição até 6 meses, enquanto 26,7% dos acolhidos permaneceram em 6 meses e 1 ano na instituição.

Considerando que o ECA (BRASIL, 2021a) preconiza que o tempo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes deve ser um período máximo de dezoito meses, observa-se que na instituição deste estudo todos os acolhidos estavam dentro do período proposto pela legislação. No entanto, essa não é uma realidade em muitos casos de acolhidos no país. Estudo identificou que na cidade de Florianópolis-SC, cerca de 11% das crianças e dos adolescentes permaneceram na instituição de acolhimento de três há mais de 10 anos (SOUTO, 2019), um tempo muito expressivo.

Depois do período de permanência na instituição, crianças e adolescentes tiveram vários motivos de saída do local. No presente estudo esses motivos foram a volta para a família de origem, programa família acolhedora, transferência para outro abrigo, família extensa (constituída por avós e tios), além da evasão e adoção. Destaca-se que o principal motivo da

saída da instituição (47,92%) foi o FACO (Programa Família Acolhedora) ou acolhimento familiar. Esse programa é amparado pelo ECA e visa manter a criança e/ou o adolescente dentro de um âmbito familiar, mesmo que tenha sido necessária a retirada de sua família de origem. Essa medida deve ser protetiva, temporária e excepcional, com o intuito de manter o direito das crianças e dos adolescentes à convivência em família (INSTITUTO GERAÇÃO AMANHÃ, 2019).

O acolhimento familiar é considerado preferencial diante das outras formas de acolhimento como o institucional, em abrigos ou casas-lares, pois busca manter a justiça, humanidade e igualdade para a sociedade. As famílias que recebem essas crianças e esses adolescentes, devem ser treinadas e capacitadas para tal função e não podem estar cadastradas no programa de adoção. Além disso, recebem de forma provisória a guarda dos menores, até que o caso seja resolvido (INSTITUTO GERAÇÃO AMANHÃ, 2019).

Quando não há alternativas de reinserção da criança ou do adolescente em sua família de origem, ocorre a destituição do poder familiar e esses vão para adoção, em que uma família cadastrada e habilitada poderá receber os menores (JACINTO, 2021). Neste estudo, identificou-se que 18,34% das crianças ou dos adolescentes foram adotados. Na pesquisa de Brugiolo et al. (2023) 29,6% das crianças foram adotadas (por parentes ou famílias substitutas).

Dados nacionais apontam que de maio de 2015 a maio de 2020, no Brasil, 10.120 crianças foram adotadas, 2.546 estavam em processo de adoção e 5.026 estavam disponíveis para adoção (BRASIL, 2020). A região Sul do país lidera, com o maior percentual de crianças adotadas durante o período, 38% dos casos.

Neste estudo, foi identificado que o ano em que mais ocorreram adoções na instituição estudada foi em 2018 com 17 casos. Esse dado corrobora com os dados nacionais, que mostram que em 2018 o número de processos de adoções superou a marca de 2.800 processos (BRASIL, 2020).

A reinserção, reintegração e reunificação de crianças e adolescentes no contexto familiar é um processo complexo, delicado e exigente (SIQUEIRA; SCOTT; SCHMITT, 2019). Logo, é preciso identificar e amenizar vulnerabilidades e fortalecer o vínculo afetivo entre família e acolhido, pois o quantitativo de reacolhimentos de crianças e adolescentes pode acarretar ainda mais sofrimento (PAIVA et al., 2020). No presente estudo 20,12% dos acolhidos foram reintegrados a sua família de origem ou à família extensa. Em contrapartida, no estudo de Brugiolo et al. (2023) na maior parte dos acolhimentos (44,8%) houve

reintegração familiar.

Nesse contexto, o processo de acolhimento precisa perpassar por toda a equipe técnica da instituição, que deve buscar alternativas cabíveis para que crianças e adolescentes voltem para sua família ou no caso de adoções fortaleçam o vínculo intrafamiliar, prevenindo novos casos de acolhimentos e danos psicológicos (PAIVA et al., 2020). Dessa forma, fomentar a proteção social das famílias durante o acolhimento institucional é um importante trabalho a ser desenvolvido pela equipe e pelo Estado, visto que estas ações podem diminuir o número de reacolhimentos de crianças e adolescentes.

Visando manter o vínculo familiar, bem como a promoção da reintegração familiar, o ECA (BRASIL, 2021a) estipula que grupos de irmãos e/ou mães adolescentes não sejam separados de seus irmãos e filhos durante a institucionalização. Com isso, identifica-se ser necessário desenvolver medidas que favoreçam a reinserção de crianças e adolescentes dentro da família, seja ela de origem ou adotiva, visando fortificar a garantia dos direitos a eles propostos e permitir que os motivos que os levaram à institucionalização sejam superados (PAIVA; MOREIRA; LIMA, 2019). Portanto, é necessário que alternativas que corroborem com a preservação dos direitos sejam eficazes, a fim de manter a respeitabilidade àqueles que muitas vezes são vítimas de tantos processos dolorosos, mesmo com poucos anos de vida.

CONCLUSÃO

O estudo mostrou que as famílias das crianças e dos adolescentes institucionalizados, em sua grande maioria, são de baixa renda, recebendo menos de um salário-mínimo por mês. Esse dado evidencia que a pobreza ainda constitui o principal motivo de acolhimento. Nesse sentido, é preciso atuar buscando ampliar o suporte financeiro às famílias vulneráveis, ao invés de retirar delas o direito da permanência com seus filhos, superando os estigmas presentes no processo de institucionalização infantojuvenil no país.

Destaca-se também a rede de apoio multiprofissional existente na instituição de acolhimento para o atendimento integral às crianças e aos adolescentes, propiciando o desenvolvimento e a criação de vínculos, podendo diminuir as mazelas e sofrimentos gerados pelo afastamento familiar. Ademais, ressalta-se a presença de diversas patologias e uso de medicação entre os acolhidos, o que reforça a importância do papel do enfermeiro nesse

contexto, pois contribui para o atendimento integral e individualizado à saúde dessa população, bem como pode auxiliar na reinserção familiar ou inserção em famílias substitutas, por meio do fomento de estratégias que (re)estabeleçam vínculos.

REFERÊNCIAS

BERNARDI, D.C.F. *Levantamento Nacional sobre os Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes em tempos de Covid-19*: apresentação dos resultados [livro eletrônico]. 1. ed., São Paulo: NECA: Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária; 2020. Disponível em: <https://biblioteca.fmcsv.org.br/biblioteca/servicos-acolhimento-criancas-adolescentes-tempos-covid-19>. Acesso em 24 set 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012*. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União [internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em 24 set 2024.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 92/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. [Internet]. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/522095/CF88_EC92_2016_Livro.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 24 set 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017*. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em 24 set 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *O Benefício de Prestação Continuada (BPC)*. Guia para técnicos e gestores da assistência social. Brasília, 2018. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Guia/Guia_BPC_2018.pdf. Acesso em 24 set 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Prevenção da Transmissão Vertical do HIV, Sífilis e Hepatites Virais. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/08/miolo_pcdt_tv_08_2019.pdf. Acesso em 01 dez 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de adoção e acolhimento. Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/05/relat_diagnosticoSNA2020_25052020.pdf. Acesso em 24 set 2024.

BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata.* Brasília (BR): Distrito Federal, 2021a. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf Acesso em 24 set 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Boletim Epidemiológico HIV/Aids 2021*, número especial, 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2021/boletim-epidemiologico-especial-hiv-aids-2021.pdf/view>. Acesso em 24 set 2024.

BRUGIOLO, A.S.S.; MARTINS, K. P.; SILVA, M. A.; SANTOS, T. G. S.; FERREIRA, M. C. P.; DEFILIPO, E. C. Condições de saúde e perfil epidemiológico de crianças e Adolescentes institucionalizados: estudo transversal retrospectivo. *HU Revista*, v. 49, p. 1-8, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/hurevista/article/view/40258/26448> Acesso em 01 dez 2025.

CAVALCANTE, L.I.C.; MAGALHÃES, C.M.C.; REIS, D.C. Comparative Analysis of the Profile of Children in Institutional Care the Years of 2004 and 2009. *Psico*, v.45, n. 1, p.90-9, 2014. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2014.1.13180>. Acesso em 24 set 2024.

COUTINHO, F.M.; GEHA, Y.F.; REIS, L.C.; KAIZER, W.L.; ARANTES, T.; BREGA, C.B. Temporal distribution of cases and of infant mortality from congenital syphilis in the five geographical regions of Brazil between 2009 and 2018. *Clinical and Biomedical Research*, v. 41, n. 4, p. 291-8, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22491/2357-9730.113237>. Acesso em 24 set 2024.

FAERMANN, L.A.; SILVA, M.C. Social portrait of the families of children and adolescents in the process of institutional kind. *Emancipação*, v. 20, p. 1–15, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.20.2013573.002>. Acesso em 24 set 2024.

FÁVERO, E. Famílias de Crianças em Acolhimento Institucional: desproteção e invisibilidade. *Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo*, v. 3, n. 19, p.58-73, 2018. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Cad-Def-Pub-SP_n.19.pdf#page=58. Acesso em 24 set 2024.

FENDLER, F.S.; MELO, J.F.; GATTI, J.C.; BARBOSA, N.P.; COSTA, G.A. Fatores associados à transmissão vertical do HIV nos últimos 10 anos no Brasil. *e-Scientia*, v. 14, n. 2, p.51–66, 2021. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/dcbas/article/view/46501/pdf> Acesso em 24 set 2024.

FERMINO, S.; LIMA, D.B. Análisis de las condiciones psíquicas de niños y adolescentes em institucionalización. *Revista Psicología, Diversidade e Saúde*, v. 12:e4675, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.2023.e4675>. Acesso em 24 set 2024.

FERNÁNDEZ, G.O.M.; IRARRÁZVAL, D.M.; ORTEGA, B.; CARRASCO, P.; MARTÍNEZ, D.P.; ROJAS, C.G.; MUNDT, A. Salud mental primaria para niños, niñas y adolescentes institucionalizados: perspectiva de equipos de salud. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 19, n. 2, p.1–19, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11600/rilcsnj.19.2.4175>. Acesso em 24 set 2024.

FONSECA, P.N. O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes. *Revista Psicopedagogia*, v. 34, n. 105, p. 285–96, 2017. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v34n105/06>. Acesso em 24 set 2024.

GABATZ, R.I.B.; SCHWARTZ, E.; MILBRATH, V.M. Institutionalized child care experiences: the hidden side of work. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 40:e20180412, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.20180412>. Acesso em 24 set 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo 2020*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas/panorama>. Acesso em 24 set 2024.

INSTITUTO GERAÇÃO AMANHÃ. *Acolhimento familiar: características, vantagens e como funciona*. 2ª edição, 2019. Disponível em: <https://geracaoamanha.org.br/wp-content/uploads/2019/12/EBOOK-AF-2aEd-IGA.pdf>. Acesso em 24 set 2024.

JACINTO, P.M.S. Pobreza e institucionalização de crianças e adolescentes: uma relação econômica ou moral? *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v.5, n. 14, p.01–8, 2021. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/209/213>. Acesso em 24 set 2024.

MANIERO, H.K.; MARTINS, A.A.; MELO, A.C.; PAZ, L.P.; SCHRAIBER, R.B.; GALATO, D. Use of drugs in children aged zero to five years old in Tubarão, Santa Catarina, Brazil. *Revista Paulista de Pediatria*, v. 36, n. 4, p.437–44, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0462;/2018;36;4;00008>. Acesso em 24 set 2024.

OLIVEIRA, L.D.; RESENDE, A.C. Study of Depressive Symptoms in Children under Institutional Care. *Revista Psicologia em Pesquisa*, v. 10, n. 1, p.55-63, 2016. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v10n1/08.pdf>. Acesso em 24 set 2024.

PAIVA, I.L.; MOREIRA, T.A.S.; LIMA, A.M. Institutional shelter: families of origin and re-institutionalization. *Revista Direito e Práxis*, v.10, n. 2, p.1405–29, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/40414>. Acesso em 24 set 2024.

PAIVA, I.L.; MOREIRA, T.A.S.; OLIVEIRA, M.L.C.; SILVA, R.M.F.; LIMA, A.M. The reinstitutionalization of children and adolescents in the west of Natal-RN. *Revista da SPAGESP*, v. 21, v. 1, p.66–76, 2020. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v21n1/v21n1a06.pdf>. Acesso em 24 set 2024.

SCHENKEL, Y.V.S.; SILVEIRA, A.; SOCCOL, K.L.S.; CENTENARO, A.P.F.C.; HILDEBRANDT, L.M. Institutional foster care in the voice of caregivers of children and adolescents living in Casa Lar. *Revista de Enfermagem da UFSM*, v.13, n.13, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/72181/62385>. Acesso em 24 set 2024.

SILVA, D.A.P.; MENDONÇA, L.G.; ALMEIDA, H.O.C. Estratégias de segurança na administração dos medicamentos de alta vigilância. *Caderno de Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde* - UNIT, v.7, n. 1, p.71–81, 2021. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernobiologicas/article/view/10218/4730>. Acesso em 24 set 2024.

SILVA, K.R.; GOMES, F.G.C. Chemical dependence: Resulting from the abusive use of psychoactive substances. *Revista Uningá*, v. 56, n. S1, p.186–95, 2019. DOI: <https://doi.org/10.46311/2318-0579.56.eUJ306>. Acesso em 24 set 2024.

SIQUEIRA, A.C.; SCOTT, J.B.; SCHMITT, F.M. Family reunification of institutionalized children and adolescents: performance of psychologist from three Brazilian states. *Psicologia em Estudo*, v. 24, p.e41565, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v24i0.41565>. Acesso em 24 set 2024.

SOUTO, B.J.A. *Departamento de serviço social institucionalização de crianças e adolescentes: um estudo a partir do acolhimento em Florianópolis*. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/204023/Breno%20Jaime%20Amaral%20Souto.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 24 set 2024.

VACARU, V.S.; STERKENBURG, P.S.; SCHUENGEL, C. Self-concept in institutionalized children with disturbed attachment: The mediating role of exploratory behaviours. *Child: Care, Health and Development*, v. 44, n. 3, p.476–84, 2017. DOI: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/cch.12521>. Acesso em 24 set 2024.

VASCONCELOS, J.; TRONCOSO, M. P.; BACKES, D. S. Atribuições da enfermeira em um serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. *CIENCIA y ENFERMERIA*, v. 27, n. 36, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/cienf/v27/0717-9553-cienf-27-36.pdf>. Acesso em 01 dez 2025.

Recebido em 25 setembro 2024

Aprovado em 21 novembro 2025



CARTAS DO CUIDADO: DIÁLOGO EDUCATIVO SOBRE O CÂNCER DE MAMA COM MULHERES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

DOI: 10.48075/ri.v27i2.35573

João Vitor Andrade¹

Juliana Cristina Martins de Souza²

RESUMO: Objetivou-se descrever a construção e aplicação da dinâmica educativa “Cartas do Cuidado”, voltada à promoção do autocuidado e prevenção do câncer de mama na Atenção Primária à Saúde (APS). A ação foi desenvolvida por enfermeiros especialistas em oncologia, utilizando cartas temáticas ilustradas como dispositivos facilitadores do diálogo com mulheres usuárias da APS em um município de Minas Gerais. A atividade abordou quatro eixos: autocuidado, sentimentos e emoções, sinais de alerta e mitos ou verdades sobre o câncer de mama. A dinâmica contou com a participação de 64 mulheres, em formato expositivo-dialogado, promovendo reflexões críticas e compartilhamento de saberes. Os resultados evidenciaram o potencial das metodologias ativas para estimular o protagonismo feminino, ampliar a compreensão sobre a prevenção da doença e desconstruir desinformações. As participantes avaliaram positivamente a estratégia, destacando a linguagem acessível, o acolhimento e o desejo por continuidade das ações. Conclui-se que a abordagem lúdica, centrada na escuta ativa e no contexto sociocultural das participantes, favorece a autonomia, o vínculo com a equipe de saúde e a efetividade das práticas educativas. A experiência demonstra a viabilidade de replicação da metodologia em outros territórios, reafirmando a importância de práticas criativas e inclusivas no enfrentamento do câncer de mama na APS.

Palavras-chave: Neoplasias da Mama; Letramento em Saúde; Educação em Saúde; Saúde da Mulher; Prevenção de Doenças.

LETTERS OF CARE: AN EDUCATIONAL DIALOG ABOUT BREAST CANCER WITH WOMEN IN PRIMARY CARE

ABSTRACT: The aim of this study was to describe the construction and application of the educational dynamic “Letters of Care”, aimed at promoting self-care and breast cancer prevention in Primary Health Care (PHC). The action was developed by nurses specializing in oncology, using illustrated thematic cards as devices to facilitate dialogue with women who use PHC in a municipality in Minas Gerais. The activity covered four areas: self-care, feelings and emotions, warning signs and myths or truths about breast cancer. 64 women took part, in an expository-dialog format, promoting critical reflection and knowledge sharing. The results showed the potential of active methodologies to

¹ Doutorando em Enfermagem. Universidade Federal de Alfenas. E-mail: jvma100@gmail.com

² Doutoranda em Enfermagem. Universidade Federal de Alfenas. E-mail: enfajulianacmartins@gmail.com

stimulate female protagonism, broaden understanding of disease prevention and deconstruct misinformation. The participants gave a positive evaluation of the strategy, highlighting the accessible language, the welcoming atmosphere and the desire for the actions to continue. The conclusion is that the playful approach, centered on active listening and the sociocultural context of the participants, favors autonomy, the bond with the health team and the effectiveness of educational practices. The experience demonstrates the feasibility of replicating the methodology in other areas, reaffirming the importance of creative and inclusive practices in tackling breast cancer in PHC.

Keywords: Breast Neoplasms; Health Literacy; Health Education; Women's Health; Disease Prevention.

INTRODUÇÃO

O câncer de mama é uma neoplasia maligna que se desenvolve no tecido mamário, com origem geralmente nos ductos ou lóbulos. Trata-se do tipo de câncer mais comum entre as mulheres em todo o mundo (Andrade *et al.*, 2022). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2024), foram registrados mais de 2,3 milhões de novos casos de câncer de mama em 2020 no mundo, representando cerca de 11,7% de todos os tipos de câncer.

No Brasil, o Instituto Nacional de Câncer (INCA, 2022) estima 73.610 novos casos anuais no triênio 2023-2025, com uma taxa de incidência elevada principalmente nas regiões Sudeste e Sul. Apesar dos avanços no diagnóstico e no tratamento, a mortalidade ainda é significativa, especialmente entre mulheres com diagnóstico tardio (Andrade *et al.*, 2022; OMS, 2024).

Além dos desafios clínicos, o câncer de mama impõe às mulheres impactos psicológicos e sociais desde o momento do diagnóstico. Sentimentos como medo, tristeza, insegurança e ansiedade são comuns, podendo desencadear baixa autoestima, alterações na imagem corporal e dificuldades no enfrentamento da doença (Pierrisnard *et al.*, 2018; Fortin *et al.*, 2021).

Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde (APS) representa o principal ponto de contato das mulheres com o sistema de saúde e desempenha papel essencial na promoção da saúde, detecção precoce e acompanhamento longitudinal (Brasil, 2017). Equipes da Estratégia Saúde da Família, ao estarem inseridas nos territórios, possuem maior potencial para acolher, educar e estimular práticas de autocuidado, sobretudo em populações vulneráveis. Dessa forma, a APS deve ser protagonista nas ações voltadas à prevenção e ao rastreamento do câncer de mama (Moura *et al.*, 2022; Martins *et al.*, 2023).

Campanhas como o Outubro Rosa têm papel relevante na sensibilização coletiva, ampliando a visibilidade do tema e estimulando o debate público (Baquero *et al.*, 2021). No entanto, ações restritas a palestras e materiais informativos impressos têm se mostrado pouco eficazes para provocar mudanças reais nos hábitos e no comportamento das mulheres em relação à prevenção, visto que a simples transmissão de informações não é suficiente para modificar práticas consolidadas de saúde (Eibich; Goldzahl, 2020). A escuta ativa, o vínculo e o protagonismo das usuárias são aspectos ainda pouco explorados nas abordagens convencionais (INCA, 2020; Gratão *et al.*, 2023).

Diante disso, métodos ativos de educação em saúde vêm ganhando espaço como estratégias inovadoras para ampliar a participação das mulheres nas ações de prevenção (Gratão *et al.*, 2023). Dinâmicas interativas, rodas de conversa, oficinas e jogos educativos favorecem o engajamento, a troca de saberes e a reflexão crítica sobre o autocuidado, permitindo que a mulher seja autora da própria trajetória de cuidado. Essas práticas promovem a conscientização e o fortalecimento da autonomia e da autoestima feminina (Sanchez *et al.*, 2021; Gratão *et al.*, 2023).

Apesar do potencial dos métodos ativos, ainda há escassez de experiências exitosas documentadas que relatem sua aplicação no contexto da prevenção do câncer de mama na APS. Tal lacuna evidencia a necessidade de ampliar os registros e as avaliações dessas práticas, a fim de subsidiar outras iniciativas e fortalecer políticas públicas de promoção da saúde da mulher.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo relatar a construção e implementação da dinâmica educativa “Cartas do Cuidado”, realizada com mulheres usuárias da APS, utilizando cartas temáticas como dispositivo disparador para diálogos sobre autocuidado, sentimentos, sinais de alerta e mitos relacionados à doença.

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, conduzido por enfermeiros especialistas em oncologia durante uma atividade educativa voltada à conscientização sobre o câncer de mama, realizada no contexto da APS.

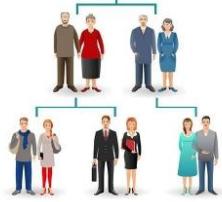
Inicialmente, para a construção da dinâmica, foi realizada uma revisão da literatura científica com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre a origem, o diagnóstico, o estadiamento e o tratamento do câncer de mama (Andrade *et al.*, 2022). Com base nos

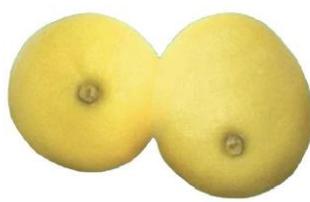
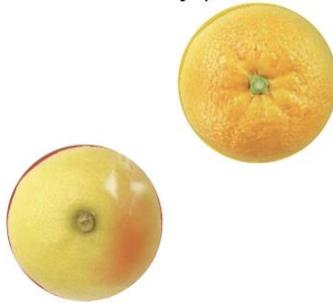
conhecimentos sistematizados, os profissionais envolvidos identificaram quatro eixos temáticos considerados fundamentais para o desenvolvimento da ação educativa: ações para o autocuidado, sentimentos e emoções, sinais de alerta e mitos ou verdades.

Para cada um desses eixos, foram elaboradas seis cartas ilustradas, totalizando 24 cartas no conjunto da dinâmica. As imagens utilizadas foram obtidas de bancos de acesso livre e todas as cartas foram impressas em formato A4, a fim de favorecer a visualização e a interação durante a atividade em grupo, material foi publicado em acesso aberto (Andrade; Souza, 2025). E, a seguir, na Figura 1, tem-se as respetivas cartas em tamanho 7,0 cm × 9,9 cm.

Figura 1 - Cartas Do Cuidado, 2025.

<p>A incerteza sobre o que está acontecendo com meu corpo me deixa ansiosa e paralisada</p>  <p>Sentimentos/emoções</p>	<p>Apresento sinais preocupantes, mas o medo de fazer exames e receber um diagnóstico de câncer me impede de agir</p>  <p>Sentimentos/emoções</p>	<p>Houve uma época em que senti sinais de alerta, fiz exames, e fiquei aliviada ao descobrir que não era nada grave</p>  <p>Sentimentos/emoções</p>
<p>Tenho uma amiga que, por se cuidar, descobriu a doença precocemente. Ela fez o tratamento e hoje está muito bem</p>  <p>Sentimentos/emoções</p>	<p>Aprendi a valorizar minha saúde e a enfrentar meus medos, sabendo que a prevenção pode salvar vidas</p>  <p>Sentimentos/emoções</p>	<p>Perdi alguém próximo para o câncer de mama, e essa perda ainda me afeta profundamente, me fazendo temer pelo meu próprio futuro</p> <p>LUTO</p>  <p>Sentimentos/emoções</p>

<p>Buscar apoio psicológico quando necessário</p>  <p>Ações para Autocuidado</p>	<p>Conversar abertamente com o equipe de saúde</p>  <p>Ações para Autocuidado</p>	<p>Realizar mamografias periódicas</p>  <p>Ações para Autocuidado</p>
<p>A mamografia pode detectar câncer em estágio inicial</p>  <p>Mito ou verdade</p>	<p>O autoexame substitui a mamografia</p>   <p>Mito ou verdade</p>	<p>Somente mulheres mais velhas (+ 60 anos) podem ter câncer de mama</p>  <p>Mito ou verdade</p>
<p>O uso de antitranspirantes causa câncer de mama</p>  <p>Mito ou verdade</p>	<p>Nem todos os nódulos são câncer</p>  <p>Mito ou verdade</p>	<p>Ter histórico familiar aumenta as chances de desenvolver câncer</p>  <p>Mito ou verdade</p>

Mudanças no formato ou tamanho da mama	Alterações na pele da mama (vermelhidão ou aspecto de casca de laranja)	Presença de nódulo
		
Sinais de alerta	Sinais de alerta	Sinais de alerta
Dor persistente na mama ou axila	Inchaço em parte da mama	Secreção pelo mamilo
		
Sinais de alerta	Sinais de alerta	Sinais de alerta
Praticar atividade física	Manter uma alimentação saudável	Realizar o autoexame regularmente
		
Ações para Autocuidado	Ações para Autocuidado	Ações para Autocuidado

A dinâmica “Cartas do Cuidado” foi aplicada em 30 de outubro de 2024, em um município da região Sudoeste de Minas Gerais. A atividade ocorreu em um ginásio poliesportivo, com os facilitadores posicionados na parte inferior (quadra) e fazendo uso de

microfone para comunicação com o grupo, enquanto as participantes estavam na parte superior (arquibancada). A dinâmica contou com a participação de 64 mulheres, as quais eram acompanhadas pela APS do município.

Com duração total de duas horas, a intervenção foi conduzida de forma expositiva-dialogada, o que permitiu ampla participação e protagonismo das mulheres presentes. As cartas serviram como item de estímulo à reflexão e ao compartilhamento de experiências, promovendo um ambiente de escuta acolhedora, troca de saberes e fortalecimento do autocuidado.

Ao final da atividade, as participantes foram convidadas a realizar uma avaliação da dinâmica por meio de uma escala Likert ilustrada com figuras animadas (Figura 1), o que tornou o momento mais acessível e lúdico, especialmente considerando os diferentes níveis de escolaridade do público.

Figura 1-Ficha de avaliação do momento da dinâmica.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Ressalta-se que o instrumento e a atividade relatada não configuraram pesquisa envolvendo seres humanos, conforme Art. 1º, parágrafo único, VII, da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016). Por se tratar de ação educativa sem caráter investigativo, dispensou-se a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. A participação das 64 mulheres ocorreu de forma espontânea e vinculada às atividades de rotina da APS, não havendo processo formal de seleção ou critérios de inclusão e exclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A dinâmica educativa “Cartas do Cuidado” configurou-se como uma ferramenta para a promoção da saúde na APS, permitindo a abordagem de aspectos físicos, emocionais, preventivos e sociais relacionados ao câncer de mama por meio de linguagem acessível e envolvente, conforme recomendado pela literatura no tocante a abordagens educativas concernentes ao câncer de mama (Gratão *et al.*, 2023). A dinâmica proporcionou um espaço

de diálogo acolhedor e participativo, que valorizou a escuta coletiva e o compartilhamento de saberes construídos na experiência cotidiana das mulheres, conforme preceitos do letramento e da educação em saúde (Peres, 2023).

Durante a atividade, observou-se que o eixo ações para o autocuidado possibilitou a discussão de temas como o autoexame das mamas, a realização de exames clínicos e mamografia, alimentação saudável, prática de atividades físicas e abandono do tabagismo. Esses temas se alinham às diretrizes do Ministério da Saúde para a promoção da saúde da mulher (BrasiL, 2011).

A abordagem lúdica permitiu identificar que, embora muitas participantes já tenham ouvido falar sobre o autoexame, ainda existem dúvidas quanto à sua função, frequência e associação com a detecção precoce. Esse achado reforça a importância de estratégias educativas que vão além da simples transmissão de informações (Sanchez *et al.*, 2021; Gratão *et al.*, 2023).

O eixo sentimentos e emoções favoreceu reflexões sobre medo, ansiedade, tristeza e insegurança relacionados à possibilidade de diagnóstico de câncer de mama. A discussão desses tópicos evidenciou a importância de considerar o impacto emocional que acompanha o processo de prevenção, diagnóstico e tratamento (Pierrisnard *et al.*, 2018; Fortin *et al.*, 2021).

As cartas desse eixo também suscitaram diálogos sobre a relação das mulheres com o próprio corpo, autoestima e imagem corporal, especialmente em contextos de vulnerabilidade social ou baixa escolaridade. Tais aspectos devem ser considerados na formulação de políticas públicas voltadas à integralidade do cuidado (Pierrisnard *et al.*, 2018; Alves *et al.*, 2022).

Outro ponto discutido foi o medo da mutilação e das mudanças corporais provocadas pelo tratamento. Ainda que tratadas de maneira geral, as falas sinalizaram o quanto o estigma associado ao câncer de mama permanece vivo no imaginário social, mesmo entre aquelas sem histórico da doença (Maroun; Gomes; Silva, 2024).

O eixo sinais de alerta permitiu abordar sintomas frequentemente negligenciados, como alterações na coloração da pele, retração do mamilo, secreção espontânea e presença de nódulos. A discussão coletiva demonstrou que, embora o nódulo seja amplamente reconhecido, outros sinais ainda são pouco compreendidos como motivo para buscar atendimento (INCA, 2020).

A atividade favoreceu a identificação de lacunas no conhecimento sobre os sinais precoces da doença e reforçou a necessidade de abordagens mais sensíveis e interativas no cotidiano da APS, especialmente para populações com menor acesso à informação formal (Falkenberg *et al.*, 2014; Gratão *et al.*, 2023).

O eixo mitos ou verdades foi o que gerou maior interesse entre as participantes, ao permitir que se confrontassem crenças populares com informações científicas. Foram levantadas ideias como “bater a mama causa câncer”, “quem não amamenta tem mais chance” ou “sutiã apertado provoca nódulo”, demonstrando a permanência de desinformações amplamente difundidas (Cruz *et al.*, 2015; FEMAMA, 2024).

A dinâmica permitiu que essas crenças fossem trabalhadas de forma dialógica, sem julgamento, permitindo que as mulheres ressignificassem conhecimentos previamente construídos. Essa abordagem é fundamental para fortalecer a autonomia no cuidado em saúde (INCA, 2020; Bernardo; Cruz, 2022).

A escolha de cartas ilustradas e frases simples facilitou o acesso à compreensão dos temas abordados, tornando a dinâmica inclusiva mesmo para mulheres com diferentes níveis de escolaridade. A linguagem acessível e o material visual ampliaram o alcance da informação (Falkenberg *et al.*, 2014; Gratão *et al.*, 2023).

A condução expositiva-dialogada, aliada ao uso de recurso visual, favoreceu o protagonismo feminino, permitindo que as participantes contribuíssem com suas experiências e percepções, enriquecendo o processo educativo por meio da escuta ativa e do reconhecimento da vivência como saber legítimo (Falkenberg *et al.*, 2014; Bernardo; Cruz, 2022; Gratão *et al.*, 2023). A estrutura circular da roda, a liberdade de fala e o convite à reflexão contribuíram para o fortalecimento do vínculo entre profissionais de saúde e comunidade, resgatando o papel da APS como espaço de promoção da saúde e não apenas de controle biomédico (Brasil, 2017; Martins *et al.*, 2023).

Quanto à avaliação da dinâmica, quase a totalidade das mulheres ($n = 60$) classificou a atividade como “boa”, enquanto as demais três a avaliaram como “média”. Como sugestões, destacaram a ampliação do tempo, a continuidade das ações de educação em saúde e a mudança para um local mais próximo das residências das participantes. No geral, ressaltaram o aprendizado proporcionado, a leveza da abordagem e o desejo de participar de futuras ações semelhantes, demonstrando uma avaliação positiva em relação às estratégias educativas ativas (Santos *et al.*, 2021; Gratão *et al.*, 2023).

A escolha por uma abordagem lúdica, com linguagem próxima e contexto cotidiano, mostrou-se eficaz para mobilizar o público feminino, em especial aquele que nem sempre participa das ações tradicionais de saúde, como palestras expositivas ou campanhas formais (Santos *et al.*, 2021; Gratão *et al.*, 2023). A experiência reforça a importância de metodologias criativas e inclusivas para ampliar o alcance das ações educativas no âmbito da APS.

Embora a intervenção tenha se mostrado exitosa, reconhece-se a limitação quanto à abrangência territorial e ao tempo disponível para aprofundamento dos temas. No entanto, a simplicidade da metodologia e o engajamento observado demonstram o potencial de replicação em outras realidades da APS, reafirmando o valor das ações educativas participativas como ferramentas de transformação no cotidiano dos serviços (Santos *et al.*, 2021; Gratão *et al.*, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica “Cartas do Cuidado” demonstrou ser uma estratégia educativa eficaz, sensível e de fácil aplicabilidade no contexto da APS. Por meio de uma abordagem lúdica, interativa e centrada no protagonismo das mulheres, foi possível abordar temas relacionados ao câncer de mama, como práticas de autocuidado, sentimentos e emoções, sinais de alerta e mitos amplamente difundidos na comunidade.

A ação educativa superou o modelo tradicional de palestras e permitiu o fortalecimento de vínculos, a valorização das experiências individuais e o estímulo à reflexão crítica sobre o cuidado com o próprio corpo. A construção coletiva do conhecimento e a escuta ativa se revelaram elementos centrais para a efetividade da intervenção.

Além de promover conhecimento sobre a prevenção do câncer de mama, a dinâmica também favoreceu o acolhimento de afetos, dúvidas e medos, fortalecendo a autonomia das mulheres diante das decisões que envolvem sua saúde. Sua estrutura simples e acessível, confirma o potencial de replicabilidade em diferentes territórios e grupos populacionais.

Por fim, a experiência reafirma a importância de se investir em práticas educativas criativas e participativas, capazes de mobilizar o saber popular, promover o cuidado integral e contribuir para a ampliação do acesso à informação em saúde. Iniciativas como essa devem ser valorizadas e incorporadas às ações regulares da APS, como parte do compromisso com a equidade, a promoção da saúde e o empoderamento das mulheres.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. N. T. *et al.* Determinants of lack of access to treatment for women diagnosed with breast cancer in Brazil. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 19, n. 13, p. 7635, 2022.
- ANDRADE, J. V.; SOUZA, J. C. M. *Cartas usadas em dinâmica sobre câncer de mama.* ResearchGate [Internet], 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.20645.97760>. Acesso em: 1 nov. 2025.
- ANDRADE, J. V. *et al.* Origem, diagnóstico, estadiamento e tratamento do câncer de mama: revisão narrativa. In: ANDRADE, J. V.; SOUZA, J. C. M.; TERRA, F. S. (Orgs.). *Tópicos em Ciências da Saúde: contribuições, desafios e possibilidades*. 1 ed. Campina Grande: Amplla Editora, 2022, v. I, p. 547-560.
- BAQUERO, O. S. *et al.* Outubro Rosa e mamografias: quando a comunicação em saúde erra o alvo. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, p. e00149620, 2021.
- BERNARDO, K. F.; CRUZ, P. J. S. C. Concepções e referenciais da educação popular: a sistematização de experiências de seus protagonistas na Paraíba. *Praxis & Saber*, v. 13, n. 32, 2022.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 510*, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 24 mai. 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 2.436*, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 22 set. 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011. 82 p.
- CRUZ, G. K. P. *et al.* Retirando as vendas: conhecimento de mulheres cegas sobre câncer de mama. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental*, v. 7, n. 2, p. 2486-2493, 2015.
- EIBICH, P.; GOLDZAHL, L. Health information provision, health knowledge and health behaviours: Evidence from breast cancer screening. *Social Science & Medicine*, v. 265, p. 113505, 2020.
- FALKENBERG, M. B. *et al.* Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, p. 847-852, 2014.
- FEMAMA - FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS DE APOIO À SAÚDE DA MAMA. *Mitos e verdades sobre riscos do câncer de mama*. 2024. Disponível em:

<https://femama.org.br/site/blog-da-femama/mitos-e-verdades-sobre-riscos-do-cancer-de-mama/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

FORTIN, J. *et al.* The mental health impacts of receiving a breast cancer diagnosis: A meta-analysis. *British Journal of Cancer*, v. 125, n. 11, p. 1582-1592, 2021.

GRATÃO, B. M. *et al.* Práticas de educação em saúde sobre câncer de mama e colo de útero: revisão integrativa. *Saúde Coletiva (Barueri)*, v. 13, n. 86, p. 12779-12804, 2023.

INCA - INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). *ABC do câncer: abordagens básicas para o controle do câncer*. 6. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: INCA, 2020. 112 p.

INCA - INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). *Estimativa 2023: incidência de câncer no Brasil*. Rio de Janeiro: INCA, 2022.

MAROUN, P. S.; GOMES, R.; SILVA, A. Representações culturais do câncer de mama: uma revisão de escopo. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, p. e11002023, 2024.

MARTINS, T. *et al.* Acompanhamento pela equipe de enfermagem às pessoas com câncer na Atenção Primária à Saúde: revisão integrativa. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental*, v. 15, p. 1-8, 2023.

MOURA, T. S. *et al.* Percepção dos enfermeiros acerca da detecção precoce e prevenção do câncer de mama na atenção primária à saúde. *Revista Cuidarte*, p. 93-100, 2022.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Câncer de mama*. 2024. Disponível em: <http://who.int/news-room/fact-sheets/detail/breast-cancer>. Acesso em: 20 jun. 2025.

PERES, F. Alfabetização, letramento ou literacia em saúde? Traduzindo e aplicando o conceito de health literacy no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, p. 1563-1573, 2023.

PIERRISNARD, C. *et al.* Body image and psychological distress in women with breast cancer: a French online survey on patients' perceptions and expectations. *Breast Cancer*, v. 25, p. 303-308, 2018.

SANCHEZ, J. I. *et al.* Eat healthy, be active community workshops implemented with rural Hispanic women. *BMC Women's Health*, v. 21, p. 1-10, 2021.

SANTOS, C. S. *et al.* Educação em saúde: prevenção do câncer de mama no Município de Divinópolis-Minas Gerais. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 1, p. e4671019465-e4671019465, 2021.

Recebido em 20 de julho de 2025.

Aprovado em 10 de outubro de 2025.



SAÚDE MENTAL E QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS APÓS A OCORRÊNCIA DE FRATURAS: ESTUDO DE REVISÃO

DOI: 10.48075/ri.v27i2.35555

Simone Meurer Brand¹
Carla Vergina Conrad de Lima²

RESUMO: O envelhecimento populacional é um fenômeno crescente e irreversível que traz implicações significativas para a saúde pública, especialmente no que tange à saúde física e mental dos idosos. Dentre os principais eventos que comprometem a qualidade de vida nessa população, destacam-se as quedas e, consequentemente, as fraturas – especialmente a de fêmur – que afetam não apenas o bem-estar físico, mas também o psicológico e social. Este estudo, conduzido por meio de uma revisão de literatura, teve como objetivo analisar os efeitos das fraturas na saúde mental e na qualidade de vida de indivíduos idosos, bem como as estratégias de mitigação desses impactos. A busca foi realizada nas bases PubMed, SciELO e LILACS, considerando artigos publicados entre 2019 e 2024, em português. A estratégia de busca incluiu os descritores “saúde mental”, “qualidade de vida”, “idosos” e “fraturas”, com uso de operadores booleanos. Os resultados indicaram que as fraturas, decorrentes principalmente de quedas, geram consequências físicas, como dor, imobilização, perda funcional e dependência, além de repercussões psicológicas, como ansiedade, depressão, medo de novas quedas e isolamento social. A reabilitação prolongada, associada à sensação de impotência e à perda de autonomia, agrava o sofrimento emocional dos idosos e compromete seu processo de recuperação. A prática regular de atividade física e as intervenções psicossociais mostraram-se estratégias eficazes tanto na prevenção de quedas quanto na promoção da saúde mental e da autonomia. Conclui-se que existe uma forte inter-relação entre fraturas, saúde mental e qualidade de vida na velhice, sendo imprescindíveis medidas preventivas e terapêuticas integradas.

Palavras-chave: Idosos Fragilizados. Fraturas Ósseas. Saúde Mental. Qualidade de Vida.

MENTAL HEALTH AND QUALITY OF LIFE OF ELDERLY AFTER THE OCCURRENCE OF FRACTURES: REVIEW STUDY

ABSTRACT: Aging population is a growing and irreversible phenomenon that has significant implications for public health, especially about the physical and mental health of the elderly. Among the main events that compromise the quality of life in this population, falls stand out and, consequently, fractures – especially femoral fractures – which affect not only physical well-being, but

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Saúde Pública em Região de Fronteira da Universidade Estadual do Estado do Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. simone.brand@unioeste.br

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Saúde Pública em Região de Fronteira da Universidade Estadual do Estado do Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. carlakedz@gmail.com

also psychological and social well-being. This study, conducted through a literature review, aimed to analyze the effects of fractures on the mental health and quality of life of elderly individuals, as well as the strategies to mitigate these impacts. The search was carried out in the PubMed, SciELO, and LILACS databases, considering articles published between 2019 and 2024. The search strategy included the descriptors "mental health", "quality of life", "elderly" and "fractures", using Boolean operators. The results indicated that fractures, mainly due to falls, generate physical consequences, such as pain, immobilization, functional loss and dependence, in addition to psychological repercussions, such as anxiety, depression, fear of new falls and social isolation. Prolonged rehabilitation, associated with the feeling of powerlessness and loss of autonomy, aggravates the emotional suffering of the elderly and compromises their recovery process. Regular physical activity and psychosocial interventions have been shown to be effective strategies both in preventing falls and in promoting mental health and autonomy. It is concluded that there is a strong interrelationship between fractures, mental health and quality of life in old age, and integrated preventive and therapeutic measures are essential.

Keywords: Frail Elderly. Bone fractures. Mental health. Quality of Life.

INTRODUÇÃO

Considera-se idosa toda pessoa com 60 anos ou mais, conforme estabelecido pelo Estatuto do Idoso e pelas diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), que adota esse marco etário em países em desenvolvimento. Essa classificação orienta políticas públicas, ações de saúde e estudos demográficos (Brasil, 2003). O envelhecimento populacional se configura como uma realidade global que afeta diversos países, incluindo o Brasil. Dados recentes apontam que, entre 2020 e 2021, a população idosa no país era composta por aproximadamente 31,2 milhões de indivíduos, o que representa 14,7% do total populacional. As projeções indicam que esse número poderá dobrar nas próximas décadas, prevendo-se que, até 2060, cerca de 25% da população brasileira terá mais de 65 anos (Silva; Mandelli; Da Silva, 2024).

O envelhecimento está correlacionado a um declínio natural da saúde física, evidenciado por fatores como a diminuição da agilidade motora, fadiga, redução da capacidade funcional e da autonomia, além de influenciar negativamente a qualidade de vida. Quando as alterações físicas, psicológicas e morfológicas que ocorrem nessa faixa etária não são devidamente monitoradas, surgem riscos à saúde, sendo as quedas e fraturas os problemas mais prevalentes (Nunes; Vittorio; Martins, 2024).

No Brasil, entre os idosos, as fraturas de fêmur, especialmente proximais (quadril), notadamente as transtrocánterianas, destacam-se como as mais frequentes, sendo responsáveis por grande parte das internações hospitalares nessa faixa etária (Trincado et al., 2022). Evidências recentes apontam que fatores como idade avançada, sexo feminino,

osteoporose, histórico prévio de quedas, déficits de equilíbrio, presença de condições crônicas incapacitantes e polifarmácia (particularmente o uso de medicamentos sedativos) aumentam significativamente a probabilidade de quedas e, consequentemente, de fraturas (Vieira et al., 2019; Fernandes; Carvalho; Freitas, 2023). Esses elementos reforçam a vulnerabilidade funcional do idoso e destacam a necessidade de estratégias preventivas multidimensionais voltadas à redução do risco de quedas.

As quedas têm uma relevância significativa na vida dos indivíduos, refletindo-se em elevados custos econômicos e sociais, além de impactar e sobrecarregar os serviços de saúde. Entre os indivíduos idosos que sofrem quedas, estima-se que de 5 a 25% apresentem lesões graves, e entre aqueles que necessitam de internação hospitalar, apenas 50% sobrevivem um ano após o evento. Os idosos vítimas de trauma tendem a apresentar um quadro clínico mais crítico, requerendo internação hospitalar com maior frequência, constituindo uma parcela considerável dos pacientes internados em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) e consumindo mais recursos do que pacientes de qualquer outro grupo etário (Nunes, *et al.*, 2024).

Para além disso, é preciso considerar as fraturas, frequentemente resultantes de quedas, transcendem às consequências físicas, acarretando impactos psicológicos e sociais significativos. Após a ocorrência de uma fratura, muitos idosos enfrentam limitações funcionais, perda de autonomia e um aumento na dependência de cuidadores, fatores que favorecem o surgimento de transtornos como ansiedade, depressão e sentimentos de isolamento. Ademais, a recuperação física prolongada e as mudanças no estilo de vida podem comprometer a autoestima e a percepção de qualidade de vida desses indivíduos (Dos Reis Miranda *et al.*, 2020).

As quedas têm um impacto considerável na qualidade de vida da pessoa idosa e, nas palavras de Tavares *et al.* (2024, p.09) “a queda não é apenas um evento físico, mas simbólico, marcando o início de uma jornada de sofrimento que muitas vezes é invisível aos olhos da sociedade”. O ciclo de quedas e a reincidência de novos episódios não apenas geram custos crescentes relacionados ao tratamento, mas também instauram um ciclo de medo e perda de autonomia entre os idosos. Ademais, as quedas podem precipitar síndromes pós-queda, como dependência e depressão, o que resulta em um ciclo de limitações físicas e emocionais. Assim, esse fenômeno contribui para o aumento do isolamento social e da dependência de cuidadores (Tavares *et al.*, 2024).

De acordo com o Ministério da Saúde (Brasil, 2024) no documento intitulado “Síntese de evidência qualitativa: percepções sobre o tratamento da fratura de colo de fêmur em

pessoas idosas”, as fraturas de fêmur em idosos são resultado principalmente de quedas, que, segundo pacientes, provocam dor e medo e impõem diversas restrições ao seu cotidiano. Foram identificados relatos de pacientes destacando o sofrimento no momento da queda com os episódios de dor e a sensação de vulnerabilidade, durante a longa espera de atendimento médico nos serviços de emergência até a confirmação da fratura e após o procedimento cirúrgico, quando são vivenciadas múltiplas restrições durante a fase de reabilitação.

Entre pessoas idosas, as limitações provocadas pela perda de mobilidade e de capacidades devido à fratura femoral resultam em menor autonomia, sensação de fraqueza e dependência de terceiros para a realização de tarefas básicas, como ir ao banheiro e afastamento da sua rotina social, com tendência ao isolamento, causando intenso sofrimento ao paciente. Soma-se a isso o medo de cair novamente e as restrições de mobilidade que dificultam o processo de reabilitação – normalmente mais lento do que as estimativas iniciais, o que traz angústia e frustração para o paciente (Brasil, 2024).

A ocorrência de fraturas em idosos, sobretudo a fratura de quadril, é um evento traumático comum e sério, causando muitas vezes uma mudança de vida, não apenas rompendo a rotina diária, mas também a forma como as pessoas compreendem e planejam seus futuros. As fraturas de quadril têm impactos psicossociais profundos e prolongados nos idosos, tais como sensação de perda, emoções negativas prolongadas e medo do futuro. Em relação à saúde mental, esse tipo de fratura pode ocasionar transtorno mental transitório como delírio, depressão, demência, ansiedade, medo de cair e angústia psicológica. De modo geral, idosos são vulneráveis a transtornos mentais transitórios pós-operatórios devido a condições crônicas e reserva fisiológica reduzida para lidar com o estresse da cirurgia (Tveit et al., 2023).

Durante o processo de recuperação de diversos tipos de fraturas, é comum que os idosos enfrentem desafios que afetam sua saúde mental e qualidade de vida que incluem níveis mais altos de ansiedade no dia da cirurgia, dor persistente, perda de peso e falta de apetite. Contudo, se faz necessário mais estudos focados especificamente nas experiências dos idosos mais velhos (85+), em vez de agrupar todos os adultos com mais de 65 anos, pois suas experiências podem ser diversas (Tveit et al., 2023; Taylor et al., 2024).

Diante do exposto, essa pesquisa tem como objetivo analisar, por meio de revisão de literatura, os efeitos das fraturas na saúde mental e na qualidade de vida de indivíduos idosos, assim como as estratégias destinadas à sua mitigação.

METODOLOGIA

Este estudo foi conduzido por meio de uma revisão de literatura, realizada a partir da leitura de artigos científicos publicados nos últimos cinco anos, garantindo a atualização dos dados e relevância das informações. Foram utilizadas bases de dados científicos reconhecidas, como PubMed, Scielo e Lilacs, para garantir a qualidade e credibilidade das publicações analisadas. Quanto aos critérios de inclusão, foram considerados apenas artigos publicados entre 2019 e 2024, disponíveis em texto completo gratuito, no idioma português, cujo foco sejam os impactos das fraturas na saúde mental e qualidade de vida de idosos. As palavras-chave utilizadas como estratégia de busca foram: "saúde mental", "qualidade de vida", "idosos", "fraturas" com auxílio de operadores booleanos (AND, OR).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado da busca nas referidas bases de dados, foram encontrados, inicialmente, 98 artigos, tendo sido excluídos os textos duplicados (19), aqueles que não tinham relação com a temática (37), que estavam em outro idioma (11) e aqueles que não consideravam os aspectos da saúde mental dos idosos que sofreram algum tipo de fratura (24), restando 7 artigos que foram explorados nessa pesquisa.

Para facilitar a visualização geral dos estudos selecionados na revisão e permitir uma compreensão mais clara das características metodológicas e temáticas de cada publicação, apresenta-se a seguir um quadro síntese com os 7 artigos que compuseram a análise dos resultados e da discussão. O Quadro 1 reúne informações essenciais sobre título, autores, ano de publicação e periódico, oferecendo um panorama organizado das evidências utilizadas no estudo.

Quadro 1 – Caracterização dos artigos incluídos na revisão (2019–2024)

Título do Artigo	Autores	Ano	Revista / Fonte
Problemas e limitações físicas e psicossociais em idosos vítimas de quedas	De Oliveira, M. C. et al.	2019	Multidebates
As consequências físicas e psicológicas causadas nos idosos após uma queda	Alves, K. C. S. et al.	2019	Anais do 8º Congresso Brasileiro de Ciências

			Sociais e Humanas em Saúde
Fatores relacionados a quedas em idosos	De Freitas Lopes, D. et al.	2019	Revista de Iniciação Científica e Extensão
Quedas em ambiente domiciliar: qualidade de vida dos idosos após as mesmas	De Melo Ferreira, L. et al.	2022	Research, Society and Development
Impacto de medidas farmacológicas no pré, peri e pós-operatório para controle álgico em pacientes idosos submetidos à cirurgias no quadril	Miranda, A. C. R. O. et al.	2024	Brazilian Journal of Health Review
Exercício físico regular como ferramenta de prevenção de psicopatologias em idosos	Fontes, G. N. et al.	2024	Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences
Progress of systematic psychological interventions in elderly patients with femoral fractures: a comprehensive review	Li, J.; Hu, J.; Zhang, Q.	2024	World Journal of Psychiatry

Fonte: Organizado pelas autoras (2025)

As quedas em indivíduos idosos afetam não apenas sua qualidade de vida e autonomia, mas a rotina de seus cuidadores, especialmente os familiares, que frequentemente se veem obrigados a modificar seus hábitos para atender às novas exigências de cuidado. Tal situação pode provocar insegurança e um sentimento de vulnerabilidade, comuns a qualquer pessoa que dependa de terceiros, mas que se acentuam em idosos. Para muitos, a dependência é percebida como a perda total da autonomia, especialmente em uma sociedade onde o envelhecimento está frequentemente associado ao isolamento social e à limitação de ações (De oliveira *et al.*, 2019).

Além dos danos físicos, as quedas podem acarretar consequências emocionais e psicológicas significativas para o idoso, como medo, ansiedade, insegurança e uma maior sensação de dependência. Muitas vezes, os cuidados são prestados por pessoas que não estão adequadamente preparadas para lidar com as limitações e a vulnerabilidade do idoso, o que pode resultar em agressões físicas ou verbais. Esse ambiente hostil pode gerar sentimentos de exclusão, rejeição e isolamento social, exacerbando o impacto emocional e psicológico do evento (De Melo Ferreira *et al.*, 2022).

No entanto, as principais consequências físicas e psicológicas decorrentes de quedas em idosos incluem: fraturas, imobilização, lesões em tecidos moles, contusões, entorses, feridas e abrasões, lesões musculares e neurológicas, dor, declínio funcional e da atividade física, necessidade de atendimento médico, hospitalização, reabilitação, medo de novas quedas, abandono de atividades, sentimentos de tristeza, alterações na vida e nos

comportamentos, sensação de impotência, diminuição da atividade social, perda de autonomia e independência, reestruturação familiar e, em casos extremos, óbito. As fraturas e o temor de novas quedas destacam-se como algumas das consequências mais frequentemente mencionadas (Alves *et al.*, 2019; De Freitas Lopes *et al.*, 2019).

Com o envelhecimento da população, as cirurgias de quadril, incluindo artroplastias e correções de fraturas de fêmur, têm se tornado cada vez mais frequentes, o que torna a gestão da dor nesses pacientes uma questão relevante. Para aqueles idosos em que não foi possível a prevenção da fratura, é preciso considerar o uso de certos medicamentos que, devido à sua ação antidepressiva, demonstram um efeito terapêutico que abrange tanto o aspecto físico (dor), quanto o aspecto psíquico (ansiedade e depressão) que podem estar associadas aos períodos pré e pós-operatórios. Há, portanto, uma correlação significativa entre dor e depressão, na qual a depressão pode intensificar a percepção subjetiva da dor, enquanto a dor, seja aguda ou crônica, pode levar a uma instabilidade emocional que resulta em depressão (Miranda *et al.*, 2024).

Todavia, como fator de prevenção, a prática regular de atividade física é amplamente reconhecida por seus benefícios à saúde física e sua eficácia também se estende ao campo da saúde mental, especialmente entre a população idosa. As intervenções fundamentadas em atividade física têm sido cada vez mais valorizadas como uma estratégia preventiva contra diversas psicopatologias, incluindo depressão, ansiedade e deterioração cognitiva. Ainda, favorece a autonomia e a independência dos idosos, aprimora suas habilidades motoras e aumenta a resistência física, diminuindo o risco de quedas e fraturas, o que, consequentemente, eleva a confiança e a autoestima do indivíduo (Fontes *et al.*, 2024).

Com o acelerado desenvolvimento da sociedade contemporânea e o aumento da população idosa, a problemática do isolamento social tem se tornado cada vez mais relevante, emergindo como um fator significativo que impacta a saúde física e mental dos indivíduos. Essa questão é particularmente prevalente entre os idosos, sendo influenciada por diversos fatores, como gênero, idade, estado de saúde, estado civil, suporte social, condições de vida, condições econômicas, nível educacional e fatores socioculturais. O isolamento social pode agravar os sentimentos de solidão e vulnerabilidade dos pacientes, resultando em problemas psicológicos adicionais. Ademais, a carência de apoio social pode levar os pacientes a resistirem à prática de exercícios e aos tratamentos de reabilitação após a ocorrência de fraturas, culminando em uma falta de motivação para a auto-recuperação (Li; Hu; Zhang, 2024).

Li, Hu e Zhang (2024) buscaram aprofundar o conhecimento acerca do estado psicológico de pacientes idosos com fratura de fêmur, evidenciando resultados significativos por meio da aplicação de intervenções sistemáticas de terapia cognitivo-comportamental, terapia mindfulness, terapia familiar, arteterapia, terapia interpessoal, terapia focada na emoção e treinamento de relaxamento. De acordo com os autores, intervenções psicológicas sistemáticas podem melhorar o estado psicológico e a qualidade de vida de pacientes idosos com fratura de fêmur.

Na Tabela 1, são apresentados métodos de tratamento e respectivas definições e aplicações voltados para o tratamento de idosos que vivenciaram a ocorrência de fratura:

Tabela 1 – Intervenções psicológicas sistemáticas destinadas a melhorar o estado psicológico e a qualidade de vida de pacientes idosos com fratura de fêmur:

Método de Tratamento	Definição e Aplicação
Terapia Familiar	É um tipo de psicoterapia que enfoca toda a família ao invés de membros individuais. Ao contrário da psicoterapia individual, ela enfatiza as interações e relacionamentos entre os membros da família, em vez da estrutura psicológica interna de um indivíduo. O objetivo da terapia familiar é ajudar a família a eliminar condições anormais ou patológicas, melhorando a comunicação interna, a expressão emocional e a distribuição de papéis, alcançando assim um funcionamento familiar saudável.
Terapia Artística	É um método de psicoterapia que envolve a expressão pessoal por meio de formas de arte, como pintura, música, dança e drama, permitindo que os indivíduos associem livremente durante a criação e a experiência, alcançando assim vivências profundas e inescrutáveis. Essa abordagem não verbal ajuda os pacientes a abrirem canais internos, reduzir defesas psicológicas, liberar emoções e promover autoconhecimento e crescimento. Esse método é adequado para pacientes com comprometimentos cognitivos, ansiedade, depressão, autismo ou esquizofrenia.
Terapia Interpessoal (TIP)	Um método de psicoterapia que foca em problemas de relacionamento interpessoal. Ajuda os pacientes a desenvolver novos padrões relacionais e a promover o funcionamento social. A TIP tem demonstrado eficácia para vários transtornos psicológicos, como a depressão, e é amplamente aplicada globalmente. Este método é utilizado principalmente para indivíduos com depressão leve a moderada, bem como para aqueles com ansiedade, transtornos de personalidade e pacientes em recuperação da esquizofrenia.
Terapia Focada na Emoção (EFT)	Uma metodologia de psicoterapia que enfatiza a melhoria do foco emocional durante o tratamento. Ajuda os indivíduos a se tornarem conscientes, aceitarem e entenderem suas experiências emocionais. Baseada na ideia de que as emoções são fundamentais para a auto-construção e essenciais para a auto-organização, a EFT visa melhorar a conscientização emocional, a regulação e a transformação para alcançar resultados eficazes no tratamento. Este método é principalmente aplicável a pacientes que estão enfrentando questões emocionais como ansiedade, depressão e controle da raiva.
Treino de Relaxamento	Uma técnica de psicoterapia eficaz que treina indivíduos a controlar conscientemente atividades psicológicas e fisiológicas para reduzir os níveis de

excitação e melhorar funções desordenadas. Esta terapia inclui métodos como relaxamento respiratório, relaxamento muscular e relaxamento com imagens, visando ajudar os indivíduos a alcançar um estado de relaxamento físico e mental. Este método é utilizado principalmente para pacientes com transtornos de ansiedade, indivíduos com autismo e pacientes idosos sob estresse psicológico significativo.

Fonte: Adaptado de Li, Hu e Zhang (2024)

Corroborando, com estudo acima, Li, Wang e Shen (2022) enfatizam que, como os pacientes com fraturas importantes (como a fratura de fêmur) precisam ficar na cama por muito tempo após a operação, o distúrbio de mobilidade e a dor pós-operatória agravam ainda mais a ansiedade, a insegurança, a depressão e outras psicologias negativas do paciente. Quando o paciente está em mau estado psicológico por muito tempo, o estresse excessivo levará a uma série de reações neuroendócrinas no corpo e os níveis de transmissores de catecolaminas e hormônios adrenocorticiais no sangue aumentarão, o que aumentará o consumo de oxigênio do corpo e agravará a carga cardíaca, o que não é propício para a recuperação de pacientes com fratura do colo do fêmur. Portanto, é de grande importância realizar uma intervenção psicológica eficaz para pacientes idosos com fratura do colo do fêmur após a operação, principalmente com o uso da Terapia de Suporte Psicológico (TSP) de forma a auxiliar pacientes psicologicamente insalubres a manter a capacidade normal de estresse e eliminar reações emocionais adversas.

Como síntese geral, Fontes *et al.* (2024) mencionaram a eficácia do exercício físico regular como estratégia preventiva contra diversas psicopatologias como depressão, ansiedade e declínio cognitivo em idosos, e seu impacto na melhoria da saúde mental e física, além de apoiar o desenvolvimento de políticas de saúde pública. De Mello Ferreira *et al.* (2022) analisaram as consequências das quedas na qualidade de vida de idosos no ambiente doméstico, buscando compreender os impactos físicos e psicológicos desses eventos. De Oliveira *et al.* (2019) identificaram os problemas e limitações físicas e psicossociais enfrentados por idosos que foram vítimas de quedas, detalhando as mudanças e desafios comuns pós-queda.

Os três textos abordam a saúde do idoso, com dois deles focando nas consequências das quedas e o terceiro na prevenção de psicopatologias através do exercício físico, o que indiretamente também se relaciona à prevenção de quedas.

Portanto, evidenciou-se que o exercício físico regular é amplamente reconhecido por melhorar tanto a saúde mental quanto física dos idosos e demonstra eficácia na melhoria das

funções cognitivas e na redução de sintomas depressivos e de ansiedade. Além disso, a atividade física influencia positivamente a qualidade de vida ao promover a autonomia e reduzir a incidência de quedas e fraturas, sendo que a regularidade e a intensidade moderada dos exercícios são cruciais para otimizar os benefícios cognitivos e emocionais. Ainda, contribui para a saúde cerebral e a prevenção de doenças neurodegenerativas através da modulação de fatores inflamatórios e oxidativos.

Contudo, acerca das consequências das quedas, os artigos sobre quedas convergem ao afirmar que as quedas são eventos multifatoriais e podem ter sérias consequências físicas e psicológicas. Consequências físicas incluem lesões (como as fraturas, mencionadas indiretamente como um benefício da redução de quedas pelo exercício), hospitalizações, distúrbios de mobilidade, declínio funcional, dores pelo corpo e aumento das limitações. Consequências psicossociais e na saúde mental abrangem o medo de cair novamente, restrição de atividades, reclusão do idoso na sociedade/isolamento social, diminuição das atividades diárias, necessidade de ajuda para realizar tarefas, medo de sair sozinho e até institucionalização e morte em casos mais graves.

De modo geral, os textos apontam importantes estratégias de prevenção/mitigação e reforçam a necessidade de políticas de saúde pública que incentivem a prática regular de exercícios entre os idosos como medida preventiva contra psicopatologias e para melhorar a saúde física, o que pode diminuir os encargos no sistema de saúde.

Os artigos sobre quedas destacam que o conhecimento dos fatores de risco é fundamental para planejar medidas preventivas, além de ser considerada necessária a criação de programas de prevenção a quedas para idosos. Pode-se dizer que integrar o exercício físico como uma estratégia de saúde pública para idosos é vital para melhorar a saúde mental e física e diminuir os encargos no sistema de saúde relacionados a transtornos físicos e mentais, sobretudo aqueles resultantes de fraturas.

Já as fraturas são uma das lesões mais graves resultantes de quedas. Embora os artigos selecionados para esta pesquisa não detalhem os efeitos específicos das fraturas na saúde mental ou na qualidade de vida de forma isolada, eles descrevem as consequências gerais das quedas, que incluem fraturas. As principais conclusões foram de que as quedas, e as lesões delas resultantes como as fraturas, impactam significativamente a saúde mental e a qualidade de vida, levando ao medo de cair novamente, restrição de atividades e limitações aumentadas, declínio funcional e perda de autonomia, reclusão e isolamento social.

O medo de cair novamente é um fator psicológico comum e significativo em pacientes idosos pós fratura, em especial fratura de quadril. Em um estudo transversal, 36% dos pacientes idosos pós-fratura de quadril tinha "um pouco" de medo de cair, e 27% tinham "bastante" ou "muito" medo de cair, totalizando 63% com algum grau de medo de cair novamente. As taxas de prevalência de medo de cair foram de 62% nas primeiras 4 semanas após a fratura de quadril, 68% nas segundas 4 semanas e 59% no período de ≥8 semanas após a fratura. O medo de cair é maior nas segundas 4 semanas após a fratura de quadril durante a reabilitação e, ainda, o medo de cair está significativamente correlacionado com a ansiedade e a autoeficácia relacionada a quedas (Milton-Cole *et al.*, 2024).

A restrição de atividades e limitações aumentadas é uma consequência direta da fratura em idosos, pois a dor e as sequelas físicas de uma lesão frequentemente levam à diminuição das atividades diárias e à necessidade de ajuda para realizar tarefas. Assim, a reabilitação do paciente idoso desempenha um papel crucial na recuperação pós fratura, sobretudo a fratura de quadril, com impacto nos sintomas psicológicos, tais como os sintomas depressivos. Como forma eficaz de intervenção tem-se a reabilitação com exercícios presenciais (variando de três a 56 sessões) realizadas em casa, cujos resultados são positivos em comparação com o tratamento usual. Verificou-se uma menor probabilidade de depressão quando a intervenção inclui adicionalmente prevenção de quedas, consulta nutricional e manejo da depressão (Burge *et al.*, 2007; Sheehan *et al.*, 2021; Milton-Cole *et al.*, 2024).

A saúde mental constitui um elemento fundamental para o envelhecimento saudável, mas a alta incidência de depressão, ansiedade e isolamento social entre a população idosa pode impactar negativamente a saúde geral. Estratégias como suporte social, estimulação cognitiva, participação em atividades comunitárias e intervenções psicossociais, como programas de educação emocional e terapias cognitivas, são bastante eficazes na prevenção dessas problemáticas e na promoção do bem-estar mental, de forma a reduzir fatores de risco como a solidão.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como finalidade analisar os impactos das fraturas na saúde mental e na qualidade de vida de indivíduos idosos, além de discutir estratégias voltadas para sua mitigação. Inserida em um contexto de envelhecimento populacional acelerado, a temática se revela urgente e pertinente, uma vez que a maior longevidade é acompanhada de desafios

crescentes para o sistema de saúde e para a sociedade como um todo. As fraturas, especialmente aquelas resultantes de quedas, configuram-se como eventos traumáticos que acarretam repercussões físicas, emocionais e sociais profundas entre os idosos.

O embasamento teórico evidenciou que as quedas não representam apenas um risco físico, mas também atuam como um fator desencadeador de processos de declínio funcional, dependência, medo, isolamento social, depressão e perda da autonomia. As fraturas, em especial as de quadril e fêmur, exercem um impacto particularmente significativo nesse contexto, pois exigem longos períodos de hospitalização e reabilitação, alterando drasticamente a rotina do idoso e afetando de maneira substancial sua saúde mental. A literatura ressalta que o medo de novas quedas, a dor persistente, as limitações físicas e a sensação de vulnerabilidade são aspectos recorrentes após tais eventos, evidenciando a complexidade dos desdobramentos psicossociais associados às fraturas.

A discussão dos resultados demonstrou que estratégias como o suporte social, a prática regular de atividade física e intervenções psicossociais (como a terapia cognitivo-comportamental e a arteterapia) têm se mostrado eficazes na prevenção e no enfrentamento das consequências psicofísicas das quedas e fraturas. O exercício físico, em particular, foi amplamente reconhecido por seus benefícios não apenas na promoção da saúde física, mas também na melhoria da autoestima, da saúde mental e da autonomia funcional, fatores que atuam diretamente na redução dos riscos de quedas e, consequentemente, de fraturas.

Ademais, a pesquisa destacou a necessidade de considerar as especificidades do envelhecimento avançado, especialmente em indivíduos com 85 anos ou mais, cujas experiências tendem a ser mais complexas e demandam maior atenção em termos de políticas públicas e estratégias de cuidado. As intervenções devem ser personalizadas, interdisciplinares e fundamentadas em uma compreensão ampliada do envelhecimento, que transcenda a dimensão biomédica e leve em conta os aspectos sociais, emocionais e psicológicos envolvidos.

Conclui-se, portanto, que os impactos das fraturas na saúde mental e na qualidade de vida dos idosos são amplos, interdependentes e frequentemente subestimados. Esses eventos devem ser compreendidos não como ocorrências isoladas, mas como componentes de um processo multifatorial que requer uma atenção integral e contínua.

Nesse contexto, torna-se imprescindível a implementação de políticas públicas que visem à prevenção de quedas, à promoção do envelhecimento saudável e à ampliação do

acesso a serviços de saúde mental e reabilitação para a população idosa. Dessa forma, será possível não apenas mitigar os efeitos adversos das fraturas, mas também promover uma velhice mais digna, autônoma e participativa.

Considerando a complexidade em idosos, assim como as lacunas ainda existentes na literatura científica sobre o tema, especialmente em relação aos idosos mais longevos (85 anos ou mais), recomenda-se a realização de estudos futuros que explorem essa temática sob diferentes perspectivas. Pesquisas qualitativas que enfoquem as vivências subjetivas desses indivíduos podem contribuir para uma compreensão mais sensível e contextualizada de suas necessidades emocionais, sociais e funcionais após a ocorrência de fraturas.

Ademais, estudos longitudinais que avaliem os efeitos de intervenções integradas — como programas de reabilitação física associados a suporte psicológico e social — podem fornecer subsídios importantes para o aprimoramento das práticas assistenciais e das políticas públicas. Também é relevante investigar a eficácia de abordagens terapêuticas inovadoras, como a terapia ocupacional, arteterapia, terapia assistida por tecnologias digitais e práticas integrativas, no processo de recuperação física e mental dos idosos afetados por fraturas.

Portanto, a ampliação do corpo de conhecimento científico sobre essa temática é essencial para fundamentar estratégias mais eficazes de cuidado, prevenção e promoção da saúde, contribuindo para o enfrentamento dos desafios impostos pelo envelhecimento populacional e pela crescente incidência de quedas e fraturas na velhice.

REFERÊNCIAS

- ALVES, K. C. S. *et al.* As consequências físicas e psicológicas causadas nos idosos após uma queda. In: Anais do 8º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde - Vol. 1, 2019.
- BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 out. 2003.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Síntese de evidência qualitativa: percepções sobre o tratamento da fratura de colo de fêmur em pessoas idosas. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/pdf/2024/SEQNISAMFRATURAOSSEA_26112024.pdf. Acesso em: 15 mar. 2025.
- BURGE, R. *et al.* Incidence and economic burden of osteoporosis-related fractures in the United States, 2005–2025. Journal of bone and mineral research, v. 22, n. 3, p. 465-475, 2007.

DE FREITAS LOPES, D. *et al.* Fatores relacionados a quedas em idosos. Revista de Iniciação Científica e Extensão, v. 2, n. 3, p. 131-138, 2019.

DE MELO FERREIRA, L. *et al.* Quedas em ambiente domiciliar: qualidade de vida dos idosos após as mesmas. Research, Society and Development, v. 11, n. 3, p. e39111326622-e39111326622, 2022.

DE OLIVEIRA, M. C. *et al.* Problemas e limitações físicas e psicossociais em idosos vítimas de quedas. Multidebates, v. 3, n. 1, p. 251-272, 2019.

DOS REIS MIRANDA, V. C *et al.* Perfil emocional de idosas institucionalizadas que sofreram quedas. Revista Ciência e Saúde On-line, v. 5, n. 3, 2020.

FERNANDES, M. R.; CARVALHO, A. L. M.; FREITAS, E. V. Risk factors for falls and fragility fractures in older adults: an updated review. Geriatrics, Gerontology and Aging, v. 17, n. 4, 2023.

FONTES, G. N. *et al.* Exercício físico regular como ferramenta de prevenção de Psicopatologias em Idosos. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 6, n. 9, p. 1562-1574, 2024.

LI, J.; HU, J.; ZHANG, Q. Progress of systematic psychological interventions in elderly patients with femoral fractures: A comprehensive review. World Journal of Psychiatry, v. 14, n. 11, p. 1623, 2024.

LI, Q.; WANG, Y.; SHEN, X. Effect of psychological support therapy on psychological state, pain, and quality of life of elderly patients with femoral neck fracture. Frontiers in Surgery, v. 9, p. 865238, 2022.

MILTON-COLE, R.; KAZEEM, K.; GIBSON, A.; GUERRA, S.; SHEEHAN, K. J. Eficácia das intervenções de reabilitação de exercícios nos sintomas depressivos em idosos pós-fratura de quadril: uma revisão sistemática e meta-análise. Osteoporosis International, v. 35, n. 2, p. 227–242, fev. 2024.

MIRANDA, A. C. R. O. *et al.* Impacto de medidas farmacológicas no pré, peri e pós operatório para controle álgico em pacientes idosos submetidos à cirurgias no quadril. Brazilian Journal of Health Review, v. 7, n. 2, p. e68750-e68750, 2024.

NUNES, F. A.; VITTORIO, V.; MARTINS, W. Fatores de risco para fratura em idosos: Uma análise durante o período pandêmico. E-Acadêmica, v. 5, n. 3, p. e1053565-e1053565, 2024.

NUNES, R. D. Q. *et al.* Cirurgia de emergência para traumatismo cranioencefálico em pacientes geriátricos. Revista CPAQV-Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida, v. 16, n. 1, p. 10-10, 2024.

SHEEHAN, K. J. *et al.* Eficácia das intervenções de reabilitação baseadas na comunidade incorporando mobilidade ao ar livre na capacidade ambulatorial e autoeficácia relacionada a quedas após fratura de quadril: uma revisão sistemática e meta-análise. Archives of

Osteoporosis, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 99, 19 jun. 2021.

SILVA, R. B.; MANDELLI, J. P.; DA SILVA, L. A. Envelhecimento populacional, violência e a proteção social da pessoa idosa. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, v. 35, n. 1, 2024.

TAVARES, M. S. et al. Um Olhar Profundo sobre uma Realidade Silenciosa: Quedas de Idosos. *Cadernos Cajuína*, v. 9, n. 3, p. e249323-e249323, 2024.

TAYLOR, N. F. et al. Hip fracture has profound psychosocial impacts: a systematic review of qualitative studies. *Age and Ageing*, v. 53, n. 9, p. afae194, 2024.

TRINCADO, R. M. et al. Epidemiology of proximal femur fracture in older adults in a philanthropical hospital in São Paulo. *Acta Ortopédica Brasileira*, v. 30, n. 6, p. e255963, 2022.

TVEIT, J. et al. Interpretação automatizada de eletroencefalogramas clínicos usando inteligência artificial. *JAMA neurology*, v. 80, n. 8, p. 805-812, 2023.

VIEIRA, L. S. et al. Falls among older adults in Brazil: prevalence, associated factors and consequences. *PLOS ONE*, v. 14, n. 3, 2019.

Recebido em 17 junho de 2025.

Aprovado em 28 de outubro de 2025.



DEMANDAS DE SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

DOI: 10.48075/ri.v27i2.36167

Francielle Brum dos Santos de Siqueira¹
Camila Nunes Barreto²
Cintia Beatriz Goi³
Milena Laufer⁴
Aline Cammarano Ribeiro⁵
Eliane Tatsch Neves⁶

RESUMO: Objetivo: compreender as demandas de saúde mental dos adolescentes sob a perspectiva deles e dos profissionais da atenção primária à saúde. Método: pesquisa qualitativa desenvolvida com 12 adolescentes e 24 profissionais de saúde no Sul do Brasil. Resultados: a atenção primária à saúde é o serviço adequado para fortalecer os vínculos com adolescentes em sofrimento mental e promover mudanças na direção de suas vidas. Estratégias como acolhimento das queixas emocionais, escuta qualificada, empatia e promoção da autonomia dos adolescentes, alinhadas à rede especializada de cuidados em saúde mental, possibilitam atuar em uma pluralidade de situações que previnem o sofrimento psíquico. Conclusão: percebeu-se a necessidade de implementar políticas públicas voltadas exclusivamente para os adolescentes e que sejam planejadas para atender a todas as suas especificidades. Além disso, essas políticas devem servir de apoio aos profissionais para que, juntamente com a sociedade, possam modificar as realidades vivenciadas pelos adolescentes brasileiros, minimizando barreiras de acesso, equalizando direitos, reduzindo os indicadores epidemiológicos e construindo um futuro mais promissor para essa população.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde; Saúde Mental; Adolescente; Grupos Vulneráveis.

MENTAL HEALTH CARE FOR ADOLESCENTS IN PRIMARY HEALTH CARE

¹ Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-graduação em Enfermagem. Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: francisbrum@gmail.com

² Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-graduação em Enfermagem. Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: Camilabarreto_6@msn.com

³ Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-graduação em Enfermagem. Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: Cintia.goi@iffarroupilha.edu.br

⁴ Universidade Luterana do Brasil, Campus Cachoeira do Sul. Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: milena.laufer@rede.ulbra.br

⁵ Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-graduação em Enfermagem. Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: eliane.neves@uol.com.br

⁶ Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-graduação em Enfermagem. Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: alinecammarano@gmail.com

ABSTRACT: Objective: to understand the mental health demands of adolescents from their perspective and from the perspective of professionals in primary health care. Method: Qualitative research developed with 12 adolescents and 24 health professionals in the Southern Brazil. Results: Primary health care is the appropriate service to strengthen bonds with adolescents in mental distress and generate changes in the direction of their lives. Strategies such as welcoming emotional complaints, qualified listening, empathy and promoting the autonomy of adolescents, aligned with the special mental health care network, manage to work on a plurality of situations that prevent mental suffering. Conclusion: the need to implement public policies aimed exclusively at adolescents and that are designed to meet all of their specificities was perceived. Furthermore, they should serve as support for professionals so that, together with society, they can modify the realities experienced by Brazilian adolescents, minimizing access barriers, equalizing rights, reducing epidemiological data and building a prosperous future for adolescents.

Keywords: Primary Health Care; Mental health; Adolescent; vulnerable groups.

INTRODUÇÃO

A adolescência é um período do desenvolvimento humano que compreende indivíduos com idade entre 10 e 19 anos, marcada por transformações biopsicossociais, trazendo maturação psicológica, características físicas e sexuais mais acentuadas (Brasil, 2024). Além disso, há estruturação da identidade com traços peculiares da personalidade, além de mudanças no âmbito social e econômico (Genz *et al.*, 2017).

A adolescência pode estar associada a distintas vulnerabilidades, como: o início precoce da vida sexual e as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs); condições de violências dos mais diversos tipos; experiências de sofrimento psíquico como depressão; transtornos alimentares e, uso abusivo de álcool e drogas, que impactam o desenvolvimento humano (Genz *et al.*, 2017; Silva *et al.*, 2019; Souza *et al.*, 2020).

Em 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estimou que, no mundo, mais de 1,5 milhões de jovens e adolescentes, na faixa etária de 10 a 24 anos, morreram por agressão, suicídio, problemas relacionados à saúde mental, uso de álcool, desfechos negativos na saúde materna e contraceptiva e doenças infeciosas (IBGE, 2022; Malta *et al.*, 2021). Conflitos nas relações familiares, de amizade e de trabalho estão fragmentadas, criando uma cultura baseada na imagem, no imediatismo e na pouca profundidade, contribuindo para o desenvolvimento de transtornos psíquicos, que, em geral, iniciam em torno dos 14 anos. Dentre estes, cita-se depressão, esquizofrenia, transtorno bipolar e uso abusivo de drogas, incapacitando a qualidade de vida dos adolescentes (Luz *et al.*, 2018).

Nesse sentido, a integralidade é um princípio do SUS, a qual se fundamenta na abordagem integral do indivíduo, considerando-o em sua totalidade e reconhecendo a complexidade de suas necessidades. Dessa forma, torna-se essencial a articulação de ações voltadas à promoção da saúde, prevenção de agravos, tratamento adequado e processos de reabilitação, assegurando um cuidado contínuo e abrangente (Brasil, 1990).

No âmbito da saúde mental, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), preconizada pelo SUS, articula-se com diversos pontos de atenção, sendo um deles a Atenção Primária à Saúde (Brasil, 2011). Pensando na organização do cuidado, a APS é o local primordial para que os profissionais possam produzir ações compartilhadas e mobilizar recursos institucionais e comunitários para o enfrentamento dos problemas de saúde mental dos adolescentes, levando em consideração contextos específicos atrelados a espaços de trocas intersubjetivas (Silva *et al.*, 2019).

O cuidado em saúde ao adolescente requer o fortalecimento de ações de promoção da saúde, reorientando os serviços para que possam contemplar as reais necessidades desse público, trazendo-o como sujeito crítico e autônomo no que se refere à construção da sua cidadania e consolidação dos seus valores. Embora o adolescente estivesse sendo contemplado por programas pontuais, tinha-se a percepção da ausência de uma política nacional específica e abrangente para a atenção integral à sua saúde. Essa lacuna foi preenchida com a recente aprovação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens (PNAISAJ) (Resolução CNS nº 756/2024), que estabelece um marco para garantir a equidade e a integralidade do cuidado para a faixa de 10 a 24 anos (Brasil, 2024). Neste cenário de transição política e estigma em saúde mental, o enfermeiro atua na linha de frente, planejando e executando ações de prevenção e promoção (Silva *et al.*, 2020; Barros *et al.*, 2021).

Nesse sentido, é necessário que os profissionais da APS compreendam o processo de adolescer, estimulando o protagonismo do adolescente no seu desenvolvimento. Tal entendimento é crucial para que, como principal porta de entrada no serviço de saúde, a APS esteja apta a ser resolutiva quanto à integralidade do cuidado, o qual inclui inseparavelmente os aspectos da saúde mental (Sousa; Costa; Jorge, 2020; Barros *et al.*, 2021).

Apesar de os adolescentes procurarem o serviço de saúde para questões pontuais, sabe-se que são capazes de buscar soluções para enfrentar as adversidades que os afetam,

aguçando percepções e empoderamento. Tal fato justifica a relevância desta pesquisa, uma vez que busca entender as necessidades em saúde do adolescente, pelo ponto de vista dos profissionais e do próprio adolescente, valorizando sua identidade como parte principal do processo de cuidado (Masson *et al.*, 2020).

Nessa perspectiva, questionou-se: como a atenção primária à saúde pode contribuir para atender as demandas em saúde mental de adolescentes na perspectiva destes e dos profissionais de saúde envolvidos? Para responder a essa questão, objetivou-se conhecer as demandas de saúde mental de adolescentes na perspectiva destes e de profissionais na atenção primária à saúde.

MÉTODO

Pesquisa qualitativa com abordagem participatória, que compreende o envolvimento de forma ativa do público-alvo, de maneira crítica e singular, valorizando seus saberes e experiências. Ainda, procura escutar os grupos vulneráveis, tais como os adolescentes, possibilitando serem coautores do conhecimento, trazendo dados potenciais para subsidiar práticas de saúde, especialmente na área de saúde mental (Taparo *et al.*, 2023; Al-Moteri *et al.*, 2025).

Os participantes do estudo foram adolescentes entre 10 e 19 anos, matriculados em escolas públicas e profissionais de saúde atuantes junto aos adolescentes na APS, com, no mínimo, 1 ano de experiência profissional no local de estudo. Foram excluídos adolescentes afastados das atividades escolares por atestados e profissionais de saúde afastados por atestados, férias ou licença maternidade/paternidade.

Participaram do estudo 12 adolescentes pertencentes a duas escolas estaduais do território da APS, sendo 11 meninas e 1 menino, e 24 profissionais da saúde da rede pública de atenção primária de uma Região de Saúde constituída por doze municípios do Sul do Brasil, pertencentes a 27ª Região de Saúde, denominada Vale do Jacuí, que corresponde a 8ª Coordenadoria Regional de Saúde (CRS). A região de saúde da pesquisa está localizada no interior do Rio Grande do Sul. Trata-se de municípios de pequeno porte cuja maior parte da população reside na área urbana. Nesses municípios, quanto há área rural, é de grande extensão territorial. A escola selecionada para o estudo é urbana, e os alunos residem nessa área.

O grupo de profissionais de saúde que participaram inclui: 1 dentista, 1 técnico de enfermagem, 2 agentes comunitários de saúde, 3 médicos, 4 psicólogos e 13 enfermeiros. Salienta-se que os técnicos de enfermagem e os agentes comunitários de saúde no Brasil são profissionais que compõem as equipes multiprofissionais para a atenção básica no SUS (Brasil, 2007; Brasil, 2017). Os profissionais de saúde foram convidados pela pesquisadora principal via coordenadorias municipais de atenção primária, que indicavam duas categorias profissionais para participar da pesquisa visando a diversificar os dados. Quanto aos adolescentes, o contato iniciou por meio da Coordenadoria de Educação, que indicou duas escolas estaduais pertencentes ao território da APS para a participação. As escolas foram contatadas pela pesquisadora, que apresentou a pesquisa, disponibilizou os termos aos pais e adolescentes e, posteriormente, agendou entrevista individual com cada adolescente na escola.

A coleta de dados ocorreu no período de junho de 2021 a junho de 2022, e os dados foram coletados com os profissionais por meio de entrevistas semiestruturadas, presenciais ou de maneira online, por meio do Google Meet®, haja vista a situação epidemiológica da Covid-19 na época da coleta. Toda as entrevistas com os adolescentes foram realizadas de forma presencial. As entrevistas seguiram um roteiro específico para cada grupo de participantes. Os instrumentos produzidos para a realização das entrevistas buscavam, por meio de questionamentos, aprofundar o tema e atingir os objetivos do estudo. No caso dos profissionais, as questões almejam obter estas informações: como era realizado o acolhimento na APS; os limites e potencialidades no cuidado ao adolescente; as práticas já desenvolvidas; as lacunas, estratégias utilizadas e os desafios no contexto da APS. Já, com os adolescentes, as entrevistas direcionaram-se para isto: a compreensão de seu entendimento acerca da saúde; as formas de cuidado e de acesso aos serviços de saúde; as suas necessidades de saúde, anseios e inseguranças; as potencialidades e as lacunas na aproximação com os adolescentes na perspectiva destes.

Para preservar o anonimato dos profissionais entrevistados, foram adotadas as seguintes codificações: Agente Comunitário de Saúde (ACS), Dentista (DENT), Técnico de Enfermagem (TEC.ENF), Médico (MED), Psicólogo (PSICO) e Enfermeiro (ENF). Para representar os adolescentes, foi utilizada a letra A, seguida de um número, pois eles foram numerados de acordo com a ordem de realização das entrevistas.

A análise de dados das entrevistas ocorreu por meio da análise temática indutiva, buscando identificar, analisar e relatar temas provenientes dos dados coletados (Braun; Clarke, 2006). As entrevistas transcritas foram cuidadosamente relidas, analisadas e inicialmente codificadas com características em comum; a partir das narrativas transcritas, foram gerados os códigos, os quais identificaram as características dos dados e a origem dos temas iniciais.

Os temas recorrentes e polissêmicos foram codificados e organizados em um quadro analítico sinóptico no Programa Word for Windows®. Os extratos de falas geradores dos temas foram destacados por meio de uma codificação cromática e submetidos a sucessivas revisões até a definição final das categorias temáticas.

Por fim, houve a definição de três categorias temáticas a saber: “Fragilidades no acolhimento e na qualificação dos profissionais para atender as demandas de sofrimento mental dos adolescentes”, “Conflitos familiares: impacto na saúde mental dos adolescentes” e “Condições que afetam a saúde mental dos adolescentes: vulnerabilidade, ansiedade e depressão”.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de ética em Pesquisa da Universidade sob número do parecer 4.827.966/2021. Utilizou-se termo de consentimento livre e esclarecido para os responsáveis e o termo de assentimento para os adolescentes.

RESULTADOS

Foram entrevistados 12 adolescentes e 24 profissionais de saúde. Os adolescentes participantes tinham entre 13 e 18 anos de idade, sendo seis matriculados no ensino fundamental e seis no ensino médio. Do total, 11 se identificaram com o gênero feminino e um com o gênero masculino. Em relação à orientação sexual, três declararam-se bissexuais e nove heterossexuais. Entre as condições de saúde previamente relatadas estavam: depressão, ansiedade, síndrome do pânico, distúrbio alimentar, rinite alérgica, arritmia cardíaca, sinusite e asma.

Os profissionais de saúde participantes da pesquisa apresentavam entre 1 e 31 anos de experiência na APS, com atuação em diferentes frentes, como Equipe de Atenção Primária (EAP), Estratégia Saúde da Família (ESF) e Núcleo de Apoio à Atenção Básica (NAAB).

A partir da análise temática indutiva, foram organizadas três categorias temáticas, que serão apresentadas a seguir.

FRAGILIDADES NO ACOLHIMENTO E NA QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DE SOFRIMENTO MENTAL DOS ADOLESCENTES

As demandas de atendimento ao adolescente na APS foram permeadas por práticas médico-centradas e por dificuldades no processo de trabalho dos profissionais de saúde a fim de atender as necessidades da adolescência na perspectiva da integralidade. Os profissionais relataram:

Sim, atendo bastante adolescente, mais dos 15 em diante, de 10 a 15 é bem menos, a partir dos 15 já iniciam as gestantes, ou para pegar anticoncepcional (...) Muitos não vêm por causa da família, não traz, não estimulam, vem muito na médica, com o enfermeiro é mais difícil, até dois anos vem, depois desse período, é o período que quase não vamos procura. (...) Temos agenda com o dia do CP, do pré-natal, puericultura, e os outros dias são livres, mas não é rotina chegar os adolescentes, e o serviço só aborda eles nas escolas (ENF 7).

(...) a gente tem muita dificuldade, não apenas eu, mas todos os meus colegas, porque tem adolescentes que é mais difícil abordar, principalmente quando eles chegam de outro local (território) (...) Vejo que sentem falta de um serviço mais qualificado, porque temos uma UBS, que fica apagando incêndio. Até os 12 anos acompanha com o pediatra, se faz o acompanhamento e dali pra frente não tem mais. (ACS 1).

(...) Muitos pensam que a parte de educação em saúde tem que vir da família. Não possuem disponibilidade para acolher e nem conhecimento para esclarecer as dúvidas deles (ACS 1).

Nesse sentido, o adolescente A10 enuncia:

É a última vez que eu fui (na unidade de saúde), foi para ver do anticoncepcional mesmo (A10).

Me falaram que eu tenho problema de visão e tudo, eu tenho dificuldade para enxergar, aí eu fui no postinho falei isso, aí ela disse que demora demais (...). Ela colocou meu nome na lista lá, gigante que ela me mostrou, aí eu não quis mais (A10).

Os resultados demonstram que o cuidado ao adolescente ainda é centrado no modelo biomédico e voltado à mulher em idade reprodutiva. As ações mais desenvolvidas foram: coleta de citopatológico, prescrição de métodos contraceptivos e consultas de pré-natal. Há precariedade no preparo do profissional para o atendimento ao adolescente quanto às demandas de sofrimento psíquico, como relatado em suas falas:

Vejo, por exemplo, que aconteceu do adolescente estar com um sofrimento psicológico e teria que ser encaminhado, e tem o pré-julgamento, ou ele não quer trabalhar ou ele não quer estudar ou isso é coisa de adolescente (...) Então falta um profissional, que pode ser o enfermeiro, de fazer essa escuta de direcionar, de ligar pro CAPS e dizer o “fulano” precisa de fazer o caminho. O adolescente vai se sentir acolhido, ver que tem pessoas que querem ajudar eles (ACS 1).

Tem que dar uma reciclada nesse pessoal para eles entenderem, ver como precisa ser feito, para gente fazer a diferença, não trabalhar apenas apagando incêndio (...) as pessoas ficam indo e vindo, isso acontece muito com os adolescentes. Eles não sabem direcionar, dar o caminho, pensam é novo, aprende vai lá e procura (ACS 1).

Identifica-se um pré-julgamento e a desvalorização das demandas de saúde mental trazidas pelos adolescentes na unidade de saúde. Ainda, é destacada a importância de profissionais que façam a diferença no serviço, proporcionem meios de resolver os sofrimentos dos adolescentes e saibam direcionar o cuidado, para que estes entendam que a unidade de saúde é um local de acolhimento e ajuda.

CONFLITOS FAMILIARES: IMPACTO NA SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES

A presença de conflitos familiares impacta diretamente a saúde mental dos adolescentes, conforme relatado por eles mesmos:

Não é que eu não tenha uma boa relação com ele (o padrasto), é que ele é dos antigos. Então, tudo pra ele não pode. Como: escola é bobisse, depressão não existe, ansiedade não existe, se cortar é porque a gente não tem conta para pagar. Para ele tudo é frescura nossa. É aí qualquer coisa que eu me machuco, eu vou lá e ele me machuca mais (...) minha mãe não aceita que eu gosto de mulher e homem, né (A1).

(...) meu padrasto a gente briga e tudo (...) também tem muita coisa, problema, minha vó faleceu, sinto falta dela. O meu irmão mora longe, também sinto falta dele, daí eu choro, penso um monte de besteira (...) Quando eu tenho um problema em casa assim, vou te dar um exemplo, tipo eu estava numa fase na minha casa, na minha família que ninguém conversava comigo, falararam mal de mim, da minha família, meu padrasto falou para minha mãe mal de mim. E eu escutei aquilo e fiquei muito triste com isso né (...) envolve tudo, aí não consegue emprego, aí vem toda aquela fase difícil, e daí eu penso acho que morrer é a melhor solução, fica esses sentimentos (...) motivo do problema com meu padrasto lá é entre eu e meu

namorado, entendeu. Tipo ele se mete demais na minha vida, sendo que ele não é nada meu, só me criou (A10).

A gente discutia muito, sabe (adolescente e pai). Até agora, menos, bem menos, mas ele discute por causa dos pensamentos e criação muito diferentes, sabe? Então, em alguns momentos a gente acaba discutindo (...). Tento fugir disso, porque eu não gosto de brigar também (...). Os pais dele eram muito mais rígidos, aí é uma criação mais antiga, sabe? E aí tu vê que isso tem na cabeça dele em vários assuntos, seja por criação do filho ou coisas do tipo, da sociedade, ele pensa de uma maneira diferente. (A11).

Nos relatos dos adolescentes, é possível perceber como os conflitos familiares no ambiente doméstico afetam diretamente a integridade da saúde mental no decorrer da adolescência, gerando ansiedade, medos e desencadeando traumas que, muitas vezes, permanecem por toda a vida. A dificuldade de diálogo com os pais, bem como medo da rejeição e da punição também foram destacadas:

Tem alguns de nós que não tem tanta liberdade de falar alguns assuntos com os pais sabe e acabam aprendendo com outras coisas, com outras pessoas que acabam sendo por caminhos errados sabe. Não tem essa liberdade, às vezes até por questão de trauma (...) Às vezes até em questão das minhas amigas assim algumas chegam e falam (...) ah, minha mãe não pode sonhar porque ela é muito agressiva (A4).

Tenho medo da rejeição (da mãe) (momento de choro da adolescente). Porque ela é bastante homofóbica. Não gosto de falar sobre isso. Tenho medo de falar. Eu gosto dos dois (...) eu fico triste né por não poder falar. Tem várias famílias que são abertas assim. Eu deito, durmo, eu fico quietinha na minha, eu fico sozinha (...) Eu fico triste porque ninguém me entender assim, a minha família não posso desabafar com ninguém, nem para minha irmã porque ela conta tudo o que eu falo para minha mãe. Eu não converso com ela (A3).

Também tem a função do meu pai, ele nos abandonou, eu era bebê, não sei direito a história (...) Eu criei liberdade, eles não davam liberdade para mim, eu fiquei muito tempo limpando a casa, cuidando da casa, fazendo comida, e minha mãe não ensinou nada, ficava sentada assim enquanto eu fazia as coisas. (A10).

Eu sempre levei de uma forma tranquila (orientação sexual - bissexual). Então, esse preconceito pra mim, graças a Deus, nunca existiu. Então, pra mim foi mais fácil. Não teve aquela questão tipo de aceitação, de problemas, sabe? (...). Como eu quase não tive relação, eu não chego a conversar tanto sobre isso, mas com a minha mãe eu falo bastante tipo assim "mãe, como eu não tive tantas experiências assim, se algum momento eu namorar com uma menina ou homem, eu vou te dizer". (A11).

O medo do diálogo com os pais, seja por traumas vivenciados ou rejeição, é impactante na vida do adolescente, e esse fato é evidenciado nas falas. A falta de diálogo e de um ambiente acolhedor resulta em solidão para o adolescente. Para evitar a rejeição e até mesmo a punição, o adolescente busca outros meios de criar sua liberdade e vivenciar suas expressões.

A questão de gênero e sexualidade são pontos ressaltados nos relatos dos adolescentes, existindo ainda muita rejeição e preconceito quanto à sexualidade, às diferentes maneiras de expressão, inclusive o machismo estrutural enraizado. Percebe-se que o adolescente tem uma boa aceitação da sua orientação sexual, porém o mesmo não acontece com a família.

CONDIÇÕES QUE AFETAM A SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES: VULNERABILIDADE, ANSIEDADE E DEPRESSÃO

Sobre as vulnerabilidades às quais os adolescentes estão expostos, os profissionais destacam:

Percebo a necessidade de prevenção de álcool e drogas, começam a experimentar muito cedo, não sabem os danos que causa no organismo, na parte patológica e psicológica principalmente, embora a cidade seja pequena, é bem avançada essa questão (...). A maioria continua os estudos, até porque tem a obrigatoriedade legal, depois que atingem uma determinada idade, uma boa proporção dos 16 aos 18 anos que abandonam o estudo e partem para o mercado de trabalho. (ENF 6).

O que me marca é o uso de drogas que é muito grande, principalmente no interior da cidade, usam cocaína, crack. Pensamos que no interior não tem acesso à droga, mas é onde mais tem. (ENF 4).

(...) uma população vulnerável bem importante (...). Baixa renda já é uma né, mas assim, exposição a agressões, violência doméstica, abuso de álcool, violência sexual, todos os tipos de violência né e principalmente porque essas famílias recebem Auxílio Brasil, então são famílias por si só vulneráveis né (...). Dentro do próprio eixo familiar. Tio, pai (...). Geralmente são violências que já são crônicas né ou que aconteceram e não acontecem mais né e que agora só elas estão revelando (ENF 13).

O uso de álcool e drogas é não é raro no cotidiano dos adolescentes, e muitos destes não sabem os danos que essa prática pode ocasionar em sua saúde física e mental. O abandono dos estudos para ingressar no mercado de trabalho é outro ponto a ser observado; muitas vezes isso ocorre para que o adolescente possa auxiliar a renda familiar.

A depressão e a ansiedade foram questões muito abordadas por adolescentes e profissionais do estudo:

Tenho ansiedade, depressão, ataque de pânico e ataque de raiva (...)Então, tudo pra ele não pode. Como: escola é bobisse, depressão não existe, ansiedade não existe, se cortar é porque a gente não tem conta para pagar. Para ele (padrasto) tudo é frescura nossa (A1).

Eu tenho ansiedade. Eu estava namorando há dois meses atrás. Quando eu terminei com ela eu tive uma crise, durante uns 3, 4 dias por aí. Só sabia chorar, ficava em casa, não fui trabalhar (...)Minha mãe também tem ansiedade há anos já, ela faz uso de medicação (...). Eu ligava muito para o que os outros falavam de mim. Aí tudo me afetava (A8).

(...) bem nervosa pra falar a verdade e eu tenho ansiedade, fico ansiosa demais e às vezes penso demais e daí dá crise de ansiedade (...).eu sou pré-diagnosticada como borderline (...)Porque esse tipo de assunto (crise de raiva) eu nunca fui de falar com meu pai e aí eu não falei (...) eu sinto muita raiva e às vezes acabo me machucando pra passar a ansiedade (...). Tipo eu dou soco na parede ou de vez em quando tipo, como é que eu vou te dizer, eu bato meu pé em algum lugar assim e ajuda a parar (A12).

(...) a demanda está voltada bastante a quadros de ansiedade e síndrome do pânico e em menos quantidade os fatores relacionados a depressão, mas a porta de entrada são fatores de ansiedade e síndrome do pânico, que as vezes desencadeiam o uso de bebida alcoólica em uma faixa etária mais cedo, no uso de drogas ilícitas (PISCO 15).

Os trechos de falas expostos acima relatam a situação frequente – quase comum a todos – de crises de ansiedade desencadeadas por inúmeros fatores, seja pelo próprio ciclo da adolescência, seja pelas situações e vulnerabilidades vivenciadas. O próprio adolescente reconhece seus sofrimentos mentais:

Ele (namorado online) falava que queria morrer, que se cortava, eu tinha amigas também que se cortavam, no meu outro colégio, elas não comentavam, mas elas se cortavam e aquilo ficava na minha cabeça, que também tinham problema em casa, aí eu também comecei a me cortar (A10).

Então, muitas crises de ansiedade, quando vem encaminhado da escola tem a questão da automutilação, tem ideação suicida ou já teve até a tentativa por automedicação ou coisas do tipo. Às vezes, elas praticam a automutilação que a gente sabe que não é a ponto de conseguir o suicídio, mas a intenção delas era se cortar, se automutilar para morrer. E é muita ansiedade (PSICO 16).

A automutilação é uma consequência das desordens ocorridas, estimulada pela depressão e ansiedade. Observa-se ser um relato frequente nas falas dos adolescentes, os quais muitas vezes recorrem a essa prática pelos sofrimentos psicológicos vividos e por influência de amigos.

DISCUSSÃO

A necessidade de acompanhamento integral da saúde do adolescente pelas equipes de APS é fundamental, realizando-se ações de saúde que não sejam apenas transitórias e pontuais, mas que englobem a realidade que os cerca, bem como suas necessidades individuais. A Política de Saúde Mental juntamente com as diretrizes da Reforma

Psiquiátrica, ocorrida no Brasil em 2021, recomenda que o cuidado à pessoa em sofrimento psíquico ocorra no território, utilizando diferentes equipamentos de atenção à saúde. A APS, juntamente com os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), deve incorporar o cuidado de saúde mental com ações voltadas, principalmente, à prevenção e ao controle dos agravos em saúde mental, fortalecendo a articulação com a RAPS (Melo *et al.*, 2021; Nunes *et al.*, 2023).

As ações dos profissionais da APS são fundamentais para minimizar as fragilidades no atendimento à saúde do adolescente. Porém, muitos profissionais não se sentem preparados para atender adolescentes, além de enfrentarem dificuldades para implementar ações de educação em saúde, centrando as suas ações de cuidado, em geral, às gestantes e aos idosos. No contexto da APS, é possível identificar as demandas apresentadas pelos adolescentes que a procuram, possibilitando que as necessidades destes direcionem intervenções específicas em saúde, de caráter social e coletivo, na perspectiva da promoção, prevenção e recuperação da saúde. (Lima *et al.*, 2019; Soares *et al.*, 2022).

Salienta-se que, muitas vezes, ocorre de o adolescente ser acolhido e atendido em uma unidade básica de saúde, e muitos assuntos não serem abordados, dentre eles, aspectos de sofrimentos mentais. Isso reflete falhas na abordagem e na escuta, por isso a educação permanente junto aos profissionais torna-se essencial. Além disso, o profissional necessita refletir sobre sua prática, reconhecendo as lacunas apresentadas como barreiras para a assistência integral aos adolescentes.

A APS deve estar disposta a acolher o adolescente. Deve utilizar-se de diferentes metodologias para facilitar o acesso deste ao cuidado, levando em conta o seu contexto sociocultural.

O enfermeiro, como desenvolvedor do cuidado, é um dos profissionais mais atuantes frente às ações de prevenção e agravos à saúde no âmbito da APS. Deve difundir a promoção de saúde aos adolescentes, a fim de proporcionar um estilo de vida mais saudável e adequado às particularidades de cada um deles. Também deve considerar as situações em que o adolescente for em busca do serviço de saúde como momentos oportunos para a abordagem integral da sua saúde, prezando sempre pela confiabilidade para que se sinta seguro e com isso retorne ao serviço de saúde. (Silva *et al.*, 2020).

Nesse sentido, com um serviço de saúde fortalecido e apto a atender a pluralidade de demandas trazidas pela adolescência, será possível solucionar vulnerabilidades e conflitos familiares. No decorrer das falas dos participantes do estudo, é notável a presença das

referências à violência, nos seus diferentes tipos. Segundo Anunciação *et al.*, (2022), a violência contra o adolescente percorre a trajetória humana, configurando-se como uma relação de poder, onde se confrontam com forças, experiências, maturidade, conhecimento e sentimentos desiguais. Esta violência consiste em todo ato ou omissão cometidos pelos pais, outras pessoas e instituições, causando danos físico, sexual e/ou psicológico à vítima, privando o direito às condições ideais de crescimento e desenvolvimento.

A violência interpessoal é a mais recorrente, ocorrendo no eixo familiar, atrelado a conflitos hierárquicos e intergeracionais, consistindo em relações familiares agressivas. Nesse caso, a violência é tida como método educativo e de solução de problemas. O convívio em ambientes onde se perpetua a naturalidade da violência por parte dos pais pode ser um fator de disseminação de agressividade no comportamento dos filhos. Adolescentes vítimas de violência tendem a desenvolver um comportamento de baixa autoestima, com déficit na autonomia psicossocial, potencializando chances de suicídios e violência nas relações sociais (Anunciação *et al.*, 2022).

Salienta-se que o atrito de gerações, os costumes e os preconceitos são fatores presentes nos relatos dos adolescentes quando questionados sobre suas relações com a família. Ambientes que propiciem diálogo, a troca de saberes, livre de pré-julgamentos, são imprescindíveis para que o adolescente possa se expressar e se autoavaliar. A família é ponto-chave da relação entre adolescente e serviço de saúde, pois, sem o apoio dela como parte do cuidado, a relação se abala e repercute em um cuidado fragmentado.

Um estudo realizado com jovens em uma Escola Aberta¹ também identificou vulnerabilidades sociais do adolescente, não se restringindo apenas à pobreza, mas abrangendo o desemprego, a falta de proteção social, o acesso aos serviços públicos, a fragilidade dos vínculos afetivos e a discriminação etária e de gênero. Esses fatores sustentam cenários de violências, deixando marcas diariamente na vida de meninos e meninas (Brandoni *et al.*, 2021).

Ainda, o uso de álcool e drogas é um problema presente na vida do adolescente, por motivos como vulnerabilidades socioeconômicas, características do funcionamento familiar, estando mais presente no gênero masculino. A comunicação familiar precária, os conflitos,

¹ Para Sarid et al., (2024) a escola aberta abrange governança compartilhada, currículo aberto, comunidades internas da escola, comunidades de aprendizagem, participação estudantil, engajamento social, envolvimento dos pais e colaborações comunitárias.

pais usuários de álcool e/ou drogas, estilo parental negligente e permissivo e exposição às violências são fatores de risco para o uso de drogas e do álcool por parte do adolescente. Esses fatores associados ao uso de álcool e drogas estimulam o desenvolvimento de uma série de comportamentos no adolescente, os quais vão desde dificuldade em controlar impulsos, hiperatividade, raiva, agressividade física ou verbal até comportamentos introspectivos, envolvendo tristeza, isolamento, queixas somáticas e medo (Peuker *et al.*, 2020).

O estudo de Peuker *et al.*, (2020) pontua que o consumo de álcool é maior por ser mais aceito pela sociedade e, segundo os adolescentes, ser menos prejudicial, porém é potencialmente perigoso como porta de entrada para outras drogas. A solidão e a ansiedade aumentam a probabilidade de o adolescente recorrer ao consumo de álcool (Fernandes *et al.*, 2022). A necessidade de atuação na prevenção do uso de álcool e drogas ao adolescente é essencial, e os profissionais precisam estar preparados para direcionar ações à família e ao próprio adolescente, a fim de evitar situações de solidão, tristeza e ideação de suicídio, zelando por sua saúde mental.

Também, a vulnerabilidade associada à sexualidade, questões de gênero, orientação sexual e estigmas envolvidos se fizeram presentes nas falas dos adolescentes participantes. A imposição de padrões heteronormativos no ambiente escolar, a rigidez de valores familiares e a baixa representatividade nas mídias podem impactar negativamente a saúde emocional e psicológica dos adolescentes (Massuhartono, 2024). Em relação à família, os valores morais considerados tradicionais são observados como fatores que dificultam a aceitação da orientação sexual e da identidade de gênero dos adolescentes (Silva *et al.*, 2021). O fato de não manter um comportamento desejado pela família, o qual seria baseado em normas definidas do que é certo para cada gênero, potencializa exposições desnecessárias do adolescente, as quais violam seu direito de expressão de gênero (Aparecida Silva *et al.*, 2021).

Além disso, o preconceito e violências persistentes estimulam sentimentos negativos que repercutem na saúde mental dos adolescentes. O sofrimento psíquico é reconhecido através de sinais como isolamento, medo e tristeza, que limitam a vida social de adolescentes, dificultando a manutenção de uma rotina adequada e saudável. O medo de sofrer novas violências limita o envolvimento e inclusão em diversos contextos sociais, ocasionando abandono da escola, afastamento dos amigos e perda de vínculos afetivos (Silva *et al.*, 2021).

Diante disso, os profissionais da APS precisam fortalecer ações junto ao adolescente e sua família, com vistas à identificação precoce de fatores relacionados às dimensões individual, social e programática de vulnerabilidade. Ao oferecer-lhe a escuta, a satisfação de suas necessidades e a permissão para o desenvolvimento de competências e habilidades, ele se torna parte do processo, auxiliando a minimizar as vulnerabilidades (Gasparetto *et al.*, 2020).

Situações de conflitos são esperadas nos mais diferentes contextos e âmbitos da vida, porém, durante a adolescência, período de intensas mudanças, elas geram marcos e impactam no desenvolvimento do adolescente como um todo. Associando-se a isso, há as diversas vulnerabilidades da adolescência, sendo que o sofrimento mental, a depressão e a ansiedade ganham destaque. Na dimensão psicossocial, o adolescente passa por inúmeras situações em busca da sua identidade, fato que torna frequentes os conflitos familiares.

Todos os indivíduos estão suscetíveis a experimentar emoções desagradáveis, porém alguns podem desenvolver quadros depressivos transitórios, com sentimentos de solidão, incompreensão e atitudes de rebeldia. Isso acontece bastante com os adolescentes, pois estão mais vulneráveis à instalação de depressão e ansiedade devido à reorganização emocional (Grolli *et al.*, 2017).

O adolescente é imediatista e impulsivo, e, quando isso é atrelado à falta de maturidade emocional, eles sentem dificuldade para lidarem com estresses agudos, tais como situações de constrangimento, humilhação, rejeição, fracasso escolar e fim de relacionamentos. Tais situações associadas à presença de sintomatologia depressiva podem desencadear ideação suicida, necessitando investigação e prevenção precoce. (Amaral *et al.*, 2020).

A depressão e a ansiedade, uma vez instauradas na vida do adolescente, tornam-se causas incapacitantes para o desenvolvimento das atividades recorrentes do cotidiano, contribuindo ainda, para uma adultez conflituosa, regada de negatividade e sofrimentos. Os fatores de risco para o desenvolvimento de depressão no adolescente são inúmeros, e as características, de origem genética, biológica, psicossocial ou cultural, contribuem para tornar alguns indivíduos mais vulneráveis ao surgimento de dificuldades emocionais e comportamentais (Santos-Vitti; Faro; Baptista; 2020).

Os profissionais de saúde mental devem avaliar a presença de sintomas psicopatológicos e aspectos comórbidos. Assim, podem, juntamente com a família e a

escola, através de projetos de intervenção, fazer ações de prevenção, contra esses problemas mentais dos adolescentes (Grolli *et al.*, 2017).

Além disso é importante que o círculo social dos adolescentes, que inclui a unidade básica de saúde do seu território, valide seus sentimentos, acolha as diferenças, o afeto, a raiva, o medo e o desejo, contribuindo, assim, para a redução da manifestação de depressão e ansiedade, embora se reconheça a não existência de causa única para esses transtornos.

Ainda no contexto da saúde mental, cabe ressaltar um estudo realizado com adolescentes atendidos por um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi), o qual apontou a presença de sensações de desespero, confusão mental, angústia, sentimento de inferioridade, baixa autoestima, medo e descontrole apresentados por esses usuários (Rossi *et al.*, 2019). Esses sentimentos e vivências negativas podem desencadear processos de crise frente a novas realidades e aumentar a fragilidade diante de crises em saúde mental. Tais achados do estudo de Rossi *et al.* (2019) corroboram os dados desta pesquisa e reforçam a necessidade de implantação de políticas públicas efetivas e ações na APS que considerem a diversidade do ser adolescente e, consequentemente, promovam a sua saúde mental.

CONCLUSÃO

As principais demandas de saúde mental dos adolescentes na APS estão relacionadas a quadros de depressão e crises de ansiedade, frequentemente associados a múltiplos fatores psicossociais. Nessa perspectiva, observa-se que os próprios adolescentes apontam a saúde mental como uma de suas maiores preocupações, o que vai ao encontro da percepção dos profissionais de saúde quanto às necessidades mais recorrentes desse público no contexto dos atendimentos na APS.

A APS deve estar disposta a atender o adolescente e entender que todo momento é oportuno para fornecer assistência de qualidade. Com isso, precisa estar capacitada para acolher e suprir as necessidades de saúde desse público, as quais perpassam desde autoconhecimento, regulação emocional, conflitos familiares, vida sexual e aspectos de saúde mental.

Para oferecer um cuidado integral ao adolescente, a Atenção Primária articula-se com a rede de atenção. Sendo a APS um componente estratégico da RAPS, ela atua como porta de entrada e ponto de atenção essencial. Dessa forma, na presença de sofrimentos mentais, como ansiedade e depressão, os demais serviços da RAPS (como o CAPSi) irão

complementar e auxiliar o manejo da melhor maneira, garantindo a continuidade do cuidado.

O acolhimento das queixas emocionais como legítimas, a escuta qualificada, a empatia e a promoção da autonomia dos adolescentes proporcionam um desenrolar totalmente diferente do cuidado, pois esse jovem irá se sentir valorizado, respeitado. Assim, cria-se um elo de respeito mútuo, amizade e confiabilidade entre adolescente e profissionais da saúde.

Para o cuidado do adolescente em saúde mental, é fundamental adotar estratégias que integrem a atuação da equipe multiprofissional com a participação ativa do adolescente e de sua família. Devem-se levar em consideração contextos, particularidades, vulnerabilidades e reais necessidades do adolescente em sofrimento mental, permitindo a construção de um plano de cuidado individualizado, humanizado e efetivo.

Apresentadas todas as considerações deste estudo, espera-se ser ele um instrumento para uma sensibilização que possa promover futuras intervenções na saúde do adolescente, especialmente no campo da saúde mental, pois nenhuma ação será efetiva se esta estiver abalada.

As necessidades são evidentes e urgem ações para minimizar barreiras de acesso, equiparar os direitos, reduzir as taxas de morbidade e mortalidade na adolescência e propiciar um acolhimento em saúde aos adolescentes.

REFERÊNCIAS

AL-MOTERI, M. et al. Design de pesquisa participativa baseada em workshops sob a ótica de uma abordagem centrada na cultura (ACC). *PLoS one*, v. 20, n. 5, p. e0322785, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0322785>. Acesso 23 nov. 2023.

AMARAL, A. P. et al. Depressão e ideação suicida na adolescência: implementação e avaliação de um programa de intervenção. *Enfermería global*, v. 19, n. 3, p. 1–35, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.6018/eglobal.402951>. Acesso em 22 nov. 2023.

APARECIDA SILVA, G. et al. Informações sobre sexo e sexualidade na adolescência: uma barreira a ser vencida. *HU Revista*, v. 47, p. 1-7, 9 dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1982-8047.2021.v47.33961>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ANUNCIAÇÃO, L. L. et al. Violência contra crianças e adolescentes: intervenções multiprofissionais da Atenção Primária à Saúde na escola. *Saúde em Debate*, v. 46, n. spe3, p. 201–212, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E315>. Acesso em

19 nov. 2023.

BARROS, R. P. et al. Necessidades em Saúde dos adolescentes na perspectiva dos profissionais da Atenção Primária à Saúde. Ciencia & saude coletiva, v. 26, n. 2, p. 425–434, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021262.40812020>. Acesso em 21 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção À Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica – 4. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União; 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 10 dez.25.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 12 dez. 2012 b. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view>. Acesso em: 3 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html>. Acesso em 10 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Geral de Saúde do Adolescente e do Jovem. Nota Técnica nº 04: O direito de adolescentes serem atendidos nas UBS desacompanhados dos pais ou responsáveis e as ocasiões em que é necessária a presença de pais ou responsável, de 03 de abril de 2017. Disponível em: https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/81409/NT_MS_atendimento_menor_desacompanhado_03_04_2017.pdf/bfb6b7dd-2f40-f60f-4395-fe17da4c32a7?t=1650233631800. Acesso em 5 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ofício circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/camaras-tecnicas-e-comissoes/conep/legislacao/cartas-circulares/carta-circular-no-2-de-30-de-maio-de-2021.pdf/view>. Acesso em: 4 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n° 756, de 15 de agosto de 2024. Dispõe sobre a aprovação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens (PNAISAJ), a ser publicada em portaria específica do Ministério da Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 207, Seção 1, p. 83, 24 out. 2024. Acesso em: 09 dez. 2025.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. QualRes Psychol, v. 3, n. 77, p. 77-101, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>. Acesso em 16 out. 2023.

BRONDANI, R. P. et al. Percursos de jovens em contextos de vulnerabilidade social: um estudo longitudinal. Gerais, v. 14, n. 0, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.36298/gerais202114e16464>. Acesso em: 15 nov. 2023.

FOGOLIN FERNANDES, B.; XANDER RUSSO, L.; DE LUCAS BONDEZAN, K. L. Relação entre saúde mental e uso de substâncias psicoativas em escolares. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 39, p. 1-24, 16 dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/s0102-3098a0228>. Acesso em: 17 de nov. 2023.

GASPARETTO, A. dos S. et al. Contexts of vulnerabilities experienced by adolescents: challenges to public policies. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 73, suppl 4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0224>. Acesso em: 19 nov. 2023.

GENZ, N. et al. Sexually transmitted diseases: knowledge and sexual behavior of adolescents. Texto & Contexto - Enfermagem, v. 26, n. 2, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-07072017005100015>. Acesso em: 6 set. 2023.

GROLLI, V.; WAGNER, M. F.; DALBOSCO, S. N. P. Sintomas Depressivos e de Ansiedade em Adolescentes do Ensino Médio. Revista de Psicologia da IMED, v. 9, n. 1, p. 87, 14 nov. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2017.v9i1.2123>. Acesso em: 21 nov. 2023.

LIMA, J. N. et al. Utilização da caderneta de saúde do adolescente: percepção de profissionais. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, v. 32, p. 1-8, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/18061230.2019.9002>. Acesso em: 30 out. 2023.

LUZ, R. T. et al. Mental health as a dimension for the care of teenagers. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 71, suppl 5, p. 2087-2093, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0192>. Acesso em: 15 out. 2023.

MALTA, D. C. et al. Mortalidade de adolescentes e adultos jovens brasileiros entre 1990 e 2019: uma análise do estudo Carga Global de Doença. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, n. 9, p. 4069-4086, set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.12122021>. Acesso em: 11 set. 2023.

MASSON, L. N. et al. A educação em saúde crítica como ferramenta para o empoderamento de adolescentes escolares frente às suas vulnerabilidades em saúde. Reme Revista Mineira

de Enfermagem, v. 24, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1415-2762.20200023>. Acesso em: 5 set. 2023.

MASSUHARTONO, M. Heteronormativitas dan perkembangan identitas seksual anak remaja. Harakat an-Nisa: Jurnal Studi Gender dan Anak, v. 8, n. 2, p. 67-76, 25 jul. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.30631/82.67-76>. Acesso em: 4 set. 2025.

MELO, E. T. et al. Atendimento de adolescentes na atenção básica de saúde durante a pandemia de Covid 19. Revista Enfermagem Contemporânea, v. 10, n. 2, p. 315-323, 24 set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17267/2317-3378rec.v10i2.4043>. Acesso em: 4 set. 2023.

NUNES, C. K. et al. Saúde mental na atenção básica: uma rede rizomática para infância e adolescência. Revista de Enfermagem da UFSM, v. 13, p. e8, 21 mar. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2179769271914>. Acesso em: 13 nov. 2023.

WOLF PEUKER, A. C. et al. Uso de álcool e outras drogas por adolescentes: associações com problemas emocionais e comportamentais e o funcionamento familiar. Psicologia clínica, v. 32, n. 2, p. 315–334, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=291079464008>. Acesso em: 18 nov. 2023.

ROSSI, L. M. et al. Crise e saúde mental na adolescência: a história sob a ótica de quem vive. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, n. 3, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00125018>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SANTOS-VITTI, L.; FARO, A.; BAPTISTA, M. N. Fatores de risco e proteção e sintomas de depressão na adolescência. Psico, v. 51, n. 4, p. e34353, 31 dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2020.4.34353>. Acesso em: 28 maio. 2025.

SARID, A. et al. Reconceptualizing open schooling: towards a multidimensional model of school openness. *Journal of Curriculum Studies*, vº.57, p.227 – 245, 2024. <https://doi.org/10.1080/00220272.2024.2392592>. Acesso em: 09 dez. 2025.

SILVA, J. F. da et al. Adolescência e saúde mental: a perspectiva de profissionais da Atenção Básica em Saúde. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 23, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.180630>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SILVA, J. C. P. da et al. Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, n. 7, p. 2643-2652, jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.08332021>. Acesso em: 18 nov. 2023.

SOARES, J. P. R. et al. Promoção da saúde e prevenção de doenças: perspectivas de enfermeiros da atenção básica. Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro, v. 12, 9 nov. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.19175/recom.v12i0.4388>. Acesso em: 13 nov. 2023.

SOUSA, S. B. de.; COSTA, L. S. P.; JORGE, M. S. B. Cuidado em saúde mental no contexto da atenção primária: contribuições da enfermagem. Revista Baiana de Saúde Pública, v. 43, n. 1,

p. 151-164, 20 out. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22278/2318-2660.2019.v43.n1.a3024>. Acesso em: 14 out. 2023.

SOUZA, F. das C. A. et.al. Vulnerabilidades E Fatores Associados Em Adolescentes Escolares. International Journal of Development Research, Vol. 10, Issue, 04, pp, 35441-35446, April, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.37118/ijdr.18730.04.2020>. Acesso em 06 de Outubro de 2023.

TAKUNO DA SILVA, T. *et al.* A (in)visibilidade do adolescente na atenção primária na percepção do profissional da saúde. Online Brazilian Journal of Nursing, v. 19, n. 3, 9 nov. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17665/1676-4285.20206407>. Acesso em: 7 set. 2023.

TÁPARO, F. A. *et al.* Pesquisa participativa com adolescentes no campo da saúde mental: uma revisão de literatura. Gerais, v. 16, n. 3, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.36298/gerais202316e20344>. Acesso em 06 de Outubro de 2023.

Recebido em 12 de setembro de 2025

Aprovado em 30 de novembro de 2025.



ENTRE PENTES E PARASITAS: UMA EXPERIÊNCIA LÚDICA DE ENSINO SOBRE PEDICULOSE NO ENSINO FUNDAMENTAL

DOI: 10.48075/ri.v27i2.35547

Andréa Inês Goldschmidt¹
Gabriel Oliveira dos Santos de Lima Pereira²
Gabriely Niederauer Fortes³
Tiago Felipe Pereira⁴

RESUMO: Este artigo apresenta uma intervenção pedagógica de cunho lúdico-científico, realizada com duas turmas do quarto ano do Ensino Fundamental em uma escola pública localizada no interior do estado do Rio Grande do Sul. A ação teve como objetivo promover a conscientização sobre a pediculose humana enquanto agravo de saúde pública, por meio de estratégias interativas fundamentadas em princípios da biologia, parasitologia e educação em saúde. A proposta foi idealizada e conduzida por licenciandos em Ciências Biológicas, no âmbito de uma disciplina pedagógica articulada a práticas extensionistas, com ênfase na ludicidade e na aprendizagem significativa. As atividades envolveram jogos educativos, dramatizações e a construção de modelos didáticos representando o ciclo de vida do *Pediculus humanus capitis*. A análise qualitativa baseou-se em registros de diário de campo e observações diretas realizadas ao longo do processo. Os resultados evidenciaram elevado engajamento dos estudantes, favorecendo a ressignificação de concepções prévias, a desconstrução de crenças estigmatizantes e o fortalecimento de práticas de autocuidado. Além disso, observaram-se indícios de apropriação conceitual por parte dos participantes, especialmente no que se refere à biologia do ectoparasita, às formas de transmissão e às medidas profiláticas. Os achados reforçam a relevância de abordagens interdisciplinares e culturalmente sensíveis no ensino de Ciências, sobretudo quando voltadas a temáticas que atravessam dimensões sociais, sanitárias e afetivas.

Palavras-chave: Pediculose; ensino de ciências; saúde pública; ludicidade; educação em saúde.

BETWEEN COMBS AND PARASITES: A FUN TEACHING EXPERIENCE ABOUT PEDICULOSE IN ELEMENTARY EDUCATION

¹ Doutora em Educação em Ciências, Docente na Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências. E-mail: andrea.goldschmidt@uol.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8263-7539>

² Acadêmico do Curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Maria, Campus Palmeira das Missões. E-mail: gabrieldelimasax@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-7350-091X>

³ Acadêmica do Curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Maria, Campus Palmeira das Missões. E-mail: fortesgabriely7@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-0909-5819>

⁴ Acadêmico do Curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Maria, Campus Palmeira das Missões. E-mail: tpereiratiago2003@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-1168-7410>

ABSTRACT: This article presents a pedagogical intervention of a playful-scientific nature, carried out with two classes of the fourth grade of Elementary School in a public school located in the interior of the state of Rio Grande do Sul. The action had as its main objective to promote awareness about human pediculosis as a public health problem, through interactive strategies based on principles of biology, parasitology and health education. The proposal was conceived and conducted by undergraduate students in Biological Sciences, within the scope of a pedagogical discipline articulated with extension practices, with an emphasis on playfulness and meaningful learning. The activities involved educational games, dramatizations and the construction of didactic models representing the life cycle of *Pediculus humanus capititis*. The qualitative analysis was based on field diary records and direct observations made throughout the process. The results showed high student engagement, favoring the redefinition of previous conceptions, the deconstruction of stigmatizing beliefs and the strengthening of self-care practices. Furthermore, there were signs of conceptual appropriation by the participants, especially regarding the biology of the ectoparasite, the forms of transmission and the prophylactic measures. The findings reinforce the relevance of interdisciplinary and culturally sensitive approaches in the teaching of Science, especially when focused on themes that cross social, health and affective dimensions.

Keywords: Pediculosis; science teaching; public health; playfulness; health education.

INTRODUÇÃO

A pediculose é uma ectoparasitose caracterizada pela infestação do couro cabeludo humano por piolhos, especificamente pelo *Pediculus humanus capititis*, uma subespécie de inseto pertencente à ordem Phthiraptera (Cunha *et al.*, 2019). Este ectoparasita apresenta metamorfose incompleta, com três estágios de desenvolvimento: lêndeas (ovos), ninfas e adultos. As fêmeas adultas atingem cerca de 2,7 mm, e os machos, 2,4 mm, permanecendo ápteros em todas as fases do ciclo vital (Linardi; Barbosa, 2012). Trata-se, portanto, de um organismo de fácil disseminação em contextos de contato físico frequente, como os ambientes escolares.

Borges e Mendes (2002) ressaltam que a pediculose constitui um problema recorrente de saúde pública, sobretudo entre alunos do ambiente escolar, onde o contato interpessoal estreito favorece a transmissão do ectoparasita. Esses autores destacam ainda a dificuldade no controle do compartilhamento de objetos pessoais (como bonés e pentes) e de diagnóstico precoce. Essa dinâmica reforça a necessidade de ações educativas permanentes e campanhas escolares de prevenção. Corroborando essa perspectiva, Dias *et al.* (2009) enfatizam que a convivência cotidiana entre as crianças, associada ao compartilhamento de bonés, roupas e pentes, constitui fator determinante na propagação da infestação.

Franceschi *et al.* (2007) apontam que a infância representa um período especialmente vulnerável, pois as crianças apresentam conhecimento ainda incipiente sobre higiene corporal, tampouco reconhecem a presença dos piolhos ou constatam a infestação, o que dificulta sua identificação precoce. Lopes *et al.* (2011) corroboram essa visão, afirmando que, no contexto escolar, especialmente entre crianças, é comum observar a carência de conhecimentos básicos sobre higiene e saúde, indicando que essa lacuna contribui para que, em muitos casos, os alunos não percebam que estão acometidos por pediculose, nem sejam capazes de identificar seus sinais, uma vez que desconhecem aspectos fundamentais da biologia do ectoparasita. Além disso, o estigma social associado a pediculose frequentemente silencia o problema, dificultando o enfrentamento institucional e familiar. Lopes *et al.* (2011) destacam que a negligência na inspeção regular do couro cabeludo por parte dos responsáveis e a escassez de informações seguras acerca do tratamento reforçam a persistência da ectoparasitose.

Embora a pediculose seja prevalente em diversos contextos, inclusive em países desenvolvidos, observa-se um aumento significativo na resistência dos piolhos aos pediculicidas comercializados livremente (Mumcuoglu *et al.*, 2020; 2021; 2022), o que evidencia a limitação das estratégias exclusivamente farmacológicas e reforça a necessidade de intervenções educativas integradas.

A sintomatologia característica da pediculose inclui prurido intenso, que pode levar a escoriações no couro cabeludo e favorecer infecções secundárias (Linardi; Barbosa, 2012). Tais condições não apenas comprometem o bem-estar físico da criança, mas também afetam seu rendimento escolar e sua autoestima, em virtude do preconceito associado à infestação. Paula (2013) observa que, na faixa etária entre 7 e 11 anos, meninas tendem a compartilhar objetos, como utensílios e prendedores de cabelo, contribuindo significativamente para a disseminação dos piolhos.

Catalá *et al.* (2004) destacam os impactos psicossociais da infestação, que ultrapassam os aspectos físicos e interferem na sociabilidade e no desenvolvimento emocional da criança.

Nesse contexto, a escola emerge como espaço estratégico para a promoção da saúde e a construção coletiva de saberes. Goldschmidt e Loreto (2012) defendem que a educação em saúde, quando inserida de forma transversal no currículo, promove a formação de sujeitos protagonistas, conscientes de seus direitos e corresponsáveis pelo cuidado com o corpo e com o coletivo. Para os autores, no enfrentamento da pediculose, o ambiente escolar pode desempenhar um papel central ao proporcionar espaços de diálogo, reflexão e construção

coletiva de saberes. Essas ações permitem que estudantes e suas famílias se tornem agentes multiplicadores de informação, colaborando para a prevenção e o controle dessa ectoparasitose no contexto comunitário.

Goldschmidt e Loreto (2012), ao investigarem as concepções espontâneas sobre pediculose entre diferentes segmentos da comunidade escolar — pais, professores, direção e alunos do Ensino Fundamental da Educação Básica —, revelaram a complexa interface entre saberes populares e científicos que permeia o cotidiano escolar. A pesquisa, de caráter exploratório e qualitativo, evidenciou que as concepções sobre o piolho e sua transmissão são fortemente marcadas por elementos da cultura popular, sustentados por mitos, crenças e práticas tradicionais, muitas vezes dissociadas do conhecimento biológico e das orientações sanitárias contemporâneas.

Do ponto de vista epistemológico, os autores não desqualificam o saber popular, mas o tomam como ponto de partida para o diálogo com o saber científico. Essa postura se alinha à perspectiva freireana de alfabetização científica (Freire, 2004; Chassot, 2006), segundo a qual o processo educativo deve partir da realidade vivida e dos conhecimentos prévios dos sujeitos para promover a construção crítica e contextualizada de novos significados. Assim, a integração entre os diferentes sistemas de saber não é concebida como substituição ou correção do conhecimento popular, mas como mediação dialógica voltada à ampliação da compreensão sobre o fenômeno biológico e social da pediculose.

Goldschmidt e Loreto (2012) em seus estudos, observaram concepções como “piolho é sinal de sujeira” ou “vinagre mata piolho”, expressando não apenas lacunas conceituais, mas também dimensões simbólicas e afetivas do modo como o corpo e a higiene são entendidos socialmente. Essa leitura crítica permite estabelecer que a alfabetização científica, em contextos escolares, não pode restringir-se à transmissão de conceitos, mas deve promover a problematização cultural e social do conhecimento. Nesse sentido, esta pesquisa contribui para deslocar a discussão da esfera meramente biológica para uma abordagem integrada, na qual o conhecimento científico dialoga com valores, hábitos e representações historicamente constituídas.

Sob essa ótica, ao integrar tanto discussões sob a esfera biológica quanto sob as representações sociais, pode-se através da alfabetização científica se alcançar a superação de mitos — como o de que a infestação está diretamente associada à falta de higiene ou à condição socioeconômica — uma vez que se busca na escola realizar uma proposta de reflexão

crítica sobre as causas, consequências e formas de prevenção da pediculose. Tal perspectiva amplia o conceito de alfabetização científica para além da mera decodificação de termos e fatos, inserindo-o em um contexto de letramento social e educação em saúde crítica, conforme defendem Sasseron e Carvalho (2011).

Diante deste cenário, no intuito de promover a alfabetização científica em um contexto mais abrangente, a construção de propostas didáticas contextualizadas, que integrem aspectos biológicos, sociais e culturais, mostra-se, portanto, essencial para lidar com esse problema de maneira ética e eficaz. E, a ludicidade, nesse cenário, desempenha papel central, principalmente nos primeiros anos escolares.

Kishimoto (2011) e Fialho (2013) evidenciam que jogos educativos favorecem a aprendizagem significativa, promovendo o prazer de aprender e facilitando a internalização de conhecimentos. A utilização de materiais acessíveis e de baixo custo na construção de modelos didáticos pode tornar as aulas mais envolventes e significativas, favorecendo a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem (Souza, 2008). Nesse contexto, os modelos funcionam como mediadores entre teoria e prática, facilitando a compreensão de conceitos.

Para Boutlter e Gilbert (1996), modelos são representações de ideias, objetos, eventos ou sistemas, podendo assumir diferentes formas conforme sua finalidade — mental, expresso, consensual ou pedagógico. O modelo pedagógico, em particular, visa traduzir o conhecimento científico em saber escolar, auxiliando o professor na construção de estratégias que tornem os conteúdos mais acessíveis.

Justina *et al.* (2003) destacam que os modelos didáticos representam a realidade de forma esquemática, possibilitando aos alunos estabelecer relações entre os conceitos ensinados e os fenômenos observados. Dessa forma, os modelos tornam-se recursos pedagógicos valiosos para o ensino de Ciências.

Na abordagem da pediculose, tanto os modelos didáticos como o caráter lúdico podem ser essenciais para romper barreiras emocionais, estimular o diálogo e proporcionar vivências que favoreçam a internalização de comportamentos preventivos. Como observa Kishimoto (2011), o jogo contribui para o progresso da criança e colabora no processo de aprendizado, promovendo o desenvolvimento social, cultural e pessoal, assegurando, dessa forma, a socialização e a aquisição de conhecimento.

Dessa forma, este artigo tem por objetivo relatar e analisar uma intervenção pedagógica de natureza lúdica e investigativa, realizada com estudantes do quarto ano do

Ensino Fundamental. A proposta articulou jogos, dramatizações e modelos didáticos para promover a compreensão conceitual sobre o ciclo de vida do piolho, suas formas de transmissão, estratégias de prevenção e, sobretudo, para desconstruir mitos associados à pediculose, promovendo uma abordagem sensível e transformadora no ambiente escolar.

TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Este estudo configura-se como um relato de experiência, modalidade que, conforme argumentam Mussi, Flores e Almeida (2021), corresponde à expressão escrita de vivências concretas, dotada de potencial para contribuir com a produção de conhecimentos em distintas áreas temáticas, especialmente aquelas de reconhecida relevância social e acadêmica.

Nesse escopo, o presente relato tem por objetivo apresentar as experiências vinculadas à implementação de ações extensionistas conduzidas por três acadêmicos do curso de Ciências Biológicas, orientados na disciplina de Didática II em uma Universidade pública, para a realização de uma atividade junto a uma escola. A execução das atividades, que envolveram ensino, pesquisa e extensão, teve início em abril de 2025, estendendo-se até junho de 2025, com alunos de anos iniciais (duas turmas de quarto ano), de uma escola pública do interior do Estado do Rio Grande do Sul.

A metodologia contemplou etapas de estudo teórico do conteúdo, planejamento didático, aplicação prática da intervenção e, posteriormente, análise qualitativa dos dados obtidos por meio de registros sistematizados em diário de campo. A proposta didática extensionista teve início com uma contextualização exploratória, na qual os estudantes foram convidados a mencionar animais que conheciam, problematizando a diversidade morfológica e os tamanhos. A partir desse levantamento, a discussão concentrou-se nos insetos, com ênfase nos ectoparasitas, chegando-se, de forma dialógica, à temática da pediculose humana.

Utilizando-se de um modelo didático tridimensional, os estudantes visualizaram e manipularam uma representação ampliada do *Pediculus humanus capitidis*. Durante a mediação, foram abordadas as características morfológicas fundamentais dos insetos: presença de três pares de patas, um par de antenas, olhos compostos, ausência de asas e divisão corporal em cabeça, tórax e abdômen, conforme observado por Linardi e Barbosa (2012).

A seguir, desencadeou-se uma roda de conversa a partir de perguntas norteadoras como: “Você conhece alguém que já teve piolho?” e “O que acontece quando estamos com piolho?”. Tal abordagem dialógica oportunizou a expressão de concepções prévias e relatos pessoais dos discentes, proporcionando subsídios para a problematização e posterior reconstrução conceitual.

Foi apresentada, então, uma exposição dialogada acerca da morfologia, ciclo de vida, modo de transmissão e estratégias de prevenção do *Pediculus humanus capitidis*. Destacou-se que esse ectoparasita apresenta desenvolvimento por metamorfose incompleta, com três estágios: lêndeas, ninfas (com três ínstars) e adultos (Linardi; Barbosa, 2012). As fêmeas adultas vivem entre três e quatro semanas, ovipositando cerca de dez ovos por dia, os quais aderem aos fios capilares por meio de substância secretada na oviposição (Frankowski; Weiner, 2002). As ninfas ecodem entre seis e onze dias após a postura e atingem a fase adulta em cerca de 9 a 12 dias (Leung; Fong; Pinto, 2005), locomovendo-se lateralmente pelos fios de cabelo graças a garras especializadas (Canyon *et al.*, 2002; Leung; Fong; Pinto, 2005).

Ressaltou-se ainda a necessidade de repetir os tratamentos após alguns dias, dada a sobrevivência das lêndeas e a possibilidade de recontaminação. Reforçou-se a importância da inspeção manual, do uso do pente fino — considerado o método mais eficaz para remoção mecânica (Hill *et al.*, 2005) — e da ineficácia de métodos populares como o uso de chapinha.

A explicação foi seguida de uma simulação da transmissão por meio de boné contendo piolhos de EVA, ilustrando o risco do compartilhamento de objetos pessoais. Para demonstrar como ocorre a disseminação do parasita, foi realizada uma dinâmica com recursos visuais: utilizou-se um boné e piolhos de EVA (5 cm). Um dos professores pesquisadores, ao tirar o boné da cabeça, revelou que havia um piolho colado no seu interior. Em seguida, ao emprestá-lo a uma colega e depois retirá-lo, a colega virou-se e mostrou um piolho fixado no cabelo (colocado previamente). Essa prática ajudou a ilustrar os riscos de compartilhar objetos pessoais como pentes, escovas e acessórios de cabelo. Também foi esclarecido que, ao contrário do que muitos pensam, os piolhos não pulam nem voam, mas se locomovem rapidamente de um fio de cabelo para outro por meio do contato direto — informação fundamental para desconstruir essa crença popular equivocada.

Um dos pontos importantes abordados com os alunos foi a prevenção e o controle da infestação. Foram destacadas medidas eficazes para evitar a proliferação dos piolhos: higiene pessoal, inspeção regular do couro cabeludo e uso correto dos tratamentos disponíveis. Enfatizou-se que o pente fino ainda é um dos principais aliados na remoção mecânica de

piolhos e lêndeas, sendo considerado o mais adequado para prevenção e diagnóstico da pediculose. Além disso, trata-se de um tratamento acessível, adotado inclusive em países desenvolvidos, e cuja eficácia, segundo estudos, supera a dos tratamentos químicos (Hill *et al.*, 2005).

A partir dessas explicações, foi desenvolvido um jogo didático com os alunos. A turma foi dividida em duas equipes, e cada grupo retirava uma pergunta para ser respondida coletivamente. A cada acerto, um piolho era retirado do cabelo de uma boneca construída com uma caixa revestida de EVA. A boneca tinha uma cabeleira feita em TNT, com fios onde piolhos de EVA estavam presos com pequenos prendedores de madeira. Sua expressão facial era alterável, simbolizando a melhora ou agravamento da infestação. Foram confeccionadas duas bocas removíveis: uma com expressão triste (boca virada para baixo) e outra com expressão feliz (boca virada para cima). A cada resposta, modificava-se a expressão facial da boneca, de acordo com o acerto ou erro, resultando na retirada ou manutenção do piolho no couro cabeludo. A equipe que mais acertasse, e, portanto, mais piolhos retirasse da boneca, era a vencedora. Quando uma equipe não soubesse a resposta, esta era repassada à outra. Persistindo a dúvida, a resposta era discutida com o auxílio dos professores pesquisadores, sem que nenhum piolho fosse removido.

O jogo pedagógico foi estruturado em perguntas e respostas e os alunos divididos em equipes, respondiam as questões sobre o conteúdo que havia sido discutido. A cada acerto das questões, tinham a oportunidade de retirarem um piolho da boneca de EVA. Quem mais piolhos retirasse, além da boneca ficar saudável, era a equipe vencedora.

A imagem abaixo mostra o jogo construído e o modelo didático do piolho (Figura 1), sendo utilizada para tanto, uma caixa de papelão, de tamanho 60x30x30 cm, revestida em EVA, e com fios de cabelo feitos em TNT e piolhos confeccionados em EVA, fixados com pequenos prendedores de madeira. Cada piolho possuía aproximadamente cerca de 5 cm de comprimento. Para o modelo do piolho foi usado material de TNT com enchimento de flocos.

Figura 1. Jogo construído cono material didático para desenvolvimento de atividade lúdica para prevenção e orientações sobre pediculose e atividade sendo realizadas.



Fonte: Acervo dos Autores (2025).

Para o desenvolvimento do jogo com os alunos, foram utilizadas as seguintes questões apresentadas no Quadro 1, sendo esperado dos alunos as seguintes respostas, também apresentadas no mesmo quadro.

Quadro 1. Perguntas e Respostas integrantes do jogo didático desenvolvido.

1. O que é um piolho e como ele afeta os humanos? O piolho é um inseto parasita que vive no couro cabeludo e se alimenta de sangue humano, causando coceira.
2. O piolho é um inseto. Como podemos identificá-lo como tal? Ele tem 6 patas (3 pares), antenas, olhos compostos e corpo dividido em cabeça, tórax e abdômen.
3. Onde os piolhos vivem e do que eles se alimentam? Os piolhos vivem no couro cabeludo e se alimentam de sangue humano.
4. Como um piolho se transmite de uma pessoa para outra? Ele é transmitido por meio do contato direto com o cabelo de uma pessoa infectada para outra ou através de objetos compartilhados, como pentes e bonés.
5. Quais são as três fases do ciclo de vida do piolho? Ovo (lêndeia), ninfa e o adulto.
6. O que são lêndeas e por que é importante removê-las? Lêndeas são os ovos do piolho. Removê-las é importante para evitar que os piolhos eclodem e continuem a infestação.
7. Os piolhos conseguem pular ou voar? Não, os piolhos não podem pular ou voar. Piolhos não têm asas, eles se movem caminhando, aderindo com suas patas ao fio de cabelo.
8. Ter piolho significa que a pessoa tem má higiene? Não, piolhos podem afetar qualquer pessoa, independentemente da higiene.

9. Quais são as melhores formas de evitar uma infestação de piolhos? Inspeção regular do cabelo, evitar compartilhar objetos pessoais e manter boa higiene.
10. Como o pente fino ajuda no combate aos piolhos? O pente fino remove piolhos e lêndeas do cabelo, sendo uma forma eficaz de tratamento.
11. Os piolhos só aparecem em pessoas com cabelo sujo? Não, os piolhos não escolhem cabelos sujos ou limpos, eles só precisam de um local quente e um suprimento de sangue para sobreviver.
12. Animais de estimação podem transmitir piolhos para os humanos? Os piolhos que infestam humanos são específicos da nossa espécie e não vivem em cães, gatos ou outros animais.
13. Compartilhar pentes, bonés e travesseiros pode ajudar a espalhar piolhos? Sim. Como os piolhos se prendem aos fios de cabelo, objetos como pentes, bonés e travesseiros podem ser meios de transmissão, embora a principal forma seja o contato direto entre pessoas.
14. Os piolhos conseguem sobreviver fora do couro cabeludo por muitos dias? Não. Piolhos sobrevivem, no máximo, de 24 a 48 horas fora do couro cabeludo, pois precisam de sangue para se alimentar e não suportam longos períodos sem calor e umidade.
15. Passar chapinha ou secador mata os piolhos? Não. O calor pode matar alguns piolhos, mas não é um método eficaz, porque as lêndeas (ovos) ficam grudadas no cabelo e resistem ao calor.
- Raspar o cabelo é a única solução eficaz para eliminar os piolhos? Embora raspar o cabelo possa dificultar a fixação dos piolhos, não é necessário. O uso correto de tratamentos e o pente fino são formas eficazes de eliminá-los sem precisar cortar o cabelo.

Fonte: Elaborado pelos Autores (2025).

Para a coleta de dados e validação da atividade desenvolvida, foram realizadas anotações detalhadas em diário de campo, com registros dos discursos dos alunos e observações dos pesquisadores ao longo de toda a sequência de atividades. A análise dos dados foi qualitativa, destacando os principais acertos e equívocos conceituais, bem como o interesse dos alunos pela proposta pedagógica construída.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Compreensões corretas e avanços conceituais

A análise qualitativa dos registros em diário de campo revelou elevado nível de engajamento e apropriação conceitual por parte dos 44 estudantes participantes. Em ambas as turmas, o caráter lúdico da proposta mostrou-se decisivo para fomentar o interesse e facilitar a assimilação dos conteúdos biológicos e preventivos associados à pediculose humana. Verificou-se uma assimilação significativa dos conteúdos, sobretudo quanto à identificação morfológica do piolho enquanto inseto parasita. A utilização de modelo anatômico e jogo interativo favoreceu a visualização e compreensão dos conceitos trabalhados. Muitos estudantes descreveram corretamente as características biológicas do ectoparasita, conforme ilustrado por uma fala recorrente: “Tem seis patinhas porque é um inseto, e vive sugando nosso sangue” (fala recorrente, Turmas A e B).

Na Turma A, após a manipulação do modelo tridimensional de *Pediculus humanus capitidis*, os discentes demonstraram domínio sobre a classificação taxonômica do organismo como inseto parasita, como evidencia a fala da Aluna A4: “Ele é um inseto porque tem três pares de patas, antenas e três partes no corpo. E vive grudado no nosso cabelo para sugar sangue.”

Já na Turma B, um dos participantes relacionou corretamente o ciclo de vida do parasita à necessidade de repetição do tratamento, denotando compreensão sobre a biologia do piolho: “Se deixar as lêndeas, vai nascer mais piolho. Aí precisa passar o pente de novo” (Aluno B6, Turma B).

Também a Aluna B2 apontou adequadamente a importância de eliminar as lêndeas: “Se não tirar os ovos, nascem mais piolhos. Aí tem que passar de novo o remédio depois” (Aluna B2, Turma B).

Essas falas indicam ampla compreensão do ciclo de vida do parasita, especialmente após a mediação sobre a presença das lêndeas e a importância da reaplicação dos tratamentos. Quando questionados sobre a necessidade de repetição do tratamento, alguns responderam: “Porque as lêndeas viram piolho depois, então tem que matar de novo. Precisa remover tudo, senão começa tudo de novo” (Aluna B5, Turma B).

Tais dados corroboram os achados de Nascimento *et al.* (2013), que ao utilizarem recursos lúdicos — como jogos, fantoches e dinâmicas — para promover o autocuidado entre crianças dos anos iniciais, destacaram o papel das práticas interativas e dos materiais didáticos

alternativos na construção de aprendizagens significativas e na apropriação de conceitos científicos no ambiente escolar.

Além disso, os alunos demonstraram compreensão crítica sobre aspectos socioculturais relacionados à pediculose, refutando a noção equivocada de que a infestação se relaciona diretamente à falta de higiene. Em diversas falas, observou-se esse entendimento: “Mesmo quem toma banho todo dia pode pegar piolho, né? Porque passa de um cabelo para outro” (Aluno A8, Turma A).

Tal afirmação aponta para o rompimento de estigmas associados à infestação, aspecto fundamental para a promoção da saúde. Conforme Goldschmidt e Loreto (2012), combater mitos sobre ectoparasitas é uma estratégia educativa essencial, pois evita práticas discriminatórias e o uso indevido de substâncias químicas, promovendo uma abordagem mais segura e inclusiva da saúde infantil. Para esses autores, a escola desempenha papel central na construção crítica de competências relativas à saúde, desmistificando ideias equivocadas e contribuindo não apenas para o controle da pediculose, mas para o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos frente aos cuidados com o corpo e o coletivo.

Equívocos e correções

Apesar dos avanços conceituais, identificaram-se concepções alternativas persistentes, especialmente relativas à forma de transmissão e à eficácia de práticas populares. Um número considerável de estudantes manteve a crença de que os piolhos “saltam” de uma cabeça a outra: “Eles pulam quando a gente senta grudado no colega, é igual pulga” (Aluno A7) ou “Eles pulam se a gente senta muito perto” (fala recorrente, Turma A).

Também foram observadas dificuldades na compreensão da ação térmica sobre o parasita. Muitos alunos acreditaram que o uso de chapinha ou secador seria eficaz para sua eliminação: “A chapinha esquenta e frita os piolhos” (Aluna B7, Turma B) ou, “Minha tia passa chapinha direto porque ela diz que o calor cozinha os piolhos” (Aluna B5, Turma B).

Tais interpretações, embora comuns no imaginário popular, carecem de respaldo científico. Conforme Sangaré, Doumbo e Raoult (2016), os piolhos resistem ao calor superficial, sendo que a temperatura necessária para eliminar piolhos e lêndeas em tecidos deve atingir pelo menos 52°C por 30 minutos — níveis impraticáveis para aplicação direta em cabelos. A Aluna B9 também expressou concepção equivocada ao afirmar: “Se lavar bem com

vinagre, eles saem todos” ou, “Minha mãe disse que se a gente lavar o cabelo todo dia eles morrem” (Aluna B11, Turma B).

Essas manifestações evidenciam a importância da continuidade de ações pedagógicas que articulem saberes populares e científicos. Marques e Marandino (2018) ressaltam a necessidade de integrar o conhecimento científico às culturas infantis por meio do brincar, propondo abordagens educativas sensíveis, dialógicas e culturalmente contextualizadas.

Além disso, como destaca Kishimoto (2011), o jogo permite que as crianças reelaborem seus conhecimentos prévios, facilitando a internalização de saberes científicos. Durante a atividade, equívocos como a confusão entre lêndeas e caspas, ou a associação da pediculose à pobreza e falta de higiene, foram frequentemente registrados, reforçando a necessidade de ações educativas interdisciplinares.

A escola, enquanto espaço formativo, assume papel estratégico na prevenção de parasitoses, especialmente por meio de práticas pedagógicas interativas. Conforme argumentam Goldschmidt e Loreto (2012), a educação em saúde, integrada ao currículo, transforma a escola em um espaço de formação de sujeitos protagonistas — e não apenas receptores de cuidados — capazes de participar criticamente das decisões relacionadas à saúde individual e coletiva. Nessa perspectiva, a promoção do autocuidado e o reconhecimento da saúde como direito e responsabilidade social devem ser princípios norteadores das ações escolares.

Indicadores afetivos e engajamento

As observações realizadas apontaram que a ludicidade foi um elemento central no engajamento afetivo e cognitivo dos alunos. Os materiais manipuláveis — como os piolhos de EVA, a boneca interativa e os prendedores — despertaram entusiasmo e senso de pertencimento. Fala como: “Essa aula foi divertida e aprendemos muito” (Aluna A3, Turma A), ou “A boneca se sente feliz quando a gente ajuda tirando o piolho” (Aluno B4, Turma B), expressam a empatia e o envolvimento emocional que extrapolaram a simples compreensão racional dos conteúdos.

Conforme Rodrigues *et al.* (2015), as ações educativas foram organizadas de modo a tornar as medidas preventivas acessíveis ao público infantil, utilizando estratégias lúdicas que potencializassem a assimilação e a aplicação dos conteúdos. A ludicidade, constitutiva da infância, foi mobilizada como vetor pedagógico, permitindo a inserção de temas de saúde pública de forma natural, prazerosa e significativa.

O ensino de noções básicas de higiene representa componente essencial para o incentivo a práticas saudáveis, promovendo o controle de fatores associados a doenças evitáveis e contribuindo para a formação de uma consciência sanitária desde a infância. A inserção desses conteúdos em práticas lúdicas favorece a internalização e retenção de conhecimentos, promovendo experiências educativas marcantes e duradouras.

A atividade proposta proporcionou uma vivência sensorial e simbólica que intensificou a aprendizagem científica, ao mesmo tempo em que instigou práticas de cuidado coletivo. A metáfora da boneca contaminada emergiu como recurso de sensibilização: “A boneca ficou feliz porque a gente cuidou dela. Igual tem que cuidar do cabelo da gente” (Aluna A6, Turma A).

O uso de materiais táteis e visuais, articulado à dinâmica colaborativa e competitiva, contribuiu para a valorização do conteúdo e para a promoção da cooperação e da reflexão crítica entre os discentes.

Contribuições das ações extensionistas para a formação docente

Embora o foco principal do estudo tenha sido a aprendizagem de alunos nas turmas escolares, cabe refletir acerca do papel das ações extensionistas também na formação inicial docente. Acreditamos que por meio desta, são integrados a teoria-práxis em contextos reais, permitindo reflexões e saberes em diálogo com a realidade social (Rodrigues Santana *et al.*, 2022). Neste contexto, os licenciandos são oportunizados ao desenvolvimento de competências pedagógicas e de mediação, como articuladores de saberes diversos (científicos e populares), adaptador de estratégias, gestor de dinâmicas sociais e culturais, exigindo competências de escuta, adaptabilidade, negociação e sensibilidade discursiva.

Além disso, as atividades extensionistas promovem o engajamento social e compromisso ético-político, fortalece a consciência da função social da escola acerca da responsabilidade sob a saúde coletiva e o engajamento cidadão. Em vez de ver a escola como espaço isolado, o docente percebe-a como elemento integrante de ecossistemas sociais mais amplos.

Limitações do estudo

Para fortalecer a validade e a reflexividade da pesquisa, é ainda importante explicitar e discutir suas limitações. A seguir, algumas pertinentes neste estudo. A amostra pode ser

considerada restrita, contando com 44 estudantes, distribuídos em duas turmas, o que limita a comparação direta com outra abordagem. Também o fato da natureza ser auto-relatada, partindo da coleta de registros em diário de campo, falas espontâneas e observações, pode gerar risco de que os alunos expressem o que acreditam ser “o esperado” ou “o correto” após o estímulo do professor, especialmente no encerramento das atividades. Esse viés pode superestimar o grau de compreensão ou a profundidade das mudanças conceituais.

Igualmente o tempo de intervenção e de acompanhamento na atividade foi de duração limitada – possivelmente insuficiente para garantir a consolidação das aprendizagens no médio e longo prazo, o que não se pode afirmar que a longo prazo mudanças conceituais ou de atitudes possam ser oportunizadas. Ainda é importante destacar que embora houve menção ao rompimento de estigmas e à promoção de atitudes coletivas, a intervenção se deu dentro da escola, com pouca inserção externa (famílias, comunidade). Isso pode limitar o impacto real em saúde pública e a vivência da extensão como ação social. Ainda assim, atividades extensionista desta natureza são fundamentais, pois podem contribuir e ainda maximizar o papel do ensino de ciências dentro da proporá organização de abordagem curricular.

Ao reconhecer essas limitações, abre-se espaço para que futuras investigações aprimorem o desenho metodológico, como uso de grupos de comparação, avaliação longitudinal, triangulação de métodos, inserção do comunitário escolar e maior tempo de atividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência pedagógica aqui relatada reafirma a potência das práticas lúdicas como estratégias eficazes para o ensino de Ciências, sobretudo quando aplicadas a temáticas sensíveis como a pediculose humana, que demandam abordagens interdisciplinares, dialógicas e culturalmente situadas. A proposta não apenas facilitou a aprendizagem conceitual sobre o ectoparasita, sua biologia e formas de prevenção, como também possibilitou o desenvolvimento de atitudes empáticas, críticas e de responsabilidade coletiva entre os alunos.

Os resultados evidenciaram a capacidade da ludicidade de gerar engajamento afetivo, promover o rompimento de estigmas, ressignificar saberes populares e ampliar a compreensão científica sobre saúde pública. Observou-se que a mediação pedagógica,

quando sensível e contextualizada, contribui para a construção de um conhecimento significativo, ancorado em experiências concretas e socialmente relevantes.

Recomenda-se, portanto, a incorporação de intervenções semelhantes nos currículos escolares e nos programas de formação docente, com vistas à promoção do diálogo entre saberes acadêmicos e cotidianos. A replicabilidade da experiência em diferentes realidades educacionais pode contribuir significativamente para o enfrentamento da pediculose enquanto desafio pedagógico e problema de saúde pública. A escola, articulada à universidade e à comunidade, constitui-se como território privilegiado para a promoção da saúde e da cidadania desde os anos iniciais da escolarização.

REFERÊNCIAS

- BORGES, R.; MENDES, J. Epidemiological aspects of head lice in children attending day care centers, urban and rural schools in Uberlândia, central Brazil. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 97, n. 2, p. 189-192, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0074-02762002000200007>.
- BOUTLER, C.; GILBERT, J. Texts and contexts: framing modeling in the primary science classroom. In: WELFORD, G.; OSBORNE, J.; SCOTT, P. (org.). *Research in science education in Europe: current issues and themes*. London: Falmer Press, 1996. p. 177-188.
- CANYON, D. V.; SPEARE, R.; MULLER, R. Spatial and kinetic for the transfer of head lice (*Pediculus capitis*) between hairs. *Investigative Dermatology*, 2002. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5165061>. Acesso em: 14 maio. 2025.
- CATALÁ, S. et al. Prevalência e intensidade da infestação por *Pediculus humanus capitis* em escolares de seis a onze anos. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, Uberaba, v. 37, n. 6, p. 499-501, 2004.
- CHASSOT, Attico. *Alfabetização científica: questões e desafios para a educação*. 4. ed. Ijuí : Ed. UNIJUI, 2006.
- CUNHA, J. A. S. da et al. Os conhecimentos sobre pediculose entre estudantes de uma escola do campo vinculada às atividades do PIBID. *RealizAÇÃO*, v. 6, n. 12, p. 44–63, 2019. DOI: <https://doi.org/10.30612/re-ufgd.v6i12.9252>.
- DIAS, A. et al. Pediculosis capitis: revisão teórica e modalidades de tratamento. *Saúde Infantil*, v. 31, n. 2, p. 63-68, 2009.
- FIALHO, N. N. *Jogos no ensino de Química e Biologia*. 1. ed. Intersaber. 2013.
- FRANCESCHI, A. T. et al. Desenvolvendo estratégias para o controle da pediculose na rede escolar. *Revista APS*, v. 10, n. 2, p. 217-220, jul./dez. 2007.

FRANKOWSKI, B. L.; WEINER, L. B. Head lice. *Pediatrics*, v. 110, n. 3, p. 638-643, 2002.

FREIRE, Paulo . *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 148p.

GOLDSCHMIDT, A. I.; LORETO, E. Investigação das concepções espontâneas sobre pediculose entre pais, professores, direção e alunos de educação infantil e anos iniciais. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, v. 11, n. 2, p. 455-470, 2012. Disponível em: http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen11/REEC_11_2_10_ex608.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

HILL, N., et al. Single blind, randomised, comparative study of the Bug Buster kit and over the counter pediculicide treatments against head lice in the United Kingdom. *BMJ*, v. 331, n. 7513, p. 384–387. 2025. DOI: [10.1136/bmj.38537.468623.E0](https://doi.org/10.1136/bmj.38537.468623.E0)

JUSTINA, A. et al. Modelos didáticos no ensino de genética. In: SEMINÁRIO DE EXTENSÃO DA UNIOESTE, 2003, Cascavel. *Anais.... Cascavel: Unioeste*, 2003. p. 135-140.

KISHIMOTO, T. M. (org.). *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LEUNG, A. K. C.; FONG, J. H. S.; PINTO, R. A. Pediculosis capitis. *Journal of Pediatric Health Care*, v. 19, n. 6, p. 369-373, 2005.

LINARD, P. M.; BARBOSA, J. V. Anoplura. In: NEVES, D. P. (org.). *Parasitologia humana*. 12. ed. São Paulo: Atheneu, 2012. p. 443-448.

LOPES, A. et al. *Avaliação de conhecimentos sobre pediculose*. Lousa: Arouce, 2011.

MARQUES, A. C. T. L.; MARANDINO, M. Alfabetização científica, criança e espaços de educação não formal: diálogos possíveis. *Educação & Pesquisa*, São Paulo, v. 44, e170831, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201712170831>

MUMCUOGLU, K. Y. et al. Recomendações internacionais para o controle eficaz de infestações por piolhos da cabeça. *International Journal of Dermatology*, 2020. DOI: [0.1111/jid.15096](https://doi.org/10.1111/ijd.15096)

MUMCUOGLU, K. Y.; HOFFMAN, T.; SCHWARTZ, E. Infestações por piolhos antes e durante a epidemia de COVID-19 em Israel. *Acta Tropica*, 2022, 22 maio:106503.

MUMCUOGLU, K. Y. et al. Recomendações internacionais para o controle eficaz de infestações por piolhos (em turco). *Turk Hijyen ve Deneysel Biyoloji Dergisi*, v. 79, n. 4, p. 748-761, 2021.

MUMCUOGLU, K. Y.; SUKENIK, N.; BAR-OZ, G. Polyplax brachyrhyncha (Anoplura: Polyplacidae) e Rhipicephalus turanicus (Ixodidae: Rhipicephalinae) em um antigo pente para piolhos. *Journal of Medical Entomology*, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1093/jme/tjaa007>

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxedu.v17i48.9010>.

NASCIMENTO, D. C. et al. O lúdico e a educação em saúde: uma proposta de ensino do autocuidado às crianças. *Revista de Enfermagem UFPE on line*, Recife, v. 7, n. 9, p. 5799–5805, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v7i9a11837p%p-2013>

PAULA, A. P. de. Infestação por *Pediculus humanus* em escolas do município de Machado/MG. 2013. Monografia (Graduação em Educação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Machado, Machado, 2013.

RODRIGUES, D. et al. Práticas educativas em saúde: o lúdico ensinando saúde para a vida. *Revista Ciência e Saúde Nova Esperança*, v. 13, n. 1, p. 84-89, 2015. Disponível em: <https://www.facene.com.br/wp-content/uploads/2010/11/Pr--ticas-educativas-em-sa--de-PRONTO.pdf>.

RODRIGUES SANTANA, Régis; CÉLIA DE ALMEIDA PEREIRA SANTANA, Cristina; BENÍCIO DA COSTA NETO, Sebastião; CHAVES DE OLIVEIRA, Ênio. Prática extensionista e educação em saúde: percepção de docentes. *Itinerarius Reflectionis*, Jataí-GO., v. 18, n. 2, p. 1–16, 2022. DOI: 10.69843/rir.v18i2.67570. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/67570>. Acesso em: 6 out. 2025.

SANGARÉ, A. K.; DOUMBO, O. K.; RAOULT, D. Management and treatment of human lice. *Biomed Research International*, v. 2016, Article ID 8962685, 2016. DOI: [10.1155/2016/8962685](https://doi.org/10.1155/2016/8962685)

SASSERON, L. H.; CARVALHO, A. M. P. de. Alfabetização científica: uma revisão bibliográfica. *Investigações em Ensino de Ciências*, v. 16, n. 1, p. 59-77, 2016. Disponível em: <https://ienci.if.ufrgs.br/index.php/ienci/article/view/246>. Acesso em: 6 out. 2025.

SOUZA, S. E. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. In: Encontro De Pesquisa Em Educação, 1.; Jornada Prática De Ensino, 4.; Semana De Pedagogia Da UEM, 13., 2008, Maringá. Anais.... Maringá: UEM, 2008. Disponível em: http://www.pec.uem.br/pec_uem/revistas/arqmudi/volume_11/suplemento_02/artigos/019.pdf. Acesso em: 11 maio. 2025

Recebido em 14 de junho de 2025

Aprovado em 01 de novembro de 2025.

Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 27, nº2, 2025. e-ISSN: 1982-3010.

